

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PÓR-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

“CAFÉ. SÓ CAFÉ”: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA  
SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO  
PATRIMÔNIO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS

CINTIA VALÉRIA WAGNER

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ROBERTA BARROS MEIRA

COORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> PATRICIA DE O. AREAS

JOINVILLE - SC

2024

CINTIA VALÉRIA WAGNER

“CAFÉ. SÓ CAFÉ”: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA  
SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO PATRIMÔNIO  
AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS

“COFFEE. ONLY COFFEE”: HISTORIC COFFEE FARMS IN THE PARAÍBA  
VALLEY IN SOUTH FLUMINENSE THROUGH THE PERSPECTIVE OF  
SUSTAINABLE TOURISM, ENVIRONMENTAL HERITAGE AND ANTI-RACIST  
POLICIES

“CAFÉ. SÓLO CAFÉ”: LOS CAFETALES HISTÓRICOS DEL VALLE DEL  
PARAÍBA, EN EL SUR DE RÍO DE JANEIRO, A TRAVÉS DEL TURISMO  
SOSTENIBLE, EL PATRIMONIO MEDIOAMBIENTAL Y LAS POLÍTICAS  
ANTIRRACISTAS.

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio  
Cultural e Sociedade da Universidade da  
Região de Joinville (Univille), como requisito  
parcial para obtenção do título de mestre.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Roberta Barros Meira  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Patricia de Oliveira  
Areas

JOINVILLE - SC

2024

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

W132c	<p>Wagner, Cintia Valéria</p> <p>“Café. Só café”: as fazendas históricas de café Vale Paraíba Sul Fluminense pelo olhar do turismo sustentável, do patrimônio ambiental e das políticas antirracistas / Cintia Valéria Wagner; orientadora Dra. Roberta Barros Meira; coorientadora Dra. Patricia de Oliveira Areas. – Joinville: UNIVILLE, 2024.</p> <p>209 f.: il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Fazendas de café – Rio de Janeiro (Estado) – História. 2. Fazendas históricas – Rio de Janeiro (Estado). 3. Turismo sustentável. 4. Antirracismo. 5. Patrimônio cultural. I. Meira, Roberta Barros (orient.). II. Areas, Patricia de Oliveira. III. Título.</p> <p>CDD 981.53</p>
-------	---

## Termo de Aprovação

“Café. Só café”: as fazendas históricas de café do Vale Paraíba Sul Fluminense pelo olhar do turismo sustentável, do patrimônio ambiental e das políticas antirracistas”

por

Cintia Valéria Wagner

### Banca Examinadora:

Profa. Dra. Roberta Barros Meira  
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas  
Coorientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Felipe Borborema Cunha Lima  
(UNIVALI)

Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso  
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli  
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



---

Profa. Dra. Roberta Barros Meira  
Orientadora (UNIVILLE)



---

Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 10 de dezembro de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, que em tantas noites chuvosas me esperou pacientemente, madrugada adentro, após minhas viagens de 180 quilômetros de volta das aulas em Joinville para Florianópolis. Sua presença e cuidado me deram forças em cada passo desta jornada. A minha família por todo apoio prestado.

Aos meus filhos Bruno e Rafael que sempre me inspiraram para que eu me tornasse uma pessoa melhor.

Agradeço também à Defensoria Pública da União (DPU) pela oportunidade única de realizar este mestrado na área que tanto me interessa. Através do edital de incentivo, tive não apenas o suporte financeiro, mas também o respaldo institucional necessário para que eu me dedicasse a este trabalho. Um agradecimento especial à Defensora Pública Dra. Eliza Adir Coppi, pelo incentivo e pelas palavras de confiança proferidas em meu apoio para a realização do mestrado, sem as quais esta trajetória teria sido mais árdua. Agradeço particularmente ao Defensor Público Federal Dr. Rodrigo Collares Tejada, que, sensibilizado com minha condição delicada de deslocamento para estudar, me concedeu as sextas-feiras mediante reposição de horas, permitindo-me ter mais qualidade e segurança para realizar esta jornada.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Roberta Barros Meira, sou imensamente grata por sua orientação cuidadosa e por compreender minha intenção de abordar temas complexos com leveza. Seu apoio e compreensão foram essenciais para que eu pudesse construir este trabalho da forma que idealizei.

Agradeço à minha coorientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia de Oliveira Áreas, pelo suporte prestado ao longo deste percurso, e à Prof.<sup>a</sup> Mariluci Neis Carnelli, que, encantada pelo meu tema, sempre me acolhia com bom humor nos corredores, brincando: 'Café, só café'. Sua empolgação e apoio foram importantes.

Aos meus professores do curso, as funcionárias da Biblioteca da Univille, as funcionárias da Secretária da pós-graduação em Mestrado Patrimônio Cultural e Sociedade e aos queridos colegas de turma, que tanto me ensinaram com as discussões e diferenças.

"Que a estrada se abra à sua frente,  
Que o vento sopra levemente em suas costas,  
Que o sol brilhe morno e suave em sua face,  
Que a chuva caia de mansinho em seus campos,  
E, até que nos encontremos, de novo...  
Que Deus lhe guarde nas palmas de suas mãos!"

Prece Irlandesa

## RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as fazendas históricas de café no Vale do Paraíba Sul Fluminense, explorando-as sob diferentes perspectivas: turismo sustentável, patrimônio ambiental e políticas antirracistas. Para tanto utilizamos a metodologia qualitativa, como entrevistas, observação participante, revisão bibliográfica, análise documental, que abrangeram desde iconografias do século XIX até os termos de ajustamento de conduta (TAC). A pesquisa apresenta um olhar para o passado da produção cafeeira, mas centra a sua discussão no papel desses locais históricos no presente. O título recupera um conto de Monteiro Lobato que faz uma crítica à monocultura cafeeira na Primeira República, convidando a uma reflexão mais profunda sobre o legado ambiental, econômico, social, econômico quando pensamos o significado desses locais como patrimônio cultural. Ao examinar o potencial do turismo sustentável, busca-se entender como as fazendas históricas podem ser preservadas e encontrar usos ambientalmente corretos e responsáveis com as questões sociais das comunidades da região, promovendo o desenvolvimento econômico local sem comprometer o meio ambiente. Além disso, investiga-se o papel dessas fazendas como patrimônio ambiental, destacando sua importância na conservação da biodiversidade e na preservação de ecossistemas únicos. Por fim, a dissertação aborda as políticas antirracistas, analisando como esses espaços históricos podem ser utilizados para confrontar e desconstruir narrativas racistas, promovendo a inclusão e a justiça social. Ao combinar essas diferentes perspectivas, este estudo busca oferecer compreensão para a gestão e o aproveitamento sustentável das fazendas históricas de café, visando contribuir para um entendimento mais completo e inclusivo de sua história e significado como patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Fazendas históricas; Vale do Café Fluminense (RJ); Turismo sustentável; Patrimônio ambiental; Políticas antirracistas.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze the historic coffee farms in the Paraíba Sul Fluminense Valley, exploring them from different perspectives: sustainable tourism, environmental heritage and anti-racism policies. Using qualitative methodology, such as interviews, participant observation, a bibliographical review and documentary analysis, which ranged from 19th century iconographies to terms of conduct adjustment (TAC). The research looks at the past of coffee production but focuses its discussion on the role of these historical sites in the present. The title recalls a short story by Monteiro Lobato that criticizes coffee monoculture in the First Republic, inviting a deeper reflection on the environmental, economic, and social legacy when we think about the significance of these sites as cultural heritage. By examining the potential of sustainable tourism, we seek to understand how historic farms can be preserved and found environmentally friendly uses that are responsible for the social issues of the region's communities, promoting local economic development without compromising the environment. In addition, the role of these farms as environmental heritage is investigated, highlighting their importance in conserving biodiversity and preserving unique ecosystems. Finally, the dissertation looks at anti-racism policies, analyzing how these historical spaces can be used to confront and deconstruct racist narratives, promoting inclusion and social justice. By combining these different perspectives, this study seeks to offer insights into the management and sustainable use of historic coffee farms, aiming to contribute to a more complete and inclusive understanding of their history and significance as cultural heritage.

**Keywords:** Historic farms; Vale do Café Fluminense (RJ); sustainable tourism; environmental heritage; anti-racism policies.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar las haciendas históricas de café en el Valle del Paraíba, en el sur de Río de Janeiro, explorándolas desde diferentes perspectivas: turismo sostenible, patrimonio ambiental y políticas antirracistas. Para ello, utilizamos metodología cualitativa, como entrevistas, observación participante, revisión bibliográfica y análisis documental, desde iconografías del siglo XIX hasta términos de ajuste de conducta (TAC). La investigación echa una mirada al pasado de la producción cafetera, pero centra su discusión en el papel de estos lugares históricos en el presente. El título recuerda un cuento de Monteiro Lobato que critica el monocultivo del café en la Primera República, invitando a una reflexión más profunda sobre el legado ambiental, económico y social cuando pensamos en el significado de estos sitios como patrimonio cultural. Al examinar el potencial del turismo sostenible, el objetivo es comprender cómo se pueden preservar las fincas históricas y encontrar usos respetuosos con el medio ambiente y responsables con las cuestiones sociales de las comunidades de la región, promoviendo el desarrollo económico local sin comprometer el medio ambiente. Además, se investiga el papel de estas granjas como patrimonio medioambiental, destacando su importancia en la conservación de la biodiversidad y la preservación de ecosistemas únicos. Por último, la tesis examina las políticas antirracistas, analizando cómo estos espacios históricos pueden utilizarse para confrontar y deconstruir narrativas racistas, promoviendo la inclusión y la justicia social. Mediante la combinación de estas diferentes perspectivas, este estudio pretende ofrecer ideas sobre la gestión y la utilización sostenible de las fincas cafeteras históricas, con el objetivo de contribuir a una comprensión más completa e inclusiva de su historia y su importancia como patrimonio cultural.

**Palabras clave:** Fincas históricas; Valle del Café Fluminense (RJ); Turismo Sostenible; Patrimonio medioambiental; Políticas antirracistas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fazendas de café Inventariadas pelo INEPAC.....	11
Figura 2 – Coffea Arábica. Formação Botânica da planta, 1774.....	16
Figura 3 – Etiópia, o berço do café, Mapa de 1729.....	17
Figura 4 – Linha do tempo desde a origem do café até sua introdução no Brasil.....	18
Figura 5 – Bandeira do Brasil Império .....	22
Figura 6 – Bandeira de Santa Catarina, Brasão do Estado e Brasão do CBMSC .....	23
Figura 7 – Moedas de R\$ 2000 réis e Cr\$ 5,00 cruzeiros .....	23
Figura 8 - Escultura de Jacinto e Playlist músicas sobre “Café”.....	24
Figura 9 – Plantação de Café na Tijuca, Rio de Janeiro .....	26
Figura 10 – Obra Mata Reduzida a Carvão - 1830.....	27
Figura 11 – Representação Gráfica do Vale do Paraíba (Bacia do Rio Paraíba do Sul).....	30
Figura 12 – População do Vale do Paraíba e sul Fluminense 1502 a 2020 .....	31
Figura 13 – Mapa da Região do Vale do Café.....	32
Figura 14 – Estimativas de Produção para safra Brasileira de café em 2021.....	38
Figura 15 – Linha do tempo da Abolição da Escravatura no Brasil e Leis Antirracistas .....	41
Figura 16 – Casarões das Fazendas Cafeeiras no Vale do Café (RJ) .....	44
Figura 17 – Lustre de Cristal em casa de Fazenda no Vale do café .....	45
Figura 18 – Seresteiro na rua do meio em Conservatória.....	49
Figura 19 – Centro Cultural Cazuzza – Vassouras .....	50
Figura 20 – Programa Viva Cultura Popular e Museu Casa da Hera – Vassouras (RJ) .....	51
Figura 21 – Oficina de Moda no Museu casa da Hera .....	52
Figura 22 - Jardim Ecológico Uaná Etê - Eng. Paulo de Frontin.....	58
Figura 23 – Certificado de 1º lugar Café Natural – Fazenda Florença.....	60
Figura 24 - Fazenda Santa Eufrásia.....	65
Figura 25 - Croqui interno da casa sede Fazenda Santa Eufrásia.....	65
Figura 26 - Fazenda Santa Eufrásia.....	68
Figura 27 - Trabalhadoras vestidas de Mucamas escravizadas e Proprietária de Sinhá.....	69
Figura 28 - Linha do tempo entre a denúncia e Aplicação do TAC .....	70
Figura 29 - Fazenda União – Rio das Flores/RJ.....	76
Figura 30 - Símbolo Jongo Pinheiral.....	79
Figura 31- Manoel Congo e Mariana Crioula .....	87
Figura 32 - Lançamento do Movimento Negro Unificado .....	91

Figura 33 - Vídeo Canta um Ponto – QR Code.....	96
Figura 34 - TAC assinado. QR Code com TAC na íntegra.....	97
Figura 35 - Roda de Conversa sobre escravidão .....	98
Figura 36 - Quilombolas e representantes do movimento negro celebram adequação do turismo local .....	100
Figura 37 - Andréia Pitt – Guia Turística de Vassouras.....	104
Figura 38 - Beneficiários da ação afirmativa em políticas públicas meio de administração pública federal .....	108
Figura 39 - Calendário de atividades do Jongo de Pinheiral .....	112
Figura 40 - Parque arqueológico Ambiental de São João Marcos – Rio Claro/RJ.....	121
Figura 41 - Parque das Águas Minerais Salutares – Paraíba do Sul/RJ .....	122
Figura 42 – Flor Atlântica.....	123
Figura 43 - Objetivos da Educação Ambiental.....	127
Figura 44 - Certificado Honra ao Mérito.....	128
Figura 45 - Logo do Instituto PRESERVALE .....	129
Figura 46 - Propaganda Fórum “Replanta Vale” – Vassouras (RJ) .....	130
Figura 47 - Fazenda São Roque – Vassoura/RJ.....	134
Figura 48 - fazendas históricas do vale do café Sul Fluminense (Fotos atuais).....	140
Figura 49 - Fazendas em destaque com práticas sustentáveis na região “Vale do Café” .....	142
Figura 50 - Viajantes e outros viajantes.....	146
Figura 51 - Coordenadas por Localização por satélite .....	150
Figura 52 - Hotel Fazenda Florença .....	151
Figura 53 - 2: Hotel Fazenda Florença .....	152
Figura 54 - Tipos de café .....	153
Figura 55 - Localização por satélite Faz. São Luiz da Boa sorte .....	154
Figura 56 - Fazenda São Luiz da Boa Sorte .....	155
Figura 57 - 30º Prêmio Fazenda São Luiz da Boa Sorte .....	156
Figura 58 - Mata d’Água .....	157
Figura 59 - Localização por satélite .....	158
Figura 60 - Fazenda Aliança Agroecológica .....	159
Figura 61 - Café premiado de agricultura orgânica regenerativa .....	160
Figura 62 - Fazenda Aliança Agroecológica .....	161
Figura 63 - Oficina ambiental no Hotel Fazenda Saint Robert - Pirai .....	163
Figura 64 - Fazenda Taquara – barra do Pirai.....	164

Figura 65 - Fazenda São Fernando e Instituto São Fernando (ISF) ..... 166

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

### **QUADROS**

Quadro 1 – Empreendimentos de Vassouras certificados pelo Tour da Experiência..... 53

### **TABELAS**

Tabela 1 – Principais produtos de exportação no Brasil (1821-1890).....28

Tabela 2 – Estimativa do número de escravizados embarcados e desembarcados no Brasil ...29

Tabela 3 – Títulos distribuídos no Brasil Império .....34

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
<b>1 “NÃO SABE? EU SOU O CAFÉ: PASSADO E PRESENTE DE UMA CULTURA.....</b>	<b>15</b>
1.1 DAS CABRAS DA ETIÓPIA ÀS TERRAS BRASILEIRAS.....	15
1.2 E O CAFÉ CHEGA NO VALE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO VALE DO CAFÉ DO RIO DE JANEIRO.....	25
1.3 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS NO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE: PASSADO E PRESENTE.....	35
1.3.1 Dos barões do café ao empreendedorismo do século XXI - transformações econômicas no Vale do Café .....	35
1.3.2 Saias e Senzalas: Revolução nas Relações Humanas - transformações Sociais no Vale do Café.....	40
1.3.3 Dos Barões do Café aos novos tempos: Fofocas, Festas e Filtros transformações culturais no Vale do Café .....	43
1.3.4 Florestas, fumaça e fotovoltaicos, o verde nunca sai de moda: transformações Ambientais no Vale do Café.....	54
<b>2 UMA OUTRA ENCRENCA NACIONAL É O TAL DO CAFÉ: AS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL INCLUSIVO NAS FAZENDAS CAFEIIRAS.....</b>	<b>61</b>
2.1 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO: O CASO DA FAZENDA SANTA EUFRÁSIA E O TURISMO NO VALE .....	62
2.1.1 A denúncia.....	71
2.1.2 Da composição do TAC pelo Ministério Público .....	73
2.1.3 Da formação dos membros e desdobramentos do Termo de ajustamento de Conduta (TAC) .....	78
2.1.4 As objeções ao TAC .....	101
2.1.5 O empoderamento da População Negra.....	110

<b>3</b>	<b>O “OURO VERDE” E AS “CIDADES MORTAS”: PATRIMÔNIO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL NAS FAZENDAS DE CAFÉ SUL FLUMINENSE..</b>	<b>114</b>
3.1	PATRIMÔNIO AMBIENTAL E O “OURO VERDE” CULTIVANDO UM LEGADO SUSTENTÁVEL.....	115
3.1.1	<b>A educação cultural e ambiental: perspectivas futuras e inovações sustentáveis</b> .....	126
3.2	AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL NAS FAZENDAS HISTÓRICAS NO PÓS-CRISE CAFEEIRA.....	131
3.2.1	<b>Turismo sustentável nas Fazendas Históricas</b> .....	141
3.2.1.1	<b>Fazenda Florença</b> .....	149
3.2.1.2	<b>Fazenda São Luiz da Boa Sorte</b> .....	154
3.2.1.3	<b>Fazenda Alliança (Barra do Piraí-RJ)</b> .....	158
3.2.1.4	<b>Integração entre Patrimônio e Sustentabilidade: Outras Fazendas representativas</b> .....	162
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>168</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>171</b>
<b>6</b>	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>185</b>
	APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA ....	186
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): CECILIA OLIVEIRA .....	189
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): JOÃO ALÍPIO CUNHA .....	190
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR .....	191
	APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA SANTOS.....	192
	APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....	193

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória profissional é marcada por uma profunda conexão entre minha formação acadêmica e minhas paixões pessoais. Sou bibliotecária especialista em Gestão da Informação, uma área que me permite organizar e disseminar o conhecimento de maneira eficaz. No entanto, a história sempre exerceu um grande fascínio sobre mim, influenciando minhas escolhas pessoais e profissionais.

Viajar tem sido uma atividade constante na minha vida, e em cada viagem, busco locais que ofereçam uma combinação de arquitetura, história, cultura e gastronomia. O patrimônio cultural sempre esteve presente nas minhas escolhas de destinos, moldando a maneira como vejo e interajo com o mundo ao meu redor.

Essa paixão pelo patrimônio cultural foi um dos principais motivos que me levaram a escolher o mestrado em Patrimônio Histórico e Sociedade. Esse curso me permitiu aprofundar meu entendimento e apreciação por essa área admirável.

Morando e trabalhando na região do Vale do Café, fui cercada por fazendas históricas que contam a história do Brasil Imperial e da produção cafeeira. Esse ambiente único despertou meu interesse em pesquisar mais a fundo sobre a história e a preservação desses locais. A interação com esse patrimônio histórico me inspirou a explorar as transformações culturais e sociais ocorridas na região.

Neste contexto de formação intelectual, a gestão da informação sempre andou de mãos dadas com meu interesse pelo patrimônio histórico. Essa combinação de conhecimentos me permite contribuir de forma significativa para a preservação e valorização da história, promovendo o acesso à informação sobre esses bens culturais e ajudando a garantir que seu valor seja reconhecido e apreciado.

Foi essa combinação de interesses que inspirou a construção desta dissertação de mestrado, que tem a tarefa de dialogar com diferentes perspectivas históricas, sociais e ambientais, cujo objetivo é discutir a importância da preservação das fazendas históricas do Vale do Café Sul Fluminense e analisar as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável na região, pautado nas políticas de preservação do patrimônio ambiental e nas políticas antirracistas.

O que diz respeito aos objetivos específicos desta dissertação, pretendemos incluir uma análise da história da cafeicultura no Rio de Janeiro, que perpassa o crescimento da produção no Vale do Paraíba no século XIX e seus impactos socioambientais até os dias atuais com a valorização do turismo sustentável e da luta por um patrimônio mais inclusivo, que adote

políticas antirracistas. Busca-se levantar e analisar dados sobre as Fazendas Históricas do Vale do Café, localizadas no Vale do Paraíba sul Fluminense, destacando sua importância durante a produção cafeeira do século XIX e os processos de tombamento realizados pelo IPHAN e INEPAC – RJ<sup>1</sup>.

Outro objetivo é discutir a preservação atual das fazendas de café no Vale do Paraíba sul Fluminense, abordando as dificuldades, desafios enfrentados e possibilidades para o desenvolvimento do turismo sustentável. Também será analisado o impacto ambiental dessas fazendas, considerando aspectos como uso da terra, biodiversidade, práticas agrícolas sustentáveis e seu papel na conservação do meio ambiente local.

A dissertação pretende ainda analisar as políticas e práticas antirracistas relacionadas à preservação das fazendas históricas de café, investigando como as histórias das comunidades afro-brasileiras que contribuíram para essas fazendas estão sendo abordadas e valorizadas. Além disso, será investigado como as narrativas relacionadas às fazendas históricas de café podem ser contadas de maneira inclusiva e diversificada, incorporando perspectivas de diferentes grupos étnicos e culturais.

Propõe-se estratégias educativas para envolver a comunidade local, visitantes e turistas na importância da preservação patrimonial, do turismo sustentável e da luta contra o racismo. Também será levantado e analisado o conjunto de políticas públicas e instrumentos legais existentes para promover a preservação das fazendas históricas e incentivar o turismo sustentável na região.

A dissertação analisará os desafios enfrentados pelas fazendas de café no Vale do Paraíba Fluminense em relação à conformidade com as leis e regulamentos de turismo sustentável e preservação do patrimônio histórico, além das políticas antirracistas. Finalmente, serão identificadas e analisadas boas práticas e iniciativas de sucesso que estejam alinhadas às leis e regulamentos vigentes, contribuindo para a preservação das fazendas históricas e o desenvolvimento do turismo sustentável.

O problema de pesquisa proposto para esta dissertação envolve a análise das possibilidades e desafios da adoção do turismo sustentável nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Sul Fluminense, com foco na preservação do patrimônio ambiental e na valorização das políticas antirracistas. Esta questão é de suma importância devido à necessidade de conciliar a preservação do patrimônio histórico e ambiental com o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando também a importância de abordagens inclusivas que reconheçam e

---

<sup>1</sup> INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

valorizem a contribuição das comunidades afro-brasileiras para a história e cultura local. A complexidade deste problema requer uma abordagem interdisciplinar que considere aspectos históricos, culturais, ambientais, sociais e econômicos, visando contribuir para a promoção do turismo sustentável e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nossa investigação se concentra em como essas fazendas, outrora epicentros da produção cafeeira, podem ser revitalizadas para não apenas preservar a biodiversidade e os recursos naturais, mas também para reconhecer e reparar os impactos da escravidão e da marginalização histórica das comunidades negras.

O título escolhido para a dissertação "Café. Só café": as fazendas históricas de café do Vale do Paraíba Sul Fluminense pelo olhar do turismo sustentável, do patrimônio ambiental e das políticas antirracistas" foi cuidadosamente definido para refletir a complexidade e a profundidade que envolve o tema.

A expressão "CAFÉ. SÓ CAFÉ" é um trecho evocativo que destaca a monocultura do café que dominou a economia e a paisagem do Vale do Paraíba Sul Fluminense no século XIX. Essa frase simples captura a centralidade do café na vida econômica, social e cultural da região durante esse período. Contudo, o título da dissertação busca ir além dessa visão reducionista, propondo uma reavaliação abrangente das fazendas históricas de café.

A decadência das fazendas de café no Vale do Paraíba Sul Fluminense é um tema recorrente na literatura e na história econômica do Brasil. Um exemplo emblemático dessa decadência pode ser encontrado no livro "Cidades Mortas", escrito por Monteiro Lobato e lançado em 1919. Nesta obra, o autor retrata vividamente como a economia foi afetada negativamente pela queda de produção de café, ilustrando as consequências socioeconômicas desse declínio. No conto "Café, Só Café", Lobato explora os impactos da crise cafeeira e de uma cultura agrícola insustentável (2003, p. 172):

Ficou naquilo o major Mimbua, uma pedra, um verdadeiro monólito que só cuidava de colher café, de secar café, de beber café, de adorar o café. Se algum atrevido ousava insinuar-lhe a necessidadezinha de outras coisinhas, um mantimentozinho humilde que fosse, Mimbua fulminava-o com apóstrofes. O café dá para tudo. Isso de plantar mantimento é estupidez. Café. Só Café.

Ele revela a teimosia e persistência de alguns fazendeiros em continuar cultivando café, mesmo diante do cenário de declínio. O conto mostra como as cidades cafeeiras de São Paulo foram um reflexo da realidade comum que assolou esses espaços cafeeiros em todo o Brasil.

A monocultura do café trouxe um período de grande prosperidade, mas também desafios ambientais e sociais, culminando na decadência da produção cafeeira fluminense no final do

século XIX. Essa queda foi resultado de fatores ambientais e sociais, os quais serão abordados em nosso trabalho posteriormente.

A narrativa de "Cidades Mortas" de Monteiro Lobato estabelece uma relação direta com a decadência das cidades no Sul Fluminense devido à queda do ciclo do café. Assim como nas cidades descritas por Lobato, onde o declínio econômico levou à desolação e ao abandono na Primeira República, as cidades do Sul Fluminense foram precursoras ao testemunhar um cenário semelhante ainda no século XIX. A queda na produção e nos preços do café levou ao esvaziamento dessas cidades, que antes prosperavam com a monocultura cafeeira.

Lobato, ao falar da Primeira República e de São Paulo, revela a teimosia e persistência de alguns fazendeiros em continuar cultivando café, mesmo diante do cenário de declínio. O conto mostra como as cidades cafeeiras de São Paulo foram um reflexo da realidade comum que assolou esses espaços cafeeiros em todo o Brasil. Essa insistência em manter uma economia de monocultura, focada apenas no café, contribuiu para a estagnação e declínio econômico dessas regiões

Portanto, o título da dissertação não apenas resume os principais focos de nossa pesquisa, mas também propõe uma nova forma de enxergar e valorizar o patrimônio histórico do Vale do Paraíba Sul Fluminense. Ao ir além do "CAFÉ. SÓ CAFÉ", buscamos revelar as camadas de significados e potencial que essas fazendas históricas ainda possuem, olhando para um futuro mais sustentável e justo.

De início, ao investigar essas fazendas pelo olhar do turismo sustentável, buscamos explorar como essas propriedades podem ser preservadas e utilizadas de maneira que respeite e promova a sustentabilidade ambiental. Queremos discutir e pensar propostas que considerem o turismo nas fazendas não apenas como uma visita ao passado, mas uma oportunidade de educação e sensibilização sobre práticas agrícolas sustentáveis que podem beneficiar a região hoje e no futuro.

Logo após, ao olhar o patrimônio ambiental destacamos a importância de preservar a biodiversidade e os recursos naturais dessas áreas históricas. Reconhecemos que essas fazendas não são apenas monumentos históricos, mas também ecossistemas valiosos que precisam ser protegidos e reflorestados. Finalmente, a inclusão das políticas antirracistas no título sublinha nosso compromisso com a justiça social e a necessidade de reconhecimento e enfrentamento das desigualdades históricas

As fazendas de café foram construídas sobre o trabalho de pessoas escravizadas, e qualquer projeto de preservação e valorização dessas propriedades deve reconhecer e abordar

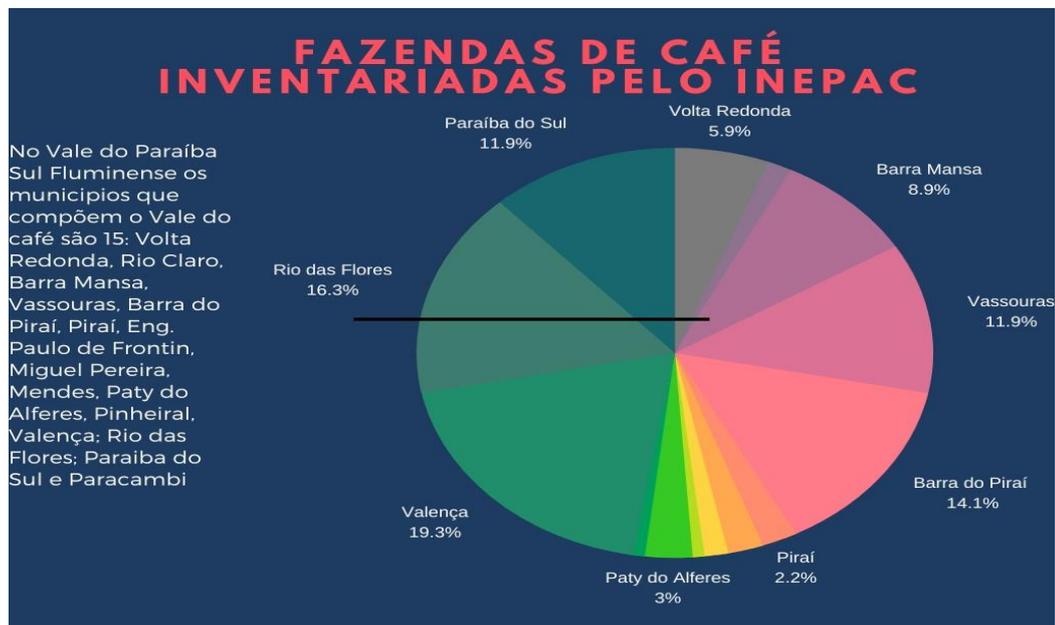
essa herança dolorosa. Queremos dialogar com as propostas que valorizem a contribuição da comunidade negra, promovendo a inclusão social e econômica e combatendo o racismo.

A metodologia proposta para este estudo compreende uma abordagem múltipla, combinando pesquisa documental, análise de fontes primárias e secundárias, entrevistas com as pessoas que participaram da TAC que envolveu a Fazenda Santa Eufrásia, visitas de campo e consulta aos órgãos responsáveis pelo turismo na região do Vale do Paraíba Fluminense. Inicialmente, foi realizado um levantamento de fontes documentais para contextualizar historicamente as fazendas e embasar a análise das práticas de turismo sustentável.

Também realizamos a análise de parte da documentação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) que abarca as fazendas históricas tombadas no Rio de Janeiro que inclui a região sul Fluminense do Vale do Café, dedicando-se à preservação do patrimônio existente no estado do Rio de Janeiro.

A Figura 1 retrata o gráfico das Fazendas de café inventariadas pelo INEPAC no Vale do Paraíba Sul Fluminense.

Figura 1 - Fazendas de café Inventariadas pelo INEPAC



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do INEPAC (2023)

A Figura 1 mostra que as fazendas inventariadas pelo INEPAC, que possuem maior relevância histórica nos municípios da região, têm uma representatividade mais expressiva em Valença, com 19,3%; Rio das Flores, com 16,3%; Barra do Pirai, com 14,1%; Paraíba do Sul e Vassouras, ambos com

11,9%; Barra Mansa, com 8,9%; Volta Redonda, com 5,9%; Paty do Alferes, com 3%; e Pirai, com 2,2%. Outros municípios possuem uma representatividade menor, em torno de 1% cada.

Muitas dessas fazendas, além de sua relevância histórica, estão abertas à visitação, permitindo que o público explore sua riqueza cultural e ambiental. Na região em estudo, é importante ressaltar que existe uma significativa presença de fazendas históricas, em torno de 135 fazendas inventariadas segundo o Instituto Estadual Patrimônio cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), das quais apenas 1 (uma) é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Se trata da Fazenda Santa Eufrásia, situada em Vassouras/RJ. A Fazenda Santa Eufrásia será objeto deste estudo sob a ótica do episódio de acusação de violência racista contra seus funcionários em 2016. A Fazenda Santa Eufrásia sofreu a aplicação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC, Brasil, 2017), por praticar turismo escravocrata.

Para enriquecer a análise do caso envolvendo a Fazenda Santa Eufrásia e sua história de acusação de violência racista em 2016, será conduzida um conjunto de entrevistas com os principais participantes responsáveis pela implementação do TAC. Entre os participantes estarão a jornalista Cecília Oliveira, responsável pela denúncia através de matéria veiculada no “Intercept Brasil” e acompanhou de perto os desdobramentos do caso, Dr. Júlio José Araújo Junior procurador da República no Rio de Janeiro, cuja atuação legal foi fundamental no processo, além da coordenadora do Jongo de Pinheiral, Dona Fatinha, o Sr. João Alípio de Oliveira Cunha, representante da comunidade negra, que trará uma visão crucial sobre os impactos sociais e culturais do TAC, enquanto a proprietária da Fazenda, Dona Elizabeth Dolson proprietária da fazenda Santa Eufrásia, oferecerá sua visão sobre as mudanças implementadas na propriedade. Essas entrevistas visam fornecer uma compreensão abrangente do contexto e das implicações do TAC na Fazenda Santa Eufrásia.

A Fazenda Santa Eufrásia, embora seja a única tombada pelo IPHAN, passou por um episódio de acusação de violência racista contra os seus funcionários no ano de 2016. O site “The Intercept Brasil” denunciou a fazenda por práticas escravocratas em pleno séc. XXI. De acordo com a matéria, a dona da fazenda recebia os turistas vestida a caráter com roupas da época representando uma senhora e as pessoas negras vestidas como escravas serviam os turistas (Oliveira, 2016). A partir desta denúncia ao Ministério Público Federal celebrou um acordo na Fazenda citada e a proprietária teve que assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que é um instrumento jurídico utilizado no Brasil para resolver questões relacionadas a irregularidades ou descumprimentos de normas legais ou regulamentares por parte de pessoas físicas ou jurídicas. O TAC é comumente empregado em casos que envolvam órgão públicos, empresas, organizações ou indivíduos que estejam em desacordo com a legislação vigente ou

que tenham causado danos ao meio ambiente, ao consumidor ou interesses coletivos. O objetivo principal do TAC é promover a correção ou regularização da situação por meio de acordo entre o infrator e o órgão responsável pela fiscalização e aplicação da lei, como o Ministério Público, por exemplo. Dessa forma, evita-se a instauração de um processo judicial mais longo e complexo, sendo possível resolver o conflito de forma mais ágil e consensual (Araújo Júnior, 2012). O TAC determinou o fim a encenação sobre a “escravidão” para os turistas bem como medidas reparatórias para que o local receba o selo “Fazenda sem Racismo”, também foram estabelecidas outras obrigações a serem cumpridas pelos proprietários da fazenda (Brasil a, 2017).

O TAC no caso da Fazenda Santa Eufrásia foi idealizado e desenvolvido com base em valiosas contribuições das comunidades quilombolas locais, do movimento Negro e de professores da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para garantir um processo inclusivo e participativo, foram promovidas reuniões tanto no Rio de Janeiro quanto em Volta Redonda, contando ainda com a ativa participação da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio de Janeiro. Durante essas reuniões, foram coletadas valiosas perspectivas e experiências das comunidades quilombolas, bem como de movimentos sociais e acadêmicos envolvidos. Essa abordagem colaborativa e democrática permitiu que o TAC se tornasse um projeto mais alinhado com as necessidades, interesses e aspirações das comunidades locais, garantindo o respeito à cultura e identidade quilombola (Brasil, 2017).

Dessa forma, o TAC é o resultado de um esforço conjunto e engajado, refletindo a diversidade cultural e o conhecimento acumulado pelas comunidades envolvidas, pelo movimento Negro e pelas professoras da UFF. A participação da Comissão de Igualdade Racial da OAB também foi fundamental para assegurar que questões relacionadas à igualdade e justiça racial fossem devidamente contempladas no projeto. Assim, o TAC representa uma conquista significativa na promoção da educação, valorização da cultura quilombola e na luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O engajamento de todos os atores envolvidos ressalta a importância de abraçar a diversidade e a representatividade em iniciativas que visam o desenvolvimento e bem-estar das comunidades tradicionais (Brasil a, 2017).

O objetivo desse acordo é reparar as violações aos direitos da população negra causadas pela representação turística na Fazenda Santa Eufrásia, que retrata as mulheres como mucamas e normaliza os horrores da escravidão dos africanos e seus descendentes, de forma contemplativa. Este termo inclui a definição de obrigações do fazer e não fazer da gestora e dos proprietários da Fazenda para garantir o reconhecimento da história e cultura negra (Brasil a, 2017).

Além disso, será consultado os órgãos responsáveis pelo turismo na região para verificar diretrizes pertinentes. A pesquisa será delimitada a fazendas com relevância histórica e acessibilidade para visita pública no município selecionado, garantindo uma abordagem abrangente e focada.

Para abordar essas questões sem cessá-las completamente, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo cujo título é “Não sabe? Eu sou o café”: passado e presente de uma cultura discute como o café impactou o desenvolvimento econômico e social do Vale, considerando as transformações ao longo do tempo e as influências históricas no cultivo e na produção. O capítulo visa discutir a trajetória do café nessa região, explorando suas raízes e seu impacto duradouro.

O segundo capítulo, sob o título de “Uma outra “Encrenca” nacional é o tal do “Café”: As políticas antirracistas e o patrimônio inclusivo nas fazendas cafeeiras”, versa sobre a lacuna no entendimento das políticas antirracistas nas fazendas cafeeiras da região, focando em analisar seu impacto na transformação social. No contexto das fazendas de café o que está em jogo é a disputa das memórias do passado escravista na configuração de um turismo de memória que ora silencia, ora explora a experiência traumática da escravidão sem considerar uma educação antirracista.

Para enfrentar esses desafios, destaca-se a aplicação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que busca promover a regularização de práticas que impactem negativamente o patrimônio cultural e ambiental, considerando a importância de uma abordagem antirracista e inclusiva. O TAC (Brasil a, 2017) é comumente empregado em casos que envolvem órgãos públicos, empresas, organizações ou indivíduos em desacordo com a legislação vigente, ou que tenham causado danos ao meio ambiente, ao consumidor ou a interesses coletivos. O objetivo principal do TAC (Brasil a, 2017) é promover a correção ou regularização da situação, mediante acordo entre o infrator e o órgão responsável pela fiscalização, como o Ministério Público. No contexto do patrimônio cultural, o TAC (Brasil a, 2017) pode abarcar tanto a proteção de bens culturais quanto a preservação do meio ambiente, especialmente quando o espaço ambiental está intrinsecamente ligado a valores e tradições culturais.

O terceiro capítulo aborda a necessidade de discutir como as fazendas de café no Sul Fluminense podem ser preservadas como patrimônio cultural (cultural e Ambiental), ao mesmo tempo em que se desenvolve o turismo sustentável. A pesquisa será concentrada em três fazendas específicas, pois o universo de fazendas históricas no Vale do Café é enorme conforme relatado anteriormente. Serão elas: Fazenda Florença do distrito de Conservatória em Valença, Fazenda São Luiz da Boa Sorte em Valença e Fazenda Alliança em Barra do Piraí. Essas

fazendas foram selecionadas por se destacarem, não apenas em termos de práticas sustentáveis, mas também por sua abertura à visitação pública. Além disso, a possibilidade de hospedagem nessas fazendas oferece oportunidades para os turistas emergirem na experiência sustentável durante sua estadia.

## 1. “NÃO SABE? EU SOU O CAFÉ: PASSADO E PRESENTE DE UMA CULTURA

A cultura do café moldou não apenas paisagens culturais que englobam no seu seio narrativas históricas e identidades sociais ao longo dos séculos. No cerne dessa narrativa está não apenas a história do cultivo e comércio do café, mas também uma complexa teia de relações entre meio ambiente, sociedade, cultura, economia e política. Este capítulo explora as interseções entre o passado e o presente dessa cultura, destacando sua influência e sua capacidade de dar conta dos desafios enfrentados em respostas adversidades contemporâneas, incluindo o turismo sustentável, a preservação do patrimônio cultural e a promoção de políticas antirracistas.

### 1.1 DAS CABRAS DA ETIÓPIA ÀS TERRAS BRASILEIRAS

*Uma porção do líquido foi preparada e servida, bem quente  
aos monges, já seduzidos pelo aroma inebriante e  
desconhecido que invadira os corredores do mosteiro.  
Sérgio Túlio Caldas*

A origem do café remonta ao século IX, quando se conta uma antiga história sobre um pastor de cabras da Etiópia, na África, chamado Kaldi, que observou algo curioso enquanto seus animais pastavam perto de um arbusto desconhecido: depois de comer os frutos vermelhos da planta, as cabras pareciam ficar mais alegres, ágeis e cheias de energia, tendo dificuldades para dormir à noite. O estranho fenômeno se repetiu por noites. Intrigado com essa descoberta, Kaldi, sendo um homem simples, começou a associar o comportamento das cabras a causas sobrenaturais.

Decidido a resolver o problema, ele procurou a ajuda dos monges cristãos de um mosteiro próximo, conhecidos por apaziguar os males do corpo ou da alma da vizinhança com suas orações e remédios. Após ouvir as preocupações de Kaldi e considerar a situação incomum, o abade enviou um dos noviços para acompanhar o pastor e suas cabras, recomendando que

observasse atentamente o rebanho e o próprio Kaldi. O mistério logo foi esclarecido: o noviço percebeu que as cabras estavam atraídas por arbustos com frutinhas vermelhas semelhantes a cerejas. O monge colheu o máximo que pôde dessas folhas e frutos, que embora fossem nativas da região, não eram conhecidas, e as guardou em seu alforje (Caldas, 2006).

A notícia sobre esses frutos especiais se espalhou rapidamente de mosteiro em mosteiro e pela região. No início a forma de preparo não favoreceu o sabor, no entanto foram sendo testadas novas maneiras de fazer o café e as pessoas começaram a explorar diferentes formas de consumi-lo (Caldas, 2006). A ilustração de Edward e Charles Dilly, já em 1774, detalhava as etapas de crescimento do café, desde a semente e germinação até a flor, revelando a transformação de um dos mais importantes cultivos agrícolas, conforme se vê na Figura 2.

Figura 2 – *Coffea Arábica*. Formação Botânica da planta, 1774.



Fonte: Edward and Charles Dilly (1774)

A árvore do café pertence à família botânica Rubiaceae, e pode atingir até seis metros de altura, mas geralmente é podada para facilitar a colheita. Suas folhas são verdes e brilhantes, dispostas em pares opostos ao longo dos ramos. As flores do café são pequenas e brancas, com um aroma doce e suave, e crescem em grupos nas axilas das folhas. Cada flor dá lugar a um fruto conhecido como "cereja do café", que contém duas sementes envoltas por uma polpa carnosa. Essas sementes, após serem colhidas, secas e torradas, são o que conhecemos como

grãos de café, prontos para serem moídos e transformados na bebida tão apreciada (Caldas, 2006).

Após destacarmos sua botânica, mergulhamos novamente na narrativa que o insere profundamente na história e na cultura, revelando o café como fio condutor que entrelaça séculos de descobertas e tradições ao redor do mundo. Com o tempo, o café ganhou popularidade também entre os sufis da região, que utilizavam a bebida como um estimulante para ajudá-los em suas rezas e vigílias noturnas (Caldas, 2006, p. 11).

Os etíopes incorporaram o café em suas dietas de várias formas, afirma Martins (2010), no livro “História do café”. Como podemos observar na Figura 3 a partir da Etiópia, o conhecimento do café se espalhou gradualmente para outras regiões, incluindo o Oriente Médio, onde seus grãos de café foram torrados pela primeira vez e transformados em uma bebida.

Figura 3 – Etiópia, o berço do café, Mapa de 1729

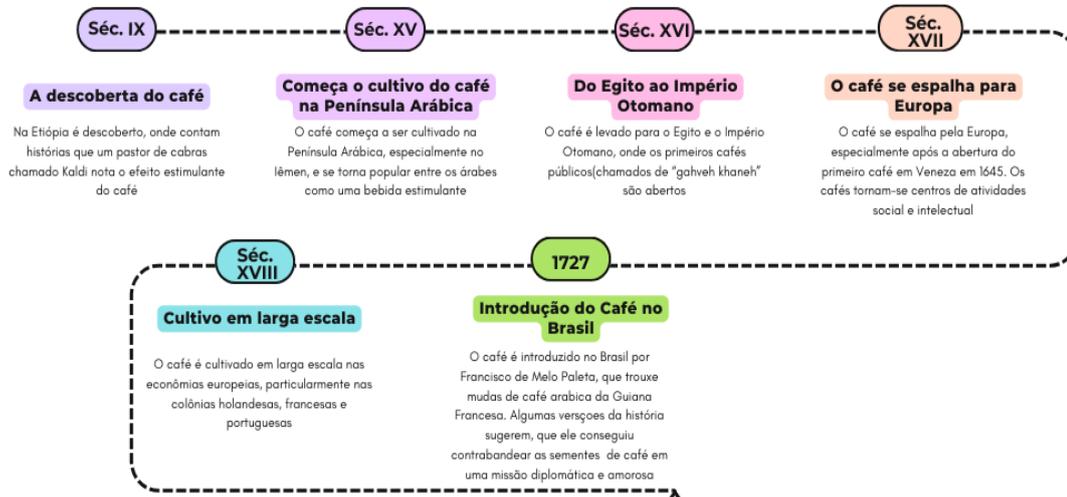


Fonte: Caldas (2006, p. 10).

A Figura 4 delinea a linha do tempo desde o descobrimento do café até sua chegada ao Brasil:

Figura 4 – Linha do tempo desde a origem do café até sua introdução no Brasil

### Das cabras da Etiópia as terras brasileiras - A origem do café e sua trajetória até a chegada ao Brasil



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados contidos em Taunay (2014).

Posteriormente, a popularidade do café se espalhou para o mundo árabe e, mais tarde, chegou a Europa, onde a reação inicialmente foi mista. Algumas pessoas abraçaram a bebida com entusiasmo, fascinadas por sua capacidade de aumentar o alerta e energia. Outros viam o café com suspeita, alguns líderes religiosos e políticos associaram a bebida a comportamentos indisciplinados e tumultos, temendo que as casas de café se tornassem lugares de conspiração e rebelião. Na Rússia, a introdução do café foi marcada por resistência, o Czar Pedro, o Grande, tentou forçar o consumo de café entre a nobreza como parte de sua campanha de modernização. No entanto, o chá já era uma parte arraigada da cultura russa, o café não conseguiu desbancar a veneração pelo chá. Segundo Martins (2010, p. 2):

Impregnado na cultura do mundo islâmico, o café foi incluído até mesmo na legislação turca, segundo o qual as esposas podiam pedir o divórcio caso os maridos, não proovessem a casa com uma cota de café. Porém, o uso do café é libertador de emoções, levando o governador de Meca a proibi-lo em casas públicas e mosteiros em 1511.

O Café, uma vez rejeitados por alguns, por conta de suas tradições, valores e contextos culturais, encontrou aceitação na Europa e na América, mas essa jornada foi marcada por uma diversidade de perspectivas complexas. No entanto, essa trajetória deu origem à cultura global do café que conhecemos hoje. Nos idos séculos XVIII, quando essa planta chegou por aqui através do então militar Francisco de Mello Palheta, que a obteve em uma expedição feita a

Guiana Francesa, não imaginava que “sementes de café anteciparam o futuro do Brasil como principal produtor mundial de café” (Petrelli, 2008, p. 11).

A introdução do café no Brasil tem como pioneiro Francisco de Melo Palheta, militar, que no ano de 1727 recebeu uma importante missão. O governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, João Maria da Gama, incumbiu Palheta a uma missão dupla que exigia habilidades diplomáticas quanto clandestinas. Em primeiro lugar, Palheta foi encarregado de resolver uma disputa fronteira com a Guiana Francesa, onde o governador Claude d'Orvilliers ordenara a remoção de um marco que ostentava o escudo português, desafiando assim os termos do Tratado de Utrecht. Em paralelo, de forma secreta, ele tinha a tarefa de adquirir mudas de café, então cultivadas nas Guianas desde 1719, e trazê-las ao Brasil para plantio, apesar da proibição formal do governo francês (Caldas, 2006).

Uma das designações do Regimento foi:

[...] se acaso entrar em quintal ou jardim ou roça aonde tiver café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pode esconder algum par de grãos com todo disfarce e com toda cautela e recomendará ao dito cabo que volte com toda brevidade e que não tome coisa alguma fiada aos franceses, nem trate com eles negócio. Regimento que há de guardar o Sargento Mor Francisco de Melo Palheta, 20 de fevereiro de 1727 (Caldas, 2006, p. 40).

Palheta negociou com os franceses, garantindo o respeito à fronteira estabelecida, e conseguiu, obter as valiosas mudas de café. Até hoje, persiste um rumor, nunca comprovado, de que ele teria usado seu poder de sedução para manter um romance com Madame d'Orvilliers, a qual, num gesto galante de despedida, o presenteou com um buquê de flores, dentro do qual estariam escondidas sementes e cinco cobiçadas mudas de café, que foram a origem aos cafezais brasileiros. O governador de Caiena, Claude d'Orvilliers, marido de Madame d'Orvilliers, havia expressamente proibido a venda do café aos portugueses. Embora esta história seja romantizada e, frequentemente, questionada por historiadores, o papel de Palheta como pioneiro do cultivo de café no país é reconhecido (Grieg, 2000).

Inicialmente, as primeiras mudas de café foram plantadas na Província do Pará, pelo próprio Palheta, atingindo mais de mil pés, para o qual solicitou ao Governo cem casais de escravizados. No entanto, o cultivo do café não encontrou condições propícias para se desenvolver na região amazônica devido às condições ambientais desfavoráveis, o que restringiu seu impacto econômico naquela área (Beltrão, 2018).

Foi apenas no século XIX, especificamente na região do Vale do Rio Paraíba Fluminense, que as plantações de café no Brasil assumiram uma importância significativa. Esse desenvolvimento ocorreu principalmente devido à escassez de ouro e à forte competição que o açúcar brasileiro sofria no mercado internacional, exigindo a busca por alternativas que resolvessem os desafios econômicos e sustentassem a aristocracia. Portanto, a expansão do cultivo do café no Brasil emergiu como uma oportunidade para a continuidade do Império e do Primeiro Reinado (Shie, 2018).

A trajetória do café está repleta de histórias que atravessam gerações, se mostrando um símbolo que vai além de uma simples bebida. Em diferentes terras e vozes, surgem lendas que envolvem o café, engrandecendo-o como um produto central na memória cultural. Essas narrativas, transmitidas de boca em boca, ressaltam a importância simbólica e histórica do café, reforçando seu papel como um patrimônio que une tradição e identidade.

O café tem uma história tão rica e cheia de curiosidades que é interessante explorá-las. Embora a planta tenha origem africana, foi no Iêmen, região oeste da Arábia, que ela começou a ser cultivada, uma das versões sobre a origem de seu nome remonta as arábias. Naquela região, a planta era conhecida como Kaweh enquanto a bebida era chamada de Kahwah ou Cahue, cujo significado é “Força” (Shie, 2018). No entanto, Toledo e Gancho (2003, p. 12) relatam que o café recebeu seu nome devido à sua origem na região de Kaffa. Não há acordo na literatura sobre a verdadeira origem de como essa planta foi chamada de café, no entanto a versão de Toledo e Gancho é a mais aceita.

De acordo com Oliveira (1993, p. 15), havia uma lenda popular que contava que Jesus, exausto, carregava a cruz sobre seus ombros. Ao testemunhar a insensibilidade da multidão, lágrimas escaparam de seus olhos. Ele ansiava por água, as folhas ao seu redor estavam encharcadas de orvalho. Enquanto o Nazareno passava, alguém suavemente deixou cair algumas gotas de água em seu rosto, que estava manchado com o sangue de suas feridas, aliviando um pouco sua sede. Um ramo, que tocou sua face, retornou com três gotas de sangue, perfeitamente redondas e cintilantes, entre suas folhas. Jesus então sorriu, apesar de todo o sofrimento, e pronunciou:

Tu não tens frutos, árvore amiga; és por todos desprezada, por nada oferecer, senão o frescor de tua sombra; os homens amam somente as plantas que lhe são úteis; e contigo, tal não se dá. De hoje em diante, porém, a tua sorte mudará. As três gotas do meu sangue, que tens em ti, transformar-se-ão em frutos, que te embelezarão e te darão amigos. Este fruto amará as fúrias do coração e saberá bem a todos os paladares. Apenas teu rastro, estarão obras úteis; todo mundo te procurará e servirá a todo mundo (Grieg, 2000, p. 20).

No dia seguinte à jornada de Jesus em direção ao suplício, os arbustos se enfeitaram com lindos frutos vermelhos, que todos começaram a provar - foi o milagre do café. Pesquisas indicam que durante a Revolução industrial, o café ganhou popularidade como uma bebida energética que ajudava os trabalhadores a manterem-se alertas e produtivos durante longas jornadas de trabalhos (Grieg, 2000, p. 30).

Durante seu percurso constata-se que o gosto do café não era unanimidade. Foi organizada uma campanha contra os cafés pelas mulheres inglesas. Elas achavam que os *Coffeeshouses* faziam com que seus maridos passassem longas horas da noite longe do lar e apresentaram ao governo um requerimento no qual diziam:

O café gasta a força viril dos homens e torna-os tão áridos como areias das Arábias, de onde dizem que veio esse maldito grão, e se perseverarem nesse gosto, os descendentes dos nossos robustos antepassados não serão, em breve, mais do que a raça dos miseráveis macacos e pigmeus (Grieg, 2000, p. 31).

As senhoras perderam a briga para o café. Conforme Grieg (2000, p. 30), “Por todos os cantos de Londres se expandiram elegantes e muito bem montados *Coffeeshouses*”. Sua popularidade continuou a crescer, transformando-se em uma bebida consumida por muitos, e parte integrante de algumas culturas. Há quem diga que os relatos de falsificação de café remontam a época de Napoleão Bonaparte, que introduziu o “Café de Chicória”. Napoleão, era conhecido por seu consumo elevado de café, tomando cerca de 10 xícaras por dia, e por isso queria torná-lo mais barato. Os alemães e os ingleses logo fizeram uso da chicória para baratear o café (Grieg, 2000).

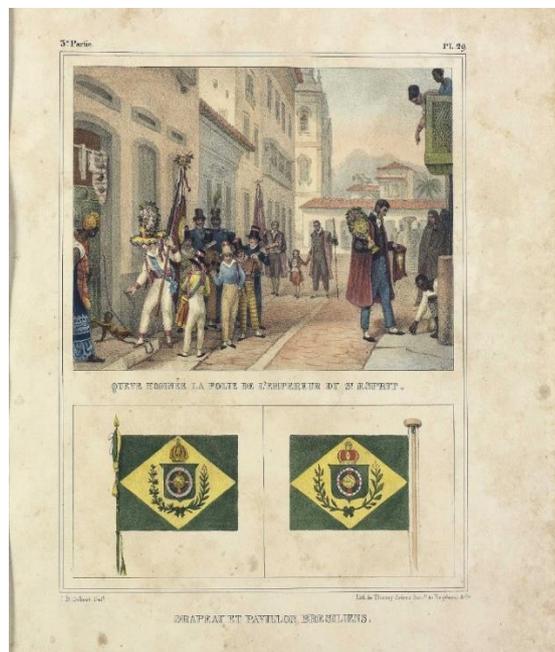
A aceitação do café enfrentou obstáculos tanto no Oriente quanto no Ocidente, sendo marcada por polêmicas e tensões durante seu percurso. No entanto, apesar de controvérsias iniciais, o café logo se tornou uma fonte de inspiração para a literatura, a poesia, a músicas e a pintura. Os bens montados *Coffeeshouses* se tornaram locais de encontro e debate intelectual, fomentando uma cultura vibrante em torno da bebida. Além disso, o café inspirou peças teatrais como a comédia de Rosseau “Le Café”, demonstrando sua influência na sociedade e na arte (Grieg, 2000, p. 23).

Em terras brasileiras o café foi uma das principais commodities exportados no século XIX, impulsionando a economia e contribuindo para as exportações e o aumento da balança comercial brasileira. O ramo de café foi retratado no brasão imperial como um símbolo da importância econômica do café para o país durante o período imperial (Queen; Meirelles, 2021).

O imperador Dom Pedro I decretou, em 18 de setembro de 1822, através do Decreto nº 3, que seu pavilhão pessoal se tornasse símbolo nacional. O desenho, idealizado pelo artista Jean-Baptiste Debret a pedido de Dom João VI, inicialmente apresentava ramos de cana-de-açúcar e tabaco, que posteriormente foram substituídos por ramos de tabaco e café. Houve um outro decreto em 1º de dezembro de 1822, modificando a Coroa do Reino do Brasil para a Coroa do Império do Brasil (Valle, 2022).

O escudo, que se tornou as Armas Nacionais, também integrou a primeira Bandeira do Brasil, conforme se vê na Figura 5 a seguir (Valle, 2022).

Figura 5 – Bandeira do Brasil Império



Fonte: Valle (2022)

A presença do ramo do café no brasão imperial e na bandeira do Brasil Império simbolizava a importância econômica e a influência social dos grandes fazendeiros de café na sociedade brasileira da época. Isso reflete como o café era uma das principais forças motrizes da economia e um símbolo do poder dos produtores de café durante o período imperial (Valle, 2022).

No estado de Santa Catarina o café também é representado em suas armas. A lei nº 126 de 15 de agosto de 1895 estabeleceu a Bandeira do Estado de Santa Catarina, e, as Armas do Estado, através de um ramo de café em sua bandeira e no seu brasão (Santa Catarina, 1985). A

corporação dos bombeiros militares do mesmo estado também tem retratado em seu brasão o ramo de café, conforme demonstrado na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Bandeira de Santa Catarina, Brasão do Estado e Brasão do CBMSC



Fonte: Santa Catarina ([2024])

A moeda também serviu como um meio de representar o café, a inclusão do ramo de café nas moedas brasileiras serve para reconhecer e homenagear a relevância desse cultivo na formação da identidade nacional e no desenvolvimento econômico, conforme se vê da Figura 7 a seguir. Ele representa a agricultura como um pilar fundamental da economia brasileira e remete à época em que o país se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores de café do mundo.

Figura 7 – Moedas de R\$ 2000 réis e Cr\$ 5,00 cruzeiros



Fonte: Acervo [...] (2023)

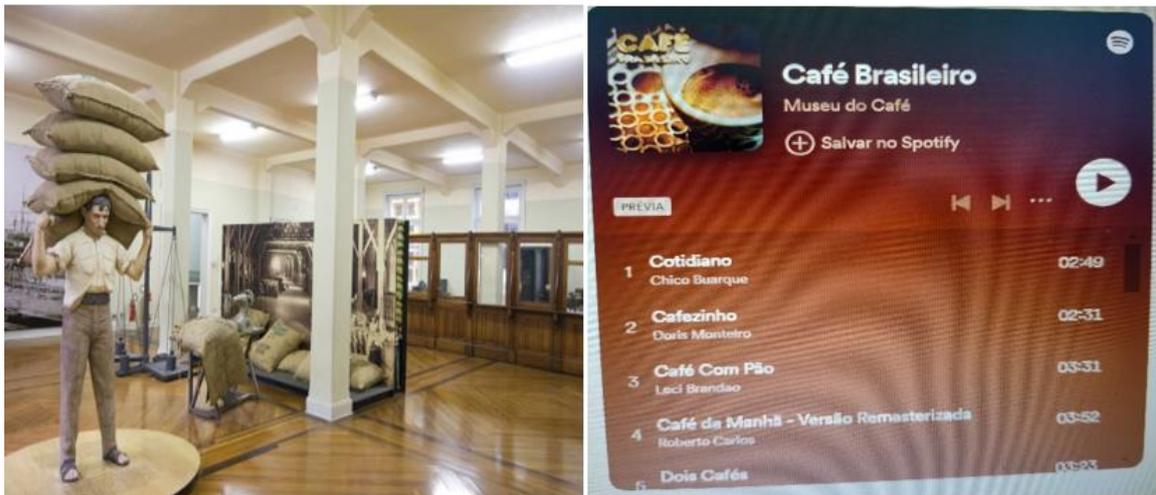
As moedas de R\$ 2000 mil réis de 1889 e as de Cr\$5 cruzeiros de 1982, foram algumas das quais estiveram cunhados os ramos de café. Na moeda de Cr\$ 5 cruzeiros no anverso da moeda estão cunhados o dístico Brasil e os ramos de café (Acervo [...], 2023).

É relevante acrescentar nesta pequena lista de curiosidades sobre o café, o “Museu do Café” localizado em Santos (SP), inaugurado em 1988, onde funcionava a antiga Bolsa Oficial do Café, que havia fechado em 1960. Com o encerramento das atividades da bolsa, os móveis

e todos os bens estruturais do local passaram a ser responsabilidade do governo através da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do estado de São Paulo e, atualmente, é reconhecido como um dos principais pontos turísticos da cidade de Santos (Museu do Café, 2021).

O museu se dedica à preservação e à divulgação da história do café no Brasil e no mundo. Através de objetos, documentos e recursos audiovisuais, a instituição ilustra ao público a inter-relação entre a revolução da cafeicultura e o desenvolvimento político, econômico e cultural do país, abrangendo desde meados do século XVII até os dias atuais (São Paulo, [2024]). Vale ressaltar um aspecto interessante presente na página inicial do museu: uma seção dedicada a destacar músicas brasileiras relacionadas ao tema “Café”, conforme se vê da figura a seguir. A *playlist*, disponível para salvamento no *Spotify*, contém 21 músicas, incluindo "Café" de Jorge Ben Jor, "Não é Fácil" de Marisa Monte, “Café com Pão” de João Donato, e “Café Brasil” da Bossa Nova Lounge Orchestra, entre outras (Museu do Café, 201)

Figura 8 - Escultura de Jacinto e Playlist músicas sobre “Café”



Fonte: São Paulo ([2024])

Jacinto é uma escultura de bronze que retrata um homem carregando cinco sacas de café, e é uma das principais curiosidades do museu. Segundo uma lenda local, a obra homenageia um carregador conhecido por transportar 300 kg de café apenas com a força do seu corpo. Seu feito virou um mito que foi reproduzida de diversas formas, mas não se sabe a história real (Museu [...], 2021).

Estas são apenas algumas curiosidades que permeiam a história do café, tanto em escala global quanto no contexto específico do Brasil, destacando-se como meros exemplos de um universo vasto e rico em narrativas surpreendentes.

## 1.2 E O CAFÉ CHEGA NO VALE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO VALE DO CAFÉ DO RIO DE JANEIRO

*Traz o vale do café, negritude de valor  
Num lindo rosário de amor.  
Samba Enredo, Império da Tijuca (2019)<sup>2</sup>*

Há registros variados sobre o início da cultura cafeeira no Rio de Janeiro: algumas fontes indicam a chegada do café em 1760, enquanto outras mencionam 1774. Algumas pesquisas indicam que o café chegou ao Rio de Janeiro em 1760, quando o desembargador João Alberto Castelo Branco trouxe mudas de Belém para cultivo experimental, distribuindo-as em propriedades de estrangeiros e em mosteiros. Esse cultivo inicial se limitou a pequenos plantios, com o objetivo de atender à demanda local, e só décadas depois evoluiu para uma produção em escala comercial na região (Andrade, 2011, p. 19).

Outra visão sugere que a data de 1774 representa a introdução mais significativa do café na região, coincidente com o aumento de interesse por cultivos alternativos ao açúcar. Essa expansão começou a ganhar corpo no início do século XIX, especialmente nas áreas montanhosas do Vale do Paraíba, onde o solo e o clima foram desenvolvidos ao cultivo do café em maior escala (Motta Sobrinho, 1978, p.11).

Essas divergências refletem as nuances no processo de introdução do cultivo, apontando para a importância de revisar criticamente as fontes históricas ao estudar a expansão do café na região. Entretanto segundo Motta Sobrinho (1978, p. 11):

O Dr. J. Gualberto Castelo branco, vindo assumir o cargo de desembargador da Relação em 1.774, na cidade do Rio de Janeiro trouxe duas mudas de café, que aqui no Sul, cresceram e floresceram em jardim, multiplicando sementes, até que um Belga conhecido por Moke, com elas formou o primeiro cafezal na periferia da corte. Tanto êxito financeiro lhe foi proporcionado, que não demorou a ser seguidos por todos quantos no Rio e no Brasil de norte a sul compreenderam que uma nova mina havia aparecido.

---

<sup>2</sup> **Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa Império da Tijuca** (ou simplesmente **Império da Tijuca**) é uma [escola de samba](#) brasileira da cidade do [Rio de Janeiro](#). A escola foi fundada em 1940, no [Morro da Formiga](#), localizado no bairro da [Tijuca](#), a partir da [fusão](#) entre as antigas escolas Recreio da Mocidade e Estrela da Tijuca. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_da\\_Tijuca.Aceso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_da_Tijuca.Aceso) em 10 de jan. 2025.

Essas mudas serviram de base para novos cultivos nos arredores do Rio de Janeiro, como Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. A partir desses pontos, a cultura do café se expandiu pelo estado do Rio de Janeiro em duas direções principais: para o sudoeste, abrangendo áreas de São João Marcos até Resende, e para o sul, onde se estabeleceram grandes plantações em Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, e posteriormente no centro norte em Cantagalo. Simultaneamente, a partir de São Gonçalo, o café se propagou para Itaboraí e Maricá, estendendo-se em direção a Campos e ao estado do Espírito Santo (Pereira, 2005).

No início do século XIX, pés de café ocupavam as matas da floresta da Tijuca, os morros da Tijuca, no Rio de Janeiro eram então grandes plantações de café. Dessa região, a onda do fruto vermelho se espalhou para outras áreas do estado, conforme se vê da Figura 9 a seguir, a plantação de Café na Tijuca, no Rio de Janeiro.

Figura 9 – Plantação de Café na Tijuca, Rio de Janeiro



Fonte: Rugendas (1835).

O retrato "Recolte du Café" (Colheita do Café) de Johann Moritz Rugendas, faz parte de sua obra "Voyage pittoresque dans le Brésil" (Viagem Pitoresca ao Brasil), é uma representação detalhada da vida e do trabalho dos escravizados africanos nas plantações de café no Brasil durante o século XIX. De acordo com Silveira (2022), o alemão Johann Moritz Rugendas, ou Rugendas, como era popularmente conhecido, foi um pintor e desenhista que viajou pelo Brasil entre 1821 e 1825, e sua obra ganha destaque por ser uma das mais importantes representações visuais da paisagem e da vida no Brasil no período imperial.

Ele documentou com precisão etnográfica diversos aspectos da sociedade brasileira, incluindo a vida nas fazendas de café. Na imagem, Rugendas retrata trabalhadores colhendo café, na floresta da Tijuca no Rio de Janeiro. A cena é composta por uma paisagem que reflete a realidade da época em que a economia cafeeira era fortemente dependente do trabalho escravizado e resultou no aumento da destruição ambiental.

Félix Taunay também retratou com maestria as paisagens do Brasil Império. Algumas imagens panorâmicas do Rio de Janeiro também foram representadas por ele, como se vê da Figura 10 a seguir.

Figura 10 – Obra Mata Reduzida a Carvão - 1830



Fonte: Taunay (1830).

Ao analisarmos o retrato de Félix Taunay que representa a Mata Reduzida a Carvão de 1830, é essencial considerar o trabalho de Warren Dean (1996) sobre a devastação da mata atlântica brasileira. Dean oferece uma perspectiva histórica e ambiental significativa que nos permite compreender melhor as consequências desse processo de destruição retratado na pintura de Taunay.

Neste processo da introdução do Café no Rio de Janeiro é essencial destacar o papel desempenhado pelo trabalho do escravizado. A mão de obra escravizada foi a força motriz nas

plantações de café na economia colonial. A tabela 1 nos dá uma noção da demanda dessa força de trabalho realizada através do escravizado.

**Tabela 1 – Principais produtos de exportação no Brasil (1821-1890)**

<b>Brasil: Principais produtos de exportação (1821-1890)</b>									
Participação (em %) na receita de exportações									
Periodos	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Fumo	Cacau	Outros	Total
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	2,5	0,5	14,2	100
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	1,9	0,6	10,9	100
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	1,8	1,0	12,7	100
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	2,6	1,0	10,7	100
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	3,0	0,9	10,9	100
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	3,4	1,2	6,4	100
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	2,7	1,6	8,9	100

Fonte: Singer, (1974).

Ao analisarmos a tabela 1 podemos constatar que o café foi o principal produto de exportação do Brasil no século XIX, dominando significativamente a pauta exportadora. Sua predominância reflete a importância econômica e social da produção cafeeira para o país, especialmente nas regiões Sudeste. Em segundo lugar, destaca-se a cana-de-açúcar, que, embora tenha perdido a liderança para o café, continuou a ser uma mercadoria relevante ao longo do século. Outros produtos, como algodão, borracha, couros e peles, fumo e cacau, aparecem com porcentagens bem menores, evidenciando a concentração das exportações brasileiras em torno do café e da cana-de-açúcar. Essa configuração econômica teve profundas implicações na estrutura agrária, no mercado de trabalho e no desenvolvimento da infraestrutura do Brasil oitocentista.

Durante o aumento da produção de café no século XIX, o Brasil importou um número significativo de africanos escravizados. Na historiografia cogita-se que durante os mais de três séculos o tráfico negreiro trouxe em torno de 5.099.816 (cinco milhões e noventa e nove mil, oitocentos e dezesseis) (Piletti, 1996, p. 60). A tabela 2 a seguir mostra uma estimativa do número de escravos embarcados e desembarcados entre 1501 e 1866 em vários países, inclusive o Brasil.

**Tabela 2** – Estimativa do número de escravizados embarcados e desembarcados no Brasil

	Portugal / Brasil		Grã-Bretanha		EUA		França		Totais	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
1501-1525	7.000	4.914	0	0	0	0	0	0	7.000	4.914
1526-1550	25.387	17.771	0	0	0	0	0	0	25.387	17.771
1551-1575	31.089	22.174	1.685	1.188	0	0	66	50	32.840	23.412
1576-1600	90.715	67.879	237	168	0	0	0	0	90.952	68.047
1601-1625	267.519	214.808	0	0	0	0	0	0	267.519	214.808
1626-1650	201.609	166.017	33.695	26.315	824	702	1.827	1.479	237.955	194.513
1651-1675	244.793	209.690	122.367	93.209	0	0	7.125	5.456	374.285	308.355
1676-1700	297.272	261.523	272.200	208.431	3.327	2.548	29.484	22.265	602.283	494.767
1701-1725	474.447	421.232	410.597	339.007	3.277	2.612	120.939	95.357	1.009.260	858.208
1726-1750	536.696	470.236	554.042	455.284	34.004	27.500	259.095	216.213	1.383.837	1.169.233
1751-1775	528.693	476.596	832.047	682.454	84.580	70.624	325.918	278.479	1.771.238	1.508.153
1776-1800	673.167	623.298	748.612	673.590	67.443	56.601	433.061	369.121	1.922.283	1.722.610
1801-1825	1.160.601	1.037.342	283.959	253.678	109.545	89.990	135.815	117.969	1.689.920	1.498.979
1826-1850	1.299.969	1.099.018	0	0	1.850	1.662	68.074	58.579	1.369.893	1.159.259
1851-1875	9.309	7.318	0	0	476	413	0	0	9.785	7.731
Totais	5.848.266	5.099.816	3.259.441	2.733.324	305.326	252.652	1.381.404	1.164.968	10.794.437	9.250.760

Fonte: Tráfico [...] ([2024]).

A tabela 2 apresenta estimativas do número de escravizados embarcados na África e desembarcados em diferentes partes das Américas e outras regiões entre 1501 e 1866. Os dados são segmentados por país de destino, proporcionando uma visão comparativa do impacto do tráfico de escravizados em várias regiões. Especificamente no Brasil, os dados mostram que entre 1501 e 1866, milhões de escravos africanos foram desembarcados no país. Essa força de trabalho foi essencial para a economia colonial, especialmente nas plantações de açúcar no Nordeste e, mais tarde, no período pós-independência nas plantações de café no Sudeste. A região do Vale do Paraíba Sul Fluminense, em particular, tornou-se um importante centro de produção de café, dependente do trabalho escravizado.

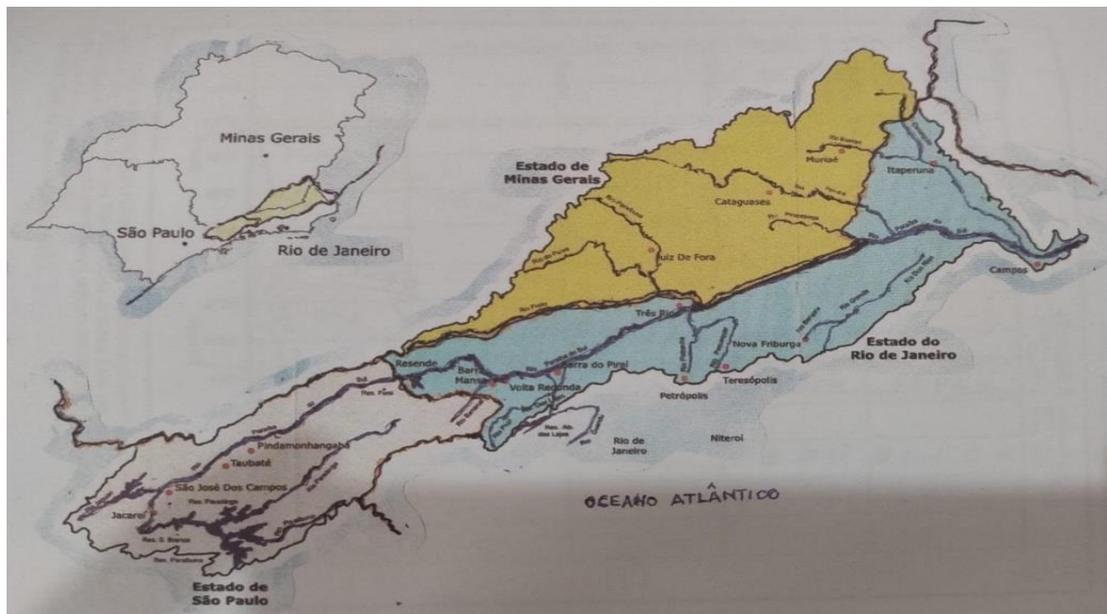
As senzalas, eram suas habitações nas fazendas, tinham um único compartimento, abafado, quase sem janelas. Os negros trabalhavam de sol a sol, não tinham descanso, com longas jornadas em torno de 14h a 16h, a alimentação oferecida pelos senhores era precária e as punições severas (Piletti, 1996).

Como menciona poeticamente Motta Sobrinho (1978, p. 11), “[d]a cor atraente das Esmeraldas, produzia frutos de rubi”. Podemos afirmar que a produção do café no século XIX foi importante para o crescimento econômico do Brasil. Essa indústria gerou riquezas para a elite, mudou a estrutura social do país e teve impacto na política brasileira. Motta Sobrinho relata a seguir (1978, p. 11):

Com o real incentivo do monarca português, as experiências já aprovadas se vão repetindo, das chácaras da Tijuca e Corcovado, no Rio de Janeiro aos sítios da baixada fluminenses, de onde os cafeeiros marcharam sobre o Vale do Paraíba, para sua arrancada civilizadora. Em pouco tempo, só o café produzido nessa região será superior à quantidade provenientes do resto do mundo cafeeicultor [...].

Nesse cenário de expansão cafeeira impulsionada pelo incentivo real, vislumbra-se a ascensão iminente da região do Vale do Paraíba como uma potência na produção de café como se observa na representação gráfica da Figura 11. Isso consolidará o papel do Brasil no mercado global de produção agrícola.

Figura 11 – Representação Gráfica do Vale do Paraíba (Bacia do Rio Paraíba do Sul)



Fonte: Lima (2020)

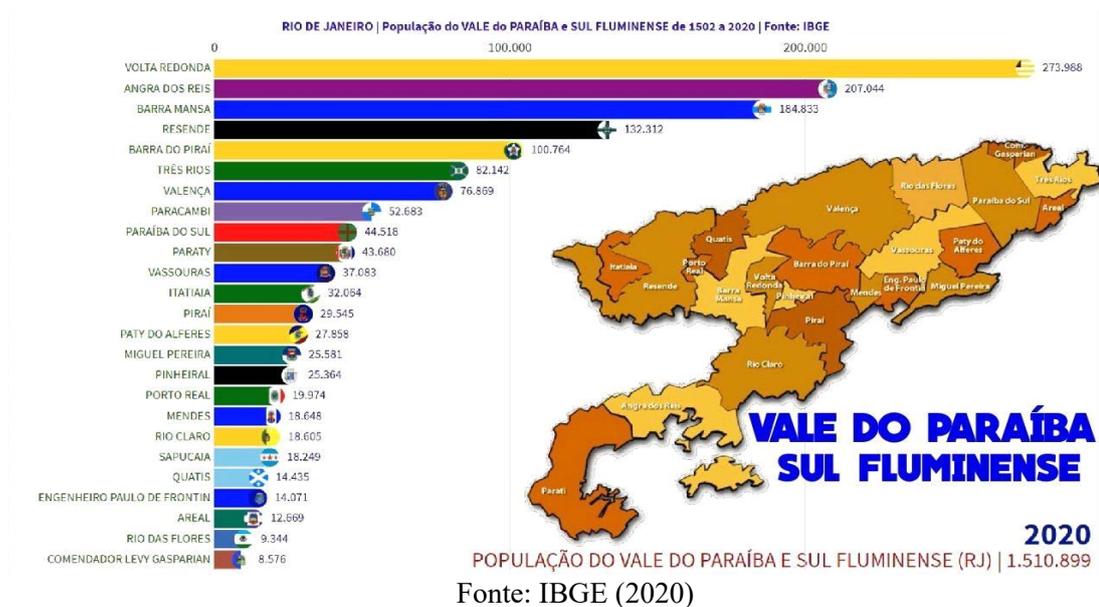
Segundo Lima (2020, p. 15), o mapa constante da Figura 11 está destacando os três segmentos do Vale Paraíba: “paulista(beje), fluminense(azul) e mineiro(laranja), a bacia está destacada em amarelo se posicionando em relação aos três estados da Federação ocupando, em relação ao Rio de Janeiro, 63,0% da área total do estado”.

O Vale do Paraíba abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em uma extensão de 57.000 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 6% do território do Sudeste brasileiro. Na verdade, essa região era

delimitada pelos afluentes do Rio Paraíba, alcançando diversos municípios nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, formando uma demarcação territorial distinta, conhecida com Vale do Paraíba (Ferraz, 2011).

Está localizado a oeste do estado, engloba um grupo de cidades em torno de 25(vinte e cinco), como demonstrado na figura 12.

Figura 12 – População do Vale do Paraíba e sul Fluminense 1502 a 2020



Essas cidades estão localizadas ao longo do curso do rio Paraíba do Sul na porção fluminense do vale localizada no estado do Rio de Janeiro. Essa localização privilegiada entre as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro tornou o Vale do Paraíba Fluminense um ponto de conexão importante na história regional e nacional (Ab'Saber, 2010, p. 29).

Segundo Toledo e Gancho (2003), a área pode ser categorizada em três partes distintas: o Vale do Paraíba Superior, também conhecido como sub-região do Alto Paraíba, estendendo-se desde a nascente até Guararema; a região do Vale Médio Superior, de Guararema até Cachoeira Paulista; e o Região do Médio Inferior, que abrange uma pequena porção de terra no Estado de São Paulo.

O foco principal deste estudo recai sobre os municípios da Região do Médio Paraíba, onde as características distintas do período cafeeiro estão mais proeminentes. Nesse sentido, analisaremos a discussão e os impactos sobre o potencial turístico que já está impulsionando a economia de diversos municípios (Couto; Serra, 2011, p. 3).

A região do Vale do Café está localizada no centro-sul do estado do Rio de Janeiro, na divisa com Minas Gerais, abrangendo uma área de 5.828,0 km<sup>2</sup>. Esta região é atendida por uma rede rodoviária que facilita a conexão com a capital do Rio de Janeiro. A designação "Vale do Café" foi estabelecida pelo Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro nos anos 2000, que mapeou todo o território fluminense em agrupamentos de municípios com características turísticas comuns, criando assim diversas regiões turísticas. Com o passar dos anos, surgiram outras expressões para se referir ao "Vale do Café". Uma delas é "Vale Histórico do Café", onde "histórico" provavelmente visa destacar a significativa importância da região no oitocentos. Recentemente, uma edição online da Revista Vale do Café apresentou uma matéria sobre a instituição "Vale do Café Convention & Visitors Bureau", já conhecida pela sigla "Vale do Café C&VB" (Lima, 2008).

É relevante considerar que a região produtora de café durante o período Imperial abrangia áreas muito maiores do que aquelas conhecidas hoje como Vale do Café. A região do Vale Paraíba Sul Fluminense é composta por uma quantidade significativa de municípios, dos quais 15 fazem parte da região conhecida como Vale do Café, são eles: Barra Mansa, Barra do Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras, e Volta Redonda, como se vê da Figura 13. Cada uma dessas localidades contribuiu para a identidade única e a história do Vale do Café.

Figura 13 – Mapa da Região do Vale do Café



Fonte: Guia [...] (2015).

A ascensão do Vale do café sul fluminense que emergiu como um epicentro da produção cafeeira no século XIX, desempenhou um papel significativo na região e no país. Conforme Pozzobon (p. 44) “A partir de 1820, foi uma conjuntura de fatores favoráveis, que permitiu um sistema de produção agrícola baseado no latifúndio e na monocultura”. Segundo Pereira,

[...]Em 1830 já era a principal atividade de Vassouras, Barra Mansa, Valença, Paraíba do Sul e Piraí. O café era drenado por caminhos carroçáveis, ou trilhas para tropas de mulas, para uma série de pequenos portos onde se localizavam as casas comissárias de café (Pereira, 2005, p.3).

Os principais fatores para o crescimento da produção de café no Vale Paraíba no oitocentos foram: terras virgens, clima favorável e mão de obra escravizada. Foi adotado o modelo tradicional de “plantation”, caracterizado pela concentração de grandes propriedades, voltadas para a produção destinada à exportação, e pelo uso sistemático de mão de obra escravizada. Cabe ressaltar que um escravo era extremamente valioso, com um preço médio de cerca de 1 conto de réis. Em 1855, um escravizado era cotado a 1 conto de réis e 75 mil-réis, enquanto uma escrava valia 857 mil-réis. Já em 1875, o preço dos escravos havia subido para 1 conto de réis e 256 mil-réis, e o das escravas para 1 conto de réis e 106 mil-réis. Entre 1835 e 1875, houve um aumento de 235% no valor dos escravos (Quincas, 2016).

A implementação da produção cafeeira demandava um considerável investimento inicial, pois envolvia a aquisição de escravizados, o desmatamento das áreas e a preparação do solo para o cultivo. Outro ponto importante, os cafeicultores enfrentavam um período de espera significativo antes de obterem retorno financeiro, uma vez que os cafezais demandavam aproximadamente quatro anos para alcançarem a fase produtiva (Menezes, 2017).

O método de produção adotado caracterizava-se pelo uso extensivo do solo, o qual era explorado até que sua fertilidade se esgotasse, momento em que se procedia à mudança para novas áreas, deixando as anteriores em desuso ou destinando-as a cultivos de menor escala. No que concerne às técnicas agrícolas, predominavam o emprego rudimentar de instrumentos como a enxada e a foice. Adicionalmente, o processo de colheita era realizado manualmente pelos escravizados, há intensa exploração dessa força de trabalho no ciclo produtivo cafeeiro (Menezes, 2017).

Neste contexto podemos destacar o município de Vassouras que teve seu início como vila em 1833, tornando-se destaque devido ao desenvolvimento econômico da região do Vale do Paraíba do Sul, com o crescimento das plantações café. Isto fez com que a vila, fosse elevada à categoria de cidade em 1857, sendo proclamada a maior produtora de café do mundo. O fato

fez com que a cidade fosse reconhecida como a “Princesinha do Café” e posteriormente como a “Cidade dos Barões”, por conta dos nobres fazendeiros que ali residiram (Guimarães, 2015 *apud* Andrade; Barcia, 2018).

Cabe fazer um comentário sobre o hábito de conceder títulos de nobreza no Império do Brasil o qual tem suas raízes na herança cultural e política de Portugal. Através da concessão desses títulos, era possível obter apoio e formar alianças. Eles desejavam os títulos principalmente pelo prestígio que conferiam, enquanto o imperador buscava, com isso, a legitimação de seu governo (Faria, 2005, p. 14).

A distribuição de títulos nobiliárquicos no Brasil durante o período de 1808 a 1889 reflete a estrutura social e política da época. Esses títulos, concedidos pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, pelo Império do Brasil, eram símbolos de prestígio e poder, frequentemente associados a serviços prestados ao estado ou à monarquia (Faria, 2005). Analisar a quantidade e a distribuição desses títulos nos fornece uma visão clara de como a nobreza brasileira se configurou e evoluiu ao longo desse período histórico, como se observa na Tabela 3 a seguir.

**Tabela 3 – Títulos distribuídos no Brasil Império**

Títulos nobiliárquicos distribuídos no Brasil (1808-1889)				
Imperadores Títulos	D. João	D. Pedro I	D. Pedro II	Total
Duque	2	2	1	5
Marquês	13	27	20	60
Conde	49	8	42	99
Visconde	30	49	184	263
Barão	25	48	818	891
total	119	134	1065	1318

Fonte: Faria (2005, p. 14)

Ao explorarmos os dados apresentados pela tabela 3, podemos notar a evolução e a distribuição dos títulos nobiliárquicos distribuídos no Brasil entre 1808 e 1889, destacando a prevalência de determinadas honrarias em diferentes fases do período imperial. Essa distribuição evidencia a política de concessão de títulos como uma ferramenta de controle social e político, além de um meio de reconhecimento dos aliados da monarquia.

Ao observar esses dados, podemos compreender melhor as dinâmicas sociais da época e a importância do reconhecimento nobiliárquico na estruturação da sociedade brasileira

imperial. Releva notar que o aumento dos títulos concedidos acompanha o período de expansão cafeeira durante o Governo de Pedro II.

Retornando a Vassouras, seu nome em suas origens está associado a um arbusto que foi muito abundante na região conhecido como “tupeçaba” ou “guaxima”, popularmente chamado de vassourinha (Nossa[...], [2024]). A localização estratégica de Vassouras ao sopé da Serra do Mar, no início do Vale do Rio Paraíba, desempenhou um papel primordial em seu desenvolvimento. Esse ponto era ideal para o repouso das tropas de mulas que viajavam entre a região de Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, utilizando o chamado Caminho Novo das Minas (Stein, 1990) A abertura desse caminho foi iniciada por Garcia Rodrigues Paes, por volta de 1698, e concluída em 1705, tendo como ponto de partida suas próprias roças na região conhecida como Ressaca, posteriormente denominada Estrada Real. Anteriormente, o percurso era realizado pelo Caminho Velho, que se estendia da vila de Parati até a Serra do Mar, onde então se seguia em direção às Minas Gerais (Fernandes, 2004, p. 23-24).

### 1.3 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS NO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE: PASSADO E PRESENTE

O Vale do Café sul fluminense tem uma história rica e multifacetada, marcada por uma série de transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais ao longo do tempo. Desde os primeiros plantios de café até os dias atuais, a região passou por mudanças marcadas por momentos de prosperidade e desafios. Abordaremos em etapas cada segmento para uma melhor compreensão.

#### 1.3.1 Dos barões do café ao empreendedorismo do século XXI - transformações econômicas no Vale do Café

No século XIX, a economia cafeeira no Vale do Paraíba sul fluminense passou por transformações significativas impulsionadas por uma série de fatores. A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, sob o reinado de Dom João VI, teve um papel crucial no desenvolvimento da economia cafeeira na região. A chegada da Corte trouxe consigo uma série de incentivos, incluindo a doação de sementes de café aos fazendeiros locais, estimulando ainda mais o crescimento da indústria cafeeira no Vale do Café (Pereira; Vian; Queiroz, 2008).

Antes desse período durante a primeira fase que seria a entrada do café no Brasil até sua introdução nas terras cariocas a um intervalo temporal de 83 anos, onde também ficou conhecido como uma cultura nômade por ter passado por vários estados brasileiros (Bacha, 2004). Segundo Bacha (2004, p. 2) “a cafeicultura brasileira é dividida em 4 fases: primeira fase: 1727 a 1810; segunda fase: 1811 a 1870; terceira fase: 1871 a 1896 e quarta fase: 1897 a 1929”. A segunda fase foi o período em que o cultivo do café se adaptou a terras fluminenses e torna-se um marco para o sucesso da produção de café no Vale. O autor delinea os fatores que determinaram a expansão da lavoura de café no Brasil, começando inicialmente no Rio de Janeiro, entre a primeira e a sétima década do século XIX.

A boa adaptação da cultura cafeeira às condições do solo e ao clima da região foi fundamental para o seu sucesso, permitindo um cultivo abundante e de alta qualidade. A mão de obra escravizada foi outro fator importante para a ascensão da produção. Além disso, os mercados internacionais ofereciam preços favoráveis para os principais produtos de exportação da época, incentivando os produtores do Vale do Café a expandirem suas plantações e aumentarem sua produção.

Esses fatores contribuíram para que o Vale do Café se consolidasse como a principal região produtora de café do Brasil e do mundo no século XIX. Em contrapartida, o preço do açúcar não estava tão bom, o que reforçou a transição dos produtores para o cultivo do café (Bacha, 2004).

A produção de café impulsionou o desenvolvimento econômico e a prosperidade nessas áreas, levando ao surgimento de diversas cidades que prosperavam em torno dessa atividade. Segundo Grieg (2000, p. 37):

[...] à produção do vale do Paraíba Fluminense gerou uma extraordinária riqueza para os fazendeiros que souberam aproveitá-la, construindo suas casas, como palácios rurais, e mantendo um estilo de vida de luxo” para demonstrar a sua força política e econômica. As casas eram verdadeiros solares, muito imponentes e bem cuidados. Havia o culto pela “Corte Rural”. A maioria dessas famílias passou a adquirir títulos nobiliárquicos, sabia viver os prazeres da vida, cercava-se de bem-estar e opulência.

A historiografia menciona que em 1852, o segmento fluminense do Vale do café registrou uma produção de “7 milhões e 193 mil arrobas (15 kg cada)”, representando aproximadamente 77% do total das exportações brasileiras. Este índice aumentou para 81% das exportações nacionais até o ano de 1860 (LIMA, 2008, p. 20). No período imediatamente

anterior à Grande Guerra de 1914-1918, o café do Vale do Paraíba cobria aproximadamente 70% das exportações deste produto para o mercado mundial (Donghi, 1978, p. 253).

Entretanto, com o tempo, a produção de café entrou em decadência nessa região. A lavoura habitual e a base no trabalho escravizado, amplamente aceita pela elite como um instrumento crucial para a domesticação do território e a inserção do país na economia internacional, era considerada uma forma imperfeita e efêmera de assentamento produtivo. Isso ocorria porque os solos, após serem desmatados e queimados, tornavam-se erodidos e esgotados em poucos anos, necessitando serem abandonados (Grinberg; Salles, 2009, p. 337).

Dessa forma, em determinados momentos, especialmente a partir da década de 1880, o debate crítico sobre a agricultura convergiu mais diretamente com o discurso abolicionista, associando o predomínio do trabalho servil à persistência de técnicas rudimentares que contribuíram para a degradação do território. Conforme Grinberg e Salles (2009, p. 34):

Ao difundir de forma resoluta a tese da existência de uma relação perversa entre trabalho escravo, atraso agrícola e destruição do mundo natural, no entanto, líderes abolicionistas como André Rebouças e Joaquim Nabuco estavam seguindo os passos de um personagem que, por ironia, ganhava cada vez mais destaque no imaginário do Segundo Reinado: José Bonifácio<sup>3</sup>.

As cidades que antes cresciam e prosperavam com a cultura cafeeira foram perdendo sua vitalidade e estagnando. Com a decadência do café nas últimas décadas do Século XIX, segundo Lamego (2003, p. 146), “o apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense encerrou-se na década de 1880”, quando inúmeros problemas passaram a atormentar a vida dos cafeicultores da região.

A queda da produção cafeeira no sul do estado do Rio de Janeiro e o crescimento da produção cafeeira em São Paulo ocorreu principalmente no final do século XIX e início do século XX. Stein (1961) ressalta que a exaustão do solo, a concorrência internacional e crise econômica, incluindo a abolição da escravatura em 1888, que afetou a produção e o trabalho nas fazendas de café foram as principais causas da queda do cultivo do café nessa região.

---

<sup>3</sup> José Bonifácio, conhecido como o “Patriarca da Independência”, ficou famoso por seu papel fundamental na independência do Brasil de Portugal em 1822. Através do texto “Representação à Assembleia Constituinte sobre a Escravatura”, escrito em 1823, ele advoga pela abolição da escravidão no Brasil, argumentando que ela era moralmente indefensável e prejudicial ao desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com Grinberg e Salles (2009, p. 346), “sua grande esperança, por outro lado, estava na propagação no mundo rural brasileiro de braços livres do pequeno agricultor familiar, que teria interesse objetivo em adotar uma cultura de maior cuidado e manejo sustentável dos solos e demais recursos naturais”.

Como consequências pode-se citar o declínio econômico gerado pela queda da produção e a diminuição das receitas provenientes do café. Nesse contexto, muitas fazendas do sul do estado do Rio de Janeiro enfrentaram dificuldades financeiras. A migração para São Paulo foi resultado da busca por terras mais férteis e oportunidades em outras regiões, procuradas pelos produtores de café, de acordo com Silva (2008). Na procura por terras mais férteis, surgiu a famosa “Terra Roxa” (que tem seu nome derivado de *terra rossa*, que em italiano significa terra vermelha) são solos profundos, com elevado teor de ferro e macronutrientes, com grande potencial para o desenvolvimento de coberturas vegetais densas. Considerado um dos solos mais férteis do Brasil (Sousa, 2020).

Os donos de fazendas desta região, oeste de São Paulo, financiaram a vinda de imigrantes de diversas origens para trabalhar em suas fazendas, pois já tinham a percepção que era questão de pouco tempo para não contarem mais com a mão de obra escravizada devido ao avanço da legislação abolicionista (Andrade; Bárcia, 2018).

Com estas medidas a partir do século XX, a produção cafeeira em São Paulo alcançou níveis sem precedentes, mudando o epicentro da produção cafeeira do sul do estado do Rio de Janeiro para São Paulo – transformando o estado no principal polo econômico do país na época (Delfim Netto, 1973).

Cabe ressaltar que atualmente o estado do Rio de Janeiro não se destaca como um estado representativo na produção do café. Segundo dados da própria Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), os estados que são representativos na produção do café são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rondônia. Conforme dados atuais, observa-se a figura 14 a seguir sobre a produção de café esperada em 2021 (O Café [...], 2021).

Figura 14 – Estimativas de Produção para safra Brasileira de café em 2021



Fonte: Lopes (2021).

Esses estados são considerados novos potenciais produtores de café devido ao seu crescimento na produção nos últimos anos e ao aumento da área plantada. No entanto é importante destacar que as estimativas de produção podem sofrer alterações ao longo do ano devido a diversos fatores, como condições climáticas e problemas fitossanitários (Lopes, 2021).

Interessante frisar que segundo Queen e Meirelles (2012), é um erro muito comum afirmar que “Existiu um Ciclo de café, com começo meio e fim”, pois no Brasil, a produção do grão segue em andamento, persistindo até os dias atuais e mantendo o país como um dos principais exportadores. De acordo com Muaze (2008, p. 303):

[...]a comercialização do café não foi a única responsável por fortunas erguidas na região. Comércios com tráficos de escravos, mineração, cana de açúcar, ouro e empréstimos de dinheiro a juros realizado por muitos patriarcas contribuíram também na construção local, além de criarem uma identidade das cidades e memórias enraizadas e associadas à elite da época.

A economia do Vale do Café passou por significativas transformações após a crise que atingiu o produto. A produção de café nessa região atualmente não é relevante. No entanto está se reinventando dando espaço para a introdução da produção de cafés especiais representando uma ruptura aos meios de produção e comercialização do café commodity, “exigindo novas competências nas empresas, novos perfis de recursos humanos, novas sugestões sobre se, quando e como partilhar conhecimentos com os outros” (Della Corte; Aria, 2016, p. 10).

Observou-se uma tendência à diversificação agrícola na região. Esta diversificação, apoiada pelo governo estadual, emergiu como resposta à crise enfrentada pelo setor cafeeiro. O redirecionamento para atividades agrícolas e pecuárias distintas representou uma tentativa de mitigar os impactos financeiros negativos, evidenciando a vulnerabilidade da economia cafeeira diante das adversidades econômica. A diversificação agrícola e pecuária foi uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando a situação econômica do estado do Rio de Janeiro afetada pelo café (Vieira, 2001).

O cenário atual depois de décadas de abandono tem o foco na retomada sustentável. Algumas fazendas fazem parte de um projeto de retomada da produção cafeeira, no entanto, agora de forma sustentável. De acordo com Barros (2018, p.55):

A criação do Vale do Café, em 2001, foi um marco para os municípios do interior fluminense. A partir da oficialização, os municípios puderam legitimar a Tradição do Café, sustentar um atrativo turístico e, se apropriar da ação

estratégica. Além de se beneficiar de recursos no intuito de dinamizar a economia regional.

Assim o Vale do Café, região histórica conhecida por sua produção de café durante o período imperial, vem ganhando visibilidade através de uma série de ações nos últimos anos. A criação de institutos que se dedicam à preservação do patrimônio histórico e cultural da região, tem sido fundamental para impulsionar iniciativas de valorização e promoção do Vale do Café (Barros, 2018).

A promoção do turismo cultural tem sido uma estratégia-chave para destacar o Vale do Café como destino turístico. A redescoberta da identidade regional e o resgate de espaços de memória, como fazendas históricas, museus e patrimônios arquitetônicos, têm atraído visitantes interessados em conhecer mais sobre a história e a cultura cafeeira do Brasil.

Essas ações combinadas têm contribuído para tornar o Vale do Café uma região mais visível e valorizada, gerando crescimento econômico e preservação do patrimônio cultural.

### **1.3.2 Saias e Senzalas: Revolução nas Relações Humanas - transformações Sociais no Vale do Café**

*Manoel Congo com cuidado  
Muitos escravos juntou,  
Recolhidas várias armas  
Mantimento e cobertor,  
Passaram, seguindo a trilha,  
Na Fazenda Maravilha  
E já outros libertou.  
Cordel de Medeiros Braga*

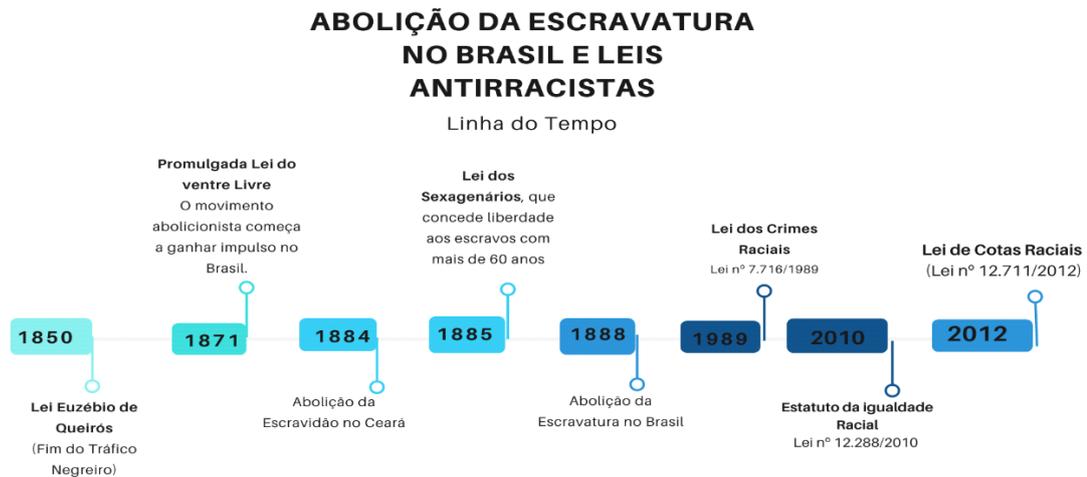
Durante o auge da produção de café, o Vale do Café era habitado principalmente por grandes fazendeiros e uma grande população escravizada. A escravidão foi uma instituição central na economia e na sociedade da região, deixando marcas profundas. A economia cafeeira no oitocentos dependia essencialmente do trabalho escravo. Assim, para além da prosperidade da elite cafeeira, é de fundamental importância discutir a exploração da força do trabalho escravizado.

Com o tempo e a perseverança dos movimentos abolicionistas, a escravidão foi abolida no Brasil em 1888. Embora tenha sido um período difícil, as lutas dos escravizados por sua liberdade e o fim da escravidão foram importantes conquistas para o país, que pode então

começar a reconstruir e desenvolver uma nova economia baseada em princípios mais justos e humanos.

Na figura 15 a seguir organizamos uma linha do tempo das ocorrências que culminaram na abolição da escravatura e leis que foram criadas para proteger as populações afro-brasileiras até hoje.

Figura 15 – Linha do tempo da Abolição da Escravatura no Brasil e Leis Antirracistas



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como descrito por Rousseau (1973, p. 42), “o homem nasce livre, mas em toda parte é acorrentado”. É importante lembrar que a luta pela liberdade é uma tarefa constante, que deve ser realizada por nós, todos os dias.

Portanto, a cultura Afro-brasileira, incluindo música, dança, culinária e religião, foi fortemente influenciada pela presença da população escravizada no vale do café. Pode-se citar a capoeira e o candomblé como exemplos de manifestações culturais que se originaram de fusão de tradições africanas com influências locais. A mistura étnica e cultural proveniente da presença da população de escravizados foi resultado de uma intensa fusão, influenciando não só a cultura, mas também as relações sociais e a dinâmica demográfica da área, criando uma sociedade multifacetada. A resistência e luta por liberdade foram verdadeiros exemplos de atos de perseverança. Os escravos não eram meros espectadores de sua própria opressão. Como descrito por Costa (2001, p. 362):

A resistência do africano foi feita de um modo tenaz e contínuo. Adotava, desde as formas de suicídio, o aborto voluntário, o envenenamento dos senhores de engenho até a sabotagem no trabalho, o que deu origem à ideia falsa e racista do “negro preguiçoso”. Foram muitas as formas de evasão, mas foi sobretudo a revolta, o meio que tendeu a crescer nos últimos tempos da escravidão.

De várias formas demonstradas, desde fugas individuais até rebeliões organizadas, esses atos de resistência contribuíram para a conscientização sobre a injustiça da escravidão e para o movimento abolicionista. A formação de comunidades foi outra contribuição social promovida pelos escravizados, mesmo sob condições adversas, foram capazes de formar comunidades coesas e solidárias entre si, podemos citar os “Quilombos” como exemplo. Essas comunidades serviram como espaços de resistência cultural, apoio mútuo e preservação de tradições africanas, ajudando a manter viva a identidade cultural africana no Brasil (Reis, 1995).

Pode-se afirmar que a abolição da escravidão em 1888 teve um impacto significativo nas relações sociais, econômicas e políticas da região, forçando os proprietários de terras a buscarem novas formas de trabalho e provocando mudanças na estrutura social (Dorigny, 2019).

A classe senhorial no século XIX do Vale do Café desempenhou um papel crucial na sociedade oitocentista brasileira. Composta majoritariamente por grandes fazendeiros e proprietários de terras, essa elite agrária detinha não apenas o controle econômico da região, mas também uma significativa influência política e social.

As fazendas de café, motor da economia local, eram verdadeiros centros de poder onde a produção agrícola se aliava à manutenção de uma estrutura social hierárquica e escravocrata. A presença dessas figuras influentes moldou profundamente a cultura e a organização social da região (Salles, 2008). Outra transformação social evidente foi o da urbanização. O desenvolvimento da indústria cafeeira levou a criação e crescimento de cidades e vilarejos, com construção de estradas de ferro, portos e outras infraestruturas, contribuindo para uma nova dinâmica social nessas áreas (Piletti, 1996, p. 169).

Com base em observações e entendimento sobre o vale do café, podemos afirmar que a adaptação contínua no vale do café às transformações sociais valoriza sua história e cultura. Portanto, sua cultura continua a ser valorizada e celebrada, não apenas através do turismo histórico, mas também por meio de festivais culturais, eventos gastronômicos, atividades artísticas e ambientais. Essa valorização fortalece o senso de identidade e pertencimento das comunidades locais, além de promover o intercâmbio cultural com visitantes e turistas.

Essas são algumas das relações exploradas ao examinar as transformações sociais no Vale do Café durante o século XIX até os dias atuais.

### 1.3.3 Dos Barões do Café aos novos tempos: Fofocas, Festas e Filtros transformações culturais no Vale do Café

*Clementina cantando bonito  
As aventuras do seu povo aflito  
É Seu Francisco, boné e cachimbo  
Me ensinando que a luta é mesmo comigo  
Raça (Milton Nascimento)*



Em tempos passados a cultura do café influenciou profundamente a vida no Vale do café. Grandes fazendas foram construídas, muitas das quais agora são patrimônio histórico, e a região desenvolveu uma rica tradição cultural associada à produção de café. No século XIX, o Vale do café, passou por significativa transformação cultural impulsionada pelo ciclo do café, que trouxe prosperidade e suntuosidade a região (Salles, 2008).

A elite cafeeira era atraída por influências culturais europeias, enriquecidos pela exportação do produto, buscaram reproduzir o estilo de vida europeu, construindo imponentes fazendas e mansões decoradas com elementos arquitetônicos e artísticos inspirados na Europa. Muitas dessas construções incluíam móveis importados, pinturas e ornamentos que refletiam o gosto e as tendências europeias. Como enfatiza Salles (2008, p. 55) a seguir:

A partir de 1850, e mais ainda em 1860, começou a mudar o estilo de decoração das casas, onde multiplicaram-se imensas sala de jantar, de receber, de jogos, de baile. Nos inventários começaram a surgir referências aos pianos, às caixas de música, aos grandes espelhos de moldura dourada colocados aparadores, a cortina com guarnições douradas, a lustres e candelabros de bronze com mangas de cristal francês ou de *overlay*. Tais salas eram decoradas com retratos da família imperial e se tornou mesmo moda retratar os membros da própria família em grandes telas a óleo. Saraus e bailes se tornaram frequentes.

Além da arquitetura, houve uma transformação nos hábitos e costumes. A elite local promoveu saraus, bailes e concertos, que se tornaram eventos sociais importantes e reforçaram a adoção de práticas culturais europeias. A figura 16 retrata casarões das Fazendas Cafeeiras no Vale do Café (RJ).

Figura 16 – Casarões das Fazendas Cafeeiras no Vale do Café (RJ)



Fonte: Fazendas [...], ([2024])

Os casarões antigos das fazendas do café no Vale do Café são importantes construções arquitetônicas, refletindo a riqueza e a opulência dos barões do café. Estas residências eram construídas em moldes europeus, com inspiração no estilo neoclássico e elementos do barroco, exibindo fachadas imponentes, varandas adornadas com colunas e balaústres, e interiores ricamente decorados com móveis importados, lustres de cristal e obras de arte. Conforme descreve Grieg (2000, p. 123):

Os salões espaçosos, muitas vezes decorados com afrescos e estuques elaborados, serviam de palco para saraus, bailes e concertos, tornando-se centros de efervescência cultural e social. Esses eventos eram marcados pela sofisticação e pelo refinamento, refletindo os hábitos e costumes da elite local, que buscava imitar as práticas culturais europeias e reafirmar seu status social através da grandiosidade de suas moradias e da riqueza de suas atividades sociais.

Um período de grande efervescência cultural e artística na Europa foi a Belle Époque, entre o final do século XIX e o início do século XX, que influenciou profundamente a elite do Vale do Café. A figura 17 retrata um lustre de cristal em uma casa de fazenda no Vale do Café. Esse elemento decorativo, típico das fazendas do período cafeeiro, simboliza a opulência e o refinamento estético que caracterizavam a elite rural no século XIX.

A presença de objetos de luxo, como este lustre, reflete o poder econômico gerado pela produção de café, além de evidenciar a influência cultural europeia no Brasil, especialmente no que se refere aos hábitos de consumo e à arquitetura das fazendas históricas da região.

Figura 17 – Lustre de Cristal em casa de Fazenda no Vale do café



Fonte: Mascaro (2013).

A educação e a moda também sofreram influência direta desse período. Escolas e colégios passaram a seguir modelos educacionais europeus, e a moda feminina e masculina adotou estilos que eram populares em Paris e outras capitais culturais da época (Grieg, 2000, p. 133). Em nossa análise das transformações culturais ocorridas no Vale do Café, fica evidente que essas mudanças acentuaram as desigualdades sociais na região. Enquanto a elite desfrutava dos luxos e influências culturais europeias, a maioria da população, composta por escravizados e trabalhadores rurais, vivia em condições precárias e era excluída desses eventos.

Portanto, a influência europeia na época foi marcada pela adoção de estilos de vida e valores europeus pela elite local, que transformavam a paisagem cultural e social da região, ao mesmo tempo em que exacerbavam as disparidades sociais e econômicas (Grieg, 2000, p. 14). Essa influência é percebida na mobília, nos adornos, nas louças e até nas paredes das casas. A

presença de artigos ingleses é preponderante, embora sejam encontrados artigos domésticos, como: mobília austríaca, louça francesa e alemã, além de escarradeira holandesa, dentre outros. A presença de produtos importados da Europa é muito grande e está presente no cotidiano dos lares brasileiros (Bezerra, 2014).

No entanto, as transformações culturais no passado do Vale do Café, também tiveram impactos significativos sob a perspectiva do escravizado, que, apesar de estarem à margem das ostentações da elite, também vivenciaram mudanças culturais importantes (Nicoll, 2005).

Originários da África ou descendentes de africanos, os escravizados do Vale do Café, mantinham vivas suas tradições culturais, religiosas, e sociais, apesar das condições adversas. Os rituais religiosos, a música, a dança e as práticas médicas tradicionais eram forma de resistência cultural e de preservação de sua identidade (Nicoll, 2005).

A religiosidade desempenhou um papel central na vida dos escravizados. A imposição do catolicismo pela elite não conseguiu suprimir as práticas religiosas de matriz africana. De acordo com Bastide (1976, p. 213),

[...]diante do modesto altar católico erguido contra a parede da senzala, a luz tremeluzente das velas, os negros podiam dançar livremente suas danças religiosas tribais. O homem branco acreditava que eles dançavam em homenagem à virgem Maria ou aos santos; na realidade, a Virgem e os santos não passavam de disfarces e os passos dos bailados rituais, cujo significado escapava aos senhores, traçavam sobre o chão de terra batida os mitos dos orixás e dos voduns. A música dos tambores abolia as distâncias, enchia a superfície dos oceanos, fazia reviver um momento a África e permitia, numa exaltação ao tempo frenética e regulada, a comunhão dos homens numa mesma consciência coletiva.

Diante dessa realidade, as danças e os rituais africanos serviam como um poderoso meio de preservação cultural e de identidade para os escravos. Mesmo sob o olhar vigilante dos senhores, essas manifestações culturais proporcionavam um espaço de liberdade e expressão, onde podiam celebrar suas raízes e fortalecer seus laços comunitários. A música dos tambores, o ritmo das danças e as histórias encenadas mantinham viva a conexão com sua terra natal, permitindo-lhes resistir psicologicamente à opressão e desumanização impostas pela escravidão. Essas práticas culturais, realizadas sob o manto da devoção católica, não apenas enriqueceram o cotidiano dos escravos, mas também contribuíram para a formação de uma identidade coletiva resiliente e coesa (Piletti, 1996, p. 103).

Os quilombos, comunidades formadas por escravizados fugitivos, também foram centros importantes de resistência cultural. Nesses espaços, a cultura africana podia ser praticada livremente, longe da opressão dos senhores de escravos. Os quilombos preservaram

línguas, danças músicas e rituais africanos, mantendo uma ligação com suas raízes e criando uma identidade coletiva forte (Silva, 2012, p.75).

Por fim podemos citar a abolição da escravidão em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, que marcou uma profunda transformação cultural no Brasil. Originada das manifestações de escravizados e das lutas abolicionistas, a Lei Áurea representou o culminar de um longo processo de resistência e demanda por liberdade. No entanto, a ausência de projetos ou políticas públicas para a inserção dos ex-escravizados na sociedade deixou milhões de pessoas largadas à própria sorte, enfrentando uma nova realidade sem apoio institucional (Carvalho, 2001).

Esta mudança cultural e social, embora celebrada como um marco de progresso, revelou as profundas lacunas sociais e econômicas que persistiram no país, destacando a complexidade e a dificuldade da transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade livre. O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, refletindo as profundas raízes da prática e a resistência à mudança (Pinto; Ferreira, 2014, p. 258).

Considerando um recorte temporal das transformações culturais que ocorreram no Vale do Café do passado até o presente, podemos afirmar que a cultura do café ainda é uma parte importante da identidade do Vale do Café. Destacando a questão da identidade, de acordo Candau (2011) e Halbwachs (2006), é preciso trazer a identidade para o discurso. Assim ao fazermos a interconexão entre identidade e memória, podemos afirmar que o processo de construção identitária está intrinsecamente ligado ao processo de memória, o qual implica na reconstrução do passado por meio da evocação e do esquecimento seletivo de eventos ocorridos.

Krenak (2019) contribui de maneira significativa para a discussão sobre memória e identidade com uma citação pertinente, “Por isso que os nossos velhos dizem: ‘Você não pode esquecer de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai’. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo”. Ele enfatiza a importância de manter a memória e a consciência das origens, como meio de orientar o presente e o futuro. Compreender as próprias raízes e história são vitais para o crescimento pessoal, mas também para a coesão e força da comunidade.

De acordo com Candau (2011, p. 24) “a relação entre tempo, memória e identidade é robusta, podendo influenciar a origem tanto individual quanto coletiva, uma vez que o tempo propicia o surgimento dos mitos fundacionais nos quais as identidades se fundamentam”. Nesse contexto, o autor ressalta a fenomenologia da perda de memória, uma vez que a lembrança ou o esquecimento estão sujeitos a escolhas individuais ou coletivas. Dessa forma, a memória coletiva e a identidade do Vale do Café permanecem profundamente enraizadas na época em

que o cultivo do café floresceu, perpetuando a cultura e os valores que definem a região até os dias atuais. Se antes o Vale era verde, hoje em dia ele é turístico, histórico e cultural. Atualmente diversos órgãos, políticas públicas, plataformas online e eventos fomentam o desenvolvimento da região. Convém lembrar que podemos citar exemplos como o Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo do Café - CONCICLO –, o Portal do Vale do café, o Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba - PRESERVALE, fundado em 1994 e o Festival do Vale do Café, entre outros (Ferraz, 2011).

Na maioria das cidades que compõem o Vale do café, as fazendas centenárias foram transformadas em museus e pousadas, oferecendo aos visitantes uma imersão na história através de visitas guiadas, que incluem passeios pelos casarões e degustações de café artesanal.

Rica em festividades a agenda cultural do Vale do Café celebra a história, a música e a gastronomia local. Um dos eventos mais aguardados anualmente é o “Festival do Café”, que reúne concertos de músicas clássicas e popular em cenários históricos, como igrejas e fazendas. Conhecida por sua forte tradição musical, Barra Mansa, cidade localizada no Vale do Café, se apresenta regularmente em eventos, promovendo a música na região.

O artesanato e a gastronomia são, uma expressão da cultura local. Em cidades como Paraíba do Sul e Paty do Alferes, feiras de artesanato expõem trabalhos que vão desde a cerâmica até a tecelagem.

A gastronomia também é um ponto alto, com receitas tradicionais passadas de geração em geração. A culinária do vale inclui pratos como o famoso "tutu de feijão" e o "angu à baiana", além de doces caseiros que remetem às tradições coloniais (Portal [...], [2024]).

O Vale do Café nos últimos anos tem investido no desenvolvimento cultural e no turismo sustentável. Projetos de revitalização urbana e preservação do patrimônio histórico têm sido implementados, como visto em municípios como Rio das Flores e Miguel Pereira. Conservatória, distrito de Valença, respira a seresta e a serenata (Leite, 2024). É ali que está a estátua do seresteiro e onde acontece a "*Solarata*", como se chama a seresta diurna que acontece em Conservatória nos domingos pela manhã, como se vê na Figura 18.

Figura 18 – Seresteiro na rua do meio em Conservatória



Fonte: Leite, (2024)

Em sua página da internet, a prefeitura de Conservatória, distrito de Valença, colocou uma frase de impacto para atrair turistas e viajantes amantes de cultura e natureza: “Entrar em Conservatória pelo Túnel que Chora é como atravessar um portal para chegar a um lugar mágico, que a música, a gentileza e a tranquilidade escolheram morar aqui” (Conservatória, 2013, p.1). Dois importantes eventos culturais que acontecem na Conservatória são o 'Carnaval Antigo', conhecido como carnaval fora de época, e o 'Festival Café, Cachaça e Chorinho'.', que reúne cidades como Valença, Mendes, Miguel Pereira e Piraí, além dos distritos de Conservatória, em Valença, e Ipiabas, em Barra do Piraí. A programação inclui gastronomia, oficinas e música.<sup>4</sup>

O Centro Cultural Cazuzza, na cidade de Vassouras, está situado na Praça Campo Belo, em um casarão de 1845, tombado pelo IPHAN. Esse espaço histórico não é apenas um marco arquitetônico, mas também um testemunho vivo da rica herança cultural da cidade. A família de Cazuzza tem uma forte ligação com o casarão, pois foi onde sua mãe, Lucinha Araújo, nasceu. Anos mais tarde, ela conheceu seu marido e pai de Cazuzza, o empresário João Araújo, ali em frente. A história pessoal de Cazuzza, entrelaçada com o casarão, acrescenta uma camada emocional e humana ao valor patrimonial do local. Hoje, o Centro Cultural Cazuzza recebe frequentemente exposições e concertos, e inclui livros sobre a história de Vassouras, desempenhando um papel vital na preservação e divulgação da cultura local (Vassouras,

<sup>4</sup> Ver, nesse sentido: <https://globoplay.globo.com/v/2521460/>. Acesso em 15 mar. 2024.

[2024]). Essa preservação não só honra a memória de figuras importantes como Cazuzza, mas também fortalece a identidade e o senso de pertencimento da comunidade, ao mesmo tempo que atrai visitantes e promove o intercâmbio cultural.

A figura 19 retrata o Centro Cultural Cazuzza, localizado em Vassouras, um espaço dedicado à promoção da cultura e das artes, que homenageia o famoso cantor e compositor brasileiro.

Figura 19 – Centro Cultural Cazuzza – Vassouras



Fonte: Vassouras, ([2024]).

Encontra-se presente em Vassouras outro equipamento cultural, é o Museu Casa da Hera. Instalado na antiga residência de Eufrásia Teixeira Leite, uma influente herdeira e filantropa da cidade de Vassouras do século XIX e XX, o museu desempenha um papel vital na preservação da história e da cultura da região. Ao oferecer aos visitantes uma visão detalhada da vida no auge da produção do café, com sua coleção de móveis, objetos pessoais e arte da época (IBRAM, [2024?]), o museu não só mantém viva a memória do passado, mas também enriquece a compreensão sobre a evolução social e econômica da região.

A figura 20 ilustra o Programa Viva Cultura Popular e o Museu Casa da Hera, localizados em Vassouras, RJ. Este programa é uma iniciativa que visa valorizar e preservar as tradições culturais e artísticas da região, promovendo atividades que envolvem a comunidade local e os visitantes. O Museu Casa da Hera, um importante patrimônio histórico, serve como espaço para exposições, oficinas e eventos que celebram a rica herança cultural da cidade, contribuindo para a educação e o fortalecimento da identidade cultural da população.

Por meio dessas ações, o programa busca fomentar o interesse pela cultura popular e promover o diálogo entre gerações, assegurando que as manifestações culturais continuem a ser reconhecidas e valorizadas.

Além disso, iniciativas atuais como o projeto “Viva Cultura Popular” destacam a importância de Vassouras como guardião do seu passado glorioso e agente ativo na construção de sua identidade cultural. A Figura 20 ilustra o projeto 'Viva! Cultura Popular', promovido pelo Museu Casa da Hera, em Vassouras. Com o slogan 'Viva Cultura Popular', o projeto valoriza a diversidade cultural do Vale do Café e a importância das manifestações tradicionais para a identidade local.

Figura 20 – Programa Viva Cultura Popular e Museu Casa da Hera – Vassouras (RJ)



Fonte: IBRAM ([2024?])

A figura 21 retrata a Oficina de Moda realizada no Museu Casa da Hera, um espaço que preserva a história e a cultura da região, mas também promove uma série de projetos educativos (IBRAM, [2024?]). Essas oficinas são parte de um esforço contínuo para envolver a comunidade local.

Através dessas iniciativas, o museu busca revitalizar o interesse pela moda histórica e suas técnicas tradicionais, oferecendo uma experiência imersiva que conecta passado e presente de maneira dinâmica e interativa.

Figura 21 – Oficina de Moda no Museu casa da Hera

Museu Casa da Hera

Oficina de História da Moda

Museu Casa da Hera

Você sabia que a Casa da Hera é o Museu brasileiro com o maior número de peças de Charles Frederick Worth?

Charles Frederick Worth é considerado o pai da alta costura, inventor da etiqueta nas roupas e do desfile de moda.

Essas e outras curiosidades sobre moda e museu nós queremos contar para vocês.

**Vamos agendar?**

Atividade gratuita e voltada para o público de todas as idades. Inscreva sua escola. Participe!

Rua: Dr. Fernandes Júnior, 160, Centro- Vassouras/RJ.  
Telefone: (24) 2471-2930 / casadahera@museus.gov.br

Fonte: IBRAM ([2024?])

O Festival Gastronômico do vale do Café, está em sua terceira edição, sendo mais um evento cultural que entrou para a agenda a pouco tempo no Vale do Café. Reúne 11 municípios que compõem a região Valença, Vassouras, Barra do Piraí, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Rio das Flores, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Rio Claro, além dos distritos Ipiabas e Conservatória. Em 2024, a personalidade homenageada será Eufrásia Teixeira Leite. A residência da filantropa natural de Vassouras, que hoje abriga o Museu Casa da Hera, ganhará programação especial durante o evento (Festival [...], 2024).

Para finalizarmos, não pretendendo esgotar as transformações culturais sofridas no Vale do Café, pois as atividades são intensas e extensas, iremos explorar o “*Tour de Experiência Caminhos do Brasil Imperial*” um projeto que foi resultado denominado da Economia da Experiência, desenvolvido pelo Ministério do turismo, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacional (SEBRAE) e o Instituto Marca Brasil (IMB).

De acordo com o Portal do Vale do Café (2024), este projeto visa:

O Tour da Experiência Caminhos do Brasil Imperial, é inaugurado no Vale do Café com roteiros que revisitam o período do Brasil Império, com base nos conceitos do turismo da experiência. É uma nova proposta de conhecer destinos, em que as atividades seguem uma mesma linha temática e os passeios buscam o envolvimento do visitante com a história, aflorando os sentidos e emoções para que a experiência e o conhecimento adquirido fiquem guardados na memória (Portal [...], [2024]).

Com base nos artigos analisados na pesquisa, foi constatado que a implantação do projeto na Região do Vale do Café certificou apenas cinco estabelecimentos, considerando-os aptos a participar deste projeto que foi lançado em 2013 (Gomes, 2016).

Segundo Gomes (2016, p.71), verificou-se que as atividades ou produtos de experiência, que deveriam atender a critérios como “estar relacionados ao período do Brasil Império”, “ser um novo atrativo”, “apresentar inovação” e “ter relação com a comunidade”, não foram seguidos por todos. Apesar disso, essas atividades e produtos receberam a certificação. No Vale do Café foram incluídos apenas os municípios de Pirai, Barra do Pirai, Rio das Flores, Valença e Vassouras (GOMES, 2016).

A seguir os empreendimentos certificados pelo projeto, conforme Quadro 1:

**Quadro 1** – Empreendimentos de Vassouras certificados pelo Tour da Experiência

<b>Empreendimentos</b>	<b>Produto de Experiência</b>
Fazenda Cachoeira Grande	Visita Histórica e Visita ao Museu de Carros Antigos
Fazenda Santa Eufrásia	Pic Nic na Fazenda Santa Eufrásia
Hotel Mara Palace	Chá com Eufrásia Teixeira Leite
Hotel Santa Amália	A Cozinha da Baronesa e o Batuque do Quilombo- Raízes do Brasil Imperial
Botequim Por Acaso	Raízes e Viagens por um Brasil Imperial

Fonte: Folder de divulgação do Tour da Experiência no Vale do Café, 2015 (Gomes, 2016).

Ao analisarmos o Quadro 1, podemos observar tendências e características. Percebemos uma diversidade de experiências oferecidas aos visitantes, que vão desde visitas históricas a museus até atividades ao ar livre em fazendas históricas. Muitos dos produtos da experiência destacam aspectos históricos e culturais da região, explorando as raízes do Brasil Imperial.

A certificação desses empreendimentos pelo Tour da Experiência indica um reconhecimento do potencial econômico do turismo na região. Ao oferecer produtos de experiência atrativos e autênticos, esses empreendimentos contribuem não apenas para o crescimento econômico local, mas também para a geração de empregos e a valorização da economia criativa (Portal [...], [2024]).

Esses esforços não apenas atraem turistas, mas também fortalecem o senso de identidade e pertencimento entre os residentes. Em síntese, o Vale do Café tem se reinventado com um enfoque no turismo de experiência e na sustentabilidade, destacando-se no cenário regional e nacional ao promover a cultura como sua principal bandeira.

### 1.3.4 Florestas, fumaça e fotovoltaicos, o verde nunca sai de moda: transformações Ambientais no Vale do Café

*Tendo em conta as condições de que dispõe e na medida do possível, é a natureza que faz sempre as coisas mais belas e melhores.*

*Aristóteles*

A expansão da produção de café no século XIX levou à intensa exploração dos recursos naturais do Vale do Paraíba Sul Fluminense. De acordo com o IPHAN (2014), o Patrimônio Natural inclui:

As áreas de Patrimônio Natural do Brasil são, também, reconhecidas pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. São sítios com áreas de excepcional diversidade biológica e da paisagem. Neles, a proteção ao ambiente, ao patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial (IPHAN, 2014, p).

A importância do Patrimônio Natural como categoria significativa dentro do Patrimônio Natural também é ressaltada pelo IPHAN, demonstrando seu papel na preservação e valorização de elementos que transcendem apenas o aspecto físico do ambiente. Com a preocupação em mencionar exemplos de outros países onde esse conceito é utilizado, como Espanha, México e França, o IPHAN demonstra a universalidade e a relevância global desse instrumento de preservação.

Não podemos deixar de citar que o IPHAN menciona como referência no Brasil, à cidade do Rio de Janeiro como a primeira no mundo a receber o título da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural, inclusive destaca a liderança e o reconhecimento do Brasil nesse campo (IPHAN, 2014).

As transformações ambientais no Vale do Café exigem uma abordagem que considere a interconexão entre o desenvolvimento urbano e a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, é essencial adotar a perspectiva proposta por Besse (2014, p. 59), que sugere "pensar a cidade a partir das suas relações e na sua integração com o solo, o território, o meio vivo. [...] recosturar ligações entre a cidade e a sua localização, entre a cidade e o seu território, a cidade

e o seu meio natural". Ao aplicar essa visão, pode-se promover um desenvolvimento mais sustentável na região do Vale do Café, garantindo que o crescimento urbano respeite e valorize o rico patrimônio natural e cultural, e que as atividades econômicas estejam alinhadas com a conservação ambiental.

Um exemplo claro da importância dessas interações pode ser observado na transformação de paisagens ao longo do tempo. Ao considerar as transformações ambientais no Vale do Café, é essencial reconhecer a importância da interação entre humanos e o meio ambiente. Jean-Marc Besse (2014) enfatiza que, embora a paisagem seja um ambiente material e vivo das sociedades humanas, ela não abdica da importância do homem na sua estrutura.

Para isso, utiliza-se a noção de ecúmeno como princípio norteador, que é definido por Besse (2014, p.74) como “o encontro entre um território humanizado e um meio ambiente não humano.” Essa perspectiva é particularmente relevante para o Vale do Café, onde a história da região é marcada pela intensa atividade agrícola e pelas mudanças no uso do solo e das áreas florestais.

Antes da introdução das plantações de café, o Vale era caracterizado por uma paisagem dominada por vastas e complexas áreas de mata. As águas cristalinas do rio Paraíba percorriam a região, enquanto a vegetação nas encostas das montanhas era densa e exuberante.

Os povos indígenas que habitavam essa região eram principalmente os Puris repartindo o domínio com os coroados. A região permaneceu intocada até a chegada da cultura do café, que modificou significativamente a paisagem local (Dean, 1996).

Em seu livro *Notícias do Brasil*, um clássico da historiografia brasileira, o sacerdote britânico e viajante ilustre Walsh (1985) relatou suas observações sobre o solo, clima, riquezas da terra, jazidas minerais, florestas e, sobretudo, a cultura do Brasil. Em 1829, ao passar por Vassouras durante sua viagem pela Estrada da Polícia, no alto da serra do mar, ele registrou em seu diário o quanto ficou impressionado:

A estrada, ou antes, o caminho serpeava a beira dos vales e despenhadeiros, ao fundo dos quais se erguiam árvores a alturas extraordinárias, algumas não podendo medir menos de 130 metros [...] quando atingiam essa altura, muitas delas, só então, começavam a estender galhos laterais. [...] formando um pálio sobre as frondes de suas vizinhas (Walsh, 1985, p 264).

Logo após florestas foram derrubadas, rios foram desviados e a biodiversidade foi afetada.<sup>5</sup> Como mencionado anteriormente, as mesmas razões que fizeram com que a produção de café no Vale do Paraíba Sul Fluminense fosse um sucesso, contribuíram para a devastação do meio ambiente como o desmatamento significativo das florestas nativas na região. Segundo Pereira (2005, p. 4):

Na serra, a ofensiva do café contra a floresta foi repentina e acelerada. O machado chegou primeiro, resultando na derrubada em massa do matagal sem fazer seleção e um corte inicial das espécies vegetal de valor pela durabilidade. As mais preciosas madeiras de lei incineravam-se em queimadas que tudo consumia. Tudo com o objetivo de estender seus cafezais, e a floresta é o grande obstáculo (Pereira, 2005, p.4).

Áreas extensas de mata foram derrubadas para dar lugar às plantações de café, resultando em mudanças drásticas no ecossistema local. Outro fator que impactou o meio ambiente foi a remoção da cobertura florestal natural, aumentando a susceptibilidade do solo à erosão. As chuvas fortes, comuns na região, levaram ao desgaste do solo, resultando na perda de nutrientes e na diminuição da qualidade do solo ao longo do tempo (Toledo; Gancho, 2003, p. 23).

Para transportar o café das fazendas para os portos e exportá-los, foram construídos sistemas de estradas e ferrovias na região. Isso não apenas facilitou o transporte do café, mas também abriu caminho para a migração de pessoas e bens, promovendo o crescimento econômico e a integração regional (Ferreira, 1995, p. 251). Entretanto com as estradas de ferros, vieram a degradação ambiental, pois, a construção das ferrovias muitas vezes envolveu o desmatamento de áreas extensas de Mata Atlântica, levando a perda da biodiversidade e à destruição de habitats naturais. Além disso, a expansão das ferrovias e a subsequente urbanização contribuíram para a modificação da paisagem natural e alteração dos cursos d'água, o que resultou em problemas como a erosão do solo e o assoreamento de rios (Taunay, 2014).

A expansão de plantações em áreas anteriormente inacessíveis, facilitada pela construção de ferrovias, intensificou a exploração de trabalho dos escravizados fazendo com que a agricultura intensiva e a monocultura esgotassem rapidamente os solos, exigindo a

---

<sup>5</sup> Neste contexto uma obra de grande relevância sobre a história ambiental do Brasil é "A ferro e fogo: a devastação da mata atlântica brasileira", escrita por Warren Dean (1996). Dean examina as complexas interações entre a sociedade e o meio ambiente, destacando os impactos da devastação florestal e oferecendo uma compreensão valiosos para os debates contemporâneos sobre sustentabilidade e conservação.

constante busca por novas terras férteis. Levando em consideração que a vida útil de uma plantação cafeeira, no máximo de sua produtividade é de dez anos, com 25 anos o cafezal era considerado velho. Já em declínio produz até 30 anos numa faixa de 20 ou 30 arrobas, reduzindo sua produção (Pereira, 2005). Existe um ditado popular que exterioriza a decadência do café no Vale, segundo Fernandes (2005, p. 45), “Si estiveres morto, pega o teu porco. Si estiveres quebrado, pega o teu gado. Mas com o café, não tenho fé”.

Há relatos que, por volta de 1870, o declínio da produtividade já era visível na região, em consequência da escassez do solo virgem, do aumento significativo no preço das terras e da falta de mão de obra (Pereira, 2005). De acordo com Pereira, os fatores ambientais provocaram à sua decadência:

A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, estavam nas técnicas tradicionais de produção agrícola, na devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem e das chuvas torrenciais (Pereira, 2005, p. 7).

Conforme afirma Stein (1961, p.29), a devastação dos morros de Vassouras, antes cobertos por mata virgem, causou erosão, e, desse modo, levou a mudanças climáticas extremas no Vale Paraíba. Podemos concluir a análise das transformações ambientais experimentadas historicamente nesta região, ressaltando a influência do ciclo produtivo do café na modificação dos sistemas ambientais e climáticos, caracterizada pela exploração indiscriminada do patrimônio natural. Impactando até hoje na paisagem e na ecologia do Vale Paraíba Sul Fluminense.

No viés das transformações ambientais da região do Vale do Café atualmente, constata-se uma crescente conscientização sobre a importância da preservação ambiental. Iniciativas de reflorestamento, conservação de áreas naturais e práticas agrícolas sustentáveis estão sendo implementadas para proteger o ambiente natural e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Podemos citar um exemplo de preocupação ambiental nessa região, o Parque Ecológico “Uaná Etê” localizado em Engenheiro Paulo de Frontin, que tem como meta:

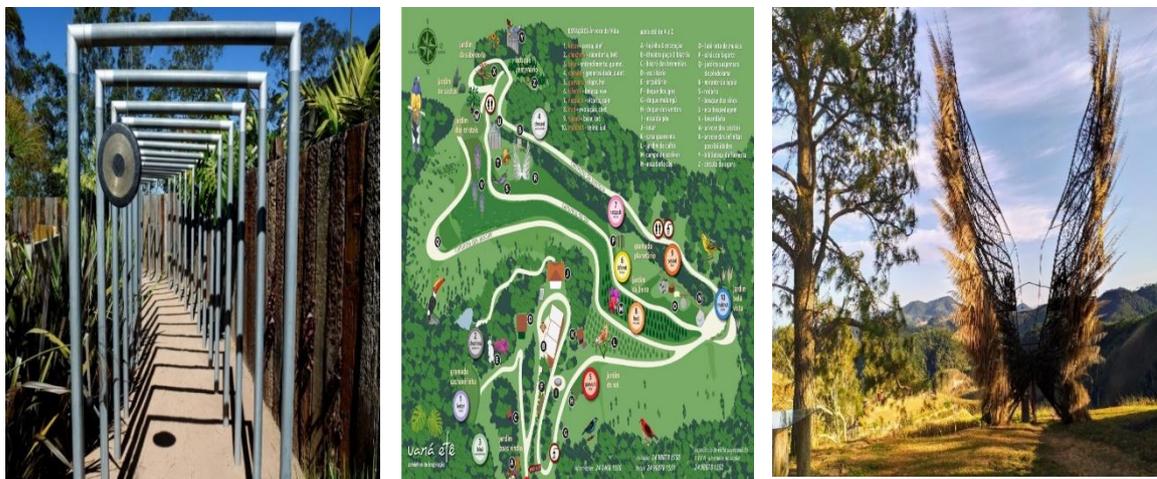
[...] nos tornarmos uma lenda do turismo cultural e ambiental, sustentáveis ecológica e economicamente, contribuindo com a comunidade do entorno e atravessando gerações como um expoente de relevância internacional para o turismo e a cultura brasileiras (Descubra [...], [2024?]).

Para aqueles interessados em participar da experiência de recuperação da paisagem natural, é imprescindível visitar o Jardim Ecológico Uaná Etê. Antes de receber mais de 30 mil

mudas, a área de 135.000 m<sup>2</sup> havia sido degradada pela atividade agrícola ao longo de anos. Atualmente, Uaná Etê destaca-se como um santuário de proteção ambiental, combinando instalações artísticas que promovem uma profunda integração com a natureza.

O espaço também incentiva o plantio e oferece visitas a áreas com flores sazonais, como os campos de girassóis e lavandas (Chemin, [2024?]). A Figura 22, ilustra o Jardim Ecológico Uaná Etê, localizado em Engenheiro Paulo de Frontin, evidenciando a beleza e a harmonia entre a arte e o meio ambiente.

Figura 22 - Jardim Ecológico Uaná Etê - Eng. Paulo de Frontin



Fonte: Descubra [...] ([2024?])

Iniciativas para revitalizar a fertilidade e beleza natural da região, estão sendo implementadas em várias regiões do Vale do Café. Um exemplo é a Fazenda São Luís da Boa Sorte, que, além de disseminar o conhecimento histórico, investe na preservação da água.

Em parceria com especialistas e estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) a fazenda implantou um projeto “Mata D’água”, baseado na agricultura sintrópica, introduzida no Brasil por Ernst Gotsch. Esse projeto visa recuperar as nascentes por meio de cultivo de espécies nativas da Mata Atlântica e da proteção da área (Chemin, 2024).

Outra iniciativa importante surge da Fazenda Aliança situada em Valença no Vale do Café, atualmente tem o título de “Fazenda Aliança Agroecológica”. O conceito da agroecologia está na raiz de tudo que produzimos, desde as hortaliças, legumes, frutas até as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) e o destaque fica por conta do leite de búfala (Portal

[...], 2024). Conforme descreve Chemin (2024, parágrafos 8 e 9), sobre a preocupação ambiental da Fazenda Alliança:

O adubo é produzido na própria fazenda em pequenas “biofábricas” que funcionam em tonéis, produzindo insumos a partir de elementos naturais e subprodutos locais. Segundo o técnico responsável, Guido Carrilho, a fazenda investe na agricultura regenerativa do solo, aumento da biodiversidade e do cuidado com a água, respeitando os ciclos da natureza.

Com mais de 120 hectares de Mata Atlântica preservada, a Alliança foi pioneira na produção de búfalos orgânicos no estado do Rio. Também possui produção de hortaliças, cana, bananas e mais de 100 produtos diferentes. A mais recente produção é a de café especial, o único orgânico certificado da região. O circuito do café, inclusive, é o trajeto oferecido aos visitantes para conhecer o antigo caminho do café e o processo de produção atual na fazenda.

No portal do Vale do Café está descrito o lema da Fazenda Alliança: “Aprender com o passado, vivenciar com o presente e construir o futuro”, nos leva ao DNA da fazenda: Sustentabilidade (paralelo entre seu passado histórico, seu ativo presente e seu futuro promissor (Portal [...], [2024], p. 1).

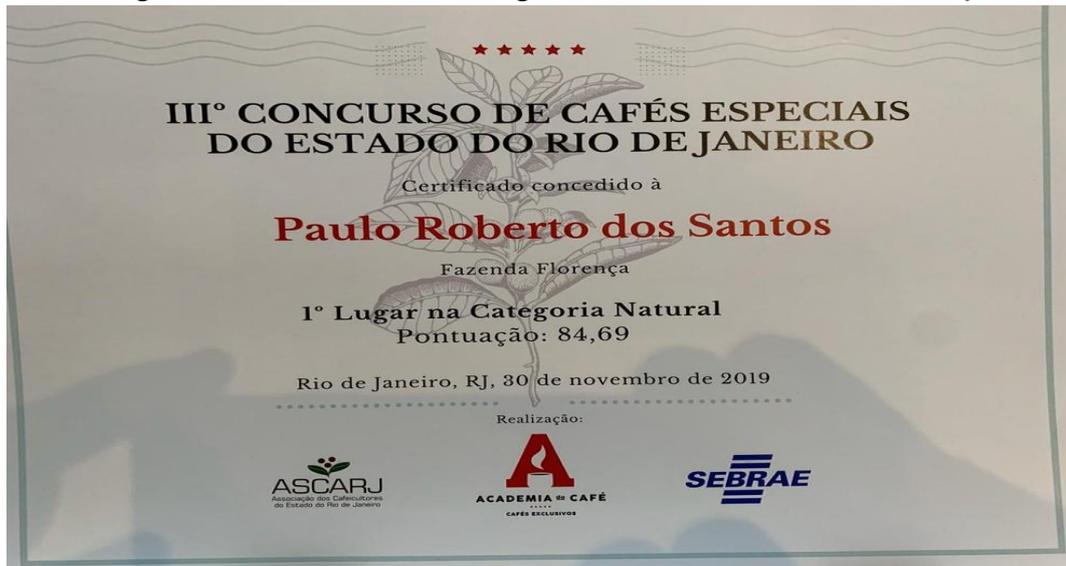
O café orgânico está despontando no Vale, a Fazenda Palmas, situada na cidade de Vassouras também investe em sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas. O café sombreado é tido como alternativa sustentável, pois cresce perto de outras culturas, fazendo uma troca de nutrientes para o sistema que existe ao seu entorno.

De acordo com Chemin (2024, p.1), agrônomo responsável pelo desenvolvimento dessa ideia, Sérgio Olaya, ressalta” “Instaurar os sistemas agroecológicos, assim como ocorrem na natureza, irá beneficiar a preservação do clima, da água e dos animais, que são atrativos da nossa região”.

Uma nova iniciativa com preocupações ambientais é a da Fazenda Florença, situada no distrito de Conservatória, em Valença. O café produzido na Fazenda Florença, localizada no Vale do Café, conquistou o primeiro lugar na categoria Natural, sendo reconhecido pela sua qualidade excepcional.

Etiquetado como 100% arábica, sua produção é realizada de maneira sustentável. Além dos pés de café, a fazenda recentemente plantou centenas de árvores da Mata Atlântica e árvores frutíferas, com o intuito de favorecer a fauna local e preservar as nascentes de água (Morize, 2019). A Figura 23, exibe o certificado de primeiro lugar obtido pela Fazenda, reforçando o reconhecimento de seu café

Figura 23 – Certificado de 1º lugar Café Natural – Fazenda Florença



Fonte: Morize (2019).

No entanto, é importante reconhecer que essa conscientização ambiental, embora crescente, enfrenta desafios significativos. Muitos dos exemplos de sucesso são iniciativas isoladas ou projetos pilotos que ainda precisam ser ampliados e integrados de forma mais consistente em toda a região.

A conscientização ambiental pode variar amplamente entre os diferentes setores da sociedade e, em algumas áreas, pode haver resistência devido a interesses econômicos ou falta de recursos. Portanto, a força dessa conscientização pode ser vista tanto como um reflexo do progresso feito quanto das barreiras que ainda precisam ser superadas.

Como fecho deste capítulo, podemos destacar que traçamos a trajetória do café desde sua origem até a chegada no Vale do café no sul do Rio de Janeiro. Citamos algumas transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais que refletem a complexidade e a dinâmica da história do Vale do Café sul fluminense, mostrando como a região evoluiu ao longo do tempo para se adaptar às mudanças e desafios enfrentados. Cada etapa dessa história nos convida a refletir sobre as interconexões entre o desenvolvimento econômico, a distribuição de poder e os impactos no meio ambiente e na sociedade.

A conscientização ambiental em desenvolvimento no Vale do Café não apenas destaca a necessidade de preservar os recursos naturais, mas também nos leva a reconhecer a interconexão entre o ambiente, a cultura, a sociedade e a economia. As transformações tangíveis trazidas pela expansão do cultivo de café na região são apenas uma parte da história.

É igualmente importante ouvir as histórias e experiências das comunidades locais, muitas vezes marginalizadas ao longo do tempo, e reconhecer seu papel na construção e preservação da identidade cultural e histórica do Vale do Café.

## **2. UMA OUTRA ENCRENCA NACIONAL É O TAL DO CAFÉ: AS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL INCLUSIVO NAS FAZENDAS CAFEIEIRAS**

Tão arraigado na história e na economia do Brasil, o café, não é apenas uma commodity de importância global, mas também um campo onde questões profundas de desigualdade e exclusão se entrelaçam. Em um contexto nacional marcado por uma herança escravocrata complexa no período Imperial, as fazendas cafeeiras não só representam um patrimônio histórico-cultural, mas também um legado de injustiças raciais persistentes.

Este capítulo se propõe a explorar as políticas antirracistas e os esforços em direção a um patrimônio inclusivo nas fazendas cafeeiras, analisando como a promoção da diversidade e da equidade pode transformar esses espaços em símbolos de memória justa e reconhecimento pleno da contribuição afro-brasileira para a história do país.

Iremos discutir um acontecimento que ocorreu na Fazenda Santa Eufrásia, localizada no Vale do Café, estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2016, envolvendo denúncias ao Ministério Público relacionadas ao turismo escravocrata, e acompanhar seus desdobramentos. O presente capítulo pretende analisar o Termo de Ajustamento de Conduta (Brasil a,2017) enfrentado pela propriedade. Foram realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil, e do Ministério público Federal, no entanto a composição da equipe para desenvolver o TAC contou com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Municipal, que participaram diretamente da elaboração e implementação do TAC, proporcionando um parecer realizado por pessoas que vivenciaram de perto todo o processo. Essas contribuições enriquecem a narrativa ao oferecer perspectivas internas sobre o impacto do TAC na preservação e gestão da fazenda, bem como nos desafios enfrentados ao longo do tempo na continuidade das políticas antirracistas.

Apesar das tentativas para agendar uma visita à Fazenda Santa Eufrásia para observar in loco as ações realizadas em cumprimento às cláusulas do TAC, não foi possível concretizar essas visitas. Dessa forma, as análises e os fatos apresentados sobre a Fazenda são baseados exclusivamente em fontes bibliográficas e em entrevistas com alguns participantes que contribuíram na confecção do TAC.

## 2.1 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO: O CASO DA FAZENDA SANTA EUFRÁSIA E O TURISMO NO VALE

*A Fazenda Santa Eufrásia recebeu esse nome em homenagem à santa turca nascida em Constantinopla, em 380 d.C.  
Elizabeth Dolson<sup>6</sup>*

A Fazenda Santa Eufrásia localiza-se entre duas importantes vias, a BR-393 (trecho entre Vassouras e Barra do Pirai) e a RJ- 127 (trecho em Vassouras e Mendes), possui acesso por ambas as estradas (IPHAN, 2024).

A construção da Fazenda Santa Eufrásia teve início em 1830, pelo Comendador Ezequiel Padilha e seu irmão, Pedro Petras Padilha. Originalmente, a fazenda era voltada para a produção de café. O Comendador Ezequiel, fundador da fazenda, foi responsável pelo plantio de 192 mil pés de café. Conhecido por seu estilo extravagante, Ezequiel adorava música, promovia grandes festas e saraus, e chegou até a importar gôndolas de Veneza para passeios românticos no açude da fazenda (Henriques, 2016).

O inventário da Fazenda em 1880 registrava 162 escravizados, dos quais 46 nasceram na África. O documento não esconde a ilegalidade da escravidão, identificando os africanos como "de nação" ou com menções específicas das regiões de onde foram traficados, principalmente "Benguela" e "Congo" (Brasil a, 2017).

Neste caso, a ilegalidade ocorria pela vinda de escravizados após as duas leis que proibiram o tráfico de escravizados em 1831 e em 1850. Ambas as leis seriam usadas pelo advogado Luís Gama para conseguir judicialmente a liberdade dos escravizados (Alonso, 2015).

O Coronel Horácio Lemos, bisavô de Elizabeth Dolson, atual proprietária, adquiriu a fazenda em 1905, juntamente com sua esposa Chiquinha e, naquela época, optou por substituir

---

<sup>6</sup> Elizabeth Dolson proprietária da Fazenda Santa Eufrásia

os cafezais, cuja produção era exportada para a Europa, pela criação de gado, queimando as plantações de café. Com o tempo, Elizabeth recuperou as plantações de café, replantando 9 mil pés, que são colhidos anualmente. A Fazenda, apresenta como uma das narrativas turísticas a recepção de figuras históricas ilustres, como o Conde d'Eu e a Princesa Isabel. O cardápio do jantar servido a essas personalidades está exposto na sala, juntamente com o mobiliário original da época (Henriques, 2016). Nesse caso, percebe-se a continuidade de uma história que se volta para a família Imperial e a nobreza, apagando ou normatizando a violência do período escravista no Brasil.

Segundo informações disponíveis no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2024), a antiga sede da fazenda que pertenceu a Pedro Petra Padilha e, posteriormente, ao Comendador Ezequiel de Araújo Padilha, um destacado membro da vida política e social de Vassouras, apresenta grande importância histórica. Após o falecimento de Horácio Lemos, a propriedade foi herdada por sua filha Alzirinha Inglês de Souza e, posteriormente, passou a ser de Elizabeth Dolson e do médico cardiologista José Werneck Machado Filho, que tratava pessoalmente Alzirinha (Moraes, 2019).

Atualmente é a única propriedade particular tombada pelo IPHAN. A casa preserva toda a mobília original da época, incluindo peças raras.<sup>7</sup> O tombamento realizado pelo Iphan em 1970, sob o número do processo: 789-T-1967 no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Insc. Nº 48, de 23/01/1970, não abrange apenas o imóvel, mas sim o interior da fazenda que abriga valioso acervo mobiliário, louças e objetos do século XIX, como a liteira e as carruagens, além do bosque com suas árvores centenárias e de madeira de lei, a represa, criada para mover a roda d'água do antigo engenho da fazenda (IPHAN, [2024]). Interessa notar que não se encontrou menção no processo de tombamento aos patrimônios difíceis, ligados à escravidão.

Em 2013, a Gaspetro firmou um acordo com o IPHAN para viabilizar a passagem de um gasoduto pelas terras da Fazenda Santa Eufrásia. Como contrapartida, a empresa se comprometeu a restaurar a propriedade, com as obras tendo início em 2013. As obras foram

---

<sup>7</sup> Na sala, onde ocorriam festas e saraus, destacam-se móveis no estilo Luís Felipe e um piano de 1805 da marca John Brody Wood. Em alguns quartos, há móveis em madeira de vinhático e camas com entalhes em forma de pescoço de cisne. O casarão também guarda diversos utensílios que ficaram obsoletos, como uma espátula, utilizada antigamente para separar as páginas dos livros, que vinham grudadas e precisavam ser abertas com cuidado para possibilitar a leitura. Outro item curioso é um fixador de manga, que evitava sujeira ao comer a fruta: ao prender o utensílio, semelhante a um saca-rolhas, na semente da manga, bastava girá-lo para consumi-la sem se sujar (Henriques, 2016).

gerenciadas pela Construtora Biapó, com apoio de pesquisas arqueológicas e históricas realizadas pelo Centro de Estudos e Pesquisa 28 (CEP28) (URBANACOM, 2014).

A Fazenda Santa Eufrásia passou por uma restauração significativa entre fevereiro de 2018 e maio de 2019. O projeto envolveu a recuperação dos edifícios históricos da casa sede, cavalaria e armazém, utilizando técnicas construtivas tradicionais, como tijolos de adobe e pau-a-pique. Além disso, houve a restauração do açude, melhorias nas estradas de acesso e intervenções em áreas como a ponte da fazenda (Construtora Biapó, 2018)<sup>8</sup>.

O projeto foi realizado pela Construtora Biapó, que também incluiu programas educacionais voltados à formação de mão de obra local. Oficinas e aulas de educação patrimonial foram realizadas, abordando técnicas como a produção de adobe e a montagem de telhados, garantindo a preservação das tradições e a qualidade técnica do restauro. A fazenda também recebeu um rigoroso sistema de prevenção de acidentes, financiado por uma empresa de transporte de gás (Construtora Biapó, 2018)<sup>9</sup>. No entanto, as oficinas propostas abordaram principalmente questões técnicas, sem focar na educação patrimonial antirracista.

A construção original formava um pátio interno, interligando as duas edificações existentes hoje. No início do século atual, outras modificações foram realizadas, incluindo a instalação de portas envidraçadas que se abrem para um copiar construído sobre a calçada alta, usando pedras retiradas do terreiro de café. O vazio do terreiro foi transformado em um extenso gramado, e ao fundo ficavam as construções do engenho, tulha e senzalas, cujo local está demarcado por um pequeno trecho de muro de pedra (IPHAN, [2024]).

O croqui e o esboço da casa sede da fazenda Santa Eufrásia, retratados nas figuras 24 e 25 a seguir, revelam detalhes arquitetônicos fundamentais para se entender a estrutura e o funcionamento da fazenda no século XIX.

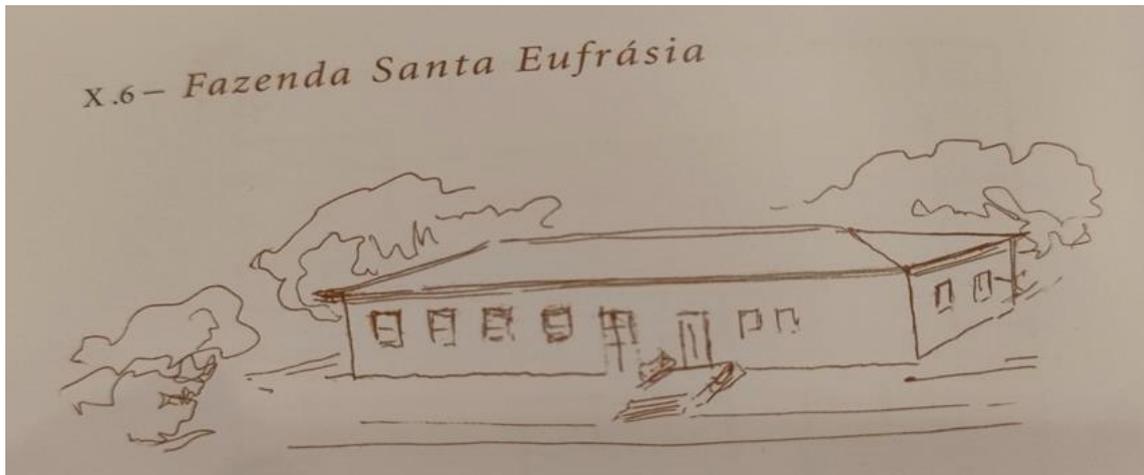
Com linhas precisas, o desenho do croqui demonstra a disposição da edificação principal, sendo ela uma casa térrea, com estrutura de madeira — composta por madres apoiadas em esteios e frechais — e fechamento em pau-a-pique, assentada sobre um embasamento baixo.

---

<sup>8</sup> É possível ver imagens dos imóveis restaurados na página da construtora:

<https://www.biapo.com.br/portfolio-item/fazenda-santa-eufrasia/>, 2018) (Construtora Biapó, 2018).

Figura 24 - Fazenda Santa Eufrásia

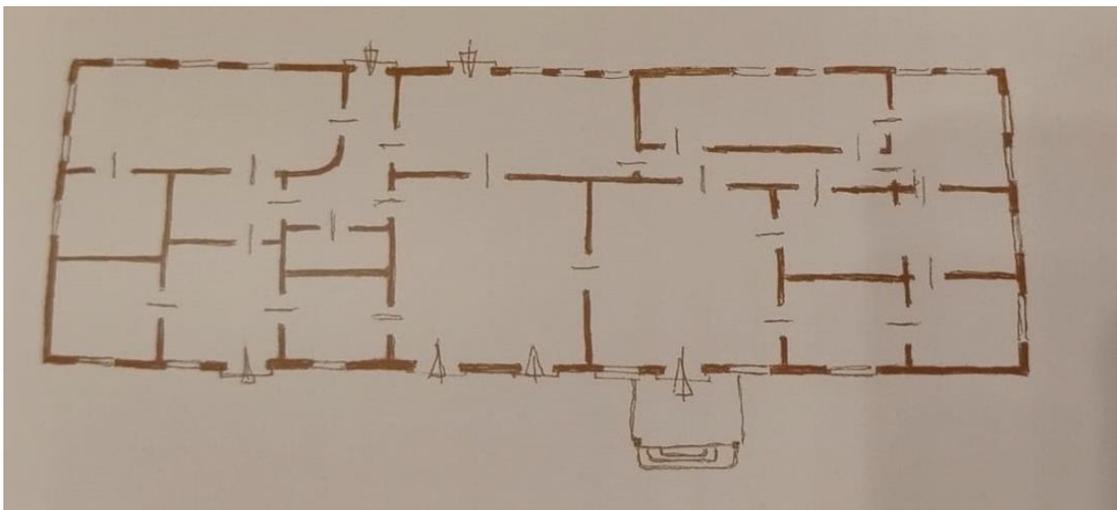


Fonte: Telles, 2006. p. 166.

A fachada central apresenta uma porta de entrada, flanqueada por duas janelas à direita e três janelas à esquerda. No entorno elementos naturais circundantes, incluindo a vegetação nativa (Telles, 2006).

No interior, conforme se vê na figura 25, a sala/vestíbulo possui um outro ambiente à sua esquerda e conecta-se aos fundos da casa por meio de uma porta, que dá acesso à sala de jantar, a qual possui três janelas e uma porta que se abre para o quintal. À direita desse espaço, estão dispostos seis quartos, além de áreas de serviço, incluindo uma copa e uma cozinha (Telles, 2006).

Figura 25 - Croqui interno da casa sede Fazenda Santa Eufrásia



Fonte: Telles, 2006. p. 167.

Este esboço não apenas serve como registro visual, mas também como uma peça para a compreensão das relações sociais e econômicas que se desenrolavam na propriedade, revelando a interdependência entre o espaço arquitetônico e o ambiente natural. Ao privilegiar a casa, deixando de lado a senzala, reforça-se o discurso de apagamento da escravidão nas fazendas. Por outro lado, não é destacado que a estrutura e o funcionamento da fazenda na casa ou nos outros espaços ligados à produção cafeeira eram todos marcados pelo trabalho escravizado.

Nos dias de hoje, nesta extensa região, diversas fazendas do século XIX, que antigamente plantavam café, foram restauradas com objetivos comerciais, compondo atualmente um circuito de fazendas históricas que atrai visitantes interessados em uma “imersão histórica”. Na procura por alternativas com o declínio da produção cafeeira na área, essas fazendas agora sobrevivem buscando fomentar o turismo para incentivar projetos de valorização e promoção do Vale do Café (Barros, 2018, p.5).

A Fazenda Santa Eufrásia recebe turistas para visitas guiadas, oferecendo uma experiência em história e cultura. Além disso, a fazenda promove eventos e atividades que destacam a importância histórica do Vale do Café, vendendo o que seria uma “imersão no patrimônio local”. Durante a visita, os turistas podem explorar a arquitetura preservada da época Imperial, aprender sobre a produção cafeeira que marcou a região e apreciar um café oferecido como cortesia ao final do *Tour* (Receptivo Bom tempo, 2023).

A fazenda também participa de eventos na região, incluindo o **Festival Vale do Café** (*grifo nosso*), evento que apresenta a narrativa de celebração da história e da cultura da região, com atividades relacionadas ao café, música, gastronomia e visitas às fazendas históricas do Vale do Café. O evento acontece sempre no mês de julho e em diversas fazendas da região, é um dos mais importantes eventos culturais do estado. Ainda na loja de lembranças, são vendidos licor de café, camisetas e livros de poesia. (Receptivo Bom Tempo, 2023). No evento, não há destaque para uma educação patrimonial antirracista.

A seguir tabela 4 com os preços atualizados até 2023 e tipos de visita.

Tabela 4: Tabela de preços de Atividades feitas na Fazenda Santa Eufrásia

<b>Fazenda Santa Eufrásia</b>			
<b>Tipo de Evento</b>	<b>Nº Mínimo de pessoas</b>	<b>Valores</b>	<b>Com Transfer</b>
Visita a Fazenda (Jardim + casa)	05 Crianças de 06 a 12 anos	R\$ 75,00 R\$ 35,00	Sem Transfer
Visita à Fazenda	05	R\$ 125,00	Inclui Transfer ida e volta

(Jardim + casa grande)			Mínimo 05 pessoas
Visita + Transfer ida e volta	Crianças de 06 a 12 anos Criança até 5 ano	-----	R\$ 85,00 Free

Fonte: Elaborado pela autora através de informações Receptivo Bom Tempo, 2023.

Até pouco tempo atrás, a Fazenda Santa Eufrásia também oferecia um “Piquenique na Fazenda Santa Eufrásia” como parte do programa “Tour da Experiência Caminhos do Brasil Imperial”, desenvolvido dentro do projeto “Economia de experiência”. No entanto, essa modalidade de visitação já não está mais disponível. A recriação das atividades da elite, como piquenique, reforça a narrativa recorrente de glorificação dos considerados tempos áureos da produção escravista cafeeira. Esse olhar para o passado, especialmente o período de intensa produção cafeeira no estado do Rio de Janeiro, demanda uma abordagem inclusiva, que considere todos os grupos sociais envolvidos na construção desse legado.

Revisitar a narrativa do período imperial, especialmente no contexto do auge da produção de café fluminense, requer a inclusão de todos os grupos sociais que tiveram papéis significativos na construção desse passado, que agora se busca recuperar no presente. Dentro dessa perspectiva, os sujeitos históricos rememorados precisam incluir outros atores além dos senhores de escravizados.

O ponto crucial reside na maneira como a representação das populações afro-brasileiras é apresentada aos turistas. A história da escravidão não se resume apenas à submissão e ao silêncio diante de seus senhores; ela abrange também rebeliões e resistências lideradas por escravos, como é evidenciado pela formação de muitos quilombos na região e as várias estratégias de negociação e resistências no cotidiano das fazendas de café (Freitas, 2016).

A exploração da mão de obra escravizada foi uma realidade cruel durante o auge do cultivo do café no Brasil. Ao longo do tempo, narrativas romantizadas e simplificadas sobre o período escravista foram construídas, obscurecendo a brutalidade e a injustiça do sistema. A transformação da história da escravidão em uma atração turística tende a minimizar a gravidade dos acontecimentos.

A Fazenda Santa Eufrásia passou por um episódio de acusação de violência racista contra os seus funcionários no ano de 2016. O site “The Intercept Brasil” denunciou a fazenda por práticas racistas. De acordo com a matéria, a dona da fazenda recebia os turistas vestida a caráter com roupas da época representando uma senhora e as pessoas negras vestidas como escravizadas serviam os turistas (Oliveira, 2016).

Explorando as narrativas contemporâneas sobre o passado do Vale do Paraíba Fluminense, o capítulo busca discutir as camadas de histórias e memórias que ainda ecoam nas visitas às fazendas do Vale do Café perpetuando estereótipos ligados à escravidão.

Narrativas do presente sobre o passado do Vale do Paraíba Fluminense

“...geralmente eu tenho uma mucama, mas ela fugiu, ela foi pro mato. Já mandei o capitão do mato atrás dela, mas ela não voltou [(...)]

Quando eu quero pegar um vestido, eu digo “duas mucamas, por favor!” Porque ninguém alcança lá em cima”. (Dolson s/d *apud* Oliveira, 2016).

Conforme relatado na referida reportagem do Intercept Brasil em 2016, e como se vê da citação acima, na história sobre a fazenda que Elizabeth Dolson conta, aparecem menções pejorativas aos negros escravizados e a banalização da história de escravização de pessoas (Oliveira, 2016).

As figuras 26 e 27 são imagens atuais da Fazenda Santa Eufrásia, capturando sua atmosfera preservada e histórica. Além disso, as fotos das funcionárias da fazenda trajadas como mucamas escravizadas e da proprietária vestida como sinhazinha ilustram uma encenação que busca recriar o cotidiano do período imperial.

Figura 26 - Fazenda Santa Eufrásia



Fonte: Portal Vale do Café (2023)

Figura 27 - Trabalhadoras vestidas de Mucamas escravizadas e Proprietária de Sinhá



Foto: Igor Alecsander Fonte: Oliveira, (2016)

Esses registros visuais são importantes ao evocar a memória de um passado que, embora representado de maneira lúdica, requer uma análise crítica sobre as relações de poder e as histórias de resistência que marcaram a época.

Foi justamente a partir dessa representação que surgiram denúncias envolvendo a encenação das figuras de mucamas escravizadas e sinhazinhas, o que resultou na implementação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na fazenda, firmado no Inquérito Civil Público n. 1.30.010.000001/2017-05, instaurado pela Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, Rio de Janeiro. O TAC visou ajustar a forma como essas figuras históricas são apresentadas ao público, de modo a respeitar a complexidade das narrativas de todos os grupos sociais envolvidos na história da fazenda (Brasil, 2017 b; 2017 c).

A partir desta denúncia ao Ministério Público Federal celebrou-se um acordo entre a Fazenda Santa Eufrásia, representada por sua proprietária e o Ministério Público Federal “Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)”, é um instrumento jurídico utilizado no Brasil para resolver questões relacionadas a irregularidades ou descumprimentos de normas legais ou regulamentares por parte de pessoas físicas ou jurídicas.

Na figura 28, apresenta-se a linha do tempo entre a denúncia e a aplicação do TAC (Brasil, 2017 b).

Figura 28 - Linha do tempo entre a denúncia e Aplicação do TAC



Fonte: Confeccionado pela autora através de informações contidas no TAC (Brasil, 2017 b)

Com base nesta denúncia ao Ministério Público Federal instaurou-se uma investigação, ou seja, um Inquérito Civil Público nº 1.30.010.000001/201705, que apurou as possíveis violações que aconteciam no local (Brasil, 2017 b). O TAC é comumente empregado em casos que envolvam órgão públicos, empresas, organizações ou indivíduos que estejam em desacordo com a legislação vigente ou que tenham causado danos ao meio ambiente, ao consumidor ou interesses coletivos (Brasil, [2024] a)<sup>10</sup>.

O objetivo principal do TAC é promover a correção ou regularização da situação por meio de acordo entre o infrator e o órgão responsável pela fiscalização e aplicação da lei, como o Ministério Público, por exemplo. Dessa forma, evita-se a instauração de um processo judicial mais longo e complexo, sendo possível resolver o conflito de forma mais ágil e consensual.

Durante o processo de pesquisa para elaboração deste texto, foi investigado também a perspectiva de algumas pessoas que tiveram papel fundamental na confecção do TAC em questão. Para isso, foram realizadas entrevistas com a jornalista responsável pela denúncia inicial através do site "The Intercept Brasil" Cecília Oliveira, o procurador da república que

<sup>10</sup> Conforme o Ministério Público Federal: "é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial". (Brasil, [2024] a).

conduziu a instrução do TAC Dr. Júlio José Araújo Júnior, a líder do jongo de Pinheiral Maria de Fatima Silveira Santos (Dona Fatinha) e João Alípio de Oliveira Cunha, enquanto representantes da comunidade negra. Essas entrevistas foram fundamentais para compreender a complexidade e os desafios na elaboração e execução desse importante instrumento de resolução de problemas, através das experiências das pessoas envolvidas na elaboração e implementação desse termo.

### 2.1.1 A denúncia

*Me embala, oh! Mãe, no colo da saudade  
Pra fazer da identidade nosso livro aberto...  
Em cada prece, em cada sonho, nega  
Eu te sinto, nega  
Seja onde for  
Em cada canto, em cada sonho, nego  
Eu te cuido, nego  
Cá de onde estou  
Samba Enredo Portela 2024<sup>11</sup>*

A jornalista do jornal eletrônico “The Intercept Brasil” Cecilia Oliveira tomou conhecimento da situação de “turismo escravocrata” em uma fazenda de café no Rio de Janeiro, especificamente na Fazenda Santa Eufrásia, durante uma conversa informal no Bar Madri, na Tijuca (Oliveira, 2024). Segundo Oliveira (2024, p. 1) “Na ocasião, me reuni com amigos para um encontro com o professor Luiz Antônio Simas<sup>12</sup> e a escritora Ana Maria Gonçalves<sup>13</sup>, autora do livro “Um defeito de cor” que inspirou o samba enredo da portela deste ano”.

---

<sup>11</sup> **Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela** (ou simplesmente **Portela**) é uma [escola de samba](#) brasileira da cidade do [Rio de Janeiro](#). A escola foi fundada oficialmente como um [bloco carnavalesco](#), chamado Conjunto Oswaldo Cruz, em 11 de abril de 1923,<sup>[6]</sup> no bairro de [Oswaldo Cruz](#). [https://pt.wikipedia.org/wiki/Portela\\_\(escola\\_de\\_samba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Portela_(escola_de_samba)). Acesso em 10 de jan. 2025.

<sup>12</sup> Luiz Antônio Simas é um historiador, professor, escritor e compositor brasileiro, conhecido por sua atuação no campo da história e cultura popular. Nascido no Rio de Janeiro, Simas é formado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>13</sup> Ana Maria Gonçalves é uma escritora, professora e palestrante brasileira, nascida em Ibiá, Minas Gerais, em 1970. Ela se destacou no cenário literário com seu romance *Um Defeito de Cor* publicado em 2006, uma obra monumental que reconta a história da escravidão no Brasil a partir da perspectiva de uma mulher africana escravizada, baseada na figura histórica de Luísa Mahin.

Durante a conversa, foram abordados aspectos históricos e culturais que levaram à compreensão da exploração do turismo racista na fazenda de café, evidenciando a importância de se analisar e debater essas questões para um maior entendimento da realidade social do país. Como expõe Oliveira (2024):

Papo vai papo vem, o Simas menciona que foi passar um fim de semana em Vassouras. Comentou que o lugar era bonito, mas que serviam um tal de "café colonial" que o incomodou. Ele pontuou isso do café colonial, explicando o incômodo com a palavra, mas ainda mais com o "cenário". Foi quando ele disse que era uma espécie de encenação, onde pessoas negras estavam vestidas com roupas que remeteram ao período escravocrata e que isso fazia parte do turismo local. Então, comecei a buscar mais informações sobre o assunto (Oliveira, 2024, p. 1).

Interessante destacar que a jornalista relata que o assunto do fim de semana do professor Simas poderia ter sido apenas uma conversa casual, mas o interesse e a curiosidade tornaram-no significativo. De acordo com Oliveira (2024, p.2) “O tema levantado revoltou a todos na mesa, composta por pessoas de diferentes etnias que compreendem a importância do assunto. Tenho certeza de que passaria despercebido se outras pessoas estivessem ouvindo a história”. Dessa forma ela percebeu que ali havia uma investigação com potencial para gerar impactos e mudanças.

Na entrevista concedida pela jornalista outro ponto marcante merece destaque, ao conversar com o fotógrafo da matéria, Cecilia teve a seguinte percepção:

[...], mas uma coisa que me chamou muito a atenção foi o posicionamento do fotógrafo da matéria, Igor Alecsander. Na época ele me disse que nunca havia pensado sobre a perspectiva de holocausto e genocídio do povo negro, de como a história deles é apagada e até romantizada, ao contrário do que houve com os judeus, que todos enxergam com horror. Ele disse lá isso da tradição do Vale do café é muito forte, embalado como os "tempos áureos e prósperos" - e que a partir de então ele passou a fazer este paralelo. Isso me marcou (Oliveira, 2024, p.4).

Interessa notar a comparação com a história judaica nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, sugerindo que o Holocausto é universalmente reconhecido como um evento horrível, enquanto aspectos igualmente devastadores da história negra muitas vezes não recebem o mesmo nível de atenção ou repúdio público. Isso levanta questões sobre como diferentes comunidades e eventos históricos são valorizados e lembrados na sociedade.

Sobre a expectativa em relação ao impacto trazido através de sua matéria jornalística e do TAC, Oliveira (2024, p.2) destaca “Espero que o respeito à memória de todas as pessoas

que tiveram seu sangue derramado nessas propriedades seja respeitado”. A jornalista Cecília Oliveira, ao investigar o tema, percebe a importância de trazer à tona essas problemáticas, que muitas vezes passam despercebidas pelo público.

A reportagem evidencia a relevância da conscientização crítica sobre o patrimônio histórico e o modo como ele é explorado comercialmente. A discussão é provocada pela percepção crítica do professor Luiz Antônio Simas sobre o "café colonial" em Vassouras, que remete a uma encenação histórica que desrespeita a memória de violência da escravidão ao transformar o sofrimento de pessoas negras em um espetáculo turístico.

Finalmente, a expectativa da jornalista sobre o impacto de sua matéria e o respeito à memória das vítimas da escravidão sublinha o objetivo de promover mudanças sociais através do jornalismo investigativo. Podemos concluir esta etapa, que inclui a entrevista com a jornalista Cecília Oliveira, que revela como o "turismo escravocrata" transforma aspectos da história da escravidão em atrações turísticas, muitas vezes sem a sensibilidade e o respeito necessários pela memória das vítimas. A crítica ao turismo em fazendas que banalizam o sofrimento passado visa não apenas conscientizar, mas também transformar a forma como o patrimônio histórico é representado e compreendido na sociedade.

### **2.1.2 Da composição do TAC pelo Ministério Público**

Pelo viés jurídico, o entrevistado foi o procurador da República do Rio de Janeiro Dr. Júlio José Araújo Júnior, ele deixa claro que não é necessariamente preciso que a fazenda seja tombada pelo IPHAN para que o Ministério Público interfira e proteja o patrimônio histórico-cultural. No entanto, por ser uma fazenda tombada pelo IPHAN, isso já lhe conferia uma posição privilegiada, especialmente por estar inserida em projetos de restauração. Os benefícios, tanto diretos quanto indiretos, de certa forma, resultavam dessa condição de 'fazenda tombada' (Araújo Júnior, 2024). Conforme Araújo Júnior (2024) sua principal preocupação foi estabelecer uma abordagem que interrompesse a violação, buscase cessar essa prática e, ao mesmo tempo, incentivasse comportamentos positivos como um sinal para o futuro e para o debate abrangente sobre a questão. De acordo com Araújo Júnior:

Além disso, obviamente, o enfrentamento da discriminação, do racismo, porque realmente não era uma encenação, na verdade, o que acontecia ali era uma emulação, um estímulo, um elogio àquela época. Com o viés racista e com todas as complexidades que têm o fenômeno do racismo, nem sempre a

subjetividade está clara, a tal da intenção, mas que tinha esse viés e por isso nos motivou a instaurar o inquérito civil e pensar numa solução. Foi isso que aconteceu (Araújo Júnior, 2024, p. 1).

No relato, fica exposto como as pessoas reagiram ao que acontecia na Fazenda Santa Eufrásia: cogitaram invadi-la, destruir tudo e criminalizar a proprietária. Segundo Araújo Júnior (2024, p. 1) “Anseios que, no debate público, são legítimos, mas que, não por isso, uma avaliação do caso específico poderia não dar em nada”. Optou-se por uma estratégia de atuação baseada na composição. Deste ponto de partida, conforme Araújo Júnior (2024):

Reunir atores importantes da região, do quilombo, do jongo, dos movimentos sociais, dos historiadores, e construir ali mecanismos que pudessem reparar aquilo mais imediatamente. Nesse ponto, acho que foi bem-sucedido, porque idealizamos um pouco as bases disso, foi um processo participativo, não veio da cabeça do Ministério Público (Araújo Júnior, 2024, p.1).

Inicialmente, ocorreu uma reunião com a proprietária Elizabeth Dolson, durante a qual ela afirmou não ter conhecimento prévio da situação, não ter tido intenção prejudicial e ter apenas desejo de colaborar. Frente a acusação de que seu teatro seria racista, disse o seguinte: “Racismo? Por causa de quê? Por que eu me visto de sinhá e tenho mucamas que se vestem de mucamas? Que isso! Não! Não! Não faço nada racista aqui. Qual é o problema de ter....não!”. Posteriormente, foi acordado que a visita não poderia mais ocorrer da mesma forma, com as funcionárias vestindo uniformes que remetiam a estereótipos raciais. Conforme Araújo Júnior (2024):

Eu lembro que foi muito curioso, porque aí você vê o viés de classe, transparece, que ela já estava fazendo a ata, aí ela falou, mas que roupa que eles vão pôr e tal, eu falei, roupa deles, ela falou roupa deles, um choque, como se uma gente pobre, uma gente que ia enfeiar a visita (Araújo Júnior, 2024, p. 2).

Segundo o relato do Araújo Júnior (2024, p.2), "Aí o advogado falou, mas a senhora pode pensar num uniforme", para você ter uma ideia. Foi um momento muito curioso”. Conseguimos estancar a situação, mas buscávamos mais; queríamos transformar este caso emblemático de fazer dos [limões] uma limonada.

No seu relato, também menciona que foi a partir daí que surgiu a ideia de construir um TAC com várias cláusulas de reparação. A Elizabeth teve que financiar a publicação, emitir um

pedido de desculpas e instalar as placas. Naquele momento, tudo funcionou muito bem (Araújo Júnior, 2024).

Na época foi prevista uma cláusula, se Elizabeth cumprisse todas os requisitos, iria receber um selo de “Fazenda sem racismo”, para aproveitar a situação e servir como um bom exemplo. Do ponto de vista de Araújo Júnior (2024, p. 2), “Eu acho que ali, o que aconteceu foi isso, a gente estancou e trouxe um viés positivo, no sentido, agora ela se compromete a reparar”.

A participação do Ministério Público, conforme Araújo Júnior (2024):

É difícil você transformar uma realidade, mas ali nós mostramos uma presença institucional com participação, com uma construção participativa e demos outro caminho. Resolvemos todos os problemas? Não, não resolvemos todos os problemas da região. Mas tenho certeza de que a senhora Elisabeth, que continua fazendo, e a ideia nunca foi penalizar ela no sentido de proibir.

[...] O Ministério Público, ele pode, as instituições podem ter vindo e criar soluções criativas, se valendo do seu peso institucional, para coibir esse tanto de coisa. Mas vai errar, vai ter um acordo, ele sempre tem esse problema, que você pode achar que é pouco, ou pode achar que é muito, mas ele [MP] não pode se omitir (Araújo Júnior, 2024, p. 3).

O papel do Ministério Público foi essencial na elaboração e implementação do TAC, como uma entidade federal buscando reparação pelas práticas racistas na Fazenda Santa Eufrásia, destacando-se como um marco na promoção da justiça histórica e na responsabilização por danos passados.

No argumento e base do termo, o Parquet<sup>14</sup> ressaltou uma série de direitos e garantias, que foram tomados como princípios orientadores para a ação estatal, reafirmando o compromisso com a reparação e a proteção dos direitos humanos (Blondet, 2023).

Nesse caso, o inquérito foi instaurado “de ofício”<sup>15</sup> pelo procurador da república após ser informado de uma matéria jornalística do grupo The Intercept Brasil, que revelou a existência de práticas discriminatórias e racistas relacionadas às atividades turísticas da fazenda.

---

<sup>14</sup> Parquet – Jargão utilizado no Direito para mencionar “Ministério Público” nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Conforme explicado na página do tribunal Regional Federal da 3ª Região: “Não é incomum encontrarmos, em algumas peças judiciais, a palavra ‘*Parquet*’. De origem francesa, esse termo, que significa “assoalho”, “chão de madeira”, designa o local onde os procuradores do rei ficavam na sala de audiências, antes de adquirirem a condição de magistrados e terem assento ao lado dos juízes. Atualmente, esse vocábulo designa o corpo de membros do Ministério Público e é frequentemente utilizado, no meio jurídico, para se referir ao representante desse órgão.” (Brasil, [2024] b)

<sup>15</sup> De ofício é uma expressão de origem latina que significa "por iniciativa própria" ou "por dever da função". No contexto jurídico, ela se refere à atuação de uma autoridade, especialmente de um juiz ou órgão público, que toma uma decisão ou realiza uma ação sem que tenha havido uma solicitação ou provocação prévia das partes envolvidas.

Ademais de acordo com Araújo Júnior (2024, p.3) “O caso, ele choca, mas ele não tem um tamanho tão grande, ele chama atenção, como tem que chamar mesmo. E acho que ali foi importante”. Para ele, o caso da Fazenda Santa Eufrásia é um exemplo drástico, mas, de modo geral, a exaltação aos barões está sempre presente, muitas vezes de formas sutis.

Para a líder jongueira, Dona Fatinha “O TAC procurou abranger todas as fazendas, porque todas elas têm essa prática, entende? De fazer esses teatros, de colocar correntes nos negros, de vesti-los como escravizados, de tratá-los assim, sabe? Então, é assim em todas. No entanto, alguns fazendeiros não aceitaram” (Santos, 2024, p.6). É importante ressaltar que este incidente não constitui uma ocorrência isolada. Observa-se uma tendência no próprio Vale do Café em outras propriedades.

A Fazenda União, situada em Rio das Flores, é apenas mais um exemplo que adota um modelo semelhante de estruturação voltada para o turismo como o da Fazenda Santa Eufrásia. Hoje em dia a fazenda União se tornou um luxuoso hotel, onde também fornece refeições ou *Day Use* para quem não está hospedado nas dependências do hotel. A figura 29 é a ilustração da propaganda feita na fazenda União, usando a mesma narrativa sobre senhores e escravizados sem apresentar uma educação antirracista nas suas práticas turísticas.

Figura 29 - Fazenda União – Rio das Flores/RJ



Fonte: Portal Vale do Café [2023]

Conforme o site institucional a fazenda é descrita assim:

---

A Fazenda União faz parte do mais preservado conjunto de casarões do Brasil Império. Datada do Século XIX fica localizada em Rio das Flores, região Sul Fluminense do estado do Rio. Construção impecável, abriga memórias do ciclo do café e remonta a nobreza da aristocracia brasileira (Portal Vale do Café, [2023]).

Ao enfatizar que a construção preserva memórias do ciclo do café e evocar a nobreza da aristocracia brasileira, omite-se a narrativa que poderia incluir a violência contra a população negra escravizada no processo produtivo do café na região.

Em pesquisas realizadas nos sites da região, observa-se a evidente reverberação dessas práticas na maioria das fazendas. A transformação das fazendas em atrações turísticas pode ser considerada uma hegemonia da história branca focada na elite do período imperial, que escolhe enfatizar certos aspectos da história como, a produção de café e a vida dos proprietários de fazendas, enquanto minimiza ou omite outros aspectos importantes, como a história dos escravizados e suas contribuições.

Pois é esse ponto de vista que orienta as decisões narrativas sobre a história e o patrimônio cultural nas fazendas de café. Conforme enfatiza Dona Fatinha, houve esforços para uma mudança significativa na forma como as narrativas históricas estão sendo apresentadas aos turistas na região. Em suma, o TAC (Brasil a, 2017) sofrido pela Fazenda Santa Eufrásia exemplifica um desafio persistente no contexto das representações históricas turísticas no Brasil atualmente. A prática de visitação com indivíduos vestidos como escravizados não é um fenômeno isolado, como demonstrado por evidências de que outras fazendas também adotam essa mesma prática.

Ratificando Araújo Júnior, segundo Blondet, (2023, p. 162):

A nosso sentir, o MPF se desviou do objetivo investigativo do inquérito justamente quando se deparou com uma realidade muito mais ampla do que a descrita na reportagem: o fato de que encenações relativas ao império e à escravidão aconteciam em todas as fazendas de turismo da região.

Para ele, essa dimensão, que não foi apontada pela reportagem e, conseqüentemente, provavelmente não prevista pelo órgão ministerial, provocou uma mudança significativa no rumo do inquérito. Ainda segundo Blondet (2023, p. 162), “parece-nos que tal dimensão, não indicada pela reportagem e, por conseguinte não esperada pelo órgão ministerial, causou verdadeira inflexão no curso do inquérito”.

É importante destacar que o MP foi surpreendido ao perceber que as práticas investigadas não eram isoladas, mas sim comuns entre as fazendas da região. Ressaltamos também que o procurador em questão já não atua mais na Procuradoria do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa não apenas identifica as manifestações e ações geradas pelo TAC, mas busca ressaltar a necessidade urgente de um diálogo mais crítico e reflexivo sobre como as representações do passado impactam nossa compreensão coletiva da história. Ao ampliar nosso entendimento sobre esses eventos, esperamos contribuir para um futuro em que a educação histórica seja um agente de mudança na desmistificação de estereótipos arraigados e na promoção de narrativas mais inclusivas e justas.

### **2.1.3 Da formação dos membros e desdobramentos do Termo de ajustamento de Conduta (TAC)**

*Paí Divino Espírito Santo,  
Prímeiro que sai na guia  
eu vim sarava terreiro  
Com Deus e a Virgem Maria  
(Mestre Cabúina)  
Eu vou me embora minha casaca fica aí,  
quando eu voltar minha casaca tem que ir  
Ponto Jongo Pinheiral*

O TAC foi idealizado e desenvolvido com base em valiosas contribuições da sociedade civil, comunidades quilombolas locais como o Quilombo São José da Serra (Vassouras), dos Jongs de Pinheiral, de Vassouras e de Paty do Alferes, do movimento Negro e de professores da Universidade Federal Fluminense. Para garantir um processo inclusivo e participativo, foram promovidas várias reuniões tanto no Rio de Janeiro quanto em Volta Redonda, contando ainda com a ativa participação da Comissão de Igualdade Racial da OAB.

Durante os acontecimentos (reuniões, audiências públicas, debates), foram coletadas perspectivas e experiências das comunidades quilombolas, bem como de movimentos sociais e acadêmicos envolvidos. Essa abordagem colaborativa e democrática permitiu que o TAC se

tornasse um projeto mais alinhado com as necessidades, interesses e aspirações das comunidades locais, garantindo o respeito à cultura e identidade negra (Brasila, 2017 b).

Assim, o TAC representa uma conquista na promoção da educação, valorização da cultura negra e na luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O engajamento de todos os atores envolvidos ressalta a importância de abraçar a diversidade e a representatividade em iniciativas que visam o desenvolvimento e bem-estar das comunidades. Ao fazermos um recorte pelo viés do Jongo de Pinheiral Maria de Fátima

da Silveira Santos, mas conhecida como Dona Fatinha<sup>16</sup>, líder jogueira, é uma figura essencial ao se falar do Jongo de Pinheiral, contribuindo com uma tradição transmitida de geração em geração desde a época da escravidão. Com mais de quatro décadas dedicadas à preservação dessa expressão cultural, Dona Fatinha ressalta a importância das muitas famílias de jogueiros na cidade destacando a relevância do Jongo de Pinheiral, reconhecido em 2005 como patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, [2024]).

A figura 30 mostra dois tambores, que simbolizam o coração do Jongo, já que esses instrumentos são fundamentais para marcar o ritmo da dança e conectar os participantes à ancestralidade africana. As cores e formas vibrantes ao redor dos tambores refletem a energia e vitalidade dessa tradição, que resiste ao tempo e continua sendo uma importante manifestação cultural no Brasil. A seguir a figura 30 retrata o símbolo do Jongo Pinheiral.

Figura 30 - Símbolo Jongo Pinheiral



Fonte: Iberculturaviva (2016)

<sup>16</sup> Dona Fatinha: O título "Dona" é uma forma de respeito, especialmente quando se refere a mulheres mais velhas ou figuras de autoridade em uma comunidade. No contexto do jongo, uma manifestação cultural com fortes raízes na tradição oral, as lideranças, ou guardiões da tradição, geralmente são tratadas com esse tipo de deferência.

O Jongo é uma dança tradicional de origem africana, trazida para o Brasil pelos negros escravizados e preservada por seus descendentes afro-brasileiros. Manifesta-se principalmente na região Sudeste, especialmente nas áreas cafeeiras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nas fazendas de café, após um longo dia de trabalho forçado, os negros encontravam no Jongo uma forma de expressar sua cultura e resistir ao sofrimento da escravidão, dançando em roda ao som dos tambores à noite (Abreu e Mattos, 2007).

Essa dança também é conhecida por diferentes nomes, segundo Abreu e Mattos (2007) em algumas regiões ele é chamado de batuque, tambor ou tambú, e Caxambú, e une dançarinos de ambos os sexos. Durante as apresentações, os participantes cantam músicas chamadas de "pontos cifrados", que muitas vezes ainda utilizam dialetos africanos.

Em 2005, o Jongo foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN, abrangendo várias comunidades jongueiras, incluindo aquelas localizadas no Sudeste, como as do Rio de Janeiro, São Paulo, e Minas Gerais. Em 2010, o Jongo de Pinheiral foi tombado como patrimônio imaterial, de forma específica, que ocorreu no âmbito estadual no Rio de Janeiro. O Grupo de Jongo de Pinheiral, composto por moradores da comunidade, preserva essa expressão cultural de origem africana, deixada pelos negros escravizados da Fazenda São José dos Pinheiros, berço histórico de Pinheiral (IPHAN, [2024]; Iberculturaviva, 2016).

Dona Fatinha destaca que as narrativas predominantes sobre a preservação das fazendas históricas no Vale do Café tendem a exaltar a arquitetura e o estilo de vida dos barões do café, enquanto as experiências e contribuições da população negra são frequentemente negligenciadas. Ela destaca que "...uma outra maneira de se trabalhar a história deles lá, porque ainda usam os barões, mas trabalhar também a memória do nosso povo" (Santos, 2024, p.4).

O Jongo de Pinheiral trabalha em parceria com universidades do Rio de Janeiro, ela destaca que o trajeto deles [alunos] é primeiro visitar as fazendas em Vassouras, e na volta, eles passam por Pinheiral, visitam o Jongo e "Então, eles ouvem a história lá e aqui, eles ouvem a verdadeira história do povo preto" (Santos, 2024, p.5).

Nesse contexto, o professor Ricardo Salles utiliza o termo 'Nostalgia Imperial' para descrever essa idealização do período imperial. É importante ressaltar que, conforme Salles, essa nostalgia refere-se à valorização das narrativas associadas à elite escravocrata, e não à condição dos escravizados. Portanto, a preservação patrimonial mencionada por ele pode ser interpretada como uma manifestação dessa 'Nostalgia Imperial', que glorifica o passado dos proprietários de terras em detrimento das vozes historicamente silenciadas.

Esse conceito se refere ao saudosismo ou apego a aspectos glorificados do período imperial, frequentemente em detrimento da memória das pessoas negras escravizadas, cujas histórias são muitas vezes invisibilizadas ou romantizadas nesses espaços. A ênfase na herança arquitetônica e na vida dos antigos proprietários de terras tende a perpetuar uma visão que pode privilegiar a elite do passado, silenciando as narrativas de resistência e sofrimento das populações negras (Salles, 2019).

A "nostalgia imperial," como discutida por Ricardo Salles, refere-se a uma saudade persistente do período do Império no Brasil, que é observada de maneira recorrente na sociedade brasileira. Segundo Salles, essa nostalgia se manifesta como um anseio velado pela hierarquia racial e social que a escravidão representava, uma estrutura que continuou a influenciar a sociedade brasileira mesmo após a abolição (Salles, 2019).

Esse conceito é importante para entendermos a maneira como certas práticas culturais e turísticas, como as encenações escravocratas nas fazendas históricas do Vale do Café, podem perpetuar essa nostalgia ao romantizar o período imperial e a escravidão. Nesse caso, ao invés de serem vistas como meras atrações turísticas, as encenações devem ser avaliadas criticamente por seu papel na manutenção de narrativas que continuam a marginalizar os descendentes de escravizados e a reforçar estruturas racistas no imaginário coletivo.

Em Vassouras, incluindo a Fazenda Santa Eufrásia, a “nostalgia imperial” dos proprietários das fazendas contrasta com o tratamento dado aos descendentes dos escravizados, que ainda são tratados de forma desrespeitosa e explorados economicamente.

Para Dona Fatinha:

[...] foi uma região cafeeira, onde teve o trabalho da mão do escravo preto e o nosso povo ainda se sentindo assim. Por quê? Porque eles jogam sob a necessidade do nosso povo, sabe? Então, oferece lá o mínimo. A pessoa está desempregada e tudo, e acaba achando isso normal. O que não é normal. Então, foi uma maneira da gente valorizar o povo, principalmente as pessoas que moram no entorno dessas fazendas, as pessoas pretas, para que elas se valorizem também. Então, realmente o tratamento mudou um pouco, não mudou 100%, mas mudou um pouco (Santos, 2024, p. 2).

Essa prática vem se estendendo ao longo dos anos, o que torna difícil a mudança imediata. No entanto, todas as cláusulas do TAC contribuíram para uma transformação ainda pequena das práticas turísticas. Ao analisarmos as entrevistas de maneira integrada, é possível obtermos uma visão mais abrangente e completa. Ao relacionar e comparar as diferentes

informações obtidas nas entrevistas, é possível identificar padrões, tendências que podem não ser tão evidentes quando analisadas separadamente. Dona Fatinha relata que:

Inclusive, a proprietária da fazenda, a Dona Elizabeth, uma das cláusulas do TAC foi dela passar um dia aqui com a gente. Então, ela veio para cá, passou um dia aqui, aprendendo o que é o turismo de memória e almoçou com a gente, dançou, saiu daqui dançando o jongo... Então, ela saiu daqui entendendo o nosso protagonismo enquanto comunidade negra. Foi muito interessante, foi um trabalho bem bacana (Santos, 2024, p.2).

Ao analisar os "considerandos" que introduzem o TAC em questão, percebe-se a apresentação de uma série de elementos destinados a fundamentar e justificar o acordo estabelecido. Dentre as quarenta e sete considerações, várias possuem características relacionadas às políticas públicas; são trechos que, de modo geral, fazem referências jurídicas e descrevem um problema público, assim como a abordagem desejada para sua solução. Essas referências conectam-se diretamente às políticas públicas em áreas como (saúde, educação, meio ambiente etc.), conforme evidenciados em seguida. A seguir, serão destacadas as políticas apresentadas no TAC sob a forma de "considerandos" (Blondet, 2023).

De acordo com Bresser-Pereira (1998, p. 25), "Políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e decisões do governo, que envolvem planejamento e execução de objetivos e metas com o propósito de responder às demandas sociais."

No entendimento de Bucci (2006, p. 37) "Políticas públicas são mecanismos pelos quais o Estado se organiza para prover bens e serviços aos cidadãos, visando atender suas necessidades e cumprir os direitos estabelecidos constitucionalmente."

A partir dessas perspectivas, as políticas públicas se tornam ferramentas indispensáveis para efetivar a cidadania, promover a justiça social e equilibrar as desigualdades. Além disso, o processo de elaboração e implementação dessas políticas envolve não apenas a organização e a ação estatal, mas também o diálogo contínuo com a sociedade civil, essencial para garantir que os serviços e bens oferecidos atendam de forma equitativa às demandas sociais.

A Constituição de 1988 pune a prática de "racismo", definido como crime não sujeito à prescrição nem à fiança (Brasil, 1988, art. 5º, inciso XLII.). A Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (conhecida como Lei CAÓ) que discute os "Crimes de Racismo", pune vários tipos de condutas, desde que relacionadas à discriminação da pessoa por causa de sua cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional (Rio de Janeiro, [2020?]).

Para melhor compreensão do texto, é importante conceituarmos "raça" e "Racismo". De acordo com Hall (2003), o termo "raça" é resultado de uma construção social que reflete

relações de poder e hierarquias dentro da sociedade, frequentemente subjugando culturas de grupos étnicos específicos. Para o autor,

[...] raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, com prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isso é, na natureza (Hall, 2003, p. 69)

A importância da cultura negra e sua influência na sociedade brasileira são evidentes na formação da memória, tanto individual quanto coletiva, da população negra e de toda a sociedade. Esse contexto reforça a necessidade de políticas que combatam o racismo estrutural e promovam a igualdade. Neste sentido, é fundamental considerar as leis brasileiras que protegem os direitos dos negros e visam a eliminar práticas discriminatórias, refletindo um movimento contínuo para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Já em se tratando de “Racismo”, o Núcleo Contra a Desigualdade da Defensoria Pública –RJ, por meio de Apostila “Crimes Raciais: como se proteger e denunciar” conceitua, “Podemos definir o racismo como a crença ou ideologia que atribui inferioridade a um grupo social em função de determinadas características físicas comuns” (Rio de Janeiro (estado), [2020?], p.1). Podemos considerar que o racismo se revela como uma estrutura de poder que perpetua desigualdades e privilégios injustos com base na raça, destacando a urgência das leis antirracistas para promover equidade e justiça social. Após definirmos raça e racismo, podemos afirmar que as leis antirracistas têm como objetivo combater e prevenir qualquer forma de discriminação baseada nessas características, promovendo um ambiente mais propício para a implementação de ações afirmativas.

A Política Nacional de Turismo, regulada atualmente pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 e regulamentada pelo Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, deve ter como parâmetro o conceito legal de turismo e seus objetivos. (Brasil, 2008; 2010).

Conforme art. 2º da Lei 11.771/2008, com redação alterada em 2024, por meio da Lei 14.978, de 18 de setembro de 2024, turismo envolve pessoas físicas em viagens e estadas, que devem gerar recursos econômicos, trabalho, emprego, renda e receita, tornando-se um “instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade”. (Brasil, 2008).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Conforme texto do art. 2º, da Lei 11.771/2008: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se turismo o fenômeno social, cultural e econômico que envolve as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em

Assim, as práticas incentivadas por empreendimentos e a falta de questionamento crítico na reprodução histórica reafirmam dinâmicas de exploração, como exemplificado no contexto da escravidão, evidenciando-se nas atividades turísticas no Vale do Café, o que contraria as diretrizes especificadas em lei para a Política Nacional de Turismo.

Outro Crime destacado no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) é o “Crime de Injúria Racial” (art. 140, §3º). Conforme a Cartilha de Crimes Raciais da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, é a “Ofensa praticada à dignidade de uma pessoa, por meio de elementos negativos atribuídos a sua raça, cor, etnia, religião ou origem”. Esta modalidade de crime considera não apenas as palavras proferidas, mas também gestos que podem caracterizá-lo. (Brasil, 1940; Rio de Janeiro, [2020?]).

Em 1997, foi promulgada a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997 para fortalecer as ações das políticas públicas, modificando disposições da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 para abranger discriminação por etnia e religião, além de aumentar as penalidades (Brasil, 1997).

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Essa lei estabelece que o ensino da história e cultura afro-brasileira deve ser ministrado em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio, garantindo o estudo desses temas ao lado da história do Brasil (Brasil, 2003b). Entre os principais objetivos da Lei n. 10.639/2003 estão o combate ao racismo, a valorização da cultura afro-brasileira e o reconhecimento da contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira.

Além disso, a lei visa promover uma educação que valorize a diversidade étnico-racial do país e contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, consolidou essas políticas antirracistas. O estatuto estabelece medidas para garantir igualdade de oportunidades, defender direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e combater discriminação e outras formas de intolerância étnica (Brasil, 2010).

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (conhecida como Lei de Cotas ou Lei de Inclusão Social), que estabelece reserva de vagas para pessoas negras (pretas e pardas) em universidades federais, foi sancionada pela então presidente Dilma Rousseff. Esta legislação foi

---

lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios, comparecimento a eventos, entre outros. (Redação dada pela Lei nº 14.978, de 2024). Parágrafo único. As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.” (Brasil, 2008).

um marco importante para promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público no Brasil. (Brasil, 2012).

Podemos citar mais duas leis significativas que também promovem a igualdade racial e combatem ao racismo: a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que embora não seja exclusivamente voltada para a população negra, estabelece regras sobre regularização fundiária rural e urbana, beneficiando comunidades tradicionais como quilombolas, que são predominantemente compostas por pessoas negras. E a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), prevendo políticas de combate ao racismo institucional e racialização das desigualdades, visando melhorar a segurança pública para todos, inclusive minorias étnicas. (Brasil, 2017 a; 2018).

Além de impactarem positivamente a educação e a inserção no mercado de trabalho, essas leis embasaram o desenvolvimento do TAC contra a Fazenda Santa Eufrásia, ao reforçar a necessidade de ressignificar o papel da população negra e de promover reparações históricas no contexto das fazendas do Vale do Café, incluindo ações afirmativas que visam à inclusão social e à preservação da memória afro-brasileira.

No Brasil, as leis citadas são pilares fundamentais na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Essas Leis estabelecem medidas concretas, como ações afirmativas, para combater a discriminação e garantir oportunidades equitativas para a população negra. Além de impactarem positivamente na educação e na inserção no mercado de trabalho, essas legislações podem também influenciar a inclusão dos negros nas fazendas do Vale do Café. Implementar políticas antirracistas é fundamental para enfrentar e combater o racismo sistêmico que persiste em diversas esferas da sociedade. Essas políticas não apenas buscam corrigir desigualdades históricas profundamente enraizadas, mas também promovem uma cultura de inclusão e respeito mútuo.

Ao proporcionar acesso justo a educação de qualidade e ao mercado de trabalho formal, as leis contribuem para romper com estruturas históricas de exclusão e promovem a diversidade e a inclusão nos diversos setores da sociedade, incluindo o turismo e o agronegócio nas fazendas de café.

Como será abordado adiante entre as obrigações do fazer e não fazer incluídas no TAC (Brasil a, 2017), a cláusula 8ª constava que a proprietária fosse a ambientes de movimentos negros para aprender mais sobre a cultura e história afro-brasileira. Segundo Dona Fatinha (Santos, 2024), a comunidade jogueira de Pinheiral faz um trabalho forte nas escolas da região. De acordo com Dona Fatinha (2024) a educação é a base de tudo, pois é por meio dela que se constrói o conhecimento sobre nossas raízes, se fortalece a autoestima e se combate o

preconceito. Para ela, é na educação que está a chave para transformar o futuro e garantir que nossas crianças, especialmente as negras, possam crescer cientes de seu valor e da sua história.

Ainda de acordo Dona Fatinha:

Então a criança leva aquilo. Porque a gente tem que mostrar a nossa história para a criança... E a educação é importante, tanto para a criança branca quanto para a nossa criança negra, porque a nossa criança negra precisa se sentir vista nos livros, nas revistas, na televisão, saber por que, sabe? Não é fácil, é difícil, o caminho é difícil, mas a gente tem direito (Santos, 2024, p. 5).

Para ela, é na educação que está a chave para transformar o futuro e garantir que nossas crianças, especialmente as negras, possam crescer cientes de seu valor e da sua história. Nesse contexto, é fundamental trabalhar a memória de figuras negras importantes, como Manuel Congo e Mariana Crioula, cujas histórias de resistência e luta são parte vital do patrimônio cultural da região. Manuel Congo, líder de uma das maiores revoltas de escravizados no Vale do Café, e Mariana Crioula, sua corajosa companheira, são heróis que precisavam desse reconhecimento, pois enfrentaram o sistema escravista com bravura.

Incorporar suas trajetórias ao processo educativo permite que as crianças não apenas aprendam sobre o passado, mas também reconheçam o legado de força e resistência que os negros deixaram, inspirando gerações futuras a lutar por seus direitos e dignidade. Assim destaca Dona Fatinha (2024):

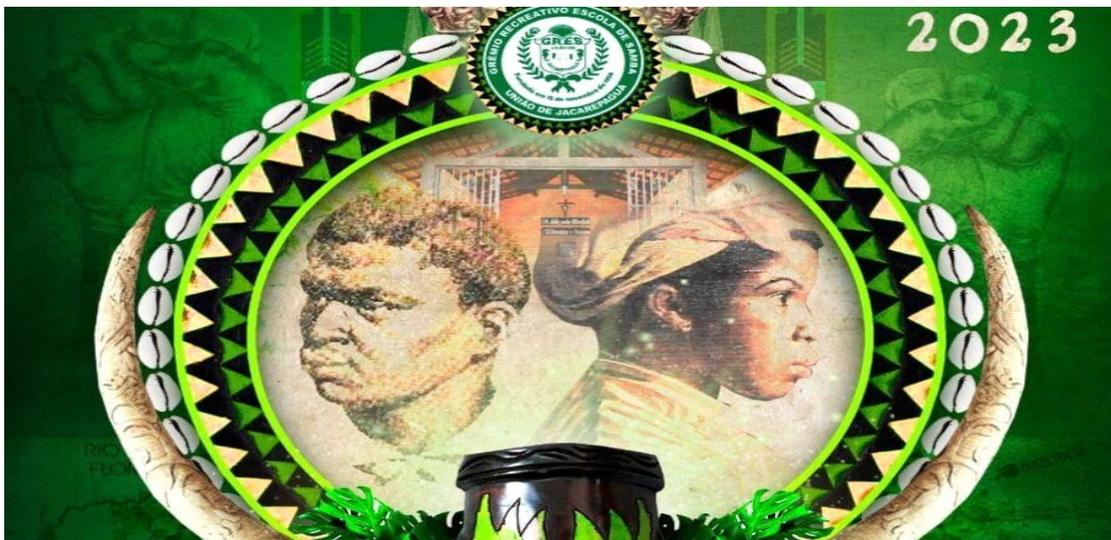
[...] E principalmente trabalhar a memória de Manuel Congo e Mariana Crioula, porque são dois heróis negros lá da cidade de Vassouras e que precisavam desse reconhecimento, porque foram heróis, né? O Manuel Congo, naquela época, ele conseguiu reunir mais de 400 negros em várias fazendas e fez uma rebelião. Só que essa rebelião não teve sucesso, porque ele foi traído também e foi enforcado lá (Santos, 2024, p.2-3).

Ao falarmos do Vale do Café e especialmente de Vassouras é importante contextualizar quem foram Manoel Congo e Mariana Crioula. Em 5 de novembro de 1838, um escravo foi morto pelo capataz. O clima já andava tenso na senzala e revisitar a notícia da morte provocou grande revolta. Assim começou o levante liderado por Manoel Congo. Outros escravos de outras fazendas se uniram a revolta, e vieram refugiar-se nas florestas de Santa Catarina. Mariana Crioula que era mucama de Francisca Elisa também fugiu e se juntou aos outros. Manoel Congo foi proclamado rei e Mariana Crioula tornou-se a rainha do Quilombo Santa Catarina (Rodrigues, 2012).

A fuga em massa alarmou os outros fazendeiros que solicitaram a Guarda Nacional para recapturar os fugitivos. A primeira tentativa de resgata foi frustrada, a segunda, alguns escravizados fugiram, no entanto, Manoel Congo e Mariana Crioula foram capturados e levados a Vassouras. Em 6 de setembro de 1839, ele foi julgado e condenado. Aos 49 anos, ele foi enforcado diante da Matriz de Vassouras (Rodrigues, 2012).

Ao trazer essas figuras históricas como tema para o samba-enredo de 2023 retratada na figura 31, a escola de samba União de Jacarepaguá contribui para o resgate e a popularização de narrativas frequentemente marginalizadas na história oficial, reforçando a importância dessas narrativas como espaço de afirmação cultural e política.

Figura 31- Manoel Congo e Mariana Crioula



Fonte: Redação Tupi, 2022

É mucama de iaíá, é escravo do feitor  
 valentia da senzala não sucumbe ao capitão  
 Lá nos cafezais, a revolta se faz  
 Pra findar o açoíte que fere o irmão  
 Samba Enredo União de Jacarepaguá 2023<sup>18</sup>

Foi instituído o Tributo a Manuel Congo no dia 6 de setembro, a cidade de Vassouras foi o cenário de tributos a Manuel Congo. Esta celebração resulta da Lei 2.896/2017 de 12 de junho de 2017, que, como resultado das discussões promovidas após o TAC, estabelece o dia 6 de

<sup>18</sup> Grêmio Recreativo Escola de Samba União de Jacarepaguá é uma [escola de samba](https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_de_Jacarepagu%C3%A1) da cidade do [Rio de Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro), sediada na [Estrada Intendente Magalhães](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_Intendente_Magalhães), no [Campinho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinho). Fundada em 15/11/1956 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o\\_de\\_Jacarepagu%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_de_Jacarepagu%C3%A1). Acesso em 10 de jan. 2025.

setembro como o Dia Municipal em Memória de Manuel Congo – líder da maior revolta de escravizados do Vale do Paraíba (Vassouras-RJ, 2017, Brasil, 2017).

Sob a perspectiva do integrante do Grupo de trabalho voluntário criado para os desdobramentos do TAC o entrevistado foi João Alípio de Oliveira Cunha<sup>19</sup>. João Alípio, foi bolsista da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Pontão Jongo Caxambu em Pinheiral, coordenado pela professora Elaine Monteiro. Ele destaca a relevância dessa colaboração, especialmente em um momento crítico de revisão histórica e reparação.

Para João Alípio, a audiência pública, realizada no Fórum de Volta Redonda, foi um marco no processo de discussão dos termos do TAC. Ele compôs a equipe de trabalho a partir de um interesse pessoal em contribuir com essa iniciativa, pois via na liderança do Procurador Dr. Júlio uma oportunidade de unir forças com figuras relevantes da luta pela preservação da memória afro-brasileira, como Dona Fatinha e o falecido líder do Quilombo São José da Serra, Toninho Canecão. Ambos desempenharam papéis fundamentais no fortalecimento da causa e no apoio às exigências propostas no TAC (Cunha, 2024, p.2).

João Alípio ressalta que, embora o Procurador Dr. Júlio detivesse amplo conhecimento jurídico, inicialmente não contava com a rede necessária para elaborar o conteúdo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). De acordo com ele, “...foi uma construção muito interessante porque foi coletivo” (Cunha, 2024, p.2). A formulação do documento, portanto, emergiu de uma composição colaborativa que envolveu diversos atores da sociedade civil, representantes do Estado nas três esferas — federal, estadual e municipal —, além de professoras da UFF e movimentos negros. Essa participação conjunta foi essencial para garantir que o TAC refletisse não apenas as diretrizes legais, mas também as demandas e contribuições dos grupos historicamente envolvidos na luta pela memória e justiça social (Cunha, 2024, p.2).

João Alípio Cunha destaca que o principal desafio residia na forma como o turismo era conduzido nas fazendas históricas, particularmente no modo como essas propriedades recebiam escolas para visitas educativas. Ele argumenta que as fazendas deveriam exercer um papel central na promoção de uma narrativa crítica e realista da história, contribuindo para o fortalecimento do turismo histórico. Com sua formação em turismo e patrimônio cultural, ele também reconhece as dificuldades enfrentadas pelas fazendas na manutenção de sua infraestrutura, destacando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

---

<sup>19</sup> Doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional (UFRJ). Mestre em Antropologia Social no Museu do Museu Nacional (UFRJ). Integrante do Coletivo Negro Marlene Cunha.

(IPHAN) frequentemente não consegue atender adequadamente às demandas. Nesse contexto, ele defende a necessidade de transformar o turismo praticado na região em um turismo consciente e crítico, que valorize e respeite a história das minorias étnicas, incluindo negros e indígenas, que desempenharam papéis centrais na história local (Cunha, 2024, p.3).

João Alípio Cunha também enfatiza a importância do curso de capacitação previsto no TAC, voltado para os proprietários das fazendas. Durante essa formação, a fazendeira teve a oportunidade de visitar comunidades como o Quilombo São José da Serra, onde pôde conhecer a história de luta da comunidade quilombola e sua religiosidade. Através de figuras como Toninho Canecão e Dona Fatinha, ela teve contato com a história e a resistência das populações negras na região, indo além da narrativa tradicional dos tempos do Barão do Café. A formação foi fundamental para estimular a discussão sobre a maneira como o turismo e a história estavam sendo tratados nas fazendas da região (Cunha,2024, p.3).

O curso buscou permitir que a fazendeira compreendesse a importância de integrar as histórias de resistência, como a do Jongo em Pinheiral, e a luta dos negros, além de aprofundar o entendimento sobre a cultura afro-brasileira e o papel das minorias étnicas no desenvolvimento histórico local. Essa abordagem crítica tinha como objetivo contribuir para uma nova visão do turismo na região, conectando-o de forma mais consciente e respeitosa com a história de todos os grupos envolvidos.

A região em questão carrega uma mentalidade herdada do período escravocrata, marcada pelo protagonismo dos barões e pela ideia de uma 'escravidão cordial', aspectos que permanecem enraizados até hoje, junto com um conservadorismo acentuado e barreiras em torno do conceito de democracia racial. Nesse cenário, a fazendeira é fruto dessa mentalidade, e o objetivo do grupo era justamente, por meio do TAC (Brasil a, 2017), promover uma mudança de conduta (Cunha, 2024, p.3).

O termo visava, assim, contribuir para que a fazendeira adotasse novas práticas. De acordo com Cunha (2024, p. 5), “Mas o TAC é uma provocação. A sociedade foi provocada”. Durante esse período, sua contribuição esteve ligada, sobretudo, à área do turismo, buscando sensibilizar não só a fazendeira, mas também os profissionais envolvidos nas visitas turísticas às fazendas. Corroborando com Dona Fatinha (2024), Araújo Júnior (2024) e Blondet (2019), a proposta era que os proprietários das fazendas compreendessem que o problema não estava no turismo em si, mas na forma como a história e a memória da escravidão eram representadas nesse contexto.

João Alípio Cunha enfatiza que o envolvimento do procurador foi essencial para o progresso da causa, mas que, após sua saída, o processo entrou em um estado de estagnação.

Conforme observado por ele, "às vezes a ação do Ministério Público fica muito personalizada ao procurador", o que reflete diretamente na condução de casos como o TAC. No presente caso, a falta de interesse da procuradora que assumiu o cargo em dar continuidade à causa evidencia a dependência do avanço de determinadas pautas ao engajamento individual do(a) procurador(a) responsável (Cunha, 2024, p. 7).

João Alípio Cunha observa que a proprietária cumpriu algumas cláusulas do TAC, embora não integralmente, e destaca que, em sua visão, as "obrigações de não fazer" eram mais importantes do que as "obrigações de fazer". Alípio também ressalta que o TAC deveria servir de modelo para a criação de políticas públicas voltadas para regulamentação do turismo, evitando a lacuna que existe neste segmento. Além disso, ele aponta que a questão da continuidade do cumprimento do TAC (Brasil a, 2017), não foi devidamente prevista, o que resultou em uma descontinuidade:

É no sentido da continuidade, qual poder que um TAC pode ter para que esse tipo de ação possa se tornar uma política de estado porque a gente conseguiu levantar o tema, a gente conseguiu uma adesão de uma certa forma da fazendeira, conseguimos fazer seminários, conseguimos fazer uma roda de conversa. A fazendeira participou do curso de formação, mas a gente não conseguiu fazer com que o TAC tornasse uma política pública, uma política de estado (Cunha, 2024, p.4).

Ele chama atenção para o fato de que as fazendas lucram significativamente, inclusive com a participação de comunidades em apresentações culturais, mas que não há uma regulamentação que defina a remuneração dessas atividades, permitindo que cada fazenda pague o valor que considera adequado, sem critérios claros (Cunha, 2024, p.6). Ainda conforme ele, "Porque eu lembro que ali na região do Vale teve uma repercussão muito grande, principalmente para as pessoas do movimento negro", destacando o impacto do TAC na conscientização social (Cunha, 2024, p.3). Essa mobilização refletiu diretamente no engajamento de diversos movimentos negros, como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Quilombismo e o grupo Quilombo São José da Serra, que há décadas lutam pela preservação da memória histórica e pela valorização da cultura afro-brasileira.

Neste contexto, os movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental, ao se engajarem ativamente na luta por uma representação mais justa e inclusiva da história, exigindo que o legado da escravidão seja tratado com a devida seriedade e respeito.

O movimento negro, em particular, teve suas raízes no período da escravidão, com os Quilombos sendo um exemplo notável de resistência organizada pelos negros escravizados

contra as violências e injustiças. Após a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, diversos movimentos negros surgiram e continuam ativos até hoje, lutando por direitos, igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira (Fahs, 2019)

O Movimento Social Negro (MSN) no Brasil surgiu como uma resposta à luta pela liberdade e preservação cultural dos afrodescendentes, caracterizando-se por períodos de apagamento e ressurgimento. O Movimento Negro Unificado (MNU) (Figura 32), criado nos anos 1970, precisamente em 1978, foi pioneiro na conscientização das desigualdades raciais e na luta pela igualdade de direitos, influenciando políticas públicas, como as ações afirmativas (Fahs, 2019).

Figura 32 - Lançamento do Movimento Negro Unificado



Fonte: MNU (2023)

Segundo Fahz (2019, p.1) “A pauta principal do movimento é o fim da discriminação racial no país e isso já estava demarcado no momento de seu nascimento”. Desde sua fundação, a organização alcançou diversos feitos. Um momento crucial para o MNU foi sua contribuição na formulação das demandas do movimento negro durante a Assembleia Constituinte de 1988, que resultou na promulgação da Constituição Cidadã (Fahz, 2019).

Já o Quilombismo, ideologia proposta por Abdias do Nascimento, valoriza a resistência histórica dos negros e a cultura afro-brasileira. Outro destaque importante é “O Coletivo de Entidades Negras” (CEN), que atua como articulador de mais de 1.100 terreiros em 18 estados, promovendo igualdade racial e direitos humanos. Esses movimentos têm desempenhado um

papel fundamental na promoção da igualdade racial e na luta contra o racismo estrutural no Brasil (Ahualli; Abreu, 2019).

Retomando a discussão sobre o TAC (Brasil a, 2017b), é crucial entender como os eventos históricos e culturais de Vassouras influenciam as práticas e as políticas atuais. O TAC foi implementado para valorizar a história e a contribuição do povo negro na região. Apesar das mudanças positivas trazidas pelo TAC, que melhoraram o tratamento e as condições dos trabalhadores, o progresso foi parcial, pois mudar práticas enraizadas ao longo de muitos anos é um processo lento. Há um reconhecimento de que, embora tenha havido avanços significativos, ainda é necessário continuar trabalhando para uma valorização plena e justa das comunidades locais.

O TAC determinou o fim da encenação sobre a “escravidão” para os turistas bem como medidas reparatórias para que o local receba o selo “Fazenda sem Racismo”, também foram estabelecidas outras obrigações a serem cumpridas pela proprietária da fazenda (Brasil, 2017a).

O TAC considerou que “o direito a memória não constitui mero olhar retrospectivo ao passado, mas a recreação da compreensão coletiva, permitindo um entendimento também acerca do presente e futuro” (Brasila, 2017b, p.6).

O objetivo deste acordo foi reparar as violações aos direitos da população negra causadas pela representação turística na Fazenda Santa Eufrásia, que retrata as mulheres como mucamas escravizadas e normaliza os horrores da escravidão dos africanos e seus descendentes, de forma contemplativa. Este termo inclui a definição de obrigações do fazer e não fazer da gestora e dos proprietários da Fazenda para garantir o reconhecimento da história e cultura negra (Brasila, 2017b):

### **AS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER**

- Fica vedada, a encenação ou a utilização de vestimentas por pessoas negras ou brancas que se caracterizem como “mucamas”
- Fica proibida a utilização da palavra “Escravo”, de forma escrita ou oral, devendo sempre ser trocada pela expressão “pessoa escravizada”, com o fim de esclarecer que africanos e seus descendentes foram escravizados e não “nasceram escravos” e que ninguém “descende de escravos”;
- Em qualquer evento, peça ou sarau, não será apresentada apenas a versão da história dos barões do café, nem se deixará de mencionar o crime de escravidão e o papel que africanos e descendentes desempenharam na construção de toda a riqueza da região;
- Os representantes da Fazenda Santa Eufrásia se obrigam a não realizar qualquer descrição histórica que impliquem menção pejorativa aos negros escravizados ou banalize a história de escravização de pessoas.

Esta obrigação estende-se ao sítio eletrônico na Internet e aos demais conteúdos produzidos pela fazenda.

## AS OBRIGAÇÕES DE FAZER

- Compromisso de fazer duas placas, com as dimensões de 1 metro x 1,7 metros, impressa em 4x0 cores em PS branco 6mm, com letra de 2 cm.

A primeira placa deverá conter o seguinte texto:

A Fazenda Santa Eufrásia foi palco, no século XIX, do que hoje é considerado crime contra a humanidade: a escravização de africanos, muitos sequestrados ainda crianças. Estima-se que cerca de um milhão e meio de africanos sobreviventes da travessia tenham subido a Serra para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Paraíba.

Representante exemplar do complexo de produção e dominação organizado para viabilizar a exportação de café, a Santa Eufrásia era uma fazenda de grande porte: de acordo com o inventário de seu proprietário, havia 162 escravizados em 1880. Os africanos e seus descendentes participaram com seu trabalho forçado de todas as etapas da construção da riqueza gerada pelo café: nas plantações, na colheita, na secagem, no armazenamento, nos serviços domésticos e no transporte.

Frente à violência da dominação, sempre buscaram transformar as péssimas condições de vida e trabalho a partir da organização de uma comunidade que viabilizou a luta diária pelo direito de acesso à roça, à organização de famílias, às comemorações de seus santos e antepassados, e, num projeto mais longo, de conquista da própria alforria.

Na década de 1880, período de mobilização pela Abolição da escravidão no Brasil, o Vale do Café estremeceu com as insubordinações e ameaças de fugas dos escravizados. Em 13 de maio de 1888, dia da Abolição, ouviram-se batuques e jongs por todas as fazendas da região.

Se os velhos casarões ainda exibem parte desse passado escravista, as residências dos escravizados, as senzalas, situadas em local próximo à casa dos senhores e ao terreiro para secagem de café, em geral não foram preservadas. Os descendentes de africanos legaram para as gerações futuras um patrimônio cultural valioso – expresso em versos, jongs e sambas – e muitas histórias de luta e resistência que marcam a trajetória e o orgulho de suas famílias em toda região.

*Para outros locais de memória da História dos descendentes de africanos no Vale do Paraíba, recomenda-se a visita aos seguintes locais:*

- *Memorial Manoel Congo em Vassouras (centro histórico de Vassouras)*
- *Quilombo São José da Serra – Valença (contato)*
- *Memorial do Jongo em Pinheiral – Pinheiral(contato) (Brasila, 2017, p.11-12).*

A segunda placa deverá conter o seguinte texto:

A comunidade cativa da Fazenda Santa Eufrásia conforme registro do inventário de Ezequiel de Araújo Padilha, proprietário da Fazenda em 1880...o nome dos 162 escravizados em 1888, sendo 46 deles nascidos no continente africano. (Brasila, 2017b, p.12).

De acordo com o segundo parágrafo:

Como dever de memória e homenagem aos que integraram a comunidade de senzala da Fazenda Santa Eufrásia, em 1880, encontram-se assinalados abaixo todos os seus nomes. Os fugitivos da senzala da Santa Eufrásia também estão registrados na lista do inventário de 1880 (Brasila, 2017b, p.12).

Este levantamento foi realizado pelo professor que participou da composição do TAC Ricardo Salles da UNIRIO (Universidade do Rio de Janeiro).

O professor Ricardo Salles<sup>20</sup>, reconhecido por suas pesquisas sobre a escravidão e a formação da cidadania no Brasil, desempenhou um papel crucial no cumprimento do TAC relacionado à memória das vítimas da escravidão. Salles foi responsável por elaborar uma lista dos escravizados que viveram e trabalharam na fazenda em questão. Essa lista foi inserida em uma placa que permanece exposta na fazenda, uma exigência do TAC, com o objetivo de resgatar e honrar a memória desses indivíduos, como uma forma de reparação simbólica significativa ao registrar os nomes dos que foram explorados, tornando visíveis essas histórias que muitas vezes são apagadas ou ignoradas no processo de preservação do patrimônio histórico (Brasil a, 2017, p.12). Seguem listados abaixo:

José Benguela (66) e Josepha Benguela (66), pai e mãe de Prigida (28) e avós dos filhos dela, ingênuos;  
 Anastácio (0) e Aceto (3), também pai e mãe de Emiliana (25), e avós dos filhos dela, Jerônimo (15) e a ingênuo Firmina (3),  
 Izidro (52), de nação, quebrado e Generoza (50), de nação, doente e a filha de ambos, Marcelina (21),  
 Constantina (27), parda, costureira;  
 Esperança (50) crioula, lavadeira  
 Faustino (46), de nação,  
 Innocencia, inválida e sua filha Paula (25);  
 Eva (46), de nação[...]  
 Martiniana(55), sofrendo de moléstia incurável e seus filhos Sancho(35) e Henrique(Brasil a, 2017, p.12).

Dentre as responsabilidades na cláusula 8ª estão as seguintes ações: realização de capacitação para a proprietária e todos os funcionários que interajam com os turistas, com uma

---

<sup>20</sup> Ricardo de Araújo Salles foi professor Titular de História Contemporânea na UNIRIO e Pesquisador do CNPq. Formado em História pela PUC-RJ (1996), possui mestrado (1999) e doutorado (2001) pela UFF. Suas áreas de interesse incluem História do Brasil Império, século XIX, escravidão moderna, formação do Estado e da nação, e teoria da história. Ele integra o Grupo de Pesquisa "O Vale do Paraíba, o Império do Brasil e a Segunda Escravidão". <http://lattes.cnpq.br/3748773983229457>

carga horária de 12 horas, em cursos conduzidos por lideranças negras. A capacitação também deverá incluir visitas a memoriais em comunidades vizinhas, como o Quilombo São José da Serra e o Jongo de Pinheiral. A proprietária ficará encarregada de repassar os conhecimentos adquiridos a futuros colaboradores. Na Clausula 10ª consta:

Os representantes da Fazenda Santa Eufrásia apresentarão, no prazo de 60 dias, um pedido de desculpas público à comunidade negra, por meio de vídeo de 1 minuto e 30 segundos a ser divulgado pela internet, e nota pública, por escrito, a ser divulgada em seu sítio eletrônico e distribuído à imprensa” (Brasil a, 2017, p. 15).

Outra obrigação da compromissária constante na Cláusula 11º:

No prazo de 30 dias, as visitas na Fazenda Santa Eufrásia deverão incluir a apresentação de um texto elaborado pelas comunidades negras da região sobre pessoas importantes, como Manoel Congo e Mariana Crioula, e haverá a exibição de pequenos filmes, de até 5 minutos previamente editados pelas comunidades e remetidos à gestora da fazenda, em espaço definido pelo IPHAN (Brasil a, 2017p. 15).

As Cláusulas 12ª e 13ª determinam que a fazenda deve exibir avisos contendo o contato do IPHAN para a realização de denúncias relacionadas a possíveis atos de racismo. Uma vez por mês, o espaço será destinado às comunidades negras, que poderão promover eventos culturais, participar de debates e comercializar seus produtos no local (Brasil a, 2017b).

De acordo com a cláusula 14ª, os representantes da fazenda terão um prazo de 90 dias para produzir 500 folhetos, contendo informações sobre a comunidade cativa da Fazenda Santa Eufrásia (Brasil a, 2017b, p. 16). O conteúdo do folheto também deveria ter sido disponibilizado no site da fazenda, seja na versão completa ou resumida, conforme exigido pelo TAC (Brasil a, 2017), porém essa postagem não foi realizada. Além disso, a proprietária deverá produzir 500 cartilhas informativas sobre crimes de racismo, que estarão acessíveis na página oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Brasil a, 2017b, p.20).

A cartilha também deveria ser divulgada no sítio da fazenda, com destaque na página inicial. De acordo com a cláusula 15º:

Os representantes da fazenda ainda conforme cláusula 15ª custearão, no prazo máximo de 120 dias, 300 cópias dos seguintes DVD'S: “Canta um Ponto” (sobre o Jongo de Pinheiral), “Memórias do Cativo” (Quilombo São José da Serra) e “jongos, Calangos e Folias” (sobre a música negra da região) (Brasil a, 2017, p. 20).

A inclusão da Figura 33, que apresenta o vídeo "Canta um Ponto", oferece uma rica imersão na cultura do jongo de Pinheiral, explorada a partir da perspectiva de seus praticantes e guardiões. Em suma, "Canta um Ponto" proporciona uma visão inspiradora e educativa sobre o jongo de Pinheiral, destacando seu valor como um tesouro cultural a ser celebrado, protegido e transmitido para as futuras gerações.

Figura 33 - Vídeo Canta um Ponto – QR Code



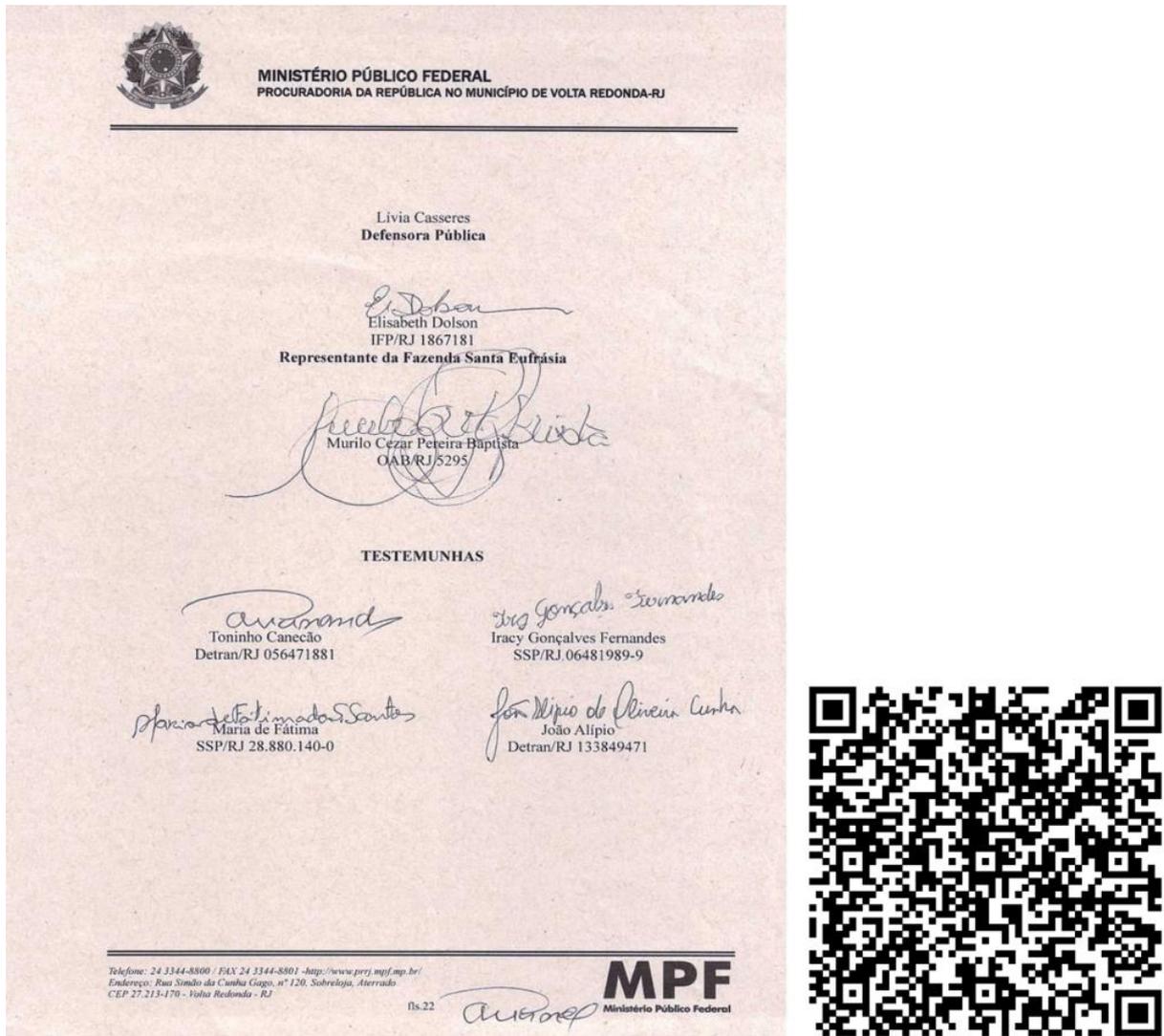
Fonte: Canta um ponto (2021)

Durante uma visita ao local em 30 de agosto de 2017, o procurador da República Dr. Júlio José Araújo Junior verificou que a maioria das obrigações estipuladas no TAC havia sido cumprida (Jusbrasil, [2017?]).

Após a assinatura do TAC (Brasil a, 2017), o MPF/RJ iniciou discussões com outras fazendas da região sobre maneiras de valorizar a história e a cultura afro-brasileiras. O objetivo é aprofundar a discussão sobre modelos de turismo de memória na região, adotando uma perspectiva inclusiva sobre a contribuição dos negros na história local e destacando personagens anteriormente silenciados (Jusbrasil, [2017?]).

Para complementar a análise do TAC (Brasil a,2017), a figura 34 apresenta a última página do termo assinado pelas partes interessadas, com um QR code ao lado para acesso rápido ao documento na íntegra.

Figura 34 - TAC assinado. QR Code com TAC na íntegra



Fonte: Brasil, (2017 b)

Em uma reunião realizada em 16 de agosto 2017, o presidente do Instituto Preservale, Nestor Rocha, expressou o apoio da instituição à iniciativa e enfatizou o aspecto positivo da proposta. Ele mencionou algumas preocupações dos fazendeiros, mas acredita que elas podem ser resolvidas por meio do diálogo e convencimento. (Jusbrasil, [2017?]).

Ao analisarmos as entrevistas realizadas, com os componentes para a construção do TAC, podemos constatar que algumas cláusulas foram cumpridas. Segundo Dona Fatinha a proprietária foi ao Jongo de Pinheiral passou um dia lá, almoçou, foi instruída sobre a história do Jongo e dos negros, chegou a dançar o Jongo essa ação contemplava a cláusula 8ª. Em outro momento da entrevista Dona Fatinha (2024, p. 2) também cita “E depois a gente voltou lá um outro dia, também passamos um dia inteiro lá, ela nos recepcionou muito bem, sabe?”.

Conforme apontam Dona Fatinha (2024), Araújo Júnior (2024) e Cunha (2024), embora algumas das "obrigações de fazer" e "obrigações de não fazer" tenham sido cumpridas, nem todas as cláusulas estabelecidas no TAC foram integralmente executadas. As placas mencionadas no TAC na cláusula 7ª (Brasil, 2017b) foram confeccionadas e estão dispostas na Fazenda conforme solicitação do termo.

Também se observa que, na época, foram realizadas rodas de conversa sobre a escravidão, conforme exigido pelo TAC, mostrado na figura 35.

Figura 35 - Roda de Conversa sobre escravidão

Associação do Jongo Caxambu  
Renascer, Foto: Isabela Kassow / Diadorim  
Ideias

**RODA DE CONVERSA  
PASSADO PRESENTE:**

**ESCRavidÃO E  
LIBERDADE NO  
VALE DO CAFÉ**

*Com Martha Abreu (UFF), Mariana Muaze (UnRio), Maria de Fátima da Silveira Santos (Jongo de Pinheiral), Antonio do Nascimento Fernandes (Quilombo São José da Serra)*

Data 01/07/2017 | 14 às 18 horas  
Local: Fazenda Santa Eufrásia (Rodovia Lúcio Meira BR 393, Km 242, S/n - Grecco, Vassouras - RJ)

UFF EM MOVIMENTO  
DEFENSORIA PÚBLICA  
LABHOI  
PENSA  
MUNICÍPIO DE VASSOURAS  
UFF

Fonte: Brasil, (2017 c)

Na Figura 35, observa-se, durante a Roda de Conversa sobre escravidão e liberdade no Vale do Café, nota-se a presença de pessoas que participaram ativamente da elaboração do TAC, entre elas: Martha Abreu (professora da UFF), Mariana Muaze (historiadora), Maria de Fátima da Silveira do Nascimento (líder jogueira de Pinheiral) e Toninho Canecão (líder do Quilombo São José da Serra, falecido).

Após a verificação da execução destas ações a fazenda será auferida com o selo “Fazenda sem Racismo” é o que consta na cláusula 16<sup>a</sup>. Em caso de violação de qualquer um desses termos, conforme descrito na cláusula 19<sup>a</sup>, será aplicada uma multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), consoante com o TAC (Brasil a, 2017b).

Conforme pesquisas feitas a assinatura do TAC não significa que a proprietária da Fazenda concorde que a encenação apresentada aos turistas transgrida direitos fundamentais ao mencionar pejorativamente os escravizados ou a trivialização da história da escravização de pessoas, segundo Pacheco (2016, p. 39):

A assinatura do termo ocorreria no dia 6 de maio, nas dependências da fazenda. Mas quando as pessoas chegaram lá, as portas estavam fechadas, e o documento foi assinado em frente à sede da propriedade, sem a presença da dona, que foi representada por seu advogado, Murilo Cesar Pereira Batista.

Em sua entrevista Dona Fatinha (Santos, 2024) e Araújo Junior (2024) relatam que no dia da assinatura do TAC, Elizabeth Dolson não estava presente, quem assinou o termo foi seu advogado. De acordo com Blondet (2023, p. 162), “Malgrado nosso entendimento de que o TAC foi proposto com base em elementos superficiais e em frágil probatório (a compromissária Dolson, a despeito de ter assinado o termo, parece não ter sido convencida de que seu comportamento afrontava a lei)”.

A crítica de Blondet ao analisar o TAC aponta que as ações foram realizadas de forma muito genérica, sem uma investigação específica sobre a conduta de Dolson. Blondet (2023) defende que deveria ter havido uma apuração mais detalhada para compreender melhor as ações de Dolson e propor medidas de reparação adequadas. Isso se torna ainda mais relevante considerando que a própria Dolson afirma que todas as fazendas da região adotam o mesmo tipo de representação turística.

Conforme os primeiros atos do inquérito, ordenados na portaria da instauração, o primeiro em ofício datado de 04/01/2017 remetido pelo IPHAN diz “esclarecemos que encenações, para fins turísticos e/ou histórico-culturais, ocorrem em todo Brasil” (Brasil, 2017b, p.2); e Dolson,

em depoimento de primeiro de fevereiro, afirma “que muitas outras fazendas fazem a mesma encenação” (Brasila, 2017b, p. 88), indicando, inclusive, o nome delas.

No entanto, Dona Fatinha destaca que, apesar da prática comum das encenações, o evento foi marcado por grande emoção, com a presença de diversos jongos e comunidades negras, que se comoveram ao ouvir a citação dos nomes dos 162 escravizados que trabalharam na fazenda. Essa lista foi elaborada pelo professor Ricardo Salles, com base em sua pesquisa no inventário da fazenda, ele também integrou a equipe do TAC.

Na Figura 36, a seguir, está uma imagem sobre a celebração da adequação do turismo local.

Figura 36 - Quilombolas e representantes do movimento negro celebram adequação do turismo local



Foto: Paulo Múmia (The Intercept, 2017)

A Figura 36 mostra um grupo, incluindo Quilombolas e representantes do movimento negro, celebrando, nos jardins da Fazenda Santa Eufrásia. O clima é de alegria, marcado por gestos vibrantes de dança, sorrisos e participação coletiva. Há também elementos culturais presentes, como o tambor tocado por um dos participantes, incorporando de tradições afro-brasileiras na comemoração.

Essa celebração registra um momento de vitória para essas comunidades, representando o reconhecimento e a inclusão de suas histórias e vivências na narrativa oficial do local. A assinatura do TAC foi recebida como uma conquista significativa, ao promover a adequação do turismo local para que seja mais sensível e respeitoso com a memória da escravidão e das tradições afrodescendentes.

### 2.1.4 As objeções ao TAC

Releva notar que parte do setor de turismo da cidade não concordou com o TAC. Essa discussão revela não apenas tensões locais em torno da preservação histórica e do turismo, mas também aspectos mais profundos das dinâmicas sociais subjacentes, como o racismo estrutural, conforme discutido por Silvio de Almeida (2018).

No livro *Racismo Estrutural*, ele argumenta que o racismo vai além de atitudes individuais, estando profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. No caso em estudo, é possível observar diretamente o impacto das relações de poder e das políticas de preservação e turismo, como na Fazenda Santa Eufrásia.

Silvio de Almeida (2018), discute o racismo como um fenômeno enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, sustentado ao longo da história pelas instituições e pelas práticas cotidianas. O racismo, para Almeida, não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas um sistema que molda as relações sociais e perpetua desigualdades. De acordo com Almeida (2018, p.25), racismo é:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam.

Almeida (2018, p.59) ainda afirma que:

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como 'piadas', como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resistam em reconhecer casos de racismo, e que se considerem *racionalmente neutros*.

O racismo emerge da própria organização da sociedade, ou seja, das maneiras "normais" como se formam as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Em vez de ser visto como um problema isolado ou uma falha institucional, o racismo é uma característica intrínseca da estrutura social. É um fenômeno estrutural.

O racismo estrutural está integrado nas instituições e práticas sociais, muitas vezes invisível e perpetuado por normas e sistemas estabelecidos. No contexto das fazendas do Vale do Café, a forma como a história da escravidão é apresentada pode ser considerada uma extensão desse racismo estrutural. Se as encenações turísticas das fazendas apresentam uma

versão romantizada ou distorcida da escravidão, isso pode perpetuar estereótipos e invisibilizar a violência sofrida pelos escravizados (Almeida, 2018).

Aplicando essa análise ao turismo nas fazendas históricas do Vale do Café, é possível observar como o racismo estrutural se reflete nas representações da escravidão. Muitas dessas fazendas, ao serem transformadas em pontos turísticos, tendem a romantizar o período colonial, apagando ou minimizando o sofrimento dos escravizados. A falta de uma narrativa adequada sobre a escravidão e o papel dos negros na formação dessas fazendas perpetua o racismo estrutural ao reforçar uma visão distorcida da história.

Essas representações inapropriadas não apenas desrespeitam a memória das pessoas escravizadas, mas também contribuem para a perpetuação das desigualdades raciais ao ignorar a verdadeira extensão do impacto da escravidão no Brasil. A crítica de Almeida (2018) ao racismo estrutural sugere que uma mudança nas práticas turísticas e na interpretação histórica dessas fazendas seria necessária para abordar o passado de maneira mais justa e consciente, promovendo uma reflexão crítica sobre o legado da escravidão e suas consequências.

Neste contexto, a implementação do TAC também deve ser analisada à luz dessas demandas por uma interpretação histórica mais justa, considerando as diferentes perspectivas e tensões envolvidas. A discussão não apenas considera as argumentações favoráveis à implementação do TAC, mas também examina críticas e preocupações levantadas por diferentes atores envolvidos, incluindo representantes do turismo local e membros da comunidade. Através desta abordagem, almejamos proporcionar uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas nessa questão controversa.

No entanto conforme Teixeira (2019),

Segundo um dos representantes do Movimento Negro Unificado que atua na região do Vale do Café, em Vassouras não houve mobilização de nenhuma liderança contra as práticas supostamente racista do tour da experiência nas fazendas, pois a visão dos militantes locais é que a história contada nas fazendas é pertinente, tentam até ressaltar a necessidade de destacar a escravidão com os maus tratos e o sistema de submissão do povo negro para que sobressaia as formas de resistência (Teixeira, 2019, p. 53).

Isso sugere uma aceitação local da forma como o turismo histórico nas fazendas tem abordado a questão da escravidão. A ausência de contestação pode ser interpretada como um reflexo das percepções locais ou da falta de engajamento político em relação a essas práticas. No contexto específico do Vale do Café, os militantes enxergam a narrativa como verdadeira e adequada ao que consideram ser a realidade histórica.

De acordo com Teixeira (2023, p.20), a guia turística Andréa Pitt, que participou das reuniões que resultaram no TAC (Brasil a, 2017), expressa a opinião de que os tours não representavam um problema e lamenta a mobilização que resultou no adoecimento de Elizabeth Dolson, proprietária da fazenda Santa Eufrásia.

Andrea Pitt é conhecida por interpretar Mariana Crioula, uma figura histórica de destaque na luta contra a escravidão. Mariana Crioula foi uma escravizada que liderou uma revolta de escravizados com Manuel Congo na Fazenda São Fernando, em 1838 (Teixeira, 2019). A caracterização de Andrea como Mariana Crioula permite uma abordagem mais imersiva e envolvente da história, proporcionando aos turistas uma experiência de conexão direta com o passado. Através dessa representação, ela humaniza e dá voz a uma das inúmeras mulheres negras que resistiram à opressão durante o período escravocrata.

Com a caracterização, Andrea Pitt também busca provocar reflexões sobre o racismo estrutural e a forma como o passado escravagista é narrado e preservado na região do Vale do Café. Ao encarnar Mariana Crioula, ela traz à tona discussões importantes sobre a memória da escravidão, resistência e as tensões sociais ainda presentes no turismo de fazendas históricas, onde muitas vezes o passado é romantizado, sem abordar as duras realidades enfrentadas pelos escravizados.

Quanto ao TAC, a guia considera a situação delicada e não consegue reconhecer o suposto preconceito alegado, destacando que o foco dos tours era apenas a representação da sinhá e da mucama escravizada. Para ela, essa abordagem proporciona visibilidade à história, identidade e memória afrodescendente, revelando as raízes e os ancestrais. Segundo a guia, essa caracterização não constitui racismo, mas sim uma maneira de preservar a história passada (Teixeira, 2023).

A guia argumenta que o enfoque na figura da sinhá e da mucama escravizada não seria uma manifestação de preconceito ou racismo, mas uma forma de dar visibilidade à história e memória afrodescendente. No entanto, ao destacar apenas essas figuras, o texto revela uma visão limitada e potencialmente estereotipada, que pode reforçar narrativas opressoras ao perpetuar imagens que não capturam a complexidade da experiência dos escravizados.

Além disso, o argumento de "preservar a história" carece de uma análise crítica sobre o impacto dessas representações na perpetuação de estigmas e na manutenção do racismo estrutural.

A figura 37 a seguir mostra a Guia da região de Vassouras Andréia Pitt.

Figura 37 - Andréia Pitt – Guia Turística de Vassouras



Foto: Ricardo Almeida. Fonte: Andréia... (2023)

Após o TAC, a guia percebeu que os negros foram ainda mais marginalizados no Vale, já que as fazendas não estavam mais dispostas a contratar pessoas negras para desempenhar funções, com receio de enfrentar punições similares às que a dona da fazenda Santa Eufrásia enfrentou (Teixeira, 2023).

No entanto, essa percepção contrasta com a argumentação de Blondet (2019), que destaca a fragilidade das provas apresentadas no TAC, sugerindo que o foco dessas representações não capturaria de forma adequada o preconceito alegado. Essa divergência de opiniões reflete a complexidade de interpretar as narrativas históricas de fazendas como Santa Eufrásia, onde as questões de memória e racismo estrutural frequentemente colidem com a preservação cultural e patrimonial.

O diretor de turismo da cidade de Vassouras, conforme Teixeira (2023, p. 20), afirma que o Ministério Público Federal e a elaboração do TAC trouxeram um aspecto positivo ao focar a atenção do Estado na questão racial da cidade. No entanto, o diretor questiona a forma como as informações divulgadas pelo *The Intercept* pela jornalista Cecília foram propagadas, especialmente por ela não ter visitado a fazenda Santa Eufrásia [segundo ele] para verificar os fatos e por não informar adequadamente sobre as atividades turísticas já existentes.

O diretor destaca que existem situações mais graves do que as denunciadas ao MP, como encenações em outras fazendas que retratam narrativas baseadas nos instrumentos de tortura

utilizados nas senzalas, retratando os barões como benevolentes para com os escravos e sempre vitoriosos. Corroborando com o depoimento de Araújo Júnior (2024, p.2), que relata:

[...] na época, foi muito curioso, porque tinha uma fazenda lá que tinha um negócio de pelourinho, aí eles tiraram esse negócio de pelourinho e teve umas interpretações equivocadas também, porque acharam que a gente estivesse proibindo ou que a gente estivesse censurando, como se fosse uma obra teatral, porque não era um teatro, aquilo era um turismo racista.

Ressalta-se a importância de entender o contexto histórico e social ao lidar com símbolos carregados de significados raciais, e a necessidade de ações que promovam a sensibilidade e a justiça histórica, ao invés de perpetuar estereótipos ou práticas insensíveis. Segundo Dr. Júlio a preocupação era “Na sequência, a ideia era estimular outras narrativas, mas esse processo é um processo mais longo e não é o Ministério Público que vai dar conta de fazer isso” (Araújo Júnior, 2024, p.3).

Embora esse seja um processo longo e complexo, não cabe apenas ao Ministério Público a tarefa de conduzir ou promover outras narrativas alternativas. No entanto, o Ministério Público tem a autoridade para impor limites, determinando, por exemplo, o que não é permitido. Dona Fatinha corrobora com a afirmação do Dr. Júlio, segundo ela “Porque essa prática vem de anos e anos. Então realmente é difícil mudar de uma hora para outra” (Santos, 2024, p.1).

Essas observações revelam a complexidade do desafio, que vai além da esfera jurídica. A descoberta de que as práticas investigadas não eram casos isolados, mas uma prática comum na região, não apenas ampliou o número de possíveis infratores, mas também sinalizou ao Ministério Público Federal que o problema exigia uma abordagem qualitativa diferente, reconhecendo que essas encenações violavam os direitos da população negra em uma escala muito maior do que o inicialmente previsto. Não era mais apenas uma representação isolada por uma senhora em uma fazenda, mas sim uma prática amplamente disseminada que, segundo o órgão, comprometia os direitos da população negra.

De acordo com o cenário verificado, Blondet (2023, p. 163) afirma, “A hipótese, que desde já podemos apresentar, é que a ausência de regulamentação desse tipo de atividade turística criou verdadeira lacuna e dificuldades à realização do direito à memória e a efetivação de políticas públicas de reparação e igualdade racial”. Fica claro para nós que a falta de regulamentação adequada para atividades turísticas relacionadas ao passado histórico, especialmente envolvendo memórias sensíveis como a escravidão, pode ter gerado uma lacuna significativa. Essa ausência de normas pode dificultar tanto o direito à memória quanto a implementação eficaz de políticas públicas de reparação e igualdade racial. Isso evidencia a

necessidade de uma regulamentação que proteja o patrimônio histórico-cultural e ao mesmo tempo promova a justiça social.

É indiscutível quanto ao compromisso formal do Estado em promover a igualdade racial, combater a intolerância e a discriminação, e garantir que violações de direitos humanos não se repitam. No entanto, fica evidente uma lacuna entre esses comandos gerais e a realidade prática, especialmente quando não se observa sequer uma regulamentação para atividades realizadas por particulares em locais com uma história marcante de escravidão, explorando exatamente essa temática.

As ações afirmativas e a inclusão social desempenham um papel fundamental na reconfiguração das narrativas históricas relacionadas à escravidão nas fazendas de café. Na Fazenda São Roque, por exemplo, foi desenvolvido um projeto teatral que integrava episódios do ocorrido na Fazenda Santa Eufrásia, envolvendo o turismo escravocrata. Essa iniciativa surgiu como uma forma de demonstrar que é possível abordar a temática da escravidão de maneira sensível e educativa, transformando esse período em um produto turístico sem recorrer à espetacularização ou à ridicularização dos afrodescendentes (Teixeira, 2023).

As ações afirmativas e políticas antirracistas têm suas origens em movimentos sociais e políticos que surgiram como resposta à discriminação histórica e estrutural enfrentada por grupos minoritários, especialmente negros e outras minorias étnicas. Globalmente, essas iniciativas visam corrigir desigualdades persistentes e promover a igualdade de oportunidades. De acordo com Gomes (2007) ações afirmativas são definidas como:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2007, p.55).

Nos Estados Unidos, as ações afirmativas começaram a ganhar destaque durante os anos 1960, como parte do movimento pelos direitos civis. Elas foram implementadas para combater a segregação racial e promover a inclusão de minorias em empregos, educação e outras áreas onde historicamente foram marginalizadas devido ao legado da escravidão e da segregação racial (Santos, 1994).

Na Europa, políticas semelhantes surgiram para lidar com desigualdades étnicas e raciais em países colonizadores, muitas vezes refletindo questões históricas ligadas ao colonialismo e

à exploração de povos colonizados (Gomes, 2007). Houve um impacto global a partir destas ações afirmativas, A influência dessas políticas se espalhou para outras partes do mundo, influenciando debates sobre justiça social e equidade em contextos diversos, incluindo América Latina, África e Ásia (Gomes, 2007).

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), estabelecido pelo Decreto nº 11.785/2023, de 20 de novembro de 2023, visa promover a igualdade de direitos e oportunidades através de medidas afirmativas direcionadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência, e às mulheres dentro da esfera da administração pública federal.

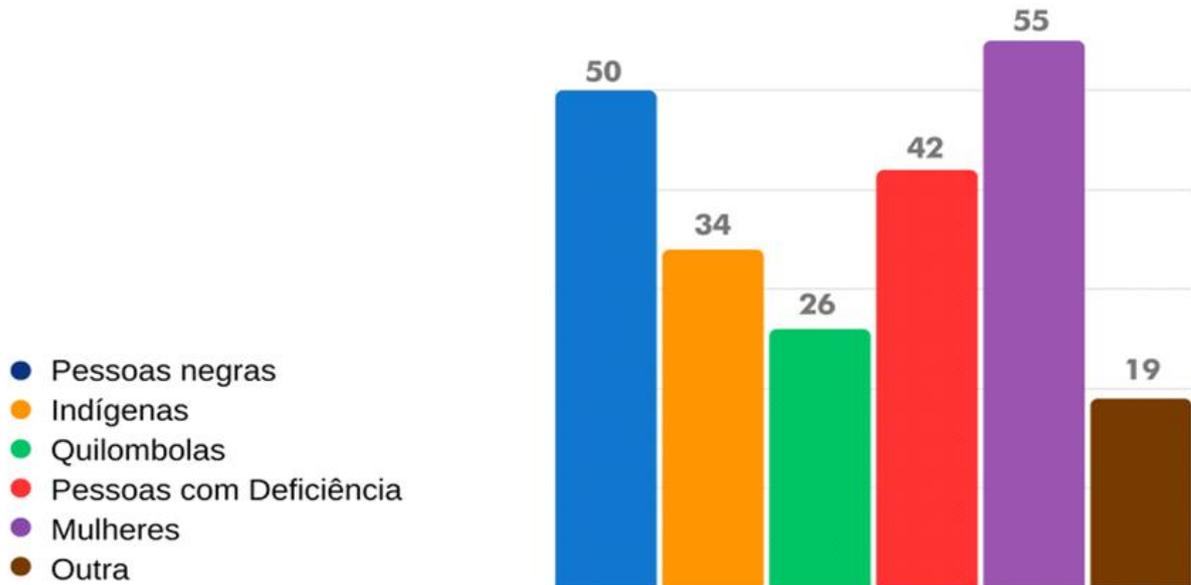
Com relação aos principais grupos beneficiários das políticas de ações afirmativas, destaca-se que as mulheres estão em primeiro lugar, abrangendo 55 ações, o que equivale a 73% do total.

Em seguida, estão as pessoas negras, contempladas em 50 ações (66%), seguidas pelas pessoas com deficiência, presentes em 42 ações afirmativas (56%). É relevante notar que os respondentes tinham a possibilidade de selecionar múltiplos públicos-alvo, refletindo a abordagem de interseccionalidade nas políticas afirmativas (Carvalho; Saboia, 2024, p. 7).

A análise dos dados apresentados no gráfico representado na Figura 36 revela que as políticas de ações afirmativas têm direcionado significativa atenção para grupos historicamente marginalizados.

A predominância das mulheres como beneficiárias em 73% das ações destaca um reconhecimento da desigualdade de gênero persistente. Além disso, a inclusão de pessoas negras em 66% das ações e de pessoas com deficiência em 56% demonstra um esforço em abordar múltiplas formas de discriminação e exclusão social.

Figura 38 - Beneficiários da ação afirmativa em políticas públicas meio de administração pública federal



Fonte: Carvalho; Saboia, (2024)

Quando aplicamos esses princípios às fazendas de café, as ações afirmativas podem desempenhar um papel crucial na promoção da equidade. Nas fazendas, historicamente, trabalhadores negros enfrentaram condições desiguais e, muitas vezes, exploratórias. Implementar políticas que favoreçam a inclusão desses grupos pode contribuir para melhorar as condições de trabalho, oferecer oportunidades de capacitação e promover um ambiente mais justo e inclusivo.

No contexto das fazendas históricas do Vale do Café, que são símbolos de um passado marcado pela escravidão e pela exclusão, as políticas antirracistas e as ações afirmativas podem ser vistas como uma extensão dessa luta por igualdade. Implementar políticas que promovam a inclusão social nessas fazendas não apenas resgata e valoriza a história afro-brasileira, mas também contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável mais justo e equitativo. Ao integrar ações afirmativas, como programas de capacitação e emprego para comunidades locais historicamente marginalizadas, as fazendas não apenas preservam seu patrimônio histórico, mas também se tornam agentes de transformação social positiva na região.

Ao explorar os fatos apresentados no TAC, é essencial considerar não apenas sua função declarada de promover a regularização, mas também as críticas e perspectivas divergentes que emergem. Por um lado, há uma visão que enxerga o TAC como um instrumento eficaz de

harmonização entre interesses públicos e privados, oferecendo uma via célere e negociada para resolver litígios complexos. Esta perspectiva valoriza a flexibilidade e a pragmática do TAC, destacando seus potenciais contribuições para a resolução ágil de controvérsias.

Apesar das intenções iniciais, segundo algumas autoridades e guia local a aplicação do TAC gerou um efeito contraproducente ao aumentar o receio dos fazendeiros em contratar trabalhadores negros, temendo represálias similares às vivenciadas na fazenda Santa Eufrásia, exacerbando ainda mais a marginalização dessa comunidade no Vale.

Por outro lado, uma outra percepção contrária emerge ainda pelo viés jurídico, sugerindo que o TAC pode, em certos casos, comprometer a efetividade das leis e normas vigentes, ao permitir acordos que possivelmente não refletem plenamente o interesse público ou asseguram a devida responsabilização. Críticos argumentam que o TAC, ao buscar o consenso rápido, pode inadvertidamente enfraquecer a aplicação rigorosa das leis e dos princípios fundamentais que sustentam o ordenamento jurídico (Araújo Júnior, 2024).

Em resumo, a análise das falas e dos projetos evidencia a necessidade de um esforço coordenado e multifacetado para lidar com questões históricas e raciais. A responsabilidade de promover uma abordagem sensível e justa não pode ser delegada exclusivamente a uma única instituição, como o Ministério Público. Em vez disso, é fundamental que diversos atores assumam papéis complementares, incluindo o Estado, instituições culturais, educacionais, comunidades locais e o setor privado.

Ao refletirmos sobre as falas, percebemos que a colaboração entre esses diferentes atores é fundamental para que o combate ao racismo seja efetivo e as narrativas históricas sejam reconfiguradas de maneira mais inclusiva. Cada um desempenha um papel essencial: o Estado deve combater o racismo e promover reparação histórica; as instituições culturais e turísticas precisam revisar suas narrativas, incorporando as vozes afrodescendentes; os educadores devem abordar de forma crítica a escravidão e o racismo estrutural; e as comunidades afrodescendentes devem participar ativamente na reconfiguração dessas histórias.

A implementação do TAC e iniciativas como o projeto teatral na Fazenda São Roque, embora bem-intencionadas, precisam ser avaliadas continuamente para garantir que não apenas atinjam suas metas regulatórias ou turísticas, mas que também contribuam para uma justiça histórica genuína. Isso significa que esses projetos não devem apenas evitar a espetacularização da escravidão, mas devem fomentar uma compreensão crítica sobre o impacto da escravidão e suas consequências atuais, promovendo a inclusão de afrodescendentes em todos os aspectos da sociedade.

Além disso, as críticas ao TAC (Brasil a, 2017) que apontam para seu efeito contraproducente na contratação de trabalhadores negros ilustram a complexidade dessas intervenções. É essencial que tais iniciativas sejam acompanhadas de políticas sociais que combatam a marginalização e promovam oportunidades reais para as comunidades afetadas. Se o TAC e outros instrumentos não forem acompanhados de uma compreensão profunda das dinâmicas locais e estruturais, podem acabar reforçando o racismo estrutural que deveriam combater.

Portanto, a luta por justiça e sensibilidade histórica não é um processo simples ou linear; é uma tarefa contínua que exige envolvimento colaborativo e uma avaliação crítica constante. Cada passo deve ser dado com o cuidado de não apenas respeitar a memória dos que sofreram, mas também garantir que o legado de opressão seja confrontado de maneira a transformar a sociedade de forma inclusiva e equitativa.

### 2.1.5 O empoderamento da População Negra

*Quando as casas de negócios,  
fazem sua transação,  
O papel branco é lustroso.  
Não vale um tostão;  
Escreve-se com tinta preta.  
Fica valendo um milhão!  
Câmara Cascudo (2001, p. 51)*

Ao garantir acesso a oportunidades educacionais e profissionais, as políticas antirracistas fortalecem a autonomia e o protagonismo da população negra no Brasil. Em sua entrevista a líder jogueira Dona Fatinha deixa claro que a “Educação” é a base para uma formação mais igualitária e sem preconceitos. Dona Fatinha também destaca a importância das ações afirmativas no fortalecimento da autoestima das crianças negras, trabalho desenvolvido desde cedo com os alunos nas escolas da região. Iniciativas como essas são fundamentais para que essas crianças possam conhecer e valorizar suas origens, promovendo um senso de identidade e pertencimento (Dona Fatinha, 2024).

Corroborando com o depoimento de Dona Fatinha que relata que as narrativas do Vale do Café enaltecem os barões em detrimento dos negros escravizados, Reis (2015) fez uma pesquisa na região do Vale do Paraíba sul fluminense observando cinco fazendas no ano de 2013 e

ressalta que somente algumas fazendas, ainda tem um enfoque pedagógico confeccionado em conjunto com documentos e textos da historiografia, que reconhecem a presença do negro na história da escravidão.

Na região do Vale do Café, com o surgimento do Festival do Café em 2003, um evento que busca reunir grupos sociais envolvidos com a cultura e a música locais, João Alípio Cunha destaca que:

Alguns grupos afro-brasileiros, como os de jongo/caxambu, calango e folia de reis participaram do evento, mas com o tempo as comunidades foram desistindo de participar porque o cachê foi diminuindo, assim como o tratamento dado aos grupos foi ficando cada vez mais precário, sem contar que a participação das comunidades tradicionais permanece ainda muito restrita ao cortejo das tradições (Cunha, 2017, p.90).

Esse cenário evidencia a necessidade de ações afirmativas robustas que garantam não apenas a inclusão, mas também o respeito e valorização adequados dessas manifestações culturais. A inclusão inicial dos grupos afro-brasileiros no evento é uma forma de ação afirmativa, pois promove a visibilidade e valorização das tradições culturais afro-brasileiras. A ação afirmativa deve garantir não apenas a participação, mas também condições dignas e respeito às comunidades tradicionais. Além disso, é crucial ampliar a participação dessas comunidades para além dos cortejos, permitindo uma integração mais profunda e significativa nas diversas atividades do evento.

Nesse sentido é de suma importância que as atividades relacionadas à história dos escravizados desenvolvidas nas fazendas sejam coordenadas pelas comunidades negras incluindo-as e garantindo que não haja nenhuma possibilidade de interpretações pejorativas aos negros.

As iniciativas que promovem o artesanato local e produtos da economia criativa são incentivadas como parte de ações afirmativas, proporcionando alternativas de renda para as comunidades negras locais e contribuindo para a preservação das tradições culturais. Além disso, essa parceria entre fazendeiros e comunidades negras beneficiaria ambos os lados, permitindo a venda de produtos da comunidade nas fazendas e garantindo cachês justos pelas apresentações, enquanto atrairia mais visitantes e potencializaria o turismo local, promovendo uma relação sustentável entre as fazendas e as comunidades negras locais (Cunha, 2017).

A partir do trabalho do TAC (Brasil a, 2017) segundo João Alípio Cunha (2017, p. 94) “... abre-se um novo caminho para que as fazendas possam trabalhar a história do Vale do Paraíba

respeitando o protagonismo negro por meio de diferentes tipos de lutas e reivindicações”. A partir desse processo de combate ao racismo nas fazendas históricas contribuiu-se significativamente para o avanço do turismo nas comunidades quilombolas e jongueiras (Cunha, 2017).

A Figura 39 ilustra o calendário de atividades do Pontão Jongo/Caxambu e Jongo de Pinheiral no ano de 2017, destacando eventos culturais, educacionais e de promoção da cidadania. Ao longo do ano, foram organizadas diversas ações, como encontros de saberes, celebrações de festividades tradicionais (como a Festa de São Benedito e o Dia Estadual do Jongo), além de seminários de turismo comunitário e feiras criativas. Essas atividades tiveram como objetivo fortalecer as tradições do jongo, promover o patrimônio cultural afro-brasileiro e apoiar o desenvolvimento de lideranças jovens nas comunidades jongueiras. O cronograma demonstra o compromisso contínuo com a preservação e valorização dessas manifestações culturais e com o engajamento das comunidades locais em Pinheiral e região.

A Figura 39 a seguir, mostra o calendário de atividades do Jongo de Pinheiral.

Figura 39 - Calendário de atividades do Jongo de Pinheiral



**Pontão Jongo/Caxambu e Jongo de Pinheiral—2017**

<b>Abril</b> 07 e 28—Encontro de Saberes (Jongueiros) 07 e 08—Dia Municipal do Jongo—Pinheiral Terra de Preto—I Seminário de Turismo Comunitário—Pinheiral 29— Ação de cidadania - palestra	<b>Maio</b> Festa 13 de maio—Quilombo São José Festa Santa Rita do Bracuí 26 a 28—II Seminário de Turismo Comunitário	<b>Junho</b> 03—Arraia do jongo de Pinheiral 06—de Junho Aniversário da Casa do Jongo 17—R.A. Jovens lideranças jongueiras	<b>Julho</b> 09— 1ª Feira Criativa do Jongo de Pinheiral “A cor do Jongo” 26—Dia Estadual do Jongo e Festa de Sant’Ana em Pinheiral
<b>Agosto</b> Atividades da comunidade jongueira Aniversario do João	<b>Setembro</b> 15 a 16 —III Seminário de turismo comunitário em Pinheiral	<b>Outubro</b> 05—Festa de São Benedito	<b>Novembro</b> 05—2ª Feira Criativa do Jongo de Pinheiral “A cor do Jongo” 09— Seminário Novembro Negro—Coletivo Marlene Cunha—Museu Nacional—UFRJ 20—Festa Pinheiral
<b>Dezembro</b> Avaliação/Finalização Pinheiral			

Fonte: Cunha (2017)

A parceria entre os grupos de jongos e instituições acadêmicas no Rio de Janeiro, como a UFF, desempenham um papel fundamental na realização de projetos práticos para benefício

da comunidade através de ações afirmativas. Em uma iniciativa conjunta com o Grupo Jongo de Pinheiral, a UFF, representada pelo estudante e bolsista Sr. João Alípio Cunha, sob a supervisão da professora Elaine Monteiro, e com a colaboração da estudante e bolsista de produção cultural Rosa Caitanya, desenvolveu um projeto de turismo comunitário. Este projeto culminou na organização de seminários sobre turismo de base comunitária, envolvendo a comunidade quilombola de São José em Valença (RJ), bem como outras comunidades quilombolas da região (Cunha, 2024).

Através do reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, as políticas de valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural afrodescendente, também fazem parte das políticas antirracistas. Isso inclui o reconhecimento de datas importantes, como o Dia da Consciência Negra, e a promoção de iniciativas que resgatam e fortalecem a identidade afro-brasileira.

Ao adotar medidas que garantam igualdade de oportunidades e promovam a diversidade, as políticas antirracistas não só fortalecem a coesão social, mas também contribuem significativamente para a construção de comunidades mais justas, alinhando-se diretamente com a promoção de ações afirmativas.

Em suma, as políticas antirracistas e as ações afirmativas no Brasil representam um esforço contínuo para superar as desigualdades históricas e construir uma sociedade mais inclusiva e justa, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial do país.

Para acessar a íntegra das entrevistas que serviram de base para a elaboração do segundo capítulo desta dissertação, os leitores podem utilizar os QR Codes a seguir.



**Entrevista Líder Jongueira de Pinheiral – Maria de Fátima Silveira Santos (Dona Fatinha)**



**Entrevista Procurador da República do Rio de Janeiro – Dr. Júlio José Araújo Júnior**



**Entrevista Representante Comunidade Negra – João Alípio de Oliveira Cunha**

### **3. “OURO VERDE” E AS “CIDADES MORTAS”: PATRIMÔNIO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL NAS FAZENDAS DE CAFÉ SUL FLUMINENSE**

Este capítulo aborda como as fazendas de café no sul Fluminense integram o turismo sustentável às suas práticas, destacando a importância da preservação do patrimônio ambiental. Além disso, será aprofundada a relação intrínseca entre a conservação ambiental e o turismo sustentável.

Entretanto, ao refletir sobre o potencial sustentável, é essencial abordar criticamente as heranças problemáticas de algumas dessas propriedades históricas. O caso da Fazenda Santa Eufrásia, detalhado no capítulo anterior, expôs não apenas as limitações estruturais no cumprimento do TAC, mas também práticas que reforçam um legado de exclusão e desigualdade. Com raízes em um passado escravocrata, a falta de reconhecimento e valorização desse aspecto em sua memória reforça um modelo que, longe de ser sustentável, revela-se incompatível com os princípios de justiça social e ambiental.

A ausência de ações sustentáveis, tanto no manejo ambiental quanto no reconhecimento de um passado marcado pelo trabalho escravizado, coloca em evidência os desafios para transformar espaços com tais histórias em exemplos de sustentabilidade e inclusão.

A análise do “ouro verde” enquanto símbolo de riqueza e progresso contrasta diretamente com “cidades mortas”, metáfora para os espaços negligenciados, marcados por declínio econômico e invisibilidade social. Como conectar essas narrativas ao patrimônio e ao turismo sustentável? Este capítulo busca responder a essa questão, destacando iniciativas que podem ressignificar as antigas fazendas, mostrando que um futuro sustentável e inclusivo não é apenas desejável, mas possível. Respeitando tanto o meio ambiente quanto a diversidade cultural.

A escolha do título, inspirado na obra de Monteiro Lobato, traz à tona a crítica que o autor fez, já no período, sobre a insustentabilidade da produção cafeeira, tanto sob a ótica econômica quanto ambiental.

Ao considerar o “Ouro Verde” como símbolo do café, é fundamental lembrar das “Cidades Mortas” que Lobato menciona, refletindo sobre como a exploração intensiva da monocultura cafeeira resultou em um legado de degradação ambiental e abandono. Lobato contrasta o “Ouro Verde” com as “Cidades Mortas”. Nesse sentido, sua obra serve de alerta para as consequências da degradação ambiental na produção cafeeira presente ainda nos tempos

atuais. A herança de destruição poder ser minimizada por projetos que envolvam o turismo sustentável e que valorizem e preservem o patrimônio ambiental.

Assim, ao mergulharmos nas nuances do legado deixado pela crise da cafeicultura, buscamos não apenas reconhecer os problemas ambientais do modelo de produção, mas também como essas fazendas históricas podem se reinventar e se tornar catalisadoras de práticas mais sustentáveis através do turismo sustentável. O objetivo deste capítulo é refletir sobre ações que equilibrem o potencial econômico do turismo com a preservação ambiental e cultural, identificando desafios, destacando boas práticas e avaliando os impactos dessa atividade no patrimônio local.

### 3.1 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E O “OURO VERDE” CULTIVANDO UM LEGADO SUSTENTÁVEL

O termo "Ouro Verde" refere-se ao café, cuja produção desempenhou um papel central na economia brasileira durante o século XIX e início do século XX. O café era visto como o "ouro verde" devido ao seu alto valor econômico, comparável ao ouro. As fazendas cafeeiras proliferaram, contribuindo para a riqueza e desenvolvimento de várias regiões do Brasil. No entanto, essa expansão trouxe também impactos ambientais e sociais significativos.

Atualmente, o plantio do café, com práticas agrícolas e de beneficiamento mais sustentáveis, vem ganhando destaque na região: a preservação da natureza vem sendo foco de preocupação nessas regiões que outrora sofreram com a devastação das matas pelo cultivo do café. Assim como o café foi uma fonte de riqueza e desenvolvimento no passado, o patrimônio ambiental representa o novo "Ouro Verde" para o presente e o futuro. Ao reconhecer e valorizar essa riqueza ecológica, podemos promover um desenvolvimento sustentável que preserve os recursos naturais e melhore a qualidade de vida das pessoas. O legado do café nos lembra da importância de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, garantindo que nossas ações hoje não comprometam as possibilidades das futuras gerações.

José Eli da Veiga faz contribuições significativas nas questões de sustentabilidade, especialmente em sua reflexão sobre a "sustentabilidade no cotidiano". De acordo com o Veiga (2019, p.11), “Até o final dos anos 1970, o adjetivo “sustentável” não passava de um jargão técnico usado por algumas comunidades científicas para evocar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito a agressão humana recorrente”. O autor defende que a implementação de práticas sustentáveis deve ser uma responsabilidade

compartilhada por todos, desde indivíduos até instituições, e que essas práticas precisam ser incorporadas ao dia a dia das pessoas. Conforme Veiga, “sustentabilidade é, acima de tudo, a capacidade de um sistema continuar a existir e se desenvolver por um longo período, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras, mantendo-se em equilíbrio com o meio ambiente, a economia e a sociedade.” (Veiga, 2021, p. 17). Veiga destaca que as escolhas cotidianas, sejam elas relacionadas ao consumo, à produção ou à gestão de recursos impactam diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida das gerações:

O desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que busca a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, deve ser uma diretriz fundamental nas políticas públicas e nas práticas sociais. Isso implica não apenas em preservar os recursos naturais, mas também em garantir equidade social e justiça econômica (Veiga, 2009, p. 85).

Sachs (2007), é um dos pioneiros na discussão sobre ecodesenvolvimento, conceito precursor do desenvolvimento sustentável. Corroborando com Veiga, Sachs (2007) enfatiza:

O desenvolvimento sustentável é aquele que leva em consideração as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras, e que, ao mesmo tempo, busca uma melhor repartição dos frutos do crescimento econômico entre os países e dentro deles. (Sachs, 2007, p. 19).

A importância de integrar o desenvolvimento econômico com a equidade social e preservação ambiental é central para a sustentabilidade. Ao nosso entender, Sachs (2007) destaca dois pilares essenciais: a responsabilidade intergeracional, que requer a preservação dos recursos para as futuras gerações, e a equidade social, que defende a redistribuição justa dos benefícios econômicos. Sachs argumenta que a sustentabilidade não se limita à proteção ambiental, mas também inclui a justiça social, pois sem combater desigualdades, o desenvolvimento sustentável não pode ser plenamente alcançado. Sua visão holística une economia, ecologia e inclusão social como partes inseparáveis de um futuro sustentável. Como ressalta Veiga (2005), a sustentabilidade deve ser uma prática arraigada em nossa cultura, refletindo um compromisso com um futuro mais justo e equitativo:

A sustentabilidade não pode ser vista apenas como uma estratégia de conservação ambiental; deve, acima de tudo, ser entendida como um imperativo ético e social. Isso significa que o desenvolvimento sustentável exige um compromisso com a justiça social, que deve ser assegurada em todas as esferas da vida econômica e política. Somente assim será possível garantir

um futuro em que as necessidades de todos os indivíduos sejam atendidas, respeitando os limites do planeta (Veiga, 2005, p. 45).

Veiga (2005) destaca a ideia de que a sustentabilidade deve ser encarada não apenas como uma estratégia de conservação ambiental, mas como um imperativo ético e social. O autor argumenta que para que o desenvolvimento sustentável seja efetivo, é necessário garantir a justiça social em todas as esferas da vida econômica e política. Essa abordagem enfatiza que o bem-estar das pessoas está intrinsecamente ligado à saúde do planeta e que as decisões sobre o uso dos recursos naturais devem levar em consideração os direitos e as necessidades de todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

Esse contexto é especialmente relevante ao considerarmos a produção de café no século XIX, que, embora tenha impulsionado a economia e promovido o desenvolvimento em várias regiões do Brasil, também gerou uma série de consequências sociais e ambientais. O cultivo do café envolveu a exploração de mão de obra escravizada e a degradação ambiental, resultando em impactos duradouros nas comunidades locais e nos ecossistemas.

A crítica à insustentabilidade da produção cafeeira no século XIX pode ser relacionada à reflexão de Veiga sobre a necessidade de um desenvolvimento que respeite os limites do planeta e promova a justiça social. Assim, a análise do legado do café deve incluir uma consideração cuidadosa das suas implicações sociais e ambientais, reconhecendo que a busca por lucro não pode ocorrer às custas da equidade e da saúde ambiental.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece que monumentos naturais, como paisagens, sítios arqueológicos, e outras formações naturais de valor histórico, artístico ou científico, estão sujeitos a tombamento. Isso significa que, além de bens culturais construídos, os elementos naturais de relevância histórica e ambiental são protegidos por lei, sendo reconhecidos e preservados como parte do patrimônio nacional. Este decreto ampliou a definição de patrimônio, reconhecendo a importância de preservar não apenas construções, mas também elementos naturais que possuem valor significativo (Brasil b, 1937).

Ampliando o conceito estabelecido pelo Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, a Constituição de 1988 reconhece como patrimônio cultural tanto os bens materiais quanto os imateriais, incluindo os sítios de valor paisagístico e ecológico (Brasil c, 1988). O patrimônio cultural abrange uma riqueza de elementos tangíveis e intangíveis que refletem a identidade e a história de comunidades e sociedades ao redor do mundo. Este contexto não apenas enfatiza a importância da preservação de tradições, práticas e artefatos culturais, mas também estabelece a base para compreendermos como esses patrimônios interagem com o patrimônio ambiental.

Da mesma forma, é crucial reconhecer e proteger nosso patrimônio, que, segundo Rubino (1991, p.106), é "o conjunto dos bens móveis e imóveis existente no país, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou histórico". Rubino destaca a abrangência e a importância do patrimônio cultural, reconhecendo que ele inclui tanto bens móveis quanto imóveis, valorizados não apenas por sua conexão com eventos históricos, mas também por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou histórico. Isso sublinha a necessidade de preservar diversos aspectos de nossa herança cultural e histórica.

Ao explorarmos essa interação, podemos então discutir como a preservação do patrimônio ambiental se torna não apenas uma questão de conservação, mas também de sustentabilidade global. O Patrimônio Ambiental é um conceito essencial que abrange a preservação e o uso responsável dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade das gerações (Gerhardt; Nodari, 2016).

Relacionar patrimônio cultural e patrimônio ambiental é de fato um reflexo do desenvolvimento do conceito de patrimônio ao longo do tempo. Tradicionalmente, o patrimônio era visto principalmente como bens culturais, como monumentos históricos, artefatos e tradições. No entanto, com o tempo, a compreensão evoluiu para incluir não apenas o aspecto cultural, mas também o natural.

O conceito de patrimônio ambiental, expandido na segunda metade do século XX, reflete a crescente conscientização sobre a interdependência entre o ser humano e a natureza. Conferências internacionais, como a Conferência de Estocolmo de 1972<sup>21</sup>, e a adoção de convenções, além das contribuições de lideranças indígenas como Ailton Krenak<sup>22</sup>, reforçam a inseparabilidade entre natureza e cultura, promovendo uma visão holística da relação entre humanidade e meio ambiente.

Krenak frequentemente aborda questões relacionadas ao patrimônio ambiental em suas obras e palestras. Ele enfatiza a importância de respeitar e proteger a natureza, não apenas como um recurso, mas como parte integral da cultura e identidade dos povos indígenas. Segundo Krenak (2019, p.21), "Nós somos a natureza. Não existe essa separação que o pensamento

---

<sup>21</sup> A Conferência de Estocolmo de 1972, oficialmente conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, foi um marco histórico nas discussões globais sobre questões ambientais. Realizada em Estocolmo, Suécia, foi a primeira grande conferência da ONU a focar nas questões ambientais e suas implicações para o desenvolvimento humano. Um dos aspectos centrais da conferência foi o reconhecimento da inter-relação entre meio ambiente e desenvolvimento, que abriu caminho para debates sobre a noção de "patrimônio ambiental".

<sup>22</sup> Ailton Krenak ambientalista e escritor brasileiro, assumiu a cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras em 2024, anteriormente ocupada por figuras notáveis como Rachel de Queiróz e pelo poeta Bernardo Guimarães, sugerindo uma tradição de impacto e relevância na Casa de Machado de Assis (ABL, 2024, p.1).

ocidental fez, dividindo natureza e humanidade. Somos um organismo vivo só, pulsando no universo”. Podemos analisar esta citação de Krenak como uma crítica contundente à visão dualista do pensamento ocidental, que tradicionalmente separa natureza e humanidade. Esse ponto de vista é alinhado com cosmovisões indígenas, que veem a relação entre humanos e o ecossistema como interdependente e integrada. Ao destacar a divisão promovida pelo pensamento ocidental, ele sugere que essa ruptura contribuiu para a crise ambiental, ao alienar o ser humano de sua responsabilidade em relação ao meio ambiente.

Krenak (2019) critica a exploração desenfreada do meio ambiente e propõe uma visão mais harmoniosa e sustentável de coexistência com a natureza. Em seus discursos, Krenak frequentemente destaca a necessidade de reconhecer os conhecimentos tradicionais indígenas como fundamentais para a preservação ambiental. Ele defende a ideia de que a proteção ambiental deve ser vista como uma responsabilidade coletiva, que inclui o respeito e a valorização das culturas indígenas e seus modos de vida.

Esse entendimento se alinha com a obra de Bottallo (2014), que inclui os patrimônios culturais imateriais do Brasil na Lista da Unesco, enriquecendo a compreensão cultural do patrimônio natural. Um exemplo a ser destacado é o Yaokwa, ritual do povo enauenê-nauês, voltado para preservar a ordem social e cósmica. Segundo Bottallo, “Esse ritual relaciona a biodiversidade local a uma complexa cosmologia simbólica, as quais se entrelaçam em âmbitos distintos, mas inseparáveis, da sociedade, da cultura e da natureza” (Bottallo, 2014, p.207). Assim, Bottallo evidencia a ampliação do conceito de patrimônio para incluir aspectos imateriais que conectam a cultura humana ao meio ambiente, ressaltando a interdependência entre natureza, sociedade e cosmologia, como exemplificado no ritual Yaokwa dos enauenê-nauês.

Quanto ao Patrimônio Ambiental nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, é desafiador encontrar bibliografia específica sobre "Patrimônio Natural", especialmente aquela que ofereça reflexões teóricas aprofundadas para compreender esse conceito. Muitas publicações que mencionam "Patrimônio Cultural e Natural" acabam abordando predominantemente o primeiro termo. Apesar da dificuldade em definir claramente o conceito de "Patrimônio Ambiental", Karpinski (2018) defende que, é importante reconhecer que a institucionalização oficial de novas categorias de patrimônio reflete uma ampliação desse entendimento. Assim, a UNESCO (2003, p.2) reconhece os "conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo" como patrimônios imateriais, sinalizando um avanço na proteção do saber ambiental.

Nesse contexto, Kok (2011), em sua abordagem, explora o patrimônio artístico, cultural e ambiental do Brasil como uma viagem pela memória coletiva do país. A historiadora, que

também transita pelos campos da Antropologia e Arqueologia, utiliza as áreas protegidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para construir uma “Memória do Brasil” a partir de seu patrimônio ambiental.

Este conceito reflete também no Vale do Café, que possui um diverso patrimônio cultural material e imaterial, evidenciado pelas antigas fazendas de café, casarões coloniais e tradições culturais preservadas ao longo dos séculos. Além disso, o Vale do Café destaca-se por seu patrimônio ambiental bem conservado, abrigando uma grande biodiversidade, com vastas áreas de mata atlântica, rios cristalinos e uma rica variedade de fauna e flora, que contribuem para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Em se tratando de Patrimônio ambiental nas fazendas históricas do Vale do café, precisamos ressaltar que além da importância histórica elas tem um valor ambiental inquestionável. Pois elas abrigam ecossistemas únicos e biodiversidade significativa. Quando se trata de turismo de experiência, com tantas cidades na região que compõe o Vale do Café, os pontos de interesse vão além das fazendas históricas. A área dispõe de uma vasta gama de atividades, incluindo turismo de aventura, parques ambientais e arqueológicos, e um parque aquático. Podemos citar quatro cidades que se destacaram pelo clima ameno, reconhecido pela UNESCO:

Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Paty do Alferes e Mendes são conhecidas pelo seu clima ameno, sendo essa última reconhecida pela UNESCO, na década de 50, por ser um dos melhores climas do mundo para se respirar, classificado como o quarto melhor, a nível mundial. Ainda hoje o ar puro é atrativo da região, com temperaturas que ficam em torno de 18° a 25° ao longo do ano. A manutenção desse clima se deve à vegetação preservada, que atrai muitos turistas que procuram turismo de natureza, rural e um local de descanso (SESC, 2020, p.1).

Em Engenheiro Paulo de Frontin encontra-se o Jardim Uaná Etê, um jardim sensorial que oferece uma imersão histórica e proporciona uma experiência única através da sonoridade e da música. Rio Claro é onde está situado o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, inaugurado em 2011. O parque abrange as ruínas de uma cidade que teve de ser desocupada e demolida devido à previsão de inundação de sua área urbana conforme destacado na Figura 40.

Figura 40 - Parque arqueológico Ambiental de São João Marcos – Rio Claro/RJ



Fonte: INEPAC, [2008]

Atualmente, essas ruínas são protegidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), com o objetivo de redescobrir e preservar a história da cidade (SESC, [2020]).

Em Paracambi, Piraí, Barra do Piraí, Paraíba do Sul e Pinheiral, as áreas florestais atraem entusiastas do ecoturismo, turismo rural e esportes, inclusive os radicais. Paracambi, por exemplo, oferece cachoeiras, rios e trilhas perfeitas para rafting e canoagem, além de um circuito rural onde é possível degustar cachaça artesanal. Pinheiral, também voltado ao turismo rural, proporciona visitas a criações de porcos, coelhos e cabritos, bem como a hortas, mostrando processos de germinação (SESC, [2020]).

O Parque das Águas Minerais Salutares, localizado em Paraíba do Sul, é um importante patrimônio ambiental que se destaca pela riqueza de seus recursos naturais, especialmente suas fontes de águas minerais e a diversidade arbórea presente no local. Com três fontanários que oferecem diferentes tipos de águas minerais, o parque é um exemplo de preservação ambiental e de como os recursos naturais podem ser valorizados de maneira sustentável. Além das fontes, o parque abriga uma variedade de espécies de árvores nativas, reforçando seu papel como um espaço de conservação da biodiversidade.

Na Figura 41, é possível visualizar a entrada do parque, que simboliza esse compromisso com a preservação dos recursos ambientais e a valorização de seu papel como patrimônio natural da região.

Figura 41 - Parque das Águas Minerais Salutaris – Paraíba do Sul/RJ



Fonte: Portal Vale do Café, [2024]

O Vale do Paraíba, especialmente no sul fluminense, tem passado por um processo de reinvenção que busca promover uma maior consciência ecológica entre suas comunidades. No entanto, é fundamental reconhecer a destruição ambiental provocada pela expansão da cafeicultura nos séculos XIX e XX, que resultou em desmatamento extensivo e degradação dos ecossistemas locais. Esse histórico de exploração e destruição não pode ser esquecido, pois molda a relação contemporânea da região com seu patrimônio natural.

Atualmente, diversas iniciativas visam restaurar a biodiversidade e promover a sustentabilidade. Exemplos como a criação de reservas naturais e parques, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina<sup>23</sup> e o Parque Estadual da Serra do Papagaio<sup>24</sup>, são fruto de políticas públicas que buscam recuperar áreas degradadas e proteger a fauna e flora locais.

Outra iniciativa a ser destacada é o Jardim Ecológico Uaná Etê<sup>25</sup>, é um espaço de preservação ambiental e ecoturismo no Vale do Café, que combina natureza, arte e sustentabilidade, oferecendo trilhas, jardins temáticos e atividades voltadas à educação ambiental. O jardim Ecológico Uaná Etê, durante o ano faz diversos eventos onde o foco é a natureza. Um deles é o Flor Atlântica que já está na sua 6ª edição e a Festa do chapéu Vale do Café! Com um convite em seu sítio eletrônico: “Vista-se de primavera e alegria, e venha para

<sup>23</sup>Parque Nacional da Serra da Bocaina - Com quase 106 mil hectares, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica. Localiza-se em trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>24</sup> O Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado em Minas Gerais, é uma área de proteção ambiental com rica biodiversidade e importantes nascentes, fazendo parte da Serra da Mantiqueira.

<sup>25</sup> Jardim Ecológico Uaná Etê - é um paraíso eco cult, um centro cultural a céu aberto dedicado à música e à natureza. <https://www.uanaete.com.Situa-se> em Eng. Paulo de Frontim

o Vale do Café com seu chapéu, turbante ou cocar! (Uaná Etê, 2024). A Figura 42 é a propaganda do evento, o Jardim Ecológico Uaná Etê cria uma atmosfera envolvente através do meio ambiente.

Figura 42 – Flor Atlântica



Fonte: Uaná Etê, 2024

Essas ações, embora positivas, ainda parecem estar restritas aos limites dos parques e jardins, o que levanta a questão de como integrar essas práticas de conservação nas áreas de cultivo, especialmente nas fazendas que um dia foram devastadas pela cafeicultura. É crucial que os proprietários rurais sejam incentivados a adotar práticas de manejo sustentável e reflorestamento em suas propriedades, promovendo uma mudança de paradigma que reconheça a importância da preservação ambiental não apenas nas áreas protegidas, mas também nas terras agrícolas.

Políticas públicas que incentivem essa transição são fundamentais para garantir que o legado de destruição deixado pela cafeicultura seja transformado em uma nova cultura de cuidado e respeito pelo meio ambiente. Dessa forma, o Vale do Paraíba pode se reconfigurar como um exemplo de desenvolvimento sustentável, onde a história de exploração se transforma em um futuro de restauração e harmonia com a natureza.

Um exemplo claro dessa interseção é encontrado no turismo sustentável em fazendas históricas, onde projetos ambientais sustentáveis são implementados. Essas fazendas demonstram como a integração de práticas ecológicas pode enriquecer a experiência turística, promovendo a educação ambiental e valorizando o patrimônio ambiental das regiões rurais.

Iniciativas sustentáveis em propriedades rurais desempenham um papel crucial nesse contexto, pois promovem práticas agrícolas e de manejo da terra que conservam a

biodiversidade, protegem os recursos hídricos e reduzem a emissão de poluentes. Tais práticas não apenas asseguram a saúde do ecossistema local, mas também reforçam a importância da sustentabilidade como um valor intrínseco à preservação do patrimônio natural (Vartulli, 2024).

Assim, algumas antigas fazendas de café se reinventaram como locais de preservação da natureza e buscam implementar práticas mais sustentáveis em um mundo marcado pelas mudanças climáticas. O “Ouro verde” que um dia foi o café - produzido de forma irracional, precisa se pautar em políticas e ações que preservem as florestas, em um ciclo de renascimento e respeito pela natureza que deve ser valorizada e protegida.

Nos últimos anos, algumas antigas fazendas de café têm se reinventado como locais de preservação da natureza, buscando implementar práticas mais sustentáveis em um mundo cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas. Luiz Marques (2009) e Warren Dean (1996) destacam que o ciclo histórico do café no Brasil não pode ser compreendido apenas sob a perspectiva econômica, é crucial considerar as implicações sociais e ambientais desse cultivo, que, em sua época áurea, muitas vezes era realizado de maneira irracional e predatória.

O “ouro verde”, que um dia foi o café, precisa agora ser reavaliado sob uma nova ótica. As práticas agrícolas sustentáveis estão se tornando essenciais para garantir que as fazendas não apenas produzam, mas também preservem. Este movimento em direção à sustentabilidade implica a implementação de políticas e ações que respeitem e protejam as florestas, reconhecendo a importância da biodiversidade e dos ecossistemas locais. Marques (2009) enfatiza a necessidade de uma abordagem que considere o patrimônio ambiental como parte integrante do desenvolvimento rural, enquanto Dean (1996) ressalta o papel das comunidades na luta por práticas agrícolas que não comprometam a saúde do meio ambiente.

Entretanto, é importante reconhecer que essa transformação não é uma atitude generalizada entre todas as fazendas de café. Muitas continuam a operar sob modelos tradicionais que priorizam o lucro em detrimento da sustentabilidade. Portanto, a reinvenção de algumas fazendas deve ser vista como um exemplo e uma inspiração para outras, mostrando que é possível conciliar a produção agrícola com a preservação ambiental. O futuro do café no Brasil depende não apenas da qualidade do produto, mas também da responsabilidade que os produtores têm para com a natureza e as comunidades que dependem dela.

A agricultura moderna, especialmente no Brasil, deve enfrentar o desafio de integrar a produção agrícola com a conservação dos recursos naturais. As fazendas, que um dia foram responsáveis por práticas predatórias e insustentáveis, têm a oportunidade de se tornarem modelos de preservação ambiental. Esse processo exige não apenas a adoção de tecnologias mais limpas, mas também uma mudança na mentalidade dos produtores, que

precisam entender que a sustentabilidade é um caminho para garantir a viabilidade econômica a longo prazo e a proteção dos ecossistemas" (Marques, 2009, p. 98).

Dessa forma, as antigas fazendas de café, ao se tornarem locais de preservação, representam um ciclo de renascimento e respeito pela natureza. Esta mudança não é apenas uma tendência passageira, mas uma necessidade urgente em um mundo que enfrenta desafios ambientais sem precedentes. Proteger o patrimônio ambiental é uma responsabilidade que deve ser abraçada por todos, assegurando que o legado do café possa ser celebrado não apenas pelo que representa economicamente, mas também pela sua contribuição à conservação ambiental.

Já Dean (1996) aborda a relação entre a produção de café, a sustentabilidade e as implicações ambientais:

A produção de café no Brasil foi historicamente marcada por um modelo que priorizava o crescimento econômico em detrimento da conservação ambiental. No entanto, a necessidade urgente de repensar essas práticas se torna evidente em face das mudanças climáticas. A reconversão das antigas fazendas de café em espaços que promovem a sustentabilidade não é apenas uma estratégia de adaptação, mas uma obrigação moral para garantir que as futuras gerações herdem um meio ambiente saudável e equilibrado (Dean, 1996, p. 150).

Ao valorizar a biodiversidade e as práticas agrícolas sustentáveis, o turismo sustentável pode transformar antigas fazendas de café em exemplos de como é possível equilibrar produção e conservação, fortalecendo a conexão entre as pessoas e a natureza.

Nesse contexto, o turismo sustentável surge como uma prática essencial, buscando minimizar impactos negativos no ambiente e na comunidade local. Ele pode promover o uso consciente dos recursos naturais, garantindo que a beleza e o valor dessas áreas preservadas possam ser desfrutados no futuro. Essa forma de turismo não apenas contribui para a conservação das fazendas, mas também ensina os visitantes sobre a importância da sustentabilidade e da proteção do meio ambiente, alinhando-se à necessidade de mudança de paradigma proposta por Dean (1997).

Embora o turismo sustentável seja um ideal a ser alcançado, muitas fazendas ainda estão no processo de implementação dessas práticas ou apenas se apropriam do termo de forma mercadológica. Das 182 fazendas inventariadas pelo INEPAC, apenas 7 foram identificadas como adotantes de práticas sustentáveis, com base em pesquisas realizadas. No entanto, esse número é apenas uma estimativa, pois não há dados oficiais abrangentes sobre essa atividade na região. Esse dado reforça a percepção de que, embora o discurso sobre sustentabilidade seja

comum, o número de fazendas realmente comprometidas com o turismo sustentável é limitado, sugerindo que a "sustentabilidade" pode estar sendo usada mais como uma estratégia de marketing do que como uma prática concreta e efetiva.

### **3.1.1 A educação cultural e ambiental: perspectivas futuras e inovações sustentáveis**

*A educação é a arma mais poderosa que você  
pode usar para mudar o mundo.*

*Nelson Mandela*

No cenário contemporâneo, marcado por desafios ambientais globais e transformações culturais aceleradas, a interseção entre educação cultural e ambiental emerge como um campo vital para a construção de um futuro sustentável. Ao investigar essas novas abordagens, é possível vislumbrar um horizonte onde a educação não apenas informa, mas também inspira mudanças significativas em nossas práticas cotidianas e na preservação da diversidade cultural e ambiental que sustentam nossa existência.

Um dos autores que discute amplamente a educação cultural é Stuart Hall (1997), Hall enfatiza a importância de entender a cultura como um processo dinâmico e em constante transformação, influenciado por relações de poder e contexto histórico. Em seu trabalho, ele argumenta que a educação cultural deve ir além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo a crítica e a reflexão sobre como as culturas são construídas e mantidas.

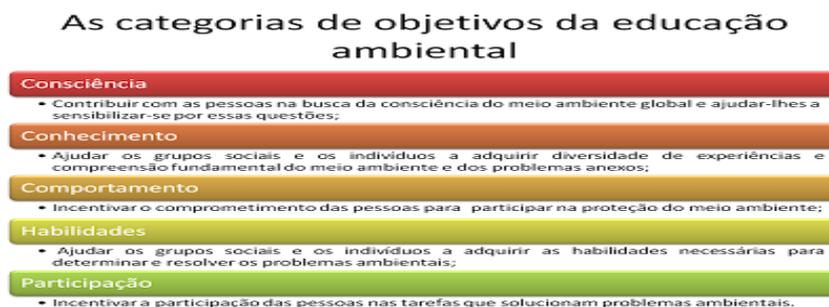
Educação cultural é um conceito que envolve a transmissão, preservação e transformação de valores, crenças, práticas, saberes e expressões culturais de um grupo social. Esse tipo de educação reconhece a diversidade cultural e busca promover o entendimento, a valorização e o respeito por diferentes culturas (Hall, 1997).

A educação cultural e a educação ambiental são abordagens interligadas que promovem a compreensão holística e a valorização do mundo ao nosso redor. Enquanto a educação cultural busca preservar e disseminar conhecimentos, tradições e valores de diversas comunidades, a educação ambiental enfatiza a importância da conservação e sustentabilidade dos recursos naturais.

Segundo Mergulhão e Vasaki (1998, p. 15), “educação ambiental refere-se, especialmente, à busca de qualidade de vida, que implica a convivência harmoniosa do homem

com o meio ambiente, natural ou não”. Este conceito aborda a capacidade das pessoas de compreender e modificar o ambiente ao seu redor, dentro do contexto da educação ambiental. A sensibilização sobre o cuidado com o meio ambiente começa desde cedo, utilizando estratégias educativas que promovam essas atitudes fundamentais, exemplificadas na arte da Figura 43.

Figura 43 - Objetivos da Educação Ambiental



Fonte: NUPAN (2012)

Este gráfico representa as diferentes categorias de objetivos da educação ambiental, que são essenciais para desenvolver uma compreensão e um comportamento sustentável em relação ao meio ambiente. Essas categorias são interdependentes e progressivas.

A consciência leva ao conhecimento, que influencia o comportamento. Comportamentos positivos requerem habilidades adequadas, e tudo isso culmina na participação ativa, onde os indivíduos e as comunidades se envolvem diretamente na preservação e melhoria do meio ambiente. A educação ambiental, portanto, é um processo contínuo e holístico, que visa transformar a maneira como interagimos com nosso entorno natural.

Juntas, essas duas formas de educação promovem uma conscientização mais profunda sobre a interdependência entre as práticas culturais e o meio ambiente, incentivando uma convivência harmoniosa e sustentável. A integração dessas abordagens educacionais pode inspirar uma nova geração de cidadãos que reconhecem e respeitam tanto a diversidade cultural quanto a necessidade urgente de proteger o planeta, contribuindo para um futuro mais justo e equilibrado.

Nesse sentido criou-se em março de 2006 uma associação sem fins lucrativos, com sede em Andrade Costa, Município de Vassouras (RJ), que conta com o envolvimento de fazendeiros da região, ambientalista e voluntários. A Associação Civil Vale Verdejante (2024, p.1) tem como

missão “Contribuir para defesa, preservação, conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável a partir de organização cooperativada”.

Preocupado em estimular a sensibilização, a parceria, a educação, o diálogo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, o Vale Verdejante destaca que busca valorizar o equilíbrio entre a atividade humana e a preservação, além do uso racional dos recursos naturais (Vale Verdejante, 2024).

A Associação Vale Verdejante recebeu da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural o Certificado de Honra ao Mérito em 2021, reconhecendo seu compromisso exemplar com a sustentabilidade e a preservação ambiental. Conforme ilustrado na Figura 44, pode-se observar que a referida Associação recebeu o Certificado de Honra ao Mérito por sua destacada atuação ambiental.

Figura 44 - Certificado Honra ao Mérito



Fonte: Vale Verdejante (2021)

Dessa forma, o Vale Verdejante ressalta no seu site que promove alternativas sustentáveis para a preservação da natureza por meio de projetos de educação ambiental, plantio e conservação da mata nativa da região, além de sensibilizar a comunidade sobre a importância da causa socioambiental (Vale Verdejante, 2006).

Outra importante ação vem do Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA), que está realizando um projeto de reflorestamento abrangendo uma área de 2,5 mil hectares. Este projeto inclui a recuperação de áreas degradadas e o combate a incêndios florestais, empregando

técnicas e metodologias específicas para cada situação, com uma duração estimada de três a cinco anos (ITPA, 2021) .

Além disso, o Parque Arqueológico de São João Marcos, localizado em Rio Claro, é uma iniciativa importante que resgata a memória e a história da região, promovendo a preservação ambiental e cultural. O parque oferece visitas guiadas e atividades educativas, incentivando a conscientização sobre a importância do patrimônio ambiental (IPHAN, 2011) .

Outra entidade relevante é o Instituto Preservale, que trabalha na promoção do turismo sustentável e na preservação do patrimônio histórico-cultural do Vale do Café. O Instituto aponta que a região é rica em fazendas históricas e belezas naturais, compondo roteiros turísticos que incluem visitas a propriedades coloniais, museus, e outros pontos de interesse cultural e ecológico (Preservale, 2024). A Figura 45 é a logo do Instituto.

Figura 45 - Logo do Instituto PRESERVALE



Fonte: Instituto PRESERVALE, (2024)

Em sua missão apresentada no sítio eletrônico, o Instituto destaca: “contribuir para o fortalecimento e a valorização do Vale do Café nos campos do Turismo, do Meio Ambiente, da Preservação e da Cultura” (Preservale, 2024). Para eles, o período intenso de produção do Café deixou como legado uma rica história e memória patrimonial, manifestada por centenas de fazendas históricas. Em resposta a isso, o grupo fundou o Instituto Preservale (2024):

O legado do Ciclo do Café foram a história e a memória patrimonial, representada por centenas de fazendas. Diante disso, um grupo de 60 pessoas, entre fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagem, historiadores e apaixonados pela história e pelo patrimônio do Ciclo do Café, fundou em 1994 o Instituto Preservale (2024p.1).

A missão e o papel do Instituto Preservale no fortalecimento do Vale do Café, têm com foco quatro áreas principais: turismo, meio ambiente, preservação e cultura. Segundo as informações disponibilizadas no site, a criação do Instituto, foi fruto de um esforço colaborativo

entre diferentes segmentos, refletindo o reconhecimento da importância histórica e patrimonial deixada pelo período de produção intensiva do Café na região (Preservale, 2024). Nesse sentido, o Instituto destaca que ao reunir fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas e outros apaixonados pela história do Vale do Café, o Preservale promove uma abordagem multidisciplinar para a preservação, alinhando esforços de conservação ambiental e memória cultural.

O instituto informa que essa iniciativa visa complementar a renda das fazendas por meio de receitas provenientes de hospedagem e visitas guiadas, com fins educativos, históricos e culturais. Em 2022, foi realizado em Vassouras uma iniciativa praticada pelas Fazendas o “Fórum Replanta Vale”. A programação contou com palestras, oficinas e visitas ao Museu do Café e ao Memorial Negro. Este evento reuniu vários segmentos, abordou pautas sobre a inserção do Café associadas às práticas de reflorestamento em sistemas de agro florestas (Replanta Vale, 2022). A Figura 46 destaca essa ação, que foi preparada pela Fazenda São Luiz da Boa Sorte com apoio de órgãos como Sebrae, Setur, Emater entre outros.

Figura 46 - Propaganda Fórum “Replanta Vale” – Vassouras (RJ)



Foto: Replanta Vale, 2022

O Fórum já está em seu 2º ano, reunindo acadêmicos, especialistas, empresários, produtores, representantes de entidades e secretarias de Estado, além de prefeituras e universidades, com o objetivo de debater a reintegração da cultura do café e suas conexões com

práticas de reflorestamento em sistemas agroflorestais. O evento contou com diversas palestras e painéis ao longo do encontro. Essas iniciativas apontam para o início de um esforço conjunto de várias organizações e projetos para proteger e promover a sustentabilidade ambiental no Vale do Paraíba Sul Fluminense e suas fazendas históricas.

A reformulação de algumas fazendas através da produção de cafés especiais tem sido importante para esse avanço. Com práticas mais sustentáveis e foco em produtos de maior valor agregado, essas propriedades vêm se destacando no mercado de cafés de excelência. A atividade mais recente nessa região se trata da Indicação Geográfica (IG)<sup>26</sup> que reforça essa tendência ao permitir que os produtores alinhem a qualidade do café com seu contexto histórico e ambiental, atraindo consumidores que buscam autenticidade e responsabilidade socioambiental.

Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial -INPI, a busca pela IG para os cafés do Vale do Paraíba fluminense fortalece o vínculo entre a produção agrícola e a identidade cultural da região, valorizando as características únicas do terroir<sup>27</sup> e gerando um diferencial competitivo para as fazendas. Ao alavancar a ciência e o mapeamento das propriedades, o projeto visa aumentar o destaque e o valor dos cafés locais, posicionando-os como produtos de alta qualidade no mercado. Além disso, essa iniciativa promove a integração do turismo rural com a produção agrícola, destacando a relevância histórica e cultural do café na região, respeitando o meio ambiente (INPI, 2024).

### 3.2 AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL NAS FAZENDAS HISTÓRICAS NO PÓS-CRISE CAFEEIRA

*Quem foi rei nunca perde a majestade*  
Proverbo Popular

Embora o Vale do Paraíba Sul Fluminense tenha entrado em declínio por fatores como o esgotamento dos solos e a baixa no mercado internacional, o cultivo do café continuou a se

---

<sup>26</sup> Indicação Geográfica (IG) - A Indicação Geográfica (IG) é um selo oficial que reconhece a qualidade e a reputação de um produto em função de sua origem geográfica específica, considerando fatores como o clima, solo e práticas locais (INPI, 2024).

<sup>27</sup> Terroir - Em outras palavras, o terroir expressa a relação entre o meio ambiente e as características do produto agrícola. Barham, E. (2003). Translating terroir: the global challenge of French AOC labeling. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 127-138.

expandir para outros estados, como Minas Gerais e São Paulo, que se tornaram os principais produtores (Dean, 1996). Esse movimento foi fundamental para manter o Brasil como líder na produção mundial de café, apesar do declínio de algumas regiões tradicionais.

Durante o período da segunda metade do século XIX e início do século XX, o Brasil cultivou aproximadamente 10 milhões de toneladas de café, a maioria exportada através dos portos do Rio de Janeiro e Santos. Considerando uma média de rendimento de 700 quilos por hectare e supondo que cada cafezal tenha sido economicamente produtivo por cerca de vinte anos, estima-se que foram necessários aproximadamente 7200 km<sup>2</sup> de desmatamento de floresta primária para essa finalidade. Isso equivale a cerca de 300 milhões de toneladas de biomassa consumidas pela fumaça<sup>28</sup> (Dean, 1996, p. 203).

No entanto, as terras consideradas apropriadas para o cultivo de café estavam esgotadas no Rio de Janeiro. De acordo com Ferreira (1995, p. 246) “Quando foi abolida a escravidão, a cafeicultura já havia entrado em decadência no Vale do Paraíba”. Ainda de acordo com Ferreira:

No Vale do Paraíba, o café deixou em seu rastro as “cidades mortas”, que Monteiro Lobato consagrou em sua obra. Estas cidades só voltaram a se desenvolver na segunda metade do nosso século, com a industrialização crescente daquela área (Ferreira, 1995, p. 246).

Na historiografia é frequente a citação da comparação estabelecida por Lobato entre as cidades decadentes do Vale do Paraíba Sul Fluminense e as do oeste de São Paulo ressaltando a universalidade do fenômeno da decadência econômica e social causada pelo declínio da produção agrícola dominante. Essa analogia destaca os desafios enfrentados por comunidades que dependem excessivamente de uma única atividade econômica.

A ideia de ciclo, conforme proposta por Simonsen (1937), é contestada por alguns historiadores, especialmente em casos de declínio total da produção, como ocorreu com o pau-brasil ou a cana-de-açúcar. No entanto, no caso do Vale do Paraíba Fluminense, essa hipótese ainda pode ser contestada, pois, embora o ciclo cafeeiro tenha perdido força, o cultivo do café tenta retornar de maneira insipiente atualmente, porém com novas formas de cultivo, focadas em práticas mais sustentáveis.

---

<sup>28</sup> O botânico Auguste de Saint-Hilaire, renomado explorador do século XIX, passou dezesseis anos viajando pelo Brasil em extensas expedições científicas, estudando sua flora, fauna e geografia. Ele documentou que a zona ocidental do Vale do Paraíba abrigava a vegetação mais diversificada que ele já havia visto em todas as suas viagens pela Mata Atlântica (Dean, 1996, p. 204).

Hoje em dia, os historiadores evitam o uso da palavra "Ciclo" para descrever períodos econômicos específicos no Brasil devido à complexidade e à diversidade dos processos econômicos e sociais envolvidos. Em vez disso, preferem termos como "período econômico", "fase econômica", "era", "boom econômico", ou simplesmente "período de produção intensiva" seguido do nome do produto principal, como "período de produção intensiva de café", por exemplo. Isso reflete uma tentativa de evitar simplificações excessivas e reconhecer a interação multifacetada de fatores econômicos, sociais e ambientais ao longo da história., todos esses períodos têm em comum: um produto base; um horizonte geográfico; um horizonte temporal (período) e aspectos operacionais, culturais e sociológicos característicos (Lima, 2020, p. 14).

Conforme Lamego (2003, p.146),” Em 1883 a produção do planalto de São Paulo, finalmente suplantou a do Vale do Paraíba”. As evidências da crise que assolavam a região, eram concretas e irreparáveis. Segundo D’Onofre e Portilho (2019, p.156) “No período que antecede a expansão agrícola fluminense, é preciso caracterizar que havia um ambiente de estagnação econômica no território atual do Sudeste brasileiro”. A região do Vale do Paraíba voltou a se desenvolver com a economia cafeeira dando lugar à agropecuária. A atividade predominante agora é a pecuária leiteira, marcando uma mudança fundamental na economia local. Os imponentes casarões, outrora símbolos de riqueza e poder, são adaptados para abrigar outras formas de agricultura.

Neste período, os mineiros desceram com seus rebanhos de gado e ocuparam as terras acessíveis, muitas vezes adquiridas a baixo custo, para a produção de leite, seus derivados e alguma carne. Essa mudança destaca a diversificação das práticas agrícolas na busca por sustentabilidade e viabilidade econômica. A Figura 47 mostra um casarão ao fundo, é uma construção típica de antigas fazendas, possivelmente uma sede, cercada por morros que não apresentam cobertura florestal significativa. A falta de áreas florestais nos morros indica que, no passado, pode ter havido desmatamento ou queimadas, práticas comuns na região para abrir espaço para a produção de café.

Figura 47 - Fazenda São Roque – Vassoura/RJ



Fonte: Fernando Pozzobon – Arquivo Central do IPHAN, (2008)<sup>29</sup>

Esse aspecto também pode estar relacionado ao esgotamento do solo, comum em regiões onde houve exploração intensiva sem práticas de conservação ambiental. A fotografia retrata a pecuária leiteira em Vassouras no final do século XIX, um período crucial após o declínio da cultura cafeeira na região. A imagem, com vacas pastando em um campo amplo, simboliza a transição econômica que ocorreu quando as antigas fazendas de café buscaram novas fontes de renda. O cenário rural revela uma adaptação necessária, onde a pecuária não somente sustentou as economias locais, mas também se tornou um novo marco na paisagem agrária.

A pecuária que ainda se faz presente em diversos municípios do Vale do Paraíba, persistiu como atividade principal até meados do século XX, quando foi gradualmente substituída pela industrialização ou por outras atividades econômicas (Lima, 2003, p.17).

Após a crise cafeeira, houve uma tendência ao incentivo agrícola e à pecuária. Em relação à pecuária, sua localização se desenvolveu na porção ocidental do Vale Paraíba, dadas as condições devastadas da boa parte de sua terra, vítima da expansão cafeeira feita de forma predatória, com as terras só prestando para pastagens (Vieira, 2001). No período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, conforme mencionado por Lima:

Um exemplo deste processo sucessivo de transformação econômica ocorreu no município fluminense de Barra Mansa, que, após ter sido grande produtor de café, abrigou a maior bacia leiteira do Brasil e, hoje, ao lado do seu ex distrito Volta Redonda, forma uma região industrializada, prestadora de serviços de alta tecnologia e de comércio forte (Lima, 2003, p. 19).

<sup>29</sup> [https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/fontesarqbibli/arquivisticas/fazenda\\_sao\\_roque\\_vassouras\\_arquivo\\_central\\_do\\_iphan.pdf](https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/fontesarqbibli/arquivisticas/fazenda_sao_roque_vassouras_arquivo_central_do_iphan.pdf). Acesso em 05 de ago. 2024.

Alguns municípios do Vale do Paraíba Sul Fluminense, como Resende e Volta Redonda, conseguiram desenvolver a industrialização, impulsionando suas economias. De acordo com a Prefeitura de Resende (2024), o município apresenta atualmente as seguintes características:

[...]um amplo parque industrial em franco desenvolvimento, cuja área total é de 23 milhões de metros quadrados, Resende abriga importantes unidades fabris, responsáveis pela geração de milhares de empregos, com destaque para os setores metalmeccânico e químico-farmacêutico (Prefeitura Resende, 2024, p.1)<sup>30</sup>.

Volta Redonda, localizada no sul do estado do Rio de Janeiro, é conhecida como um dos principais centros industriais do Brasil. Popularmente chamada de "Cidade do Aço", abriga a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>31</sup>, uma das maiores siderúrgicas da América Latina, cuja fundação, em 1941, marcou o início de um processo de industrialização acelerado na região. A cidade desempenha um papel estratégico tanto econômica quanto geograficamente, situada entre dois grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua localização privilegiada no Vale do Paraíba, somada à proximidade de recursos naturais e grandes centros urbanos, fez da cidade o local ideal para o desenvolvimento da siderurgia. Neste contexto, Volta Redonda se destaca:

[...] é um dos principais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Possui importância significativa para a economia regional e estadual. A cidade também tem papel fundamental na história do desenvolvimento industrial do Brasil, abrigando a maior usina siderúrgica da América Latina, por isso é conhecida como a "Cidade do Aço" (Prefeitura Volta Redonda, p.1)

---

<sup>30</sup> Prefeitura de Resende. <https://resende.rj.gov.br/perfil-socio-economico>. Acesso em 03 de jul. 2024.

<sup>31</sup> Volta Redonda é nacionalmente conhecida por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A CSN foi estabelecida durante o Estado Novo por um decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático conhecido como Acordos de Washington, realizado entre os governos brasileiro e norte-americano. Esse acordo previa a construção de uma usina siderúrgica capaz de fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, em tempos de paz, contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Em 9 de abril de 1941, Getúlio Vargas assinou o decreto que criou a Companhia Siderúrgica Nacional (Costa, 1991, p.19). Esse acordo previa a construção de uma usina siderúrgica capaz de fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, em tempos de paz, contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Em 9 de abril de 1941, Getúlio Vargas assinou o decreto que criou a Companhia Siderúrgica Nacional (Costa, 1991, p.19).

No início do século XX, o panorama do Vale do Paraíba se transforma significativamente. As fazendas mudam de mãos, passando para os herdeiros das antigas famílias proprietárias (Dean, 1996, p. 202). A indefinição sobre a atividade produtiva e os conflitos de herança que envolveram as famílias proprietárias dessas fazendas reduziram drasticamente a área territorial das propriedades. A falta de recursos financeiros, combinada com questões de herança, resultou na deterioração ou desaparecimento de muitas fazendas, restando em alguns casos apenas ruínas. No entanto, algumas dessas antigas sedes das fazendas cafeeiras foram preservadas ao longo do tempo (Silveira, 2007, p. 19).

A partir da década de 1950, houve um crescimento do valor histórico dessas propriedades, o que deu início a um movimento de compra de fazendas. Os novos proprietários da época, frequentemente “novos ricos” e não necessariamente provenientes de famílias tradicionais, passaram a adquirir essas propriedades. Alguns desses novos proprietários eram descendentes dos fundadores originais. Eles foram responsáveis por diversas reformas, que devido à falta de materiais adequados ou de técnicos especializados, resultaram em alterações significativa na originalidade dos casarões (Silveira, 2007, p. 19).

A partir de 1994, o turismo começou a despontar no Vale do Paraíba Fluminense, com o incentivo e promoção da ideia de resgatar a história do café na região por Nilza Rozemberg<sup>32</sup> e Évelin Pasquale<sup>33</sup> (Silveira, 2007, p. 21). Nilza Rozemberg, profissional do setor de turismo e incentivadora do turismo nas fazendas do Vale do Café, atualmente mantém parceria com muitas agências de turismo na cidade do Rio de Janeiro em torno de quatrocentas, tendo iniciado sua trajetória com um castelo de propriedade familiar em Mendes, RJ (Silveira, 2007, p. 21).

Évelin Pasquale, herdeira da Fazenda Ponte Alta, em Barra do Piraí, RJ, se inspirou no Chá Imperial realizado no Museu Casa da Hera, em Vassouras, RJ, e adaptou a ideia para criar uma experiência de Sarau Imperial em sua fazenda, o que ajudou a fortalecer o turismo nas fazendas do Vale do Café Fluminense (Silveira, 2007, p.21).

No contexto do turismo e preservação do patrimônio cultural no Vale do Café, essas duas mulheres, com atuação ativa na região e ligadas ao Instituto Preservale, se inspiram, em diretrizes internacionais, aplicando práticas de preservação cultural e ambiental que dialogam com os critérios estéticos, científicos e ecológicos difundidos pela Unesco.

---

<sup>32</sup> Nilza Rosemberg – empreendedora do turismo nas fazendas do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense. Membro e fundadora do Instituto Preservale (Silveira, 2007).

<sup>33</sup> Evelim Pasquale – Proprietária da Fazenda Ponte Alta, é a pioneira em encenações nas fazendas do Vale. Uma das idealizadoras do Instituto Preservale (Silveira, 2007).

Alinhado às práticas de preservação cultural e natural elaboradas na Europa e adotadas pela Convenção da Unesco (1972)<sup>34</sup>, o conceito de patrimônio natural europeu desde o início integrou critérios estéticos<sup>35</sup>, científicos<sup>36</sup> e ecológicos,<sup>37</sup> como apontam Scifoni e Ribeiro (2006, p. 103). Essa abordagem europeia, legitimada e difundida globalmente pela Unesco, inspira políticas que visam a proteção de paisagens, monumentos e locais de valor histórico e ambiental. Ainda conforme Scifoni e Ribeiro:

Legislações como a Constituição Suíça de 1874, que protege áreas de interesse histórico e natural, e as leis francesas e italianas de 1930 e 1939, que defendem sítios de notável beleza natural ou singularidade geológica, reforçam essa visão integrada de patrimônio influenciada por esses modelos. O Brasil também desenvolveu uma perspectiva semelhante a partir da década de 1930, quando o Decreto-Lei nº 25 de 1937 estabeleceu o patrimônio como monumentos naturais e paisagens protegidas tanto pelo seu valor estético quanto pela intervenção humana Scifoni e Ribeiro (2006, p. 103).

Segundo Scifone e Ribeiro (2006, p.107), “A busca pelo tombamento de áreas verdes como praças, parques ou até mesmo terrenos particulares arborizados se faz como estratégia social para salvaguardar bens referenciais, que são parte de um tecido social”. O patrimônio natural vai além de representar apenas vestígios de vegetação nativa intocada ou ecossistemas minimamente alterados pela ação humana. Como parte da memória social, ele abrange, sobretudo, paisagens que resultam de uma intervenção cultural pela qual a vida humana se estabelece e se renova.

Esse modelo turístico se caracteriza pela valorização do patrimônio histórico e cultural, semelhante ao turismo cultural europeu, que busca preservar e divulgar aspectos históricos e ambientais locais. No entanto, o desenvolvimento desse turismo no Vale do Café ainda enfrenta

---

<sup>34</sup> Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972. Essa Convenção de 1972 continua sendo a principal referência para o patrimônio natural, embora tenha sido complementada por outros instrumentos, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992) e as orientações operacionais da própria UNESCO, que sofrem revisões periódicas para atender às mudanças e novos desafios na preservação

<sup>35</sup> “O valor estético do patrimônio natural é expresso em paisagens de beleza excepcionais ou em condições geográficas singulares, que despertam admiração pela sua grandiosidade e harmonia visual” (Scifoni; Ribeiro, 2006, p. 102).

<sup>36</sup> “O valor científico é reconhecido em áreas que possuem formações ou características naturais importantes para a compreensão da história natural do planeta” (Scifoni; Ribeiro, p. 103).

<sup>37</sup> “O valor ecológico, corresponde à importância dos sítios como habitat de espécies em risco de extinção ou como detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes, como é o caso de remanescentes da Mata Atlântica” (Scifoni; Ribeiro, 2006, p. 103).

desafios relacionados à infraestrutura e à integração de práticas sustentáveis, essenciais para equilibrar a preservação ambiental e o patrimônio cultural.

No Brasil, essa modalidade é relativamente nova, mas iniciativas como o turismo nas fazendas imperiais do Vale do Café mostram o esforço em resgatar e promover esse patrimônio. Garcia (1999) destaca que, ao tornar o passado visível, o turismo não só preserva a história, como também impulsiona o desenvolvimento econômico local, criando oportunidades de renda. Embora o Brasil enfrente desafios em comparação ao modelo europeu, como a falta de infraestrutura e apoio financeiro, o turismo histórico e ambiental está começando a se consolidar no país, atraindo visitantes interessados em vivenciar a história e promovendo um circuito positivo de preservação e desenvolvimento econômico e ambiental.

Nesse contexto, o turismo sustentável pode ser uma estratégia não apenas para preservar os edifícios do passado, mas também garantir a preservação de alguns dos enclaves ambientais restantes e evitar o avanço da degradação. O respeito pela história e a busca por um desenvolvimento sustentável andam de mãos dadas.

Os municípios do Vale do Café, começaram a explorar o turismo sustentável através das fazendas históricas, encontrando uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico da região. A preservação das fazendas históricas do Vale do Paraíba Sul Fluminense e o desenvolvimento sustentável são temas de extrema relevância para a compreensão e valorização do patrimônio histórico e ambiental brasileiro. A importância do tema pode ser amplamente respaldada por estudos e pesquisas realizados no campo do patrimônio histórico. Conforme aponta Poulout:

De fato, é evidente que fracassaria o patrimônio que fosse um controle utópico do tempo, tentando reproduzi-lo de uma forma idêntica. O patrimônio não é passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Neste aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham (Poulout, 2009, p.12).

Os desafios enfrentados pelas fazendas históricas no Vale do Paraíba Sul Fluminense também se tornaram símbolos de adaptação decorrente de um desastre socioambiental. A preservação dessas propriedades não se limita apenas à conservação das edificações e da arquitetura, mas também à proteção dos ecossistemas que as cercam. A conservação ambiental

das áreas naturais associadas às fazendas é essencial para garantir um equilíbrio sustentável entre o patrimônio cultural e natural.

A preservação das fazendas históricas enfrenta desafios significativos. O primeiro deles é a deterioração física das edificações, resultado do tempo, da falta de manutenção adequada e do custo elevado para a restauração. No entanto, esse enfoque na preservação dos edifícios pode indicar que o patrimônio ambiental, muitas vezes, é considerado de forma secundária nessas discussões. A paisagem ao redor, a fauna e a flora que formam o entorno natural dessas fazendas são parte integrante de sua história e significado. Sem a devida atenção à preservação ambiental, o contexto ecológico que dá sentido a esses espaços históricos pode se perder. Portanto, a preservação deve ser pensada de maneira holística, integrando tanto o patrimônio arquitetônico quanto o ambiental, uma vez que ambos são indissociáveis na constituição da memória e da identidade cultural.

Da mesma forma, a manutenção das áreas verdes e dos recursos naturais demanda um investimento contínuo, sendo crucial para o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável e para a proteção da biodiversidade local. A pressão do mercado imobiliário também representa um desafio para a preservação dessas fazendas. A especulação imobiliária muitas vezes coloca em risco tanto as edificações quanto as áreas de preservação ambiental, uma vez que o valor econômico da terra pode ser mais atrativo do que sua conservação integrada, cultural e ambientalmente.

Valendo-se do pensamento de Sossai e Coelho (2018, p. 118), que destacam “as tensões sociais que se desdobram da aproximação entre patrimônio cultural e turismo”, as fazendas do Vale do Café podem ser compreendidas como espaços onde o patrimônio cultural é tanto mobilizado para atrair turistas quanto palco de tensões relacionadas à preservação da autenticidade e à mercantilização da história. Essa perspectiva permite uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios de equilibrar a valorização do patrimônio com as demandas do turismo, levando em consideração as particularidades do contexto histórico e cultural brasileiro.

Por outro lado, as fazendas históricas do Vale do Paraíba Sul Fluminense também apresentam potencialidades para o desenvolvimento sustentável sendo que a produção de café não ocupa mais a centralidade da atividade econômica da região. O turismo sustentável surge como uma oportunidade para promover a preservação do patrimônio, gerar empregos e renda para a comunidade local, além de conscientizar os visitantes sobre a importância histórica, cultural e ambiental dessas propriedades.

De fato, a transformação dessas fazendas em destinos turísticos revitalizou algumas áreas e atraiu visitantes interessados em explorar a história do período de produção do café. No

entanto, o cenário encontrado na região revela que o patrimônio ambiental, um componente central do conceito de turismo sustentável pode ser negligenciado. As áreas florestais, embora anunciadas como parte da experiência, parecem ser meramente decorativas e não recebem a mesma atenção que as edificações na preservação. O turismo vendido como “sustentável” pode, portanto, não refletir uma real preocupação com a conservação ambiental, focando mais em aspectos culturais e estéticos.

Entretanto, ao analisar as práticas e fotografias relacionadas ao turismo nas fazendas, percebe-se que a preservação sustentável, muitas vezes, se restringe à restauração de casarões e jardins, sem que haja um esforço significativo para incluir o patrimônio ambiental ou práticas que realmente minimizem impactos ecológicos.

As fotos da Figura 46 destacam fazendas da região em seu estado atual, ressaltando a estética preservada dos edifícios e seus jardins, mas não revelam como o patrimônio ambiental circundante é tratado ou protegido. Essa ausência visual de práticas ambientais reforça a crítica de que o turismo, embora rotulado como sustentável, pode estar mais preocupado em valorizar o passado histórico e arquitetônico do que em integrar soluções que realmente promovam a sustentabilidade ecológica. Conforme retratado na Figura 48.

Figura 48 - fazendas históricas do vale do café Sul Fluminense (Fotos atuais)



Fonte: Google Imagens (acesso em maio de 2023)

Isso levanta uma questão importante: até que ponto essas práticas turísticas estão realmente comprometidas com a sustentabilidade? A preservação dos casarões é fundamental, mas, para que o turismo seja verdadeiramente sustentável, é necessário que haja um esforço

integrado em proteger não só os edifícios, mas também o ecossistema que compõe essas fazendas.

Esse contexto nos leva a um ponto crucial: a preservação material e cultural dessas fazendas deve ir além da conservação arquitetônica. Toda essa dinâmica está registrada nas paredes das fazendas, nos objetos utilizados no dia a dia, nas histórias contadas pelos descendentes das famílias que ali viveram. Essas fazendas são, portanto, uma fonte de pesquisa e conhecimento sobre a história do Brasil, que silencia para a violência contra a natureza e os seres humanos. O que se vê nas fotografias, com a ênfase nas casas e jardins, aponta para uma lacuna no discurso sustentável, onde a natureza é muitas vezes tratada como pano de fundo e não como um patrimônio essencial, sendo, além disso, comercializada aos turistas como parte de uma experiência esteticamente agradável, mas sem um compromisso real com a preservação ambiental.

Algumas propriedades conseguiram diversificar suas atividades econômicas, incorporando novos cultivos ou transformando-se em destinos turísticos para preservar e apresentar a história e cultura de alguns atores da região.

### 3.2.1 Turismo sustentável nas Fazendas Históricas

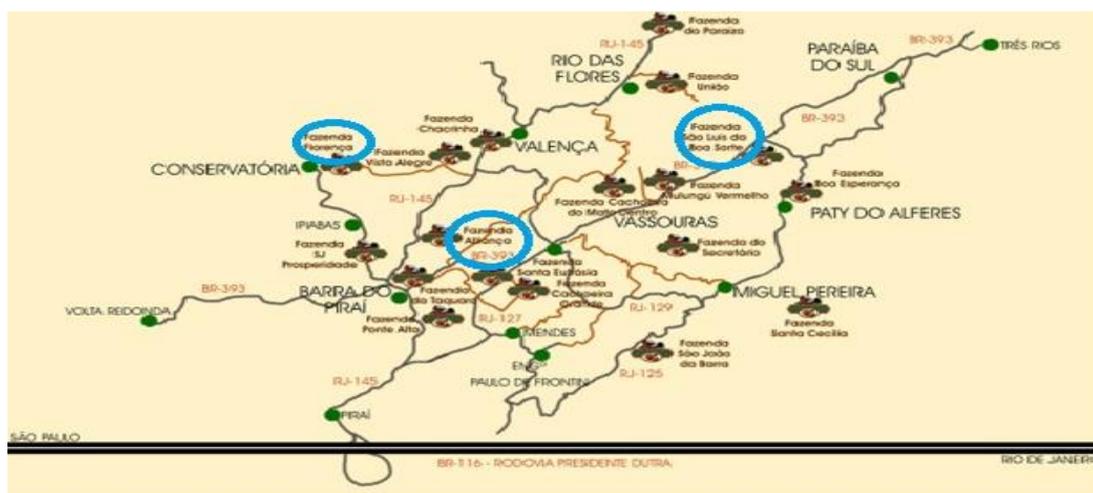
*A natureza é o único livro que oferece conteúdo  
valioso em todas as suas folhas.  
Goethe*

As propriedades da região oferecem aos visitantes diversas modalidades de visita, como *Day use*, visitas guiadas e visitas pedagógicas, além de estadas em hotéis fazenda e hotéis boutique. Essas experiências são vendidas como uma imersão cultural, gastronômica e de lazer, com opções de turismo rural, ecológico e atividades educativas, voltadas tanto para o bem-estar quanto para a valorização da história e do patrimônio local.

No contexto do turismo sustentável, a região demonstra atualmente uma preocupação com a recepção de turistas, visando minimizar o impacto ambiental. Este estudo, focado nas fazendas de importância histórica no século XIX que estão atualmente abertas à visita ou hospedagens, possui como foco os exemplos de práticas sustentáveis adotadas por três propriedades específicas.

As fazendas São Luiz da Boa Sorte, em Vassouras (RJ), Florença, no distrito de Conservatória, em Valença (RJ), e Alliança, em Barra do Piraí (RJ), integraram um projeto piloto do SEBRAE RIO. A figura 49 ilustra o mapa da região do Vale do Paraíba Sul Fluminense, destacando diversas fazendas históricas, entre elas as três circuladas em azul, que foram selecionadas para esta pesquisa por suas práticas sustentáveis.

Figura 49 - Fazendas em destaque com práticas sustentáveis na região “Vale do Café”



Fonte: Preservale, [2024]

Elas se destacam por integrarem práticas de preservação ambiental ao turismo responsável, fazendo parte do projeto piloto "Vocações Regionais da Cultura Fluminense", organizado pelo Sebrae Rio e gerido pela analista Lídia Espíndola, atualmente etapa final de implementação. Este projeto reúne cinco fazendas históricas da região, já ativas no turismo. De acordo com Lídia, a ideia do Sebrae foi aproveitar a proximidade da região com a cultura do café, alinhando a demanda dos visitantes com a tendência de consumo de café de alta qualidade (SEBRAE Rio, 2024).

Com o apoio do Sebrae em 2016, diversos proprietários rurais participaram do Projeto de Reintrodução do Plantio de Cafés, que, integrado ao Turismo Histórico-cultural Cafeeiro, resultou em um significativo aumento do fluxo turístico na região (Preservale, [2017]).

A nova estratégia, adotada não apenas por Paulo Roberto, proprietário da Fazenda Florença, mas também por outros empreendedores no Vale do Café, foi a reintrodução do cultivo de café na região, focando em variedades especiais. Trata-se de um projeto piloto do Sebrae/RJ, que prevê o plantio de café especial no Vale em pequena escala. Um diagnóstico

preliminar identificou cinco propriedades para o início do projeto, entre as quais a Fazenda Florença, que está avançada no processo (Revista Vale do café, 2017).

O quadro 1 apresenta informações sobre o cultivo de cafés especiais nas três fazendas do Vale do Paraíba Sul Fluminense. Cada uma delas adota práticas sustentáveis e focadas na qualidade do produto, embora a Fazenda São Luiz ainda esteja em fase de produção do café. O Quadro 1 também indica o nome dos cafés produzidos atualmente por elas.

Quadro 1: Cultivo de cafés especiais nas fazendas do Vale do Paraíba Sul Fluminense

<b>Fazenda</b>	<b>Cultivo</b>	<b>Nome do Café</b>
<b>Fazenda Aliança</b>	A Fazenda Aliança cultiva café com práticas agroecológicas, priorizando métodos sustentáveis e orgânicos.	Café Durini
<b>Fazenda Florença</b>	A Fazenda Florença cultiva café com métodos que respeitam a tradição e a qualidade. A produção é menor em escala, mas focada em alta qualidade.	Vale do Café (100% Arabica)
<b>Fazenda São Luiz da Boa Sorte</b>	A fazenda está investindo em projetos de resgate e valorização do cultivo de café, com foco em práticas sustentáveis. Atualmente, não tem café em produção, mas possui o “Museu do Café”.	-----

Fonte: Elaborado pela autora com dados das Fazendas Aliança, Fazenda Florença e Fazenda São Luiz da Boa Sorte, 2024

Participaram deste projeto as seguintes propriedades: Fazenda Florença em Conservatória/Valença, Fazenda Taquara em Barra do Piraí, Fazenda Aliança Agroecológica em Barra do Piraí, Fazenda Saint Robert em Piraí, e Fazenda União em Rio das Flores. Em 2019, como resultado do incentivo à produção de café de qualidade na região e do empenho do cafeicultor Paulo Roberto Santos, a Fazenda Florença conquistou o primeiro lugar na categoria Café Natural no 3º Concurso de Cafés Especiais do Estado do Rio de Janeiro (ASCARJ, 2024).

O quadro 2 apresenta as principais atividades sustentáveis desenvolvidas pelas três fazendas da região do Vale do Paraíba Sul Fluminense, envolvidas no projeto SEBRAE/Rio. As atividades envolvem a preservação ambiental, projetos de reflorestamento e iniciativas de turismo sustentável, evidenciando o compromisso com a conservação da Mata Atlântica e a gestão responsável de recursos naturais.

Quadro 2: Práticas ambientais desenvolvidas pelas 3 Fazendas do Projeto SEBRAE/RIO

Fazenda	Atividades	Descrição
<b>Fazenda Aliança Agroecológica</b>	<b>Agricultura Orgânica e Produção Sustentável</b>	A fazenda cultiva alimentos orgânicos e adota práticas agrícolas que minimizam o impacto ambiental, como o uso de adubos naturais e controle biológico de pragas.
	<b>Reutilização de Água</b>	Implementação de sistemas de captação e reutilização da água da chuva para a irrigação.
	<b>Preservação da Mata Atlântica</b>	A fazenda promove o reflorestamento de áreas com espécies nativas, contribuindo para a conservação do bioma local.
<b>Fazenda Florença</b>	<b>Conservação e Educação Patrimonial</b>	A fazenda realiza visitas guiadas com foco na preservação do patrimônio histórico e cultural, apresentando o processo de restauração e conservação dos edifícios originais.
	<b>Recuperação de Vegetação Nativa</b>	Há esforços de reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas, preservando a Mata Atlântica.
	<b>Uso de Energia Solar</b>	Implementação de sistemas de energia solar para reduzir o consumo de energia elétrica proveniente de fontes não renováveis.
<b>Fazenda São Luiz da Boa Sorte</b>	<b>Turismo de Experiência e Educação Ambiental</b>	O turismo na fazenda oferece experiências que promovem a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, abordando a fauna e flora locais.
	<b>Projetos de Reflorestamento</b>	A fazenda participa de programas de plantio de árvores, buscando recompor a vegetação original da região.

	<b>Preservação de Nascentes e Recursos Hídricos</b>	A fazenda protege nascentes e cursos d'água em seu território, promovendo o uso sustentável desses recursos.
--	---	--

Elaborada pela autora com informações das Fazendas Alliança, Fazenda Florença e Fazenda São Luiz da Boa Sorte, 2024

Essas atividades mostram o comprometimento de cada fazenda com práticas sustentáveis e ambientais. Foi optado por explorar em maior profundidade três fazendas específicas do Vale do Café fluminense, selecionadas por apresentarem características distintas e exemplares no que tange às práticas sustentáveis, conforme já descrito nos objetivos específicos desta dissertação.

A abordagem de apenas três das cinco fazendas permite uma análise mais detalhada das iniciativas adotadas, possibilitando uma compreensão mais clara de como essas fazendas estão integrando o turismo com a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico local.

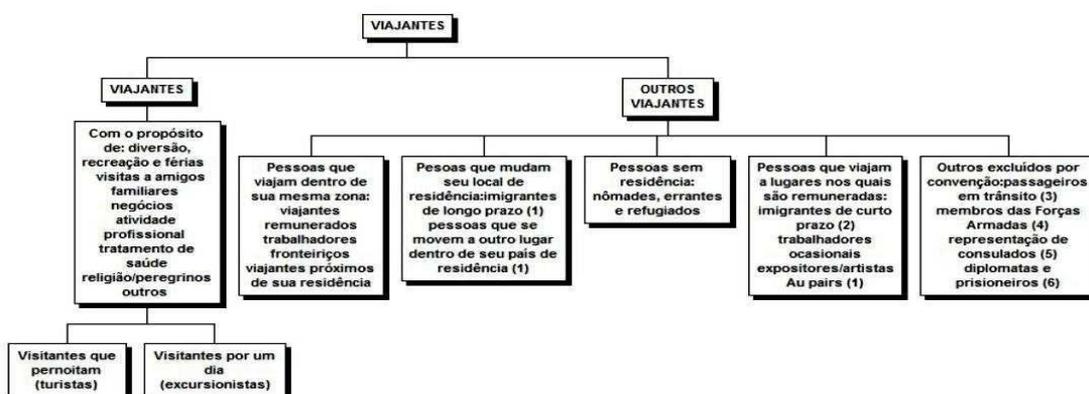
Antes de abordar os exemplos dessas fazendas históricas, é essencial conceituar "Turismo" "Turismo Cultural" e "Turismo Rural.

O turismo é um tema bastante controverso, segundo vários especialistas. Embora esteja intimamente ligado ao conceito de viagem, nem toda viagem se enquadra na categoria de "turismo". O turismo pode ser definido como a atividade que envolve o deslocamento de pessoas para locais fora do seu ambiente habitual, com o objetivo de lazer, negócios, cultura, saúde, religião, esportes ou outros motivos. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define turismo, “[...]o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias, motivado por razões não econômicas” (OMT, 2001).

Em 1994 essa definição foi aperfeiçoada, passando a considerar que “[...] o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins”(OMT, 2001, p.38). Essa definição foi ampliada para englobar uma gama mais ampla de atividades, reconhecendo que o turismo abrange as experiências de pessoas que viajam e permanecem fora de seu ambiente usual por até um ano, seja por prazer, negócios ou outros fins. Essa atualização reflete uma visão mais inclusiva, que captura a diversidade das razões e das durações das viagens turísticas, reconhecendo tanto as motivações pessoais quanto profissionais dos viajantes e a variedade de experiências que o turismo pode oferecer.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define **viajantes** (grifo nosso) como todas as pessoas que se deslocam entre diferentes lugares, independentemente do motivo ou da duração da viagem, incluindo aqueles que deixam seu ambiente habitual para lazer, negócios ou outras razões. Dentro desse conceito amplo, a OMT distingue **turistas** (grifo nosso), que são um tipo específico de viajante, caracterizados por passarem pelo menos uma noite fora de sua residência habitual, seja em seu próprio país ou no exterior. Portanto, enquanto todos os turistas são viajantes, nem todos os viajantes são turistas.

Figura 50 - Viajantes e outros viajantes



Fonte: OMT, 2001

Analisando a Figura 50 que é um organograma podemos constatar a complexidade do fenômeno turístico, destacando a distinção entre viajantes típicos e outros tipos de viajantes, como excursionistas e visitantes de negócios. Viajantes, de acordo com o organograma, são divididos em subcategorias baseadas em suas motivações primárias, como lazer, cultura, ou saúde, e sua duração de permanência.

Já os "outros viajantes" podem incluir pessoas que se deslocam por motivos profissionais, acadêmicos ou de negócios, refletindo a diversidade das razões que levam alguém a se deslocar para fora de seu ambiente usual. Esta classificação detalhada não apenas ajuda a entender as diferentes necessidades e comportamentos dos turistas, mas também fornece insights valiosos para o planejamento e desenvolvimento de políticas de turismo que atendam a um espectro mais amplo de atividades e expectativas.

Em suma, o organograma da OMT facilita uma análise com mais nuances e estratégica do turismo global, promovendo uma abordagem mais direcionada e eficaz na gestão e promoção de destinos turísticos. O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas

viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Essa atividade inclui uma ampla gama de serviços e produtos, como transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento e atrações turísticas. O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que contribui significativamente para a economia global, promovendo o intercâmbio cultural e o desenvolvimento regional.

A relação entre turismo e cultura está profundamente interligada. Desde os primeiros registros de deslocamentos motivados principalmente pela cultura, como os “*Grand Tours*” do século XVII, até os dias atuais, as preferências e os gostos dos turistas passaram por significativas transformações. O turismo cultural, que pode ser definido como o movimento de pessoas motivadas pelo desejo de experimentar, entender e apreciar aspectos tangíveis e intangíveis da cultura de diferentes comunidades, desempenha um papel crucial na preservação e promoção do patrimônio cultural e histórico (McKercher; Du Cros, 2002). O turismo cultural de acordo com Lima (2003) abrange a cultura tanto como processo quanto como produto. O autor define essa atividade como a convergência entre:

A cultura (high culture) do heritage tourism, ligada às obras de arte histórica, aos vestígios arqueológicos, monumentos, jardins históricos, representações teatrais e da música clássica, ou mesmo do folclore tradicional, e da cultura dos arts tourism, em que se integram os museus e as galerias de arte; com a cultura popular (low culture), como sejam itinerários de descoberta e de interpretação, visitas guiadas e teatralizadas, rotas gastronômicas e de vinhos, festivais de música, eventos artísticos, e todas as manifestações de cultura popular representadas, por exemplo, em feiras de artesanato (Lima, 2003, p.62).

Ele abrange visitas a sítios históricos, museus, festivais, eventos culturais e outros locais de interesse cultural, promovendo uma interação enriquecedora entre turistas e as culturas visitadas.

Em se tratando de “Turismo Rural” O turismo rural é uma modalidade de turismo que ocorre em áreas rurais e envolve a oferta de atividades e experiências relacionadas ao meio rural, à natureza, à agricultura e ao modo de vida das comunidades locais. Este tipo de turismo proporciona aos visitantes a oportunidade de vivenciar a rotina do campo, participar de atividades agrícolas, degustar produtos locais, e explorar paisagens naturais, além de aprender sobre as tradições e a cultura das populações rurais (Lima, 2003).

O turismo rural pode promover o desenvolvimento econômico e sustentável das áreas rurais, contribuir para a preservação do patrimônio natural e cultural dessas regiões, mas

também gerar exclusão social e destruição ambiental. De acordo com o Ministério do Turismo, que defini Turismo Rural como:

[...] é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Brasil, 2003, p. 7).

As grandes fazendas de café, com suas imponentes sedes, tornaram-se centros de recepção para viajantes e visitantes, que eram atraídos tanto pela beleza da paisagem quanto pela oportunidade de experimentar a vida rural aristocrática. No século XIX, o conceito de turismo ainda não existia na região do Vale do Café. As fazendas funcionavam como hospedagens apenas para comerciantes e pessoas que iam às propriedades para tratar de negócios.

A análise das antinomias do café em relações de hospitalidade revela transformações significativas nas práticas e percepções dos anfitriões dos séculos XIX e XXI. No século XIX, a cafeicultura era a principal atividade econômica, com a produção local sustentando a economia e moldando a memória cotidiana e ordinária do café. A oferta de café aos hóspedes era evitada, refletindo um contexto de produção centrada na economia doméstica e local. O quadro 3 ilustra a diferença de oferta de hospitalidade no século XIX para o turismo do século XXI na região do Vale Paraíba sul fluminense.

Quadro 3 - antinomias do café em relações de hospitalidade sob a ótica dos anfitriões dos séculos XIX e XXI.

<b>Âmbitos do Café</b>	<b>Anfitriões no Século XIX</b>	<b>Anfitriões no Século XXI</b>
Cafeicultura	Principal atividade econômica	Atividade econômica residual
Memória do Café	Perspectiva econômica, memória ordinária e cotidiana	Perspectiva Turística Memória extraordinária e eventual
Oferta de Café aos Hospedes	Evitada	Estimulada
Produção de café	Local	Importação

Turismo com base no café	Inexistente	Atividade Protagonista
--------------------------	-------------	------------------------

Fonte: Refeito pela autora com dados originais de D’Onofre e Portilho, 2019.

Por outro lado, no século XXI, a cafeicultura assume um papel residual na economia local, sendo muitas vezes substituída por importações. A memória do café adquire uma dimensão turística, marcada por experiências eventuais. Neste novo contexto, a oferta de café aos hóspedes é estimulada, servindo como um elemento central na hospitalidade.

Além disso, o turismo baseado no café, inexistente no século XIX, emerge como uma atividade protagonista, demonstrando uma reconfiguração das práticas de hospitalidade e da valorização do café como patrimônio cultural e turístico. Esta evolução reflete as mudanças nas relações socioeconômicas e culturais, evidenciando a adaptação dos anfitriões às novas dinâmicas globais e às demandas contemporâneas por experiências autênticas e diferenciadas (D’Onofre; Portilho, 2019, p. 10).

De acordo com Ruschmann (1992, p.44), “No Brasil, discute-se a validade e viabilidade do turismo ecológico, muito mais como opção econômica (para atrair as moedas fortes dos turistas de países desenvolvidos) do que com alternativa para a preservação ambiental”. Ruschmann salienta um ponto crítico sobre o turismo ecológico no Brasil, destacando a dualidade entre seus objetivos econômicos e ambientais.

É apontado que, no contexto brasileiro, o ecoturismo é frequentemente promovido como uma estratégia econômica, visando atrair divisas de turistas provenientes de países desenvolvidos. Esse enfoque na economia pode, contudo, desviar a atenção dos objetivos primários de preservação ambiental, colocando em questão a autenticidade e eficácia das iniciativas ecoturísticas.

### 3.2.1.1 Fazenda Florença

No inventário da Fazenda Florença situada no distrito de Conservatória em Valença (RJ), encontra-se a descrição da Fazenda como “A propriedade fica situada em área cercada por morros do tipo meia laranja, mantendo ainda, a presença de algumas remanescentes de mata original” (INEPAC, 2008, p. 43).

Está detalhado em seu inventário sob o código AIII – FO5 – Val, como uma construção do século XIX e seu uso atual é residencial e serviços (hotel boutique), propriedade particular.

No inventário ressalta-se destaque para uma Capela, devotada a São José. A figura 51 traz a imagem da localização da fazenda Florença, capturada pelo IBGE via satélite e disponibilizada no inventário do INEPAC.

Figura 51 - Coordenadas por Localização por satélite



Fonte: Instituto cidade Viva<sup>38</sup>, (2008)

De acordo com o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, a Fazenda Florença foi fundada pelo comendador Anastácio Leite Ribeiro, irmão da Baronesa de Itambé e do Barão de Ayuruoca. Em 1852, a fazenda foi herdada por seu filho, José Leite Ribeiro. A sede da propriedade destaca-se por um imponente alpendre de influência italiana, encimado por um frontão sustentado por colunas de madeira trabalhada. José Leite Ribeiro viveu na fazenda até 1861, e a propriedade permaneceu com seus herdeiros até o final do século XIX. Posteriormente, a fazenda passou para a família Castro e, no final da década de 1990, tornou-se propriedade de Paulo Roberto dos Santos e Graça Santos (INEPAC, 2008, p. 51). A Figura 52 destaca a placa da Fazenda Florença com seu ano de Fundação e o casarão principal, bem preservado.

---

<sup>38</sup> [https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2008/05/5\\_fazflorenca.pdf](https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2008/05/5_fazflorenca.pdf). Acesso em jul. 2023.

Figura 52 - Hotel Fazenda Florença



Fonte: Inventário INEPAC, [2008]

A fazenda Florença está cultivando o Café sombreado - um método de cultivo frequentemente elogiado por seus benefícios ambientais. Em seu livro *A ferro e fogo* Dean (1996, p.197) já mencionava sobre a técnica do café Sombreado, “Em outros lugares e climas, o café era cultivado a sombra, uma prática que imita seu habitat original e que parece melhorar sua qualidade”. O conceito do café cultivado à sombra aproveita a

estrutura de uma floresta e oferece um habitat mais favorável para aves e outras espécies em comparação com os sistemas de cultivo a pleno sol (Melo, 2023).

O café cultivado à sombra é uma prática tradicional que consiste no cultivo de plantas de café sob um dossel formado por diversas espécies de árvores. Este método contrasta com os sistemas de cultivo a pleno sol, nos quais a terra é desmatada para acomodar plantas de café densamente compactadas (Fazenda Florença, 2024). A Figura 53 tem como destaque a plantação de café sombreado pertencente a Fazenda Florença.

Figura 53 - 2: Hotel Fazenda Florença



Fonte: Redes Sociais Fazenda Florença (Instagram, 20 de jul.2024).

Em 2017, o Café sombreado produzido na Fazenda Florença foi campeão em um concurso de Cafés Especiais do Rio de Janeiro, que aconteceu durante a Feira de Cafés Especiais e Produtos Agrícolas. O evento foi realizado no Palácio Guanabara, em Laranjeiras, no Rio.

O evento foi organizado pelo Sebrae em parceria com a Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro, contando com o apoio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (SEAPPA) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais (SEDEERJ) (Fazenda Florença, 2024). O concurso visava fomentar a produção de cafés especiais no estado do Rio de Janeiro, que possui aproximadamente 2,4 mil cafeicultores e uma produção anual superior a 300 mil sacas de café (ASCARJ, 2024).

A expressão “especiais” refere-se a cafés que são cultivados e colhidos sob condições particulares. Estes grãos passam por uma avaliação por especialistas, seguindo a metodologia de avaliação sensorial da Specialty Coffee Association (SCA), utilizada globalmente. A Figura 54 ilustra através de um gráfico as faixas de qualidade dos cafés, com base em avaliações sensoriais que utilizam uma escala de pontos.

Figura 54 - Tipos de café

## GRÁFICO DE FAIXAS DE QUALIDADE – AVALIAÇÃO SENSORIAL



Fonte: Urbe – Café especiais, 2024

As notas atribuídas aos cafés variam de 80 a 100 pontos. O café produzido em Valença obteve uma pontuação de 84,69. Esta reintrodução do Café na região do Vale do Café está sendo apoiada e incentivada por órgãos que atuam no segmento cafeicultor (URBE, 2024). Em um sistema de cultivo à sombra, os pés de café são intercalados com várias árvores e outras vegetações, criando uma estrutura em várias camadas que se assemelha a uma floresta natural. Este tipo de cultivo promove um ambiente rico em biodiversidade, proporcionando habitats para uma ampla variedade de flora e fauna (Melo, 2023).

Embora as aves sejam frequentemente o foco das discussões sobre o café cultivado à sombra, essas plantações beneficiam uma vasta gama de vida selvagem. Os habitats ricos em camadas podem abrigar mamíferos, répteis, insetos e uma grande diversidade de espécies vegetais. Além disso, esses sistemas de cultivo contribuem para a proteção contra a erosão do solo, melhoram a qualidade da água e desempenham um papel significativo no sequestro de carbono (Melo, 2023).

A Fazenda Florença oferece aos visitantes uma experiência imersiva, incluindo visitas guiadas ao cafezal que é realizada na área de plantio dos pés de café e finaliza na cafeteria, situada no meio do cafezal, onde os visitantes podem degustar o café especial premiado produzido na Fazenda. Outras atividades oferecidas são as culturais, como saraus teatrais e musicais (Fazenda Florença, 2024).

As práticas sustentáveis adotadas pela Fazenda Florença não só refletem o compromisso com a preservação ambiental, mas também se alinham perfeitamente com os princípios do turismo ecológico. A produção de café sombreado na Fazenda Florença, premiada em 2017 com o título de melhor café especial do Rio de Janeiro, exemplifica a integração entre a agricultura sustentável e o turismo. O cultivo à sombra, que recria o ambiente de uma floresta natural, contribui para a conservação da biodiversidade local, promovendo habitats para uma variedade de espécies de flora e fauna, além de desempenhar um papel crucial na mitigação de impactos ambientais, como a erosão do solo e o sequestro de carbono.

### 3.2.1.2 Fazenda São Luiz da Boa Sorte

A fazenda São Luiz da Boa Sorte, localiza-se em Barra do Piraí às margens da BR-393 e do Rio Boa Sorte. Em seu inventário que se encontra no INEPAC sob o código AII – FO6 – Vass, sua época de construção data do século XIX, seu uso atualmente está descrito como produção agropecuária e fazenda de café, no entanto oferece serviços de hospedagens se apresentando como hotel boutique e visitas guiadas. A figura 55 traz a imagem da localização da fazenda São Luiz da Boa Sorte, capturada pelo IBGE via satélite e disponibilizada no inventário do INEPAC (2008).

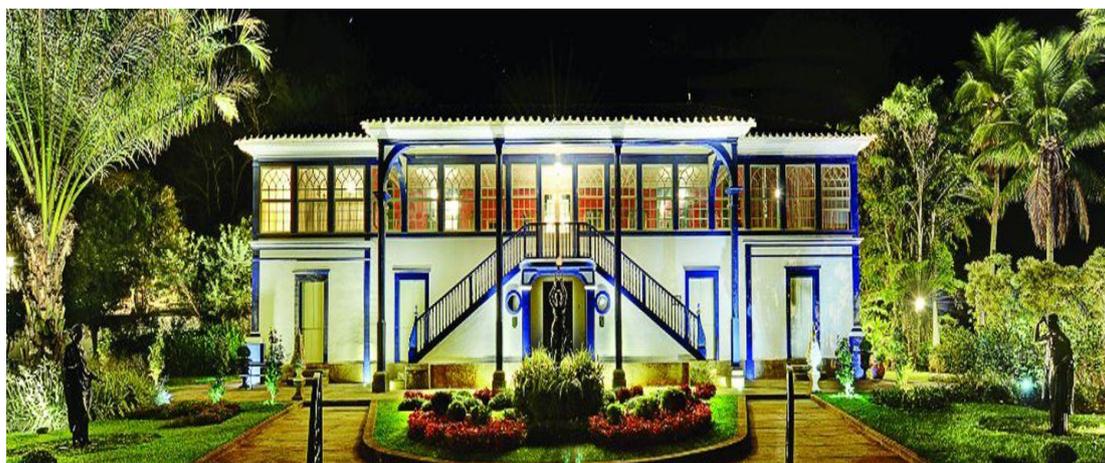
Figura 55 - Localização por satélite Faz. São Luiz da Boa sorte



Fonte: Instituto Viva Cidade, 2008

De acordo com o inventário INEPAC (2008, p.320), “A casa sede sofreu uma série de modificações ao longo dos anos”, estando em bom estado de conservação. Na Figura 56 se pode observar a fachada do Fazenda São Luiz da Boa Sorte.

Figura 56 - Fazenda São Luiz da Boa Sorte



Fonte: Fazenda São Luiz da Boa Sorte, 2024

A atual Fazenda São Luiz da Boa Sorte originou-se da fusão das Fazendas São Luiz e Boa Sorte, ambas estabelecidas nas terras da sesmaria do Pescado. Paulo Gomes Ribeiro de Avellar fundou a Fazenda São Luiz por volta de 1835, enquanto Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar, poucos anos depois, criou a Fazenda Boa Sorte, ambas localizadas em proximidade. Em 1861, Paulo foi agraciado com o título de Barão de São Luiz e Quintiliano foi nomeado Tenente-coronel da Guarda Nacional. Segundo o inventário do INEPAC (2008),

Em 1877, na Fazenda Boa Sorte, Quintiliano promoveu uma grande reforma de caráter estético”, acreditando-se que tal intervenção visava preparar a propriedade para a visita do Conde D’Eu, para quem um quarto foi especialmente preparado (INEPAC, 2008, p.326).

Em 1891, D. Zeferina decidiu dividir os bens entre seus filhos. Nesse mesmo ano, os herdeiros de Quintiliano perderam a Fazenda Boa Sorte para os credores, que, após a execução judicial, promoveram um leilão em hasta pública, no qual a propriedade foi arrematada pelo Dr. João Gomes dos Reis. Foi nessa ocasião que ocorreu a fusão das duas fazendas, resultando na criação da Fazenda São Luiz da Boa Sorte (INEPAC, 2008). Após passar por mais alguns donos atualmente a fazenda pertence a Nestor Martins Rocha, Conselheiro do tribunal de Contas da

Cidade do Rio de Janeiro, que vem realizando trabalhos de recuperação do conjunto arquitetônico da Fazenda (INEPAC, 2008).

Nestor é o atual presidente do Instituto Preservale e é muito atuante nas questões turísticas do Vale do Café. Ele cita que foi pioneiro em projetos educacionais criados para escolas públicas e que em 2014, lançou o projeto “Viagem ao Tempo dos Barões e Escravizados” que levou à fazenda cerca de 12 mil alunos da rede pública, com direito a aulas de campo, alimentação e diversão. Este projeto foi premiado pelo IPHAN, através no 30º Prêmio Rodrigo Mello Franco em 2018 (Rocha, 2024). A Figura 57 destaca o 30º prêmio que foi concedido pelo IPHAN para a Fazenda São Luiz da Boa Sorte pelo Projeto Intitulado “Viagens ao Tempo dos Barões e Escravizados”.

Figura 57 - 30º Prêmio Fazenda São Luiz da Boa Sorte



Fonte: Vartulli, [2024]

Pioneira em projetos educacionais criados para escolas públicas a Fazenda São Luiz da Boa Sorte se destaca como precursora em algumas atividades que tem a ver com projetos que desenvolvam o patrimônio ambiental dessa região. O Fórum Replante Vale é um espaço que pretende se consolidar para apresentação de novas ideias e projetos, que busquem incorporar novas tecnologias para a produção de cafés especiais na região (Vartulli, [2024]).

A Fazenda São Luiz da Boa Sorte também integra o projeto Mata d'Água, que visa a restauração de nascentes utilizando princípios da agricultura sintrópica:

O Projeto Mata D'água de Reflorestamento e Recuperação de Nascentes fundamenta-se no conceito de agrofloresta, proposto pelo suíço Ernst Gotsch, denominado agricultura sintrópica. Na Fazenda São Luiz da Boa Sorte, iniciaram com o plantio de mil mudas de Pau Brasil, árvore símbolo do país,

como uma forma de resgatar a história preservada nesta propriedade do século XIX. Atualmente, buscamos restaurar a Mata Atlântica, cuja cobertura dominava todo o vale. Assim, estamos desbravando os caminhos que conduzem às nascentes, cuja água é essencial para o desenvolvimento e necessita ser redescoberta (Fazenda São Luiz da Boa Sorte, 2024, p.1).

Este projeto é uma parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). A iniciativa busca envolver hóspedes e estudantes locais no plantio de árvores em áreas de mata ciliar na fazenda. A Figura 58 retrata o Plantio inicial Mata D'Água.

Figura 58 - Mata d'Água



Fonte: Fazenda São Luiz da Boa Sorte(2024)<sup>39</sup>

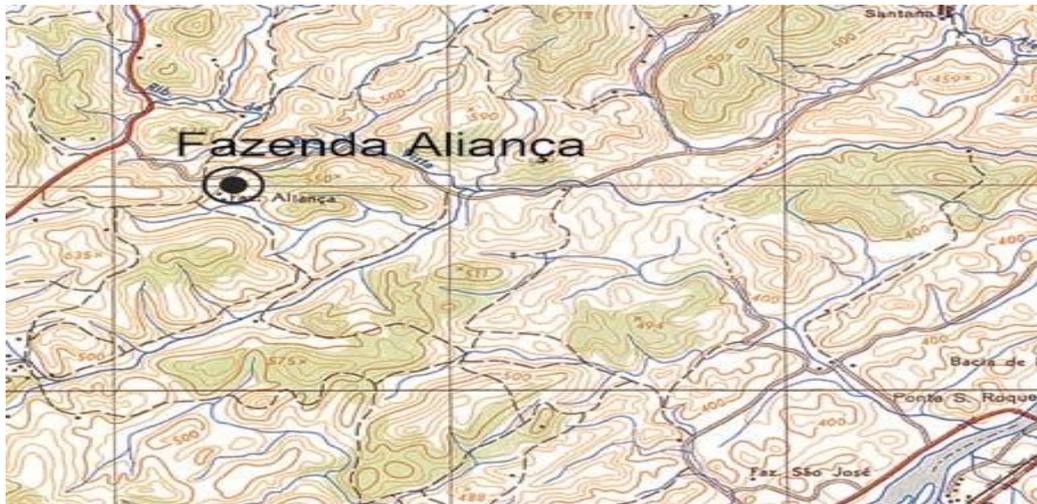
No seu site, a Fazenda destaca que o fato de ter começado com o plantio de mudas de Pau Brasil não apenas reforça o simbolismo histórico, mas também aponta para uma responsabilidade ambiental ao reintroduzir espécies nativas em um ecossistema degradado. Além disso, a colaboração com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a CEDAE traz uma credibilidade científica e técnica ao projeto (Fazenda São Luiz da Boa sorte, 2024). Para o proprietário, o envolvimento de hóspedes e estudantes locais no processo de reflorestamento cria uma experiência educativa e participativa, fortalecendo a conscientização ambiental. No entanto, mais que apenas uma ação ecológica, o projeto busca resgatar a essência da Mata Atlântica e das nascentes da região, fontes essenciais de água, que são cruciais para o desenvolvimento sustentável. A proposta combina conservação da biodiversidade com a reconexão histórica da fazenda, tornando-se um exemplo inspirador de como o turismo e a agricultura podem atuar como agentes de transformação ambiental.

<sup>39</sup> <https://www.fazendasao Luiz da Boa Sorte.com.br/index/> Acesso em 07 de jul. 2024.

### 3.2.1.3 Fazenda Alliança (Barra do Pirai-RJ)

Localizada à margem da Rodovia RJ-145, a Fazenda Alliança se situa, entre a cidades de Barra de Pirai e Valença. Seu inventário no INEPAC está sob o código AII – FO5 – BP. De acordo com o inventário do INEPAC (2008, p. 224), “a casa sede, com sua planta regular, destaca-se na paisagem pela horizontalidade de seu corpo principal”, conferindo-lhe a característica de uma casa rural brasileira do século XVIII. A figura 59 traz a imagem da localização da fazenda Alliança, capturada pelo IBGE via satélite e disponibilizada no inventário do INEPAC (2008).

Figura 59 - Localização por satélite



Fonte: Instituto Cidade Viva, 2008.

A Figura Nº 59, mostra uma paisagem rural referente a Fazenda Alliança com morros de pastagem esparsos e áreas de vegetação remanescente, de Mata Atlântica, nas áreas mais baixas e em torno da sede da fazenda.

A ausência de mata nos morros ao redor da fazenda pode ser um indicativo de antigas práticas agrícolas, especialmente o cultivo de café. Durante a produção intensiva de café no século XIX, as encostas dos morros eram amplamente desmatadas para dar lugar as plantações, um processo que frequentemente causava erosão e degradação do solo com o passar do tempo. Essa era uma prática comum em fazendas históricas na região

Figura 60 - Fazenda Alliança Agroecológica



Fonte: Fazenda Alliança, 2024

Em 1861, José Pereira de Faro adquiriu a Fazenda Boa Esperança de seu tio, já com a unidade agrícola construída, renomeada como Fazenda Alliança. Ele iniciou uma série de obras de ampliação e modernização, incluindo a construção imponente do pórtico neoclássico que marca a entrada principal da casa sede, com a data de término das obras, 1863, inscrita no alto do frontão triangular (INEPAC, 2008). Conforme registros no inventário (INEPAC, 2008, p. 235), José Pereira de Faro adquiriu “a Fazenda Aliança já equipada com uma unidade de produção de café, composta por casa de vivenda, terreiros de pedra, engenhos de beneficiamento de café, tulhas, senzalas e paióis, etc...”. Homem culto e de ideias liberais, José Pereira de Faro estudou na Europa e buscava constantemente produzir o melhor café para exportação, o que foi reconhecido na Exposição Nacional de 1861, quando recebeu medalha de ouro e menção honrosa.

Em 1882, D. Pedro II visitou a fazenda de Sant’Anna, também pertencente ao senhor José Pereira de Faro, e anotou em seu diário, que se encontra atualmente no Museu Imperial:

[...]o Sistema de Faro é preparar tudo de que precisam as fazendas, até o sabão. O pão de trigo é bom; mas o de cará mais saboroso. Despolpa e leva o café, cuidando de fazê-lo para os terreiros, por meio de plano inclinado sobre que corre um carro. Tem ensaiado diversos sistemas de aprontar o chão dos terreiros; mas ainda não preferiu nenhum (INEPAC, 2008, p.236).

O inventário revela que, em 1885, José Pereira de Faro hipotecou todos os seus bens no Banco do Brasil, incluindo seus mais de 800 escravizados. Três anos depois, com a Abolição da escravatura, ele enfrentou sérios problemas financeiros, resultando na execução de seus bens.

Em 1893, a Fazenda Alliança foi arrematada pelo Comendador José Joaquim de França Junior, que posteriormente a vendeu para a firma Ferreira, Borges & Cia. Em 1912, Otto Frederico e Dra. Fernanda Delbourg Raulino adquiriram a propriedade, mantendo-a sob posse da família por mais de 70 anos (INEPAC, 2008, p.236). Finalmente, em 1995, a fazenda foi adquirida pela família Rabello, seus atuais proprietários. A Fazenda Alliança originária dos tempos áureos do café no século XIX, se transformou em uma propriedade produtiva agroecológica e orgânica, certificada pelo IBD certificações <sup>40</sup>(INEPAC, 2008).

A Fazenda Alliança se apresenta como um espaço que recebe visitantes e hóspedes, oferecendo uma experiência autêntica em meio à natureza preservada. O local combina a arquitetura do século XIX com o conforto moderno. A produção na fazenda é guiada pelos princípios da agroecologia, com uma ampla variedade de produtos, incluindo hortaliças, legumes, frutas e PANCS (plantas alimentícias não convencionais), além do destaque para o leite de búfala. A experiência culmina com a degustação de um café orgânico especial (Portal do Vale do Café, 2024). A Figura 61 destaca o Café orgânico especial premido da Fazenda Alliança agroecológica cujo nome é Café Durini.

Figura 61 - Café premiado de agricultura orgânica regenerativa



Fonte: Fazenda Alliança, (2024)

Conforme descrito no Site Eletrônico da Fazenda seu lema é: “aprender com o passado, vivenciar com o presente e construir o futuro, refletindo o DNA da fazenda: sustentabilidade (paralelo entre seu passado histórico, seu ativo presente e seu futuro promissor”, (Fazenda

---

<sup>40</sup> O IBD certificações é uma empresa inteiramente brasileira que realiza inspeções e certificações no setor agropecuário, incluindo processamento e produtos extrativistas, além de certificar produtos orgânicos, biodinâmicos e de comércio justo (Fair Trade).

Alliança, 2024). Esse lema busca destacar a conexão entre a história da fazenda, suas práticas atuais e sua visão de futuro. Essa frase sugere que a fazenda valoriza seu legado histórico, resgatando o patrimônio cultural e arquitetônico do ciclo do café, enquanto adapta-se às demandas contemporâneas, como o turismo sustentável e a agroecologia. Ao unir o passado, presente e futuro, o lema reflete uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, onde tradição e inovação caminham juntas. Na Figura 62 nota-se a ausência de áreas florestais nos morros sugerindo desmatamento ou queimadas feitas antigamente para produção de café, muito comum nessa região.

Figura 62 - Fazenda Alliança Agroecológica



Fonte: Preservale, 2024

A partir de 2007, a Fazenda Alliança passou por uma transformação importante, com foco em sustentabilidade e preservação, tanto ambiental quanto histórica. Uma grande reforma elaborada pela arquiteta proprietária, preservou seu conjunto arquitetônico, incluindo o casarão, a tulha e o circuito original de café, preservado na fazenda, é um dos poucos remanescentes da época. De acordo com Portal do Vale do Café (2024):

O circuito de café, feito de pedra, começava com o transporte e separação dos grãos, utilizando água canalizada, e os levava aos terreiros para secagem. Uma vez secos, os grãos eram descascados, selecionados e armazenados na tulha, onde ainda se encontra parte do maquinário antigo (Portal do Vale do Café, 2024, p.1).

Ainda hoje, é possível encontrar na mata muitos pés de cafês das lavouras antigas que utilizavam o circuito de café, o qual se encontra em perfeito estado de conservação (Portal do Vale do café, 2024).

### 3.2.1.4 Integração entre Patrimônio e Sustentabilidade: Outras Fazendas representativas

O turismo pode integrar os trabalhadores rurais e as comunidades locais, garantindo que suas experiências e conhecimentos sejam valorizados. Assim, é possível fomentar um desenvolvimento mais inclusivo e justo, onde o reconhecimento do passado se traduza em benefícios diretos para aqueles que realmente sustentam essa cultura. Atualmente, nessa região, o turismo é muito forte, principalmente o turismo rural e o turismo de experiência. Segundo o SEBRAE, o turismo de experiência é definido:

[...] o turismo de experiência é um nicho de mercado que apresenta uma nova forma de fazer turismo, onde existe interação real com o espaço visitado, mesmo que não seja o ideal, é o real e é o que o turista está em busca. Esta prática turística está relacionada com as aspirações do homem moderno, cada vez mais conectado e em busca de experiências que façam sentido. É uma maneira de atingir o consumidor de forma mais emocional, por meio de experiências que geralmente são organizadas para aquele fim. A ideia é estimular vivências e o engajamento em comunidades locais que gerem aprendizados significativos e memoráveis (SEBRAE, 2015, p. 8).

O turismo de experiência tem se destacado cada vez mais no Vale do Café, onde o turista deseja não apenas ver a plantação, o processo de torrefação e participar da degustação, mas também explorar todo o ecossistema dessas fazendas. O que atrai esses visitantes vai além da produção de café, eles buscam vivenciar o meio ambiente presente nas propriedades e conhecer as práticas sustentáveis adotadas. Essa abordagem parte da ideia de propiciar uma conexão mais profunda com a cultura local e a natureza, oferecendo uma experiência autêntica.

Os hóspedes do Hotel Fazenda Saint Robert, em Piraí, no Rio de Janeiro, têm a chance de participar de uma oficina de conscientização ambiental especialmente desenvolvida para crianças. Esta atividade tem como objetivo ensinar as crianças sobre questões ambientais globais, a importância da preservação da mata e os perigos do desmatamento para a fauna, flora e seres humanos (Fazenda Saint Robert, 2024).

As crianças ganham uma muda para plantar, elas podem acompanhar o crescimento das plantas online, por meio do Facebook, com fotos e vídeos. Além da oficina de reflorestamento, o hotel oferece diversas atividades ao ar livre (Fazenda Saint Robert, 2024). A Figura 63 retrata uma criança plantando uma muda de árvore na oficina de reflorestamento ocorrida na Fazenda Saint Robert (RJ).

Figura 63 - Oficina ambiental no Hotel Fazenda Saint Robert - Pirai



Fonte: Fazenda Saint Robert – Pirai (2012)

O proprietário do hotel, Henrique Marques Lisboa, desenvolveu esta oficina com o intuito de criar um vínculo duradouro entre as crianças e a natureza, incentivando-as a acompanhar o crescimento das mudas que plantaram durante suas estadias. Esse processo pretende despertar nelas o desejo de retornar ao local, criando uma expectativa para reencontrar sua árvore, reforçando o compromisso com o meio ambiente (Amorelli, 2012).

Essa estratégia é uma das respostas aos questionamentos recorrentes sobre o futuro do Vale do Café, mencionados por Wanderson Farias, assessor especial da Secretaria Estadual de Turismo. Ele relembra sua preocupação, enquanto secretário de Turismo de Vassouras, com a percepção de declínio da região, o que motivou ações que revalorizassem a conexão das pessoas com o patrimônio natural e histórico local (Farias apud Theophilo, 2004, p.1).

Nesse sentido outra Fazenda de destaque é a Fazenda Taquara, o nome "Taquara" foi atribuído pelos escravizados em razão do excesso de uma espécie de bambu fino presente na propriedade, que era assim chamada. A casa principal foi construída provavelmente na década de 1830, configurada em um formato quadrilátero com um jardim interno, permanecendo até hoje sob o domínio da família do Comendador (Portal do Vale do Café, 2024).

Com quase dois séculos de história, a sede da Fazenda da Taquara permanece em ótimo estado de conservação, mantendo móveis e retratos originais que preservam seu passado. Hoje, a propriedade pertence a João Carlos Tadeu Botelho Pereira Strega, descendente direto de quinta geração do Comendador João Pereira da Silva. A administração está a cargo de seu filho,

Marcelo Streva, da sexta geração, que também atua como guia nas visitas ao casarão e ao cafezal. Além disso, Marcelo proporciona momentos musicais aos visitantes, tocando piano durante o almoço ou lanche ao final da visita. (Portal Vale do Café, 2024).

Figura 64 - Fazenda Taquara – barra do Pirai



Fonte: Portal do Vale do Café, (2024).

A Figura 64 mostra a Fazenda Taquara, cercada por uma densa vegetação. O entorno, com uma diversidade de árvores e plantas, destaca a integração da edificação histórica com o ambiente ao redor, reforçando a ideia de preservação ambiental e sustentabilidade. As palmeiras em frente à casa e a paisagem arborizada ao fundo sugerem um ambiente bem cuidado e harmonioso, refletindo possivelmente a preocupação com a conservação da flora local.

A propriedade recebe visitantes mediante reserva prévia, oferecendo a opção de café da manhã, lanche da fazenda ou almoço, servidos no antigo depósito localizado abaixo do casarão, que outrora era utilizado pelos escravizados para trabalho. Durante a visita, é possível conhecer a história da família, o processo de produção do café, todo o acervo original do casarão e realizar uma visita ao cafezal (Portal Vale do café, 2024).

Outra característica desta propriedade é sua continuidade na produção de café, além disso oferece produtos derivados do café, como geleia de café, biscoitos de café. Além disso, há um projeto em desenvolvimento que visa a introdução do plantio, produção e industrialização de cafés especiais e tradicionais, proporcionando aos visitantes a oportunidade de vivenciar todo o processo de produção do café (Casa de Cultura JPA, 2024).

Mais um destaque em relação a processos sustentáveis e turismo se refere a Fazenda São Fernando em Vassouras (RJ). A Fazenda São Fernando, localizada em Vassouras (RJ), passou por diversas mudanças de proprietários ao longo dos anos. Durante esse tempo, suas terras foram expandidas com a compra de novas áreas e, em outros momentos, desmembradas.

Atualmente, a fazenda ocupa 100 (cem) alqueires e foi restaurada por seu dono, Ronaldo Cezar Coelho, que também é fundador e conselheiro do Instituto São Fernando (ISF)<sup>41</sup>.

A propriedade tem sua produção voltada para a agricultura orgânica, criação de gado leiteiro e caprinocultura. Sua sede histórica foi reformada com base em um extenso trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar, composta por arquitetos, historiadores e arqueólogos. Esse esforço permitiu que a construção recuperasse suas características originais do século XIX, marcadas pelo estilo neoclássico, além de resgatar a rica história da propriedade (Fazenda São Fernando, 2024).

Em um trecho do site da Fazenda, a restauração do edifício da sede é colocada em destaque, simbolizando uma trajetória de sucesso e superação de desafios, sendo uma fonte de inspiração para a criação do ISF, que utiliza a propriedade como sede. Para o proprietário, a fazenda tem desempenhado um papel importante em iniciativas educacionais, ambientais e de preservação do patrimônio histórico.

Um exemplo é o projeto Orgânicos do Vale, que começou na fazenda e incentivou a agricultura orgânica na região, atraindo outros produtores. Além disso, a sede histórica se tornou um importante ponto de turismo educacional, recebendo visitas escolares ao longo do ano e promovendo o turismo rural, sendo pioneira na criação de roteiros turísticos na região, que deram origem ao movimento Preservale (Fazenda São Fernando, 2024).

A Fazenda São Fernando defende estar comprometida com práticas sustentáveis, unindo pecuária, agricultura, energias renováveis e preservação ambiental. Uma de suas iniciativas de destaque é a participação no Projeto Conservador da Mantiqueira, que visa proteger e restaurar a biodiversidade, os recursos hídricos e os ecossistemas da Serra da Mantiqueira. Com isso, a fazenda diz contribuir ativamente para a conservação ambiental, promovendo um futuro sustentável para as comunidades da região (Fazenda São Fernando, 2024).

---

<sup>41</sup> Instituto São Fernando – “O Instituto São Fernando (ISF) é uma organização não governamental cuja missão é desenvolver e articular em parceria com o poder público programas em Educação, Agroecologia e Patrimônio Histórico-cultural que promovam igualdade de oportunidades. <http://www.institutosaofernando.org.br/o-instituto/o-que-somos/Acesso> em 02 de out. 2024.

Figura 65 - Fazenda São Fernando e Instituto São Fernando (ISF)



Fonte: Fazenda São Fernando<sup>42</sup> (2024)

A Figura 65 retrata a fazenda São Fernando com elementos que remetem à arquitetura colonial típica das fazendas do ciclo do café, como a casa principal de telhado cerâmico e estrutura simétrica. O terreno ao redor, bem cuidado e com áreas ajardinadas, revela uma preocupação com a estética e preservação do patrimônio. Os vinhedos e áreas cultivadas ao fundo sugerem a implementação de práticas agrícolas modernas, orgânicas e sustentáveis, integradas ao ambiente histórico.

A combinação de produção agrícola e preservação da área florestal mostra uma possível estratégia para tornar o espaço produtivo e ecologicamente responsável. A presença de árvores grandes e o uso diversificado do solo indicam também uma preocupação com a biodiversidade, práticas agrícolas sustentáveis e um possível envolvimento em projetos de conservação ambiental. A imagem ilustra como as fazendas do ciclo do café podem se reinventar, preservando seu patrimônio cultural e histórico, enquanto adotam práticas que visam um futuro sustentável.

Nesse contexto, o Vale do Café Convention & Visitor Bureau está em estágios avançados para lançar 20 novas rotas na região, que vão além do café, cachaça e queijo. Entre essas novas rotas incluem a Rota Afro, a Rota Romântica e a Rota das Quaresmeiras, uma árvore nativa com flores roxas. Essas iniciativas complementam os esforços das fazendas em

---

<sup>42</sup> <https://www.fazendasaofernando.com/>Acesso em 05 de out. 2024.

se tornarem espaços sustentáveis e multifuncionais, oferecendo experiências que conectam a preservação ambiental ao turismo cultural e histórico

A Embratur em um grupo de trabalho fortaleceu a “promoção e consolidação do Afroturismo no Brasil” o evento teve como principal finalidade incentivar o diálogo sobre o papel do turismo como meio de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável nas comunidades negras do Brasil, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Um dos objetivos específicos do encontro foi:

Facilitar a construção conjunta de uma proposta para o desenvolvimento integrado da agenda do afroturismo no Brasil para os próximos 10 anos, envolvendo representações de agências de viagens afrocentradas, guias e operadoras: transportadoras turísticas; organizamos públicos e privados ligados ao setor (EMBRATUR, 2024, p.1)

O afroturismo está no cerne da estratégia da Embratur para a promoção de novos produtos. Precisamos enxergar o afroturismo tanto como uma forma de resgatar a história e valorizar a cultura, quanto como um setor importante que cria empregos, gera renda e empodera empreendedores negros, ressaltou Marcelo Freixo, presidente da Embratur. Alguns participantes presentes no grupo comemoraram a iniciativa. De acordo com Raimundo Nascimento, Quilombo África (PA):

Em 20 anos, é a primeira vez que o Estado brasileiro chama as iniciativas para dialogar. O turismo quase sempre é planejado e controlado por pessoas brancas e grandes empresas que deixam de lado a comunidade negra fazedora de cultura e identidade no país. Os recursos são escassos para essa vertente. Esperamos que o Estado possa tirar do papel as propostas” (Nascimento, 2024, p. 2).

Solange Barbosa da Rota da Liberdade/SP (2024, p.2), diz “Eu vivi pra ver esse dia em que o afroturismo é pauta de políticas públicas”. O afroturismo, que promove a valorização da cultura afro-brasileira e o reconhecimento das contribuições históricas dos afrodescendentes, encontra na região das fazendas históricas do Vale do Café um cenário propício para seu desenvolvimento. Para ele, este território, com suas exuberantes paisagens e ricas tradições culturais, também carrega a memória da escravidão e do trabalho forçado que impulsionou a economia cafeeira do século XIX (Nascimento, 2024, p. 2).

Integrar o afroturismo ao contexto das fazendas históricas não só possibilita uma reconciliação com o passado, mas também promove o resgate e a celebração das influências africanas na formação da identidade local. Programas educativos e culturais, visitas guiadas e

eventos temáticos podem transformar essas fazendas em espaços de reflexão e aprendizado, fortalecendo o turismo cultural e contribuindo para uma narrativa mais inclusiva e justa da história brasileira. O afroturismo ao envolver formas de cultivo e relações com o patrimônio ambiental diferenciadas pode apresentar outras soluções sustentáveis e inclusivas distintas dos projetos das grandes fazendas cafeeiras da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título do conto "Café, só Café", de Monteiro Lobato, que faz parte da desta dissertação, evoca não apenas o poder econômico do grão(café), mas também a fragilidade do modelo econômico que, no final do século XIX, entrou em colapso devido ao esgotamento das terras e à dependência da mão de obra escravizada, já que a escravidão havia sido abolida no Brasil em 1888.

Lobato simbolizou o esvaziamento das antigas fazendas cafeeiras e cidades paulistas, que, outrora prósperas, enfrentaram um declínio irreversível. Esse processo foi marcado por uma crise ecológica e social: o esgotamento do solo e a violência da escravidão revelaram os impactos socioambientais de uma economia baseada na exploração de recursos naturais e humanos. No Vale do Paraíba Sul Fluminense, essa transição moldou não apenas a paisagem, mas também a reconfiguração do território, criando um contexto que fundamenta as atuais reflexões sobre sustentabilidade, preservação histórica e políticas antirracistas.

Ao refletirmos sobre o evocativo "Café, só Café", percebemos como a queda da produção cafeeira afetou cidades inteiras que, antes, prosperavam com a monocultura do café, se transformado em verdadeiras "cidades mortas", com dificuldades de se reinventarem diante das mudanças socioeconômicas. No entanto, assim como no conto de Lobato, a herança do café no Brasil permanece marcada tanto pelo seu impacto econômico quanto pelas profundas desigualdades sociais e a degradação ambiental que o sustentaram.

Ao destacar o impacto do café como uma commodity global, a dissertação analisa a ascensão do Brasil ao posto de maior produtor mundial, evidenciando a relevância histórica e econômica do café para o patrimônio cultural arquitetônico no passado, assim como aponta para a importância das discussões e políticas públicas que abarcam um patrimônio cultural mais inclusivo, sustentável e antirracista no presente.

A parceria com as universidades se mostrou essencial para implementar projetos de turismo sustentável, práticas ambientais mais conscientes no Vale do Paraíba sul fluminense. Essas instituições desempenham um papel central na promoção da pesquisa, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e formação de profissionais capacitados para atuar em iniciativas de preservação ambiental e valorização do patrimônio cultural. Além disso, ao fortalecer vínculos com a comunidade local e com gestores do turismo, as universidades são importantes para a criação de programas educativos que incentivam práticas responsáveis entre turistas e residentes. A pesquisa acadêmica mostra, assim, um pilar fundamental para o desenvolvimento de um turismo que respeita e preserva as riquezas culturais e naturais da região, gerando impactos positivos a longo prazo.

Entretanto, o olhar lançado sobre o turismo nas fazendas históricas do Vale do Café revela questões mais complexas, principalmente ao se considerar o viés antirracista do patrimônio cultural. A aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na Fazenda Santa Eufrásia, em resposta a práticas de turismo racista, expôs uma realidade que, inicialmente, parecia restrita, mas que, com a implementação do TAC, mostrou-se muito mais abrangente. A descoberta de que várias fazendas replicam práticas similares evidencia a persistência de um problema estrutural que vai além da Fazenda Santa Eufrásia, refletindo um desafio mais profundo e sistêmico relacionado à perpetuação de narrativas racistas no turismo histórico.

As entrevistas conduzidas com membros da equipe que ajudaram a confeccionar o TAC como Maria de Fátima Silveira Santos (Dona Fatinha -Líder Jongueira), o Dr. Júlio José de Araújo Júnior (Procurador da República do Rio de Janeiro), a repórter Cecília Oliveira do periódico “Intercept Brasil” que fez a denúncia e João Alípio de Oliveira Cunha como membro voluntário da comunidade negra local não apenas enriqueceram a análise da aplicação do TAC, mas também trouxeram à tona perspectivas diversas que refletem o impacto social dessa prática. As vozes dessas figuras reforçam a importância de um diálogo contínuo e de medidas que ampliem o escopo das ações antirracistas para o setor do turismo, de modo a garantir que essas práticas não sejam mais reproduzidas.

Do ponto de vista ambiental, a dissertação aborda a relevância de iniciativas sustentáveis na região, destacando um projeto que envolve cinco fazendas na prática de produção de cafés especiais, cultivados de forma sustentável. Este movimento não apenas reintroduz uma visão ecológica sobre a produção de café, mas também posiciona o turismo de experiência como uma das formas mais promissoras de desenvolvimento local. A combinação de sustentabilidade e turismo de experiência fortalece o Vale do Café como uma região que pode simultaneamente

preservar seu patrimônio histórico e cultural, enquanto promove práticas agrícolas mais responsáveis e ambientalmente conscientes.

Além disso, vale destacar que a região do Vale do Café possui 182 fazendas inventariadas pelo INEPAC, evidenciando a grande concentração de propriedades com relevância histórica, cultural e ambiental. No entanto, a pesquisa revelou que, apesar da importância ambiental crescente, apenas 5 fazendas integram um projeto piloto do SEBRAE voltado para a reintrodução da produção de cafés especiais cultivados como sustentáveis.

Além dessas, foram identificadas apenas mais 2 fazendas que adotam práticas ambientais de forma consistente, o que resulta em um número incipiente de iniciativas sustentáveis frente ao total de fazendas existentes na região. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de expandir projetos de sustentabilidade e reforçar políticas públicas que incentivem práticas ambientalmente responsáveis em um maior número de propriedades.

O contraste entre a “rica” herança - principalmente ligada ao patrimônio cultural histórico e arquitetônico das fazendas - e o baixo índice de práticas sustentáveis e de políticas antirracistas evidencia um desafio a ser superado, sobretudo no contexto do turismo sustentável, que tem o potencial de transformar a região ao unir preservação ambiental, valorização cultural e responsabilidade social.

Dessa forma, a interseção entre sustentabilidade, políticas públicas e turismo no Vale do Café se torna central para o desenvolvimento equilibrado da região. As políticas públicas, que incentivam tanto a preservação ambiental quanto a luta contra práticas discriminatórias, são fundamentais para moldar um futuro mais justo e sustentável. Além disso, o papel do turismo de experiência não deve ser subestimado, pois ele proporciona uma oportunidade de conectar visitantes com a história local os desafios sociais e ambientais enfrentados na região.

Assim, a dissertação conclui que as fazendas históricas de café no Vale do Paraíba Sul Fluminense, sob o olhar do turismo sustentável, das políticas antirracistas e do patrimônio ambiental, representam um microcosmo de questões globais. A herança do café é complexa, refletindo tanto o progresso econômico quanto o prejuízo social e ambiental. Além das desigualdades sociais, a exploração intensiva das terras para a monocultura do café levou ao esgotamento dos solos e à gestão ambiental, processos que ainda ecoam na paisagem e nas práticas agrícolas da região. Portanto, é essencial que se adote uma abordagem multidisciplinar e interseccional para enfrentar esses desafios, integrando a preservação histórica com a restauração ecológica e a promoção de práticas sustentáveis que respeitem os ecossistemas locais e a comunidade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- AB’SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. “Jongo, registros de uma história”. *In*: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Org). **Memória do Jongo: As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949**. Rio de Janeiro: Folha Seca.; Campinas, Cecult, 2007.
- ACERVO de moedas. **Acervo de moedas**, [s. l.], 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.acervodemoedas.com.br/2019/06/brasil-1984-5-cruzeiros.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- AHUALLI, Maria de Lira; ABREU, Natasha Lira. O Reinventar dos Movimentos de Terreiro: o ontem, o hoje e o amanhã. [https://www.researchgate.net/publication/335052355\\_O\\_Reinventar\\_dos\\_Movimentos\\_de\\_Terreiro\\_o\\_ontem\\_o\\_hoje\\_e\\_o\\_amanha](https://www.researchgate.net/publication/335052355_O_Reinventar_dos_Movimentos_de_Terreiro_o_ontem_o_hoje_e_o_amanha). Acesso em 11 de mar. 2024.
- Ailton Krenak toma posse na Academia Brasileira de Letras. <https://www.academia.org.br/noticias/ailton-krenak-toma-posse-na-academia-brasileira-de-lettras>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- ALENCAR, André. **Hotel fazenda Saint Robert cria projeto de conscientização ambiental para crianças**. <https://www.revistahoteis.com.br/hotel-fazenda-saint-robert-cria-projeto-de-conscientizacao-ambiental-para-criancas/Acesso> em 24 de jul. 2024.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AMORELLI, Naira. **Hotel Fazenda promove oficina de reflorestamento para crianças**. <https://embarquenaviagem.com/2012/07/13/hotel-fazenda-promove-oficina-de-reflorestamento-para-criancas/Acesso> em 10 jul. 2024.
- ANDRADE, Erick Muniz de; BÁRCIA, Liana Cid. Turismo esportivo: jogos universitários na cidade de Vassouras-RJ. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, [s. l.], n. 24 (junio/junho 2018). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/24/turismo-esportivo-brasil.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ANDRADE, João Paulo Motta de. **O desenvolvimento da atividade cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense de 1850 a 1888**. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2387/1/JPMAndrade.pdf> Acesso em 15 de ago. 2024.
- ANDRÉIA Pit dá sequência à luta de Mariana Crioula. **Destinos Serra & Mar**, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://destinoserraemar.com.br/andreia-pit-da-sequencia-a-luta-de-mariana-crioula/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

BARROS, Kedmia Mayara de Melo. **As representações na construção da Região econômica, turística e cultural do Vale do Café fluminense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1976.

BELTRÃO, Alexandre Fontana. História completa Café no Brasil. **Revista Cafeicultura**, [s. l.], 30 jul. 2018. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/historia-completa-cafe-no-brasil/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA, Ana Paula Gomes. Conjunto de chá e aparelho de jantar: um estudo das elites aracatienses através da cultura material consumida na segunda metade do oitocentos. **Anais do XIV Encontro Estadual de História do Ceará**, Fortaleza/CE, p. 1-15, 2014.

BIAPÓ. <https://www.biapo.com.br/portfolio-item/fazenda-santa-eufrasia/>, 2018).

BLONDET, Eduardo Gonçalves. **Estudo de caso: Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia como instrumento efetivador de Políticas públicas?** <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/12662>. Acesso em 06 set. 2024.

BOTALLO, M. **Patrimônio da humanidade no Brasil: suas riquezas culturais e naturais**. Santos: Editora Brasileira de Arte e Cultura Brasil, 2014. p.207.

BRAGA, Medeiros. **O Quilombo Manoel Congo**. Acesso em 10 de congo.html <https://historiaecordel.blogspot.com/2018/12/texto-o-quilombo-manuel-congo.html>. 2018. Acesso em 10/10/2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL 1937a. Decreto-lei n. 25. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. [updated 2015 Aug. 20]. Available from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003:11. [https://www.institutobrasilrural.org.br/download/E\\_Diretrizes\\_TR.pdf](https://www.institutobrasilrural.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf). Acesso em 24 de jul. 2024.

BRASIL a.02/05/2017. **Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia**. Ministério Público Federal. Volta Redonda. Disponível (on-lin) em:

[http://www.pontaojongo.uff.br/br/sites/default/files/upload/ic\\_001\\_2017\\_tac\\_fazenda\\_santa\\_e\\_ufrasia\\_assinado.pdf](http://www.pontaojongo.uff.br/br/sites/default/files/upload/ic_001_2017_tac_fazenda_santa_e_ufrasia_assinado.pdf). Acesso em 10 jul. 2023.

BRASILb.(10/12/2003), Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário oficial da união. Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em 20 de jun. 2024.

BRASIL c. LEI 12.711, de 29 de ago. 2012. **Lei das cotas**: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 23 abr. 2024.

BRASILd. **Decreto nº 11.785**, de 18 de setembro de 2023. Altera o Decreto nº 11.634, de 8 de julho de 2023, que dispõe sobre a execução do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 2023. <https://www.in.gov.br>. Acesso em 10 nov. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 25.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Política Pública e Constituição: os casos da saúde e da educação*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 37.

O CAFÉ brasileiro na atualidade. **ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café**, [s. l.], 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/o-cafe-brasileiro-na-atualidade/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20maior,h%C3%A1%20mais%20de%20150%20anos>. Acesso em: 10 jun. 2024.

**Cafés especiais**. <https://www.urbecafe.com.br/blogs/news/o-que-e-cafe-especial>. Acessado em 01 ago. 2024.

**Café produzido em Valença vence concurso promovido pelo Sebrae no Rio de Janeiro**. [https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/11/30/cafe-produzido-em-valenca-vence-concurso-promovido-pelo-sebrae-no-rio-de-janeiro.ghtml\(2019\)](https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/11/30/cafe-produzido-em-valenca-vence-concurso-promovido-pelo-sebrae-no-rio-de-janeiro.ghtml(2019)). Acesso em 24 de jul. 2024.

CALDAS, Sérgio Túlio. **Café: um grão de história**. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Jairo de. Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento – Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro. **Revista Urutaguá (DCS/UEM)**, Maringá, Ano I - Nº 02 - Julho de 2001. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/02jairo.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de; SABOIA, Ana Carolina Freitas de Andrade. **Relatório do primeiro levantamento de Ações do Programa Federal de Ações afirmativas**. [Brasília]: ENAP. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in Africa**. São Paulo: Global, 2001.

CENTRO Cultural Cazuza é inaugurado em Vassouras (RJ). **IPHAN**, [s. l.], 08 maio 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4635/centro-cultural-cazuza-e-inaugurado-em-vassouras-rj>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CHEMIN, Patrícia. Vale do café: história e sustentabilidade. **Cidade e cultura**, [s. l.], [2024?]. Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/vale-do-cafe-historia-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONSERVATÓRIA. **Prefeitura Municipal de Valença**, Valença, 23 maio 2013. Disponível em: <https://valenca.rj.gov.br/paragraph-from-around-the-world-in-80-days/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONTA um ponto. [https://www.portalvaledocafe.com.br/fotos\\_rio\\_das\\_flores.asp](https://www.portalvaledocafe.com.br/fotos_rio_das_flores.asp)/Acesso em 10 de set. 2023. Conta um ponto (vídeo).

[https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=PrVNdBm7f50&ab\\_channel=JongodePinheiral](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=PrVNdBm7f50&ab_channel=JongodePinheiral) Acesso em 03 de jul. 2023.

COSTA, Alkinder. **Volta Redonda: ontem e hoje**. 3. ed. 1991.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. Alguns aspectos da religiosidade afro-brasileira em vista de uma adequada pastoral de iniciação cristã. In: BRANDÃO, Sylvana. **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

COUTO, Miriam Francisca Rodrigues; SERRA, Elpidio. Vale do Paraíba: Da economia cafeeira à sustentável. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011, p. 1-15.

CUNHA, João Alípio de Oliveira. **Com tanto pau no mato Embaúba é coronel**: A história pública do turismo comunitário de Pinheiral – RJ. Ver. Enfoques. V.16, nº 1, p. 80-103, 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELFIM NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. In: PELÁEZ, Carlos Manuel (coord.). **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

DELLA CORTE, V.; ARIA, M. Coopetition and sustainable competitive advantage. The case of tourist destinations. **Tourism Management**, [s. l.], 54, 524-540, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517715300601>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DESCUBRA a experiência. **Uaná etê**, Rio de Janeiro, [2024?]. Disponível em: <https://uanaete.com/descubra-a-experiencia/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

D'ONOFRE, Dan Gabriel; PORTILHO, Fátima. **Do café no vale ao Vale do Café: antinomias na produção e no consumo da bebida em cenários de hospitalidade.** <file:///C:/Users/cintia.wagner/Downloads/7096-26516-1-PB.pdf>

DORIGNY, Marcel. **A abolição da escravatura no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Contexto, 2019.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento negro: história, conquistas e polêmicas!** [https://www.politize.com.br/movimento-negro/\(2019\).Acesso](https://www.politize.com.br/movimento-negro/(2019).Acesso) em 10 de nov. 2023

FAZENDA Santa Eufrásia. [https://bomtempo-turismo.com.br/detalhe\\_fazenda.php?id=7](https://bomtempo-turismo.com.br/detalhe_fazenda.php?id=7). Acesso em 15 jul. 2023.

FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café.** São Paulo: Atual, 2005.

FAZENDAS históricas. **Portal Vale do Café**, [s. l.], [2024]. Disponível em: [https://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas\\_historicas.asp](https://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_historicas.asp). Acesso em: 10 jun. 2024.

**Fazendas históricas do RJ tem cultivo de café aberto à visitação.** <https://revistacafeicultura.com.br/fazendas-historicas-do-rj-tem-cultivo-de-cafe-aberto-a-visitacao/> Acesso em 10 de ago. 2024.

**A Fazenda da Taquara: um tesouro histórico no Rio de Janeiro.** <https://casadeculturajpa.com.br/fazenda-da-taquara-tesouro-historico-rio-de-janeiro/> Acesso em 10 de set. 2024.

**Fazenda Santa Eufrásia:** a restauração de um patrimônio. [https://www.urbanacon.com/copia-crab-1\(2014\)](https://www.urbanacon.com/copia-crab-1(2014)). Acesso em 05 de set. 2024.

FAZENDA São Luiz da Boa Sorte. **Nova Mata.** <https://novamata.org/iniciativa/fazenda-sao-luiz-da-boa-sorte/Acesso> 07 jul. 2024.

FERNANDES, Aníbal de Almeida. O café e a Província Fluminense no Brasil dos Bragança. **Revista Cafeicultura**, [s. l.], fev. de 2005. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/historia-do-cafe-cafe-e-a-provincia-fluminense-no-brasil-dos-bragancas/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERNANDES, Neusa. Os Caminhos do Ouro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras**, Vassouras, IHGV, 2004.

FERRAZ, Rafael de Abrel. **Paisagem e Patrimônio: a atividade turística no município de Vassouras (RJ).** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil.** São Paulo: Ática, 1995.

FESTIVAL Gastronômico do Vale do Café acontece em junho (3. Ed.). **Monitor econômico**, [s. l.], 16 maio 2024. Disponível em: <https://monitoreconomico.jor.br/3a-edicao-do-festival-delicias-do-vale-do-cafe-acontece-em-junho/>. Acesso em: 17 maio 2024.

FREITAS, Iohanna Brito. **Turismo Histórico e Memórias da Escravidão.**(2016) <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/759b9284-eccd-471c-af15-7958b933e26d/content> Acesso em 10 de jul. 2024.

GARCIA, Beatriz. **O romance do café.** São Paulo:Alfa-omega.1999.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. **Rev. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Encironmental Science.** Patrimônio ambiental, História e Biodiversidade. 2016. p. 54-71.

GOMES, Pâmela Ketulin Mattos. **Que experiência é essa?** O projeto do Tour de Experiência em Vassouras: 2015/2016. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

GRIEG, Maria Dilecta. **Café, negócios e elite.** São Paulo: Olhos D'água, 2000.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil império**, v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIA Cultural do Vale do Café. Charmese, [s. l.], 12 ago. 2015. Disponível em: <https://charmese.wordpress.com/2015/08/12/guia-cultural-do-vale-do-cafe/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do Instituto da Ação afirmativa pelo direito Constitucional Brasileiro In: **Ações afirmativas Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília, MEC, 2007. <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol5afr.pdf#page=121>. Acesso em 10 abr. 2024.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

HALL, S. (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices.* London: SAGE Publications.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Juliana. **Fazenda Santa Eufrásia:** a história viva do período cafeeiro. [https://revistavaledocafe.com.br/fazenda-santa-eufrasia"\(01/04/2016\)](https://revistavaledocafe.com.br/fazenda-santa-eufrasia). Acesso em 04 de set. 2024

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. Rio de Janeiro: CENPAGR. 2013

**IMPÈRIO da Tijuca.** Wikipédia. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_da\\_Tijuca](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_da_Tijuca). Acesso em 05.01.2025.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **O que é Indicação Geográfica.** Disponível em: <https://www.gov.br/inpi>. Acesso em: 14 out. 2024.

Iphan premia projeto que ajuda a recontar a história do Brasil  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parque%20Arqueol%C3%B3gico%20e%20Ambiental%20de%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20Marcos\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parque%20Arqueol%C3%B3gico%20e%20Ambiental%20de%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20Marcos(1).pdf) Acesso

**INSTITUTO Preservale.** <https://institutopreservale.com.br/historico/Acesso> em 23 de jul. 2024.

**ITPA.** [https://www.itpa.org.br/sobre-o-itpa/\(2021\)](https://www.itpa.org.br/sobre-o-itpa/(2021)). Acesso em: 15 de jul. 2024.

**IBRAM. Museu Casa da Hera.** [S. l.], [2024?]. Disponível em: <https://museucasadahera.museus.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

**IPHAN. Patrimônio Natural.** [S. l.]: 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/414>. Acesso em: 10 jun. 2024.

**Jongo de Pinheiral:** a história de uma cidade e seu povo contada de geração em geração. <https://iberculturaviva.org/portfolio/jongo-de-pinheiral-uma-tradicao-passada-de-geracao-em-geracao/> Viva(2016). Acesso em 18 de jun. 2024.

**KARPINSKI, Cezar. Patrimônio natural, documentação e pesquisa.** TransInformação, Campinas, 30(3):3314-323, set./dez, 2018. <https://www.scielo.br/j/tinf/a/g9FCYpfXpDFthydvWCY5qMb/#Acesso> em 10 de ago. 2024.

**KIPNIS, Bernardo. Políticas públicas, meio ambiente e Educação:** o novo contexto. In: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores (1.:2001: Brasília.MEC. 2002) <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol3a.pdf>. Acesso em maio de 2024.

**KOK, G. Memórias do Brasil:** uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

**KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: companhia das Letras. 2019.

**LAMEGO, Paulo. O Brasil é o vale.** São Paulo: Gráfica estadão, 2003.

**LEITE, Sylvia. Conservatória: uma canção em cada casa. Lugares de Memória, [s. l.], 29 abr. 2024.** Disponível em: <https://lugaresdememoria.com.br/conservatoria-uma-cancao-em-cada-casa/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

**LIMA, Carlos. 2003. Turismo Cultural: que formação?** In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GASTAL, Susana (orgs). **Turismo na Pós-modernidade, (des)inquietações.** Porto Alegre: EDIPUCRS. p.61-68.

LIMA, Roberto Guião de Souza. **O ciclo do Café Vale paraibano**. [https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe\\_pg-13-a-39.pdf](https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf). Acesso em mar. 2024.

LIMA, Roberto Guião de Souza. O ciclo do café vale-paraibano. **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**, [s. l.], v. 2, p. 13-39, 2008.

LIMA, Roberto Guião de Souza. **Vale do Café, no popular e no histórico...**Rio de Janeiro: [s. n.], 2020.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. 26. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOPES, Laisa. Dia Nacional do Café: exportação apresenta queda de 8,5%. **Brasil 61**, [s. l.], 24 maio 2021. Disponível em: <https://brasil61.com/n/dia-nacional-do-cafe-exportacao-apresenta-queda-de-8-5-bras215104>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARQUES, Luiz. **A agricultura e a sustentabilidade: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARQUES, L. F. (2009). **Café e meio ambiente: um estudo sobre a sustentabilidade na agricultura brasileira**. São Paulo: Editora UNESP.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Editora UNICAMP, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2010.

MASCARO, Cristiano. A Fazenda São Luiz da Boa Sorte. In: RODRIGUES, Liliana. **A Fazenda São Luiz da Boa Sorte e o Ciclo do Café**. Rio de Janeiro: SENAC, 2013.

McKercher, B., & du Cros, H. **Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management**. Haworth Hospitality Press.2002

MELO, Chandra. **O café cultivado a sombra ajuda os ecossistemas**. <https://www.eraofwe.com/coffee-lab/pt-br/articles/o-cafe-cultivado-a-sombra-ajuda-os-ecossistemas>. Acesso em 23 de jul.2024.

MENEZES, Rafael. Conheça a história dos ciclos do café no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista (1830-1930). **Cafeicultura**, [s. l.], 20 out. 2017. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/conheca-a-historia-dos-ciclos-do-cafe-no-vale-do-paraiba-e-no-oeste-paulista-1830-1930/>. Acesso em: 13 maio 2024.

MERGULHÃO, Maria Cornélia; VASAKI, Beatriz Nascimento Gomes. **Educando para a conservação da Natureza: sugestão de atividades em educação ambiental**. São Paulo: EDUC.1998.

MILLER, G. Tyler. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

MPF/RJ: Fazenda Santa Eufrásia terá aula pública com historiadores e lideranças negras. <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-fazenda-santa-eufrasia-tera-aula-publica-com-historiadores-e-liderancas-negras>. Acesso em 7 de nov. 2024.

MORAN, E. (2002). **Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina.

MORIZE, Ana. Café do Vale do Café: o café da Fazenda Florença. **Viagens Bacanas – dicas imperdíveis**, [s. l.], 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.viagensbacanas.com.br/cafe-fazenda-florenca/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MOTTA SOBRINHO, A. **A civilização do café: 1820-1920**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MUASE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família: família e poder, família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MUSEU do café: uma homenagem a história desta famosa bebida. **Bicafé Brasil**, [s. l.], 22 jul. 2021. Disponível em: <https://blog.bicafebrasil.com.br/conheca-o-museu-do-cafe/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NICOLL, Mario. Olhar da História sobre os escravos de Vassouras. **FAPERJ**, [s. l.], 2005. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=546.2.0>. Acesso em: 06 jun. 2024.

NOSSA história. **Prefeitura de Vassouras**, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://www.vassouras.rj.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NUCORA – Núcleo de Coate ao Racismo e à discriminação étnico-racial. <https://defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUCORA>. Acesso em 05 out. 2023.

NUPAM. **Educação Ambiental**. <https://nupamcca.blogspot.com/2012/11/educacao-ambiental.html>. Acesso em 22 de jul. 2024.

OLIVA, Jaime Tadeu. **A educação ambiental no ensino formal**. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol3a.pdf> 2002. Acesso em maio de 2024. p.42.

OLIVEIRA, Cecília. Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda “sem racismo”. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 6 dez. 2016. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do café no Brasil e no mundo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Turismo (OMT). **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PACHECO, Tânia. **MPF/RJ apura violação de direitos humanos e ao patrimônio histórico em fazenda de Vassouras**. <https://racismoambiental.net.br/2016/12/23/mpfrj-apura-violacao-de-direitos-humanos-e-ao-patrimonio-historico-em-fazenda-de-vassouras/> Acesso em 10 de jul. 2023.

PARDUE, George H.; OLVERA, Thomas K. **Ecological restoration**. [s.l]: Nova Science Publishers.p. 239.2009.

PEREIRA, Elisa Carlos; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; QUEIROZ, Odaléia Teles. Análise das consequências da produção cafeeira do século XIX na conjuntura econômica contemporânea do interior paulista, Brasil. In: **Seminário de Patrimônio Agroindustrial**. 1 3 a 15 de maio 20008, Mendoza, Argentina, 2008.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. História Ambiental do café no Rio de Janeiro – Século XIX a transformação do capital natural e uma análise de desenvolvimento sustentável. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

PETRELLI, Mauro. **A história do café no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014.

**PORTAL vale do café**. [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://www.portalvaledocafe.com.br/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

POZZOBON, Fernando. Senhores e escravos no Vale do Paraíba nas últimas décadas da escravidão. **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**, [s. l.], v. 2, p. 41-52, 2008.

PRESERVALE. **Conheça a Preservale Rio de Janeiro**, 2011. <https://www.preservale.com.br/conheca-a-preservale>. Acesso em: 10 de jul.2024.

**PROMOÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO AFROTURISMO NO BRASIL**. [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/EncontroAfroturismo\\_fev.24.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/EncontroAfroturismo_fev.24.pdf) EMBRATUR, 2024.9 p. Acesso em 29 de jul. 2024.

**PRINCIPAIS fazendas do Vale do Café avançam na discussão sobre o turismo de valorização da história e cultura negras**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/principais-fazendas-do-vale-do-cafe-avancam-na-discussao-sobre-o-turismo-de-valorizacao-da-historia-e-cultura-negras/489115112>. Acesso em 15 de ago. 2023.

QUEEN, Mariana; MEIRELLES, Elisa. Porque o café foi o motor do país. **Nova Escola**, [s. l

.], 1º ago. 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2096/por-que-o-cafe-foi-o-motor-do-pais>. Acesso em 10 jun. 2024.

QUINCAS, André. Quanto custava um escravo no Brasil? **Fatos desconhecidos**, [s. l.], 18 jan. 2016. Disponível em: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/quanto-custava-um-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995/1996.

REIS, Carolina Bárbara F. Castelo Branco. (2015). **O vale do Paraíba e o tempo presente: A produção da história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil.**

Revista Vale do Café. **Fazenda Florença: onde a história, a cultura e o lazer se encontram.** <https://revistavaledocafe.com.br/fazenda-florenca-onde-a-historia-a-cultura-e-o-lazer-se-encontram>(2017). Acesso em 8 de jul. 2024

RODRIGUES, Liliana. **A fazenda São Luiz da Boa Sorte o Ciclo do café.** Rio de Janeiro: Rosa Real. 2012. 196 p.

ROSSEAU, Jean-Jacques Rosseau. **Do Contrato Social.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, 1937-1968.** Campinas (SP): UNECAMP.1991

RUGENDAS, Johann Moritz. **Recolte du café: Voyage pittoresque dans le Bresil.** Gravura. [S. l.]: 1835.

RUSCHMANN, Dors V. D.M. **Turismo sustentado para preservação do Patrimônio ambiental.** São Paulo: ECA/USP.1992. p.42-50.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo reinado.** Ponteio. 2019. 212 p.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no Coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTA CATARINA. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. **Símbolos – armas do Estado de Santa Catarina**, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://www.cbm.sc.gov.br/index.php/artigos/institucional/simbolos>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Movimento negro e crise brasileira, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras.** Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SEBRAE. **Turismo de experiência.**  
[https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo\\_de\\_experiencia.pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo_de_experiencia.pdf).

Acesso em 05 de jul. 2024.

SILVEIRA, Adalgiso Silva. **Turismo nas fazendas imperiais do Vale do Paraíba Fluminense.** São Paulo: USP. 2007.

Simonsen, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820).** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SCIFONI, Simone; RIBEIRO, Wagner Costa. **Preservar: Por que e para quem?**  
<file:///C:/Users/anton/OneDrive/Pictures/scifoni.pdf>. Acesso em 28/10/2024.

SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. Patrimônio cultural e turismo: tensões contemporâneas. **Rev. Anos 90:** Porto Alegre, v. 25, n. 48, p-117-150, dez. 2018.

SOUZA, M. L. **Ambiente e territórios:** uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

THEOPHILO, Jan. **O renascimento do vale do café** (E muito mais).  
<https://www.rioja.com.br/geral/o-renascimento-do-vale-do-cafe-e-muito-mais/Acesso> em 26 de jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. **Museu do Café.** São Paulo: [s. n.], [2024]. Disponível em: <https://www.museudocafe.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SHIE, Talita. História do café – A origem e trajetória da bebida no mundo. **Grão Gourmet,** [s. l.], 18 maio 2015. Disponível em: <https://www.graogourmet.com/blog/historia-do-cafe/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Simone Rezende da. A Trajetória do Negro no Brasil e a Territorialização Quilombola. **Revista Nera,** (19), 73–89, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1801>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVEIRA, Patrícia Gomes da. Caminhos históricos sob o olhar de Rugendas: a ligação entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. **Confins.** Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, [s. l.], n. 57, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/49220>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. **Revista Mexicana de Sociología,** [s. l.], v. 36, n. 3, p. 547-593, 1974.

SOUSA, Fernando José de. O café, os solos de terra roxa e os imigrantes. **Ferdinando de Sousa,** [s. l.], 14 set. 2020. Disponível em: <https://ferdinandodesousa.com/2020/09/14/o-cafe-os-solos-de-terra-roxa-e-os-imigrantes/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Vale Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley J. **Vassouras um município do Café, 1850-1900**. *S. l.*: Princeton University; Nova Fronteira. 1985.

TAUNAY, Afonso de E. **A pequena história do Café no Brasil**. [*S. l.*]: Fundação Darcy Ribeiro; Editora UNB, 2014. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/pequena-historia-do-cafe-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TAUNAY, Félix-Émile. **Mata reduzida a carvão**. Óleo sobre tela. [*S. l.*]: 1830.

TEIXEIRA, Carolina Mara. **Por um outro Tour de experiência em Vassouras**. <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/10/st06-44.pdf>. Acesso em 01 de jul. 2024.

TELLES, Augusto C. da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do Café**. [Rio de Janeiro]: Ed. Capivari. 2006.

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. **Sua majestade o café**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

TRÁFICO transatlântico de escravos. **Slave Voyages**, [*s. l.*], [2024]. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 10 jun. 2024.

**União de Jacarepaguá levará as histórias de Manuel Congo e Marianna Crioula para Sapucaí em 2023**. <https://www.tupi.fm/carnaval/uniao-de-jacarepagua-levara-as-historias-de-manuel-congo-e-marianna-crioula-para-sapuca-i-em-2023/>. Acesso em 10 de set. 2024.

**United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Nomination to the world heritage list: Iguazu National Park**. Paris, 1984. Available in: [http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/355.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/355.pdf). [http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/355.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/355.pdf). Acesso em 8 de set. 2024.

**Vale do Café**. <https://ascarj.com.br/vale-do-cafe/Acesso> em 23 de jul. 2024.

**Vassouras – Fazenda Santa Eufrásia** | <https://www.ipatrimonio.org/vassouras-fazenda-santa-eufrasia/> (ipatrimonio.org). Acesso em 17 de jun. 2024.

VALLE, Roberta. 200 da independência – criação da bandeira do império do Brasil. **Bn Digital Brasil**, [*s. l.*], 18 set. 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/200-da-independencia-criacao-da-bandeira-do-imperio-do-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VARTULLI, Chico. O meu entrevistado é o presidente do instituto Preservale, no vale do café, Nestor rocha. <https://revistavislun.com/colunas/chico-vartulli-em-foco/o-meu-entrevistado-e-o-presidente-do-instituto-preservale-no-vale-do-cafe-nestor-rocha/acesso> em 25 de jul. 2024.

**Vale verdejante**. Missão. <https://valeverdejante.org.br/nossa-missao/Acesso> em 10 de set. 2024.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: uma agenda para o século XXI**. São Paulo: Editora 34, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2021

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. 3.ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2019. <https://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2023/01/2019-Veiga-SUSTENTABILIDADE-3aed1.pdf>. Acesso em 04 de out. 2024

VEIGA, José Eli da. “Sustentabilidade: Uma Questão de Justiça.” In: **Desenvolvimento e Justiça Social: Um Debate Necessário**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VIEIRA, Wilson. A decadência da Cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Leituras de Economia Política**, Campinas (8): 111-132, jun.2000/jun./2001

VASSOURAS – Prefeitura Municipal de Vassouras. **Centro Cultural Cazuza**. Vassouras, [2024]. Disponível em: <https://www.visitevassouras.com/centro-cultural-cazuza>. Acesso em: 15 maio 2024.

VIEIRA, Wilson. A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 8, p. 111-132, 2001.

**Volta Redonda** (Prefeitura) <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/cidade/8-interno/11-caracteristica>. Acesso em 10 de jul. 2024.

WALSH, R. **Notícias do Brasil**. 1828-1829. S. l.: Itatiaia, 1985. 2. v.

## Entrevistas

OLIVEIRA, Cecília. Jornalista “The intercept Brasil”. Entrevista sobre o Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia. 19 jun. 2024. Entrevista concedida a Cintia Valéria Wagner

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. (Dr. Júlio José Araujo Júnior) Procurador da República do Rio de Janeiro. Entrevista sobre o Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia. 20 jun.,2024. Entrevista concedida a Cintia Valéria Wagner

SANTOS, Maria de Fátima Silveira (Dona Fatinha) Coordenadora do Jongo de Pinheiral. Entrevista sobre o Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia. 22 jun., 2024. Entrevista concedida a Cintia Valéria Wagner

CUNHA, João Alípio. (Representante da Comunidade Negra). Entrevista sobre o Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia. 16 set., 2024. Entrevista concedida a Cintia Valéria Wagner.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
CECILIA OLIVEIRA

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): JOÃO  
ALÍPIO CUNHA

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA SANTOS v

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

## APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Café, Só café: As fazendas históricas de café do vale Paraíba Sul Fluminense pelo olhar do turismo sustentável, do patrimônio Ambiental e das políticas antirracistas.

**Pesquisador:** CINTIA VALERIA WAGNER

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 76772723.8.0000.5366

**Instituição Proponente:** Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.893.175

**Apresentação do Projeto:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº6.756.116.

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº6.756.116.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº6.756.116.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº6.756.116.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº6.756.116, a pesquisadora apresentou a folha de rosto totalmente preenchida, o cronograma atualizado e o roteiro de entrevistas.

**Recomendações:**

Não se aplica

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville -

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

**Bairro:** Zona Industrial

**CEP:** 89.219-710

**UF:** SC

**Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** comitetica@univille.br

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE**



Continuação do Parecer: 6.893.175

Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se por aprovar o projeto

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2255695.pdf	14/06/2024 16:16:44		Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	12/04/2024 10:27:21	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Outros	carta_resposta_assinada.pdf	12/04/2024 10:14:53	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_atualizada.pdf	12/04/2024 10:14:01	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Brochura Pesquisa	pre_projeto_cronograma_atualizado.pdf	25/03/2024 09:40:29	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	carta_resposta_cintia.pdf	25/03/2024 09:36:56	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Cronograma	cronograma_atualizado.pdf	25/03/2024 09:35:38	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	proejtodetalhado.pdf	04/12/2023 13:16:43	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto.docx	04/12/2023 12:36:00	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
Outros	Termo_Uso_Imagem.pdf	04/12/2023 12:34:20	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/12/2023 12:33:46	CINTIA VALERIA WAGNER	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

**Bairro:** Zona Industrial

**CEP:** 89.219-710

**UF:** SC

**Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** comitetica@univille.br

UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 6.893.175

JOINVILLE, 18 de Junho de 2024

---

**Assinado por:**  
**Leticia Ribas Diefenthaeler Bohn**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

**Bairro:** Zona Industrial

**CEP:** 89.219-710

**UF:** SC

**Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** [comitetica@univille.br](mailto:comitetica@univille.br)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
CECILIA OLIVEIRA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisador(a) Responsável

Cintia Valéria Wagner

Florianópolis/SC, CEP 88104-420

e-mail: [cintia.wagner@ifrj.edu.br](mailto:cintia.wagner@ifrj.edu.br)

[cintia.wagner@dpu.def.br](mailto:cintia.wagner@dpu.def.br)

[cintiawag@hotmail.com](mailto:cintiawag@hotmail.com)

Fone: (48) 999076116

**CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)**

Telefone: (47) 3461 9235

e-mail: [comitetica@univille.br](mailto:comitetica@univille.br)

---

**Cintia Valéria Wagner – Pesquisadora Responsável**

Eu, **CECÍLIA OLIVEIRA** concordo voluntariamente em participar da pesquisa **“CAFÉ. SÓ CAFÉ”**: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS”, conforme informações contidas neste TCLE. Ressalto que fui informado dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Joinville, 11/11/2024



Assinatura do Participante

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): JOÃO ALÍPIO CUNHA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisador(a) Responsável

Cintia Valéria Wagner

Florianópolis/SC, CEP 88104-420

e-mail: [cintia.wagner@ifrrj.edu.br](mailto:cintia.wagner@ifrrj.edu.br)

[cintia.wagner@dpu.def.br](mailto:cintia.wagner@dpu.def.br)

[cintiawag@hotmail.com](mailto:cintiawag@hotmail.com)

Fone: (48) 999076116

**CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)**

**Telefone: (47) 3461 9235**

**e-mail: [comitetica@univille.br](mailto:comitetica@univille.br)**

-----  


**Cintia Valéria Wagner – Pesquisadora Responsável**

Eu, **JOÃO ALÍPIO DE OLIVEIRA CUNHA** concordo voluntariamente em participar da pesquisa **“CAFÉ. SÓ CAFÉ”: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS**, conforme informações contidas neste TCLE. Ressalto que fui informado dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Joinville, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente  
 **JOAO ALIPIO DE OLIVEIRA CUNHA**  
 Data: 08/11/2024 11:16:25-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
 Assinatura do Participante

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisador(a) Responsável

Cintia Valéria Wagner

Florianópolis/SC, CEP 88104-420

e-mail: [cintia.wagner@ifrj.edu.br](mailto:cintia.wagner@ifrj.edu.br)

[cintia.wagner@dpu.def.br](mailto:cintia.wagner@dpu.def.br)

[cintiawag@hotmail.com](mailto:cintiawag@hotmail.com)

Fone: (48) 999076116

**CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)**

Telefone: (47) 3461 9235

e-mail: [comitetica@univille.br](mailto:comitetica@univille.br)

-----  
**Cintia Valéria Wagner – Pesquisadora Responsável**

Eu, **JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR** concordo voluntariamente em participar da pesquisa **“CAFÉ. SÓ CAFÉ”: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS**”, conforme informações contidas neste TCLE. Ressalto que fui informado dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Joinville, 11/11/2024

-----  
Assinatura do Participante

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):  
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA SANTOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisador(a) Responsável

Cintia Valéria Wagner

Florianópolis/SC, CEP 88104-420

e-mail: [cintia.wagner@ifrj.edu.br](mailto:cintia.wagner@ifrj.edu.br)

[cintia.wagner@dpu.def.br](mailto:cintia.wagner@dpu.def.br)

[cintiawag@hotmail.com](mailto:cintiawag@hotmail.com)

Fone: (48) 999076116

**CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)**

**Telefone: (47) 3461 9235**

**e-mail: [comitetica@univille.br](mailto:comitetica@univille.br)**

*Cin Wagner*

**Cintia Valéria Wagner – Pesquisadora Responsável**

Eu, **MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA SANTOS** concordo voluntariamente em participar da pesquisa “CAFÉ. SÓ CAFÉ”: AS FAZENDAS HISTÓRICAS DE CAFÉ DO VALE PARAÍBA SUL FLUMINENSE PELO OLHAR DO TURISMO SUSTENTÁVEL, DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS”, conforme informações contidas neste TCLE. Ressalto que fui informado dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Joinville, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

MARIA DE FATIMA DA SILVEIRA SANTOS

Data: 09/11/2024 12:13:13 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Participante

## APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

**DISSERTAÇÃO: “Café, Só café”: As fazendas históricas de café do vale Paraíba Sul Fluminense pelo olhar do turismo sustentável, do patrimônio Ambiental e das políticas antirracistas”.**

Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Linha de Pesquisa: Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Barros Meira

Coorientador(a): Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia de Oliveira Áreas

Mestranda: Cintia Valéria Wagner

Proposta: Entrevista com a proprietária da Fazenda Santa Eufrásia, membros da comunidade negra (quilombola e jongo), professores da UFF (Universidade Federal Fluminense), defensora e promotor que celebraram um acordo na Fazenda citada o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), e com a jornalista que fez a denúncia.

### **Roteiro para entrevistas:**

- Identificação inicial: dia, mês e ano da entrevista, nome do entrevistador e sua função, local da entrevista, nome do entrevistado e sua profissão.

- Identificação do Projeto: conteúdo que será tratado na entrevista, o título da pesquisa e o responsável.

- Registro da anuência do entrevistado em relação aos procedimentos da entrevista: gravação e utilização durante a pesquisa e posteriormente, a doação do material ao Laboratório de História Oral da UNIVILLE.

- Identificação do entrevistado: nome, idade, data e local de nascimento, endereço e tempo que mora no local

- 1- Entrevista com Elizabeth Dolson (Proprietária da Fazenda Santa Eufrásia), Lívia Miranda Muller Drumond Casseres (Defensora Pública), Toninho Canecão (liderança do Quilombo – Valença), Maria de Fatima (Jongo Pinheiral), Dr. Júlio José Araújo Junior (Procurador da República), Professora da UFF Sra. Martha Abreu; Voluntário do Grupo para desdobramentos do TAC Sr. João Alípio de Oliveira Cunha e Jornalista responsável pela denúncia Cecília Oliveira. Os entrevistados são as pessoas envolvidas no episódio de Turismo escravocrata na região do vale Paraíba sul fluminense, tanto a proprietária da fazenda em questão, quanto a parte do estado como defensores e procuradores do Ministério Público, como também representantes do movimento negro, professora da UFF, que confeccionaram o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). O objetivo das entrevistas é levantar dados para problematizar a repercussão e o impacto de atividades turísticas que exotizam a história da escravidão nas paisagens cafeeiras para atrair turistas. Isso muitas vezes envolve destacar apenas os aspectos pitorescos e românticos do passado, ignorando ou minimizando as duras condições de trabalho e a exploração enfrentadas pelos escravizados nas fazendas de café.

Perceber nas fontes primárias o processo de organização da comunidade, para tanto serão formuladas perguntas embasadas na metodologia de História Oral dentro do conceito de perguntas abertas.

### **Procurador da República**

1. Quais foram os principais fundamentos legais que embasaram a ação do Ministério Público em relação ao caso da fazenda de café e sua representação histórica insensível?
2. Como o Ministério Público planeja acompanhar e garantir o cumprimento das cláusulas do TAC para evitar futuras violações e promover uma mudança cultural duradoura?
3. Quais desafios legais você enfrentou ao trabalhar para garantir que as cláusulas do TAC fossem justas e viáveis para as partes envolvidas?
4. Qual é a importância de casos como este no contexto mais amplo de defesa dos direitos e sensibilização sobre a representação histórica sensível?

### **2- Jornalista – Cecília Oliveira (Responsável pela denúncia – The Intercept Brasil)**

1. Qual foi o papel crucial do jornalismo investigativo na revelação das práticas insensíveis de representação dos negros escravizados na fazenda de café,

levando à celebração do TAC e a implementação de mudanças significativas?

2. Quais foram os principais desafios enfrentados ao investigar e expor essa prática, e como você e sua equipe lidaram com possíveis repercussões ou resistências durante o processo de denúncia?
  3. Como você percebe o papel do jornalismo na defesa dos direitos humanos e na promoção da sensibilização cultural em relação à representação histórica sensível em contextos turísticos e culturais?
  4. Na sua opinião, de que forma o TAC e a subsequente implementação de suas cláusulas podem servir como um exemplo para a indústria do turismo em geral e para outras práticas culturais que podem ser insensíveis em relação à representação histórica de grupos minoritários?
  5. Quais são as expectativas em relação ao impacto de longo prazo do trabalho jornalístico e do TAC na conscientização pública sobre a importância de uma representação histórica e respeitosa em ambientes turísticos e culturais?
- 3-** Integrante do Grupo de trabalho voluntário criado para os desdobramentos do TAC – Sr. João Alípio de Oliveira Cunha (Mestre em Antropologia Social)
1. Como surgiu a ideia de montar um grupo de voluntariado para acompanhar os desdobramentos do TAC?
  2. Quantas pessoas participam? Quais segmentos fazem parte os componentes do grupo?
  3. Qual é o papel do grupo de voluntários no acompanhamento do TAC relacionado ao turismo escravocrata na região do vale Paraíba sul fluminense?
  4. Quais são os critérios ou indicadores que o grupo voluntário considera ao avaliar a eficácia da implementação do TAC?
  5. Como o grupo voluntário se envolve no monitoramento das atividades turísticas na região para garantir o cumprimento do TAC?
  6. Quais são os principais desafios enfrentados pelo grupo voluntário ao lidar com os diferentes interesses das partes envolvidas, como a proprietária da fazenda, defensores públicos e representantes do movimento negro?

7. Como o grupo voluntário lida com potenciais resistências ou falta de cooperação por parte das partes envolvidas na implementação do TAC?
8. Qual é a abordagem do grupo voluntário para garantir que a representação histórica nas atividades turísticas seja mais inclusiva e respeitosa?

**Pretensão de datas das entrevistas:**

- 19/03 a 30/11/2024

## Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 29/01/2024.

1. Identificação do material bibliográfico: ( ) Tese (X) Dissertação ( ) Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Cintia Valéria Wagner

Orientador: Roberta Barros Meira Coorientador: Patrícia de Oliveira Áreas

Data de Defesa: 10/12/2024

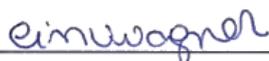
Título: "Café. Só "Café. Só Café": As fazendas históricas de café do Vale Paraíba sul fluminense pelo olhar do Turismo Sustentável, do Patrimônio Ambiental e das Políticas Antirracistas

Instituição de Defesa: UNIVILLE

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim ( ) Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.



Assinatura do autor



Local/Data